# Missão Prevenir e Proteger

condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro

# Missão Prevenir e Proteger

condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro

Maria Cecília de Souza Minayo
Edinilsa Ramos de Souza
Patrícia Constantino
coordenadoras

ISBN: 978-85-7541-161-2

Projeto gráfico
*Daniel Pose*

Foto da capa
São Jorge, *de Jorge Shark - charquinho.blogs.sapo.pt*

Copidesque e revisão
*Ana Prôa e Irene Ernest Dias*

Revisão de provas
*Marcionílio Cavalcanti de Paiva*

Normalização de referências
*Clarissa Bravo*

Este livro é resultado de pesquisa que contou com o apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

Catalogação na fonte
Centro de Informação Científica e Tecnológica
Biblioteca da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca

---

M663m Minayo , Maria Cecília de Souza (coord.)

Missão prevenir e proteger: condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro. / coordenado por Maria Cecília de Souza Minayo, Edinilsa Ramos de Souza e Patrícia Constantino. – Rio de Janeiro : Editora Fiocruz, 2008.

328 p., il., tab., graf.

1. Polícia - Rio de Janeiro. 2. Condições Sociais. 3. Condições de Trabalho. 4. Saúde do Trabalhador. 5. Riscos Ocupacionais. I. Souza, Edinilsa Ramos de (coord.). II. Constantino, Patrícia (coord.). III.Título.

CDD - 22.ed. – 363.11

---

2008
Editora Fiocruz
Av. Brasil, 4036 – 1° andar – sala 112 – Manguinhos
21040-361 – Rio de Janeiro – RJ
Tel.: (21) 3882-9007 / Telefax: (21) 3882-9006
e-mail: editora@fiocruz.br – http://www.fiocruz.br

# Autores

Maria Cecília de Souza Minayo (coordenadora)

Socióloga, antropóloga, doutora em ciências da saúde. Pesquisadora do Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Careli (Claves/Ensp/Fiocruz).

Edinilsa Ramos de Souza (coordenadora)

Psicóloga, doutora em ciências da saúde. Pesquisadora do Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Careli (Claves/Ensp/Fiocruz).

Patrícia Constantino (coordenadora)

Psicóloga, doutora em ciências da saúde. Pesquisadora do Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Careli (Claves/Ensp/Fiocruz).

Simone Gonçalves de Assis

Médica, doutora em ciências da saúde. Pesquisadora do Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Careli (Claves/Ensp/Fiocruz).

Miriam Schenker

Psicóloga, doutora em ciências da saúde. Pesquisadora colaboradora do Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Careli (Claves/Ensp/Fiocruz); preceptora e coordenadora de Pesquisa do Departamento de Medicina Integral, Familiar e Comunitária da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (DMIF/Uerj).

Liane Maria Braga da Silveira

Antropóloga, doutoranda em antropologia social. Pesquisadora do Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Careli (Claves/Ensp/Fiocruz).

Adalgisa Peixoto Ribeiro
Fisioterapeuta, doutoranda em saúde da criança e da mulher no Instituto Fernandes Figueira (IFF/Fiocruz). Pesquisadora do Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Careli (Claves/Ensp/Fiocruz).

Cleber Nascimento do Carmo
Estatístico, mestre em estudos populacionais e pesquisas sociais. Pesquisador colaborador da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp/Fiocruz).

Thiago de Oliveira Pires
Estatístico. Assistente de pesquisa do Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Careli (Claves/Ensp/Fiocruz).

# Sumário

Parte IV - Condições e Qualidade de Vida

# Prefácio

Em 2000, buscava dados sobre violência contra policiais militares para instruir uma monografia que versava sobre treinamento de tiro destinado a esses profissionais, que atuam em áreas consideradas de risco. Fiquei impressionado com as poucas, porém importantes, informações conseguidas nos órgãos de saúde e de administração de pessoal da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ), em razão da quantidade de policiais mortos e feridos em serviço e nos horários de folga. Entendia, na época, que os fatos estavam relacionados, tão-somente, com a falta de preparo técnico dos operadores de segurança pública.

Para uma melhor compreensão do fenômeno, cheguei ao Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (Claves/Fiocruz). Nesse centro de excelência, conheci Maria Cecília de Souza Minayo e Edinilsa Ramos de Souza. Após meu relato sobre o objetivo de minha 'incursão' naquele 'campo', as pesquisadoras me apresentaram o projeto de pesquisa *Missão Investigar*. Ambicioso projeto que tinha o escopo de investigar as condições de vida, trabalho e saúde dos policiais civis do estado do Rio de Janeiro.

Surpreso pelo interesse do Claves em investigar o trabalho e suas conseqüências na saúde do policial civil, não hesitei em propor que os limites da pesquisa fossem estendidos para abranger a Polícia Militar. Unindo-me às professoras Minayo e Edinilsa e visando a integrar outros parceiros na missão de buscar recursos para a pesquisa, durante o ano 2000, chegamos ao grande obstáculo da autorização para sua realização na PMERJ. Foi com pesar que recebi a resposta negativa. Em 2003, assisti ao lançamento do livro *Missão Investigar*, sabendo da dimensão da pesquisa como potencial fator de transformação para a Polícia Civil e para a sociedade.

Em 2006, durante um encontro casual com as professoras Maria Cecília Minayo e Edinilsa Ramos, na Academia de Polícia Civil, no Centro do Rio de Janeiro, tomei conhecimento de que a pesquisa na PMERJ havia sido autorizada pelo então comandante-geral e estava sendo realizada desde meados de 2005. Em fevereiro de 2008, fui convidado pelo Claves para ter a honra de ler o resultado da pesquisa em primeira mão, o qual passo a comentar.

O resultado do trabalho apresentado neste livro possui a capacidade de construir, juntamente com o leitor, o entendimento da natureza da função da Polícia Militar na sociedade. A análise da história sob o aspecto de seus antecedentes, sua instituição e institucionalização, seus integrantes e suas funções legais, pretéritas e atuais, consolida o conhecimento sobre as representações culturais da corporação. Seus valores, ritos e crenças, bem como a discrepância entre o discurso e a prática, e suas influências na forma de sentir, pensar e agir desses trabalhadores passam a ter significado para os 'outros': o leitor e a sociedade em geral.

Expor as condições de trabalho do 'universo' dos policiais militares é descortinar uma realidade até então ignorada. Os aspectos organizacionais, o processo de seleção e formação das pessoas que adentram este mundo, a carreira, a interação entre os membros da corporação, a jornada de trabalho, as condições materiais, técnicas e ambientais e a imagem construída na interação com a sociedade apresentam-se como elementos essenciais ao processo de construção do conhecimento, que é ver com o olhar da alteridade.

Conhecer as condições de saúde física e de risco dos 'trabalhadores policiais' significa poder avaliar as conseqüências das condições de trabalho impostas a estes operadores de segurança das pessoas. Avaliar os problemas de saúde, as lesões e incapacitações, o estresse e o sofrimento mental em razão do trabalho, referenciados com outras categorias de trabalhadores, por pesquisas e autores reconhecidos, permitirá ao leitor mensurar o nível de pressão física e psicológica a que nossos 'guardiões' estão sujeitos.

Pesquisar e relatar as condições e a qualidade da vida dos policiais militares é reconhecer sua condição de trabalhador brasileiro. Analisar as interações entre o trabalho policial e as pessoas em sociedade, as condições socioeconômicas e ambientais dos policiais, a moradia, o acesso à saúde e à educação, bem como os hábitos alimentares e culturais, é reconhecer sua real condição para o pleno exercício do mandato do uso da força para a preservação da ordem pública.

O resultado da pesquisa, em sua essência, humaniza o 'trabalhador policial militar' quando expõe sua condição de trabalho, saúde, risco e qualidade de vida. Derruba o mito do militar superior ao tempo e às adversidades que o meio ambiente lhe impõe. Mostra que, estabelecendo a 'missão' como meta a ser atingida a 'qualquer preço', distorce a realidade e nos faz esquecer que estamos tratando de pessoas. São trabalhadores – pais, mães, filhos e filhas – pagos para executar um serviço, como qualquer outro em qualquer lugar do país: o trabalho de prevenir e proteger outras pessoas. Na verdade, de nos proteger.

Este magnífico trabalho, mais que uma pesquisa, é uma ferramenta de gestão pública. Compreendido como um diagnóstico, e não como uma crítica à instituição Polícia Militar, possui a capacidade de fornecer não somente dados e informações, mas conhecimentos fundamentais para a formulação e reformulação de políticas públicas. Que os gestores, competentes e comprometidos com a segurança das pessoas deste Estado, façam bom proveito do trabalho, tal como os pesquisadores de diversos campos certamente o farão.

*Paulo Storani*
Capitão da reserva da Polícia Militar, ex-integrante
do Batalhão de Operações Policiais Especiais (Bope) e
secretário municipal de Segurança Pública de São Gonçalo

# Apresentação

Este livro apresenta um estudo sobre as condições de trabalho, saúde e qualidade de vida da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ). É fruto de uma pesquisa empírica que combinou a aplicação de questionários em uma amostra representativa desses agentes e entrevistas e grupos focais também representativos de todos os segmentos da categoria.

O principal objetivo da pesquisa que deu origem a esta obra foi produzir informações estratégicas visando a subsidiar ações dos profissionais, da corporação e de seus gestores, para adequar a corporação às necessidades atuais da segurança pública.

Durante os anos 2001 a 2003, a equipe do Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (Claves/Fiocruz) realizou um estudo semelhante e detalhado sobre a Polícia Civil do Rio de Janeiro, cujos resultados se encontram no livro *Missão Investigar: entre o ideal e a realidade de ser policial*, coordenado por Maria Cecília de Souza Minayo e Edinilsa Ramos de Souza.

Quando fizemos o trabalho de campo para produzir a investigação que redundou no livro citado (entre 2001 e 2002), era nossa intenção realizar simultaneamente o estudo da Polícia Civil e da Polícia Militar. Este era um desejo, inclusive, de policiais civis e militares que haviam nos procurado no Claves, pedindo e sugerindo que investíssemos em uma pesquisa de suas corporações, uma vez que ninguém havia ainda estudado a polícia do ponto de vista do policial.

Este espaço seria pequeno para contar as dificuldades que tivemos para obter êxito nessa empreitada. Somente ao final de 2001, quase um ano depois de inúmeras tentativas, conseguimos que as autoridades competentes da Polícia Civil baixassem a guarda e nos consentissem iniciar o trabalho.

Havia nos meios corporativos com os quais nos comunicávamos e que apoiavam a realização da pesquisa a opinião de que nunca conseguiríamos

fazer um trabalho de pesquisa com os policiais civis, considerados indisciplinados para os padrões que regem as autoridades da corporação militar. Na verdade, não foi fácil a tarefa de convencimento das chefias de diferentes escalões da Polícia Civil, e cada passo no trabalho de campo tornou-se uma conquista. Na parte metodológica do livro *Missão Investigar*, contamos, por alto, as dificuldades que encontramos. Entre elas, citamos apenas o fato de ter de ampliar o número de delegacias investigadas, pois havia recusas de chefias que, assim, fechavam as portas para os contatos com seus outros profissionais. Ocorreu também muita devolução de questionários em branco por parte dos policiais sorteados.

A todos os problemas de entrada em campo somamos as dificuldades próprias às especificidades da atividade investigativa da Polícia Civil quanto às escalas de trabalho, que freqüentemente eram trocadas sem que fôssemos avisados, a urgências de atendimento nos dias e horários agendados para encontros, entre outros motivos que nos impediam de ter acesso a determinados agentes. No entanto, conseguimos realizar a pesquisa, e quando apresentamos seus resultados em várias sessões, nas quais tivemos a presença – somando todas – de quase mil policiais, a esmagadora maioria ficou muito contente de se ver retratada. Sobretudo, os policiais civis ressaltavam o fato de que, pela primeira vez, alguma instituição havia se interessado por eles e não apenas pelos problemas da segurança pública.

Apesar de, desde o início das tentativas para a realização da pesquisa, termos conseguido um documento oficial de consentimento emanado do secretário de Segurança Pública, não tivemos acesso à Polícia Militar. Isso contrariava toda a lógica vigente em dois sentidos: primeiro, a dificuldade não era mais proveniente da 'polícia civil desorganizada' e, segundo, a recusa do comandante geral a 'aprovar' a realização da pesquisa já consentida pelo secretário de Segurança Pública estava nos dizendo que os princípios hierárquicos tinham limites, alguns dos quais não poderíamos ultrapassar. O porquê dessa recusa, tal como nos foi explicitado, importa aos objetivos deste trabalho. Na ocasião, o comandante da Polícia Militar estava muito contrariado com informações, dados e opiniões exarados por pesquisadores que, segundo essa autoridade, eram desabonadores da corporação. Ou seja, havia um conflito aberto e não resolvido entre pesquisadores e as autoridades da Polícia Militar, diante do qual se esvaíram nossas possibilidades de realizar o estudo. Apenas na metade de 2005, também depois de muitas tentativas,

conseguimos permissão de outro comandante para a pesquisa, no caso um terceiro que havia sucedido o que contatamos primeiramente. Dessa forma, este estudo foi realizado de 2005 a 2007.

Julgamos importante assinalar essa situação que, segundo clássicos da pesquisa empírica (Lévi-Strauss, 1975; Berreman, 1975; Becker, 1994; Bourdieu, 1972, entre outros), faz parte do contexto e dos resultados da investigação, para reafirmar aqui algumas características da corporação policial não só brasileira, mas de todo o mundo: conservadorismo, fechamento para a sociedade, pessimismo e isolamento das outras instâncias democráticas, tudo isso contrabalançado por um forte espírito de corpo. Bretas (1997a: 82) comenta em um texto sobre o que chama de "crise" ou "falência da polícia":

> este conjunto de elementos [citados anteriormente] produz uma visão preferencialmente negativa do mundo exterior – reflexo do tipo de evento apresentado [à polícia] diariamente – incluindo aí o sistema legal como um todo – que lhe deixa escapar delinqüentes que ela poderia pegar com facilidade se não tivesse que respeitar os limites legais.

Em geral, foi com esse universo bastante reticente e arredio de pessoas que lidamos durante a pesquisa. Por exemplo, no caso dos grupos focais de soldados e cabos, muitos demonstravam medo de dizer o que pensavam sobre os temas sugeridos, o que nos sugere fechamento e censura interna na instituição. Mas também gostaríamos de ressaltar que encontramos comandantes, chefes intermediários e agentes de todos os escalões que não só acolheram e entenderam nossa proposta, como foram importantes colaboradores para que a investigação acontecesse com sucesso. Buscamos evidenciar a todos que nosso foco de atenção seria a 'pessoa do policial'. Que era desse ponto de vista que trataríamos as condições de seu trabalho dentro da especificidade do mercado do setor público de serviços, a situação de sua saúde e também da qualidade de sua vida. Ressaltamos, ainda, que haveria uma orientação estratégica[1] do estudo para que os aspectos problemáticos levantados por eles fossem tratados como subsídios para mudanças qualitativas na corporação. Na parte metodológica, detalhamos melhor o movimento do trabalho de campo.

---

[1] Entende-se aqui por investigação estratégica a que, de acordo com Bulmer (1986) e Minayo (2000), está voltada para iluminar aspectos da realidade passíveis de intervenção social ou governamental.

Depois de termos escrito o livro *Missão Investigar*, a hipótese que orientou esta análise é a de que iríamos encontrar uma situação mais exacerbada de riscos pessoais e coletivos no exercício profissional dos policiais militares do que no dos policiais civis. Para que pudéssemos produzir algumas comparações que poderão ser lidas neste livro, utilizamos a mesma base de instrumentos de coleta de dados para estudar as duas corporações.

Os conceitos centrais desta pesquisa são risco e segurança, trabalho, saúde e qualidade de vida. Os dois primeiros dizem respeito à condição intrínseca à profissão de policial. A instituição policial se destaca na sociedade brasileira pelo seu papel estabelecido no artigo 144 do capítulo III da Constituição Federal, que trata da segurança pública. À Polícia Militar cabe o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública (§ 5º, art. 144) em nível estadual.

Historicamente, as corporações policiais (no caso brasileiro, a Polícia Militar e a Polícia Civil) fazem parte do Estado moderno que toma para si o monopólio da violência, como referem Foucault (1989), Santos (1997) e outros. Podemos dizer que em todas as duas corporações subsiste um 'mito de origem' comum, que se caracteriza pela missão de preservar a ordem pública como um dos pilares da defesa da sociedade.

Autores como Santos (1997), Bretas (1997a) e Kahn (1997) analisam as similitudes dos vários tipos de polícia no mundo e especificam seu papel nos Estados periféricos. Esses autores coincidem na constatação de que, em países como o Brasil, os policiais tendem a exceder o seu poder, a agir com truculência, a privilegiar as classes dominantes. Dessa forma, acrescentam à sua missão constitucional uma terceira dimensão de ordem axial e atitudinal que os torna autores de várias formas de violência ilegítima, sobretudo contra os pobres e o povo em geral. Skolnick, no entanto, utilizando depoimentos de policiais da cidade de Sheffield, no Reino Unido, julgados por espancamento, comenta que os policiais do mundo inteiro tendem a extrapolar seu papel legal, por considerarem

> que os tribunais tratam os criminosos de forma muito branda; que os criminosos não respeitam as leis e a polícia precisa e deve fazer o mesmo para chegar na frente; que a força é aceitável como último recurso de investigação quando os outros métodos falham; e que uma boa surra é o único meio de desviar um criminoso de sua vida de crimes. (Skolnick, 1966: 68)

Poderíamos dizer, sem dúvida, que existe uma tradição policial de exceder os limites das leis, a qual não obedece fronteiras nacionais. Porém, em países periféricos como o Brasil, o grau de adesão à legalidade é muito baixo.

O livro *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*, de Thomas Holloway (1997), citado em vários momentos nesta obra, caracteriza a conformação estrutural das corporações policiais neste estado, enaltecendo a importância de estudá-las, por serem seminais para o entendimento de todas as outras polícias do país. Em capítulo específico deste livro, relataremos com mais detalhes esta história.

Resumimos, a seguir, os conceitos referenciais desta pesquisa:

1) Risco e segurança tal como tratados pela Polícia – Tais conceitos, muito caros à atividade policial, sofreram modificações ao longo da história e hoje têm conotação totalmente diferente. Associado a toda ação humana que exija decisão, o 'risco' se revela hoje tão mais iminente e ameaçador quanto mais as formas de operar escapam aos contextos estruturados e definidos. Os avanços sociais, científicos e tecnológicos, na teoria e na prática, vêm mostrando que todas as sociedades se confrontam, contemporaneamente, com o aleatório e com a irrupção da incerteza e do inesperado.

Os estudiosos do tema 'risco', na atualidade, ressaltam que o passado dificilmente explicará o momento presente. Ou seja, o que aconteceu antes não ajudará mais a prever e a prevenir o que possa vir a ocorrer. Assim, o risco da criminalidade que ocorre na vizinhança é apenas mais um a se somar na consciência do ser humano pós-industrial. Na verdade, o crime na sociedade industrial, ainda que persistam suas formas tradicionais (que continuam a ser as mais visíveis), contemporaneamente ganha estratégias e artefatos poderosos com nova geração de armamentos, organização em rede por caminhos virtuais e novas possibilidades de ocultação dos verdadeiros e maiores delinqüentes.

Etimologicamente, a palavra 'risco' deriva do vocábulo *riscare* e tem a idéia associada a 'ousar'. No sentido sociológico, risco significa uma opção, e não um destino (Bernstein, 1997). No caso, a Polícia Militar pode ser configurada como uma organização em que esse conceito faz parte da escolha profissional e desempenha

um papel inerente às condições de trabalho, ambientais e relacionais. Os profissionais que compõem a instituição têm consciência disso. Seus corpos estão permanentemente expostos e seus espíritos não descansam.

No campo da saúde, o conceito de risco é central. A epidemiologia o define como a probabilidade, em condições específicas, de uma pessoa sofrer agravos ou adquirir determinada enfermidade. Do ponto de vista dos policiais militares, seu 'risco epidemiológico' se caracteriza principalmente nos confrontos armados, nos quais se expõem e podem perder a vida. A probabilidade que têm de sofrer graves lesões, traumas e mortes encontra respaldo nas altas taxas de óbito por violência de que são vítimas, dentro e fora de seu ambiente de trabalho (Souza & Minayo, 2005).

O sentido de risco, adequado para descrever a situação intrínseca à profissão de policial, combina a visão epidemiológica e a visão sociológica e antropológica. A primeira lhe dá parâmetros quanto à magnitude dos perigos, aos tempos e aos locais de maior ocorrência das fatalidades. A segunda responde pela capacidade, e até pela escolha profissional, do afrontamento e da ousadia como escolhas.

Nesta pesquisa, analisamos o risco real e a percepção de risco, ou seja, perguntamos como se configura este fenômeno, ao mesmo tempo subjetivo e objetivo, vivido no exercício da profissão, dentro e fora do ambiente de trabalho. A ampliação do foco da noção de risco também para o âmbito exterior se deve ao fato de que, por ser condição intrínseca da profissão, as situações envolvidas e as representações que criam impregnam o ambiente de trabalho e a pessoa que assume a identidade e incorpora a instituição.

O contraponto do conceito de risco é a noção de 'segurança'. Segurança é a matéria-prima do trabalho policial. No entanto, existe hoje uma forte hipótese a respeito da crise do modelo liberal de organização policial, cujo principal sintoma é o aumento da insegurança. Vimos isso neste estudo exemplificado no fato de que, em vários momentos, os próprios policiais se queixam de não terem segurança para trabalhar.

No mundo contemporâneo, nunca houve tantos aparatos para garantir a vida e a incolumidade dos cidadãos e nunca eles se sentiram tão frágeis e desamparados. Isso significa que os termos 'risco-insegurança' são hoje bastante fluidos e subjetivos, independentemente de haver ou não maiores garantias nas sociedades pós-industriais. Portanto, ao nomear a 'insegurança' como um termo característico da contemporaneidade, estamos falando principalmente do 'sentimento de insegurança' que todos temos e que, freqüentemente, atribuímos injustamente apenas à incompetência da polícia. Pois não é verdade que vivemos mais perigosamente agora do que há cem ou duzentos anos. Ou, ainda, que sociedades diferentes e menos tecnológicas que as nossas sejam mais seguras. Apesar de todas as situações perigosas, da pobreza e das expressões de miséria atuais, apesar de todos os novos perigos criados pelas tecnologias, dificilmente alguma época histórica e algum contexto social foram tão seguros, como afirmam Beck (1992) e Giddens (2002).

No entanto, a idéia de segurança com a qual a Polícia trabalha continua restrita como no passado. Assim como o conceito de risco, a idéia de segurança nasceu entre os séculos XVII e XVIII, quando os Estados absolutistas passaram a planejar o desenvolvimento e a organização das cidades visando à vigilância dos citadinos e à oferta de condições de convivência civilizadas de forma presencial, localizada e burocratizada. Hoje, o conceito de segurança pode até tê-la como seu guardião simbólico, mas precisa estar socializado com muitas outras instituições e organizações, diante das quais cabe à polícia o papel de coordenação e ordenação.

Por fim, problematizamos o conceito de segurança em dois sentidos: 'público' e 'pessoal'. Segurança pública, segundo Silva (1998), constitui a garantia que o Estado oferece aos cidadãos, por meio de organizações próprias, contra todo perigo que possa afetar a ordem em prejuízo da vida, da liberdade ou dos direitos de propriedade dos cidadãos: é a essência da missão dos policiais e deriva do campo jurídico. Já segurança pessoal deriva do mundo do trabalho e tem um sentido normativo e filosófico. No primeiro caso, representa a sistematização de normas destinadas a prevenir

acidentes, quer eliminando condições inseguras de trabalho, quer prevenindo desastres ocupacionais. Cuidando da segurança pública, os policiais são, também, servidores públicos protegidos pela Constituição, que lhes assegura o direito à integridade física e mental no exercício do trabalho.

No sentido filosófico clássico, segurança se confunde com previsibilidade, com ausência de risco e com repetição do presente no futuro. E, quando há algo a mudar, tal mudança é livremente consentida pelos referentes. No sentido filosófico contemporâneo, a partir das teorias da complexidade, o termo 'segurança' é substituído pelo de 'equilíbrio instável', muito mais próximo à idéia de transformação permanente, de caos e de incerteza. Nesse último sentido, a produção de mudanças está orientada para várias saídas, de acordo com as escolhas pessoais e sociais.

2) Trabalho, condições de trabalho e processo de trabalho – Trabalho é uma categoria estruturante tanto das condições de saúde como das condições de existência e de risco. Refere-se à mediação da atividade humana na construção das tecnologias e da vida social. Enquanto constrói e reconstrói o mundo, o ser humano constrói e reconstrói a si mesmo.

'Condições de trabalho' é um conceito que se refere à situação que precede e perpassa a atividade dos sujeitos e a limita como uma resultante dos processos sobre os quais os trabalhadores interferem em sua dinâmica de intersubjetivação. Os elementos que compõem este último conceito, central para a análise referenciada no trabalho, são: a atividade prescrita e adequada; o objeto e a matéria sobre os quais o trabalhador opera; os meios e instrumentos que lhe servem de mediação; as relações que ocorrem no coletivo de trabalhadores e com as hierarquias; o mundo simbólico que aí é gerado, envolvendo as relações e a atividade técnica e se introduzindo na produção (Brighton Labour Group, 1991; Minayo-Gomez & Thedim-Costa, 1997; Minayo & Souza, 2003).

Do ponto de vista dos riscos e da segurança, entendemos que, se o processo de trabalho constitui um lócus privilegiado da realização

humana, ele também produz (em escala específica referente às condições em que é exercido) desgaste físico e mental.

3) Condições de saúde – O terceiro macroconceito estruturante deste trabalho é 'condições de saúde'. No caso concreto, entendemos que existe estreita relação entre as atividades exercidas pelos policiais e o nível de bem-estar e de problemas sanitários que apresentam no campo físico e mental. Na vinculação entre processo de trabalho e saúde, várias e imbricadas dimensões devem ser contempladas com base em conceitos mediadores (Minayo-Gomez & Thedim-Costa, 1997). Alguns dos mais importantes são: aspectos socio-históricos que se atualizam na cultura organizacional, exigências requeridas (requerimentos) pela natureza da atividade; riscos presentes nas atividades em questão; maior ou menor vulnerabilidade de determinados grupos que exercem tarefas específicas; penosidade; desgaste psicossocial; perda de capacidade corporal e psíquica (Dejours, Abdoucheli & Jayet, 1994).

4) Qualidade de vida – Propomos neste livro que a noção de 'qualidade de vida' signifique o padrão que a própria sociedade determina e se mobiliza para conquistar, por meio de políticas públicas e sociais que induzem e norteiam o desenvolvimento humano e as mudanças positivas no modo, nas condições e nos estilos de vida (Minayo, Hartz & Buss, 2000). Dessa forma, qualidade de vida possui um sentido objetivo e subjetivo quanto a condições, situações e estilos de vida; a idéias de desenvolvimento sustentável e ecologia humana; e ao campo da democracia, do desenvolvimento e dos direitos humanos e sociais. Ao falarmos de qualidade de vida dos policiais militares, entramos no mérito da sua satisfação na vida familiar, amorosa, profissional, social e ambiental.

Este livro está organizado em partes e capítulos. Inicialmente, fazemos uma introdução histórica que situa no contexto a PMERJ desde sua origem, suas transformações, sua inserção no cenário internacional e sua configuração atual. Em seguida, apresentamos a metodologia de produção da pesquisa

dentro de uma abordagem por triangulação de métodos quantitativo e qualitativo. Os capítulos que contêm os resultados do trabalho de campo são os que tratam do perfil dos policiais, de suas condições de trabalho, de saúde e de qualidade vida. Há uma abordagem especial sobre o conceito e a realidade de riscos vivenciados pela corporação. Ao final, na conclusão fazemos recomendações estratégicas.

Desejamos que o leitor nos siga, perdoando nossas falhas, mas aprendendo a conhecer essa corporação tão importante para a vida social brasileira e fluminense, observando a riqueza dos dados que estamos lhe proporcionando. Sobretudo, desejamos que nossos leitores preferenciais sejam os próprios policiais. À parte a retórica de apresentação das informações, a discussão dos dados e as reflexões por meio das quais confrontamos o conhecimento empírico com os estudos nacionais e internacionais existentes, o material do livro é deles. É o resultado do tempo que despenderam conosco respondendo aos questionários ou conversando em entrevistas ou discussão de grupos. Por tudo isso, somos sumamente agradecidas! Desejamos, em troca, que aqui encontrem elementos e reflexões que os ajudem, pessoal e coletivamente, a ser uma Polícia cidadã e democrática como eles próprios e a sociedade brasileira merecem.

Agradecemos à equipe de trabalho de campo, composta por Raimunda Matilde do Nascimento Mangas, Júlio César Vasconcelos da Silva, Francisco Adolpho da Cunha Barros e Flávio Augusto Pinto Corrêa; a Marcelo da Cunha Pereira, pelo apoio técnico; a Danúzia da Rocha de Paula, pela normalização das referências; à equipe do Claves/Fiocruz, pelo apoio e incentivo, e especialmente aos policiais que doaram o seu tempo à pesquisa e dividiram conosco as suas vivências.

*As coordenadoras*

# Parte I

# Contextualização

# 1

# Estratégias de Pesquisa
## triangulando métodos, técnicas e perspectivas

Este estudo foi realizado com o objetivo de analisar as condições de trabalho, de saúde e alguns aspectos da qualidade de vida dos policiais militares do Rio de Janeiro. Embora a corporação tenha sua autoridade exercida em todo o estado, esta pesquisa ficou restrita à capital. A decisão de manter tal restrição se deve à peculiaridade desse espaço social, que é bastante diferente do interior e da Baixada, merecendo um aprofundamento específico que estaria sendo feito pela primeira vez por nós. Mas a escolha de apenas esse subconjunto também se deve a motivos de ordem prática e financeira.

Como convém a qualquer trabalho científico, iniciamos nosso estudo com uma extensa revisão bibliográfica sobre o tema. E, a partir daí, construímos uma estratégia específica para a elaboração dos instrumentos de investigação. Precedendo ao fechamento das questões, fizemos algumas entrevistas exploratórias com policiais para confirmar nossas hipóteses iniciais. Buscamos conhecer metodologias de trabalhos anteriores, discutimos entre nós e com consultores as propostas para questionários e roteiros de entrevistas, grupos focais e observação de campo.

Adotamos aqui uma perspectiva de 'pesquisa estratégica', conceito cunhado pelo pesquisador inglês Bulmer (1986) e adotado por nós para designar estudos realizados buscando iluminar determinados aspectos da realidade, com a finalidade de dar subsídios às políticas públicas. Uma pesquisa estratégica segue todos os passos de uma investigação básica, mas está totalmente orientada para a prática.

Durante todo o trabalho, usamos uma estratégia denominada 'triangulação' para designar o diálogo entre métodos, técnicas e outros dispositivos observacionais e analíticos. Essa estratégia foi proposta, primeiramente, por Denzin (1970) e depois passou a ser utilizada por outros investigadores. Nós a desenvolvemos e praticamos em várias pesquisas

(Minayo & Cruz Neto, 1999; Minayo *et al.*, 2007; Minayo, Assis & Souza, 2005; Minayo & Deslandes, 2007). Da forma como a utilizamos, consideramos triangulação de métodos e técnicas como a dinâmica de investigação que integra a análise da magnitude e do significado dos fenômenos e processos e a inclusão da participação e da visão dos atores que vivenciam esses processos.

Tendo em vista a natureza e a complexidade do objeto de nossa investigação, consideramos que esta seria a abordagem mais apropriada, por permitir, de um lado, conjugar um olhar complexo sobre as questões sociais e de saúde, articulando pontos de vista da epidemiologia e das ciências sociais e humanas; de outro, utilizar recursos diferenciados de coleta de dados buscando a interação de várias perspectivas, desde o desenho do projeto até a análise final, por meio de diálogo inter e transdisciplinar. Esta mesma estratégia metodológica foi usada em pesquisa anterior com a Polícia Civil (Minayo & Souza, 2003), cujos achados são por vezes mencionados na presente investigação, no sentido de comparar os dados das duas corporações.

## Abordagem Quantitativa

### O Plano de Amostragem

O plano da pesquisa foi o de uma amostragem de conglomerados em apenas um estágio. Entendemos como conglomerado a unidade física (uma academia de polícia, um batalhão etc.) com o seu respectivo grupo de profissionais.

As amostras foram calculadas com base em listagens fornecidas pela Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ), contendo todas as unidades da corporação na capital do estado e o efetivo de cada uma delas, especificado segundo os cargos. Para compô-las, observamos diferenciações características do processo de trabalho, considerando as unidades administrativas e as unidades operacionais (batalhões).

Um dos critérios para o sorteio das unidades foi a natureza do processo de trabalho: 'administrativo', constituindo um conjunto de atividades-meio que dão suporte para as atividades-fim, e 'operacional', responsável pelo patrulhamento e enfrentamento da criminalidade. E, dentro de cada unidade, observamos critérios de diferenciação de cargos. Consideramos os 'oficiais'

(coronel, tenente-coronel, major, capitão, primeiro-tenente e segundo-tenente), os 'suboficiais' (subtenentes) e os 'não-oficiais' (sargentos, cabos e soldados).

Na Tabela 1, encontra-se a amostra selecionada e pesquisada. Foram sorteadas 18 unidades e 1.700 policiais, mas pesquisamos 17 unidades e 1.120 policiais, mesmo tendo substituído e acrescentado unidades. Os principais motivos para essas perdas foram algumas recusas dos gestores em participar da pesquisa e divergências entre o contingente real e as listagens fornecidas pela administração da corporação. Mesmo tendo, ao final, uma amostra menor que a prevista, gostaríamos de ressaltar o esforço que fizemos para obter uma representatividade da corporação. Por causa do grande número de questionários devolvidos em branco, três novas unidades tiveram de ser incorporadas à amostra – 2º Batalhão, Grupamento Tático Motorizado (GTM) e 18º Batalhão. Mesmo assim, não cobrimos o número previsto dos indivíduos.

Tabela 1 – Distribuição dos estratos das unidades da Polícia Militar segundo amostra calculada, contingente real e amostra pesquisada

| Estratos | População | | Amostra calculada | | Amostra pesquisada | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Administrativo | Unidades | Pessoas | Unidades | Pessoas | Unidades | Pessoas |
| 1 - Oficial | 15 | 870 | 2 | 70 | 2 | 55 |
| 2 - Não-oficial | 15 | 1.788 | 2 | 144 | 3 | 59 |
| 3 - Suboficial | 15 | 1.617 | 4 | 131 | 4 | 73 |
| Operacional | | | | | | |
| 4 - Oficial | 32 | 598 | 3 | 48 | 4 | 23 |
| 5 - Não-oficial | 32 | 10.743 | 3 | 867 | 10 | 634 |
| 6 - Suboficial | 32 | 5.459 | 4 | 440 | 7 | 264 |
| Total | 47 | 21.075 | 18 | 1.700 | 17(*) | 1.108(**) |

(*) O total de 17 unidades pesquisadas não se refere à soma dos itens da coluna porque, em uma mesma unidade, puderam ser pesquisados policiais de diferentes funções e estratos.

(**) Foram pesquisados 1.120 policiais, porém 12 não informaram o cargo.

Os motivos para divergências entre as amostras calculadas e as pesquisadas foram vários. Citaremos alguns deles, pois possivelmente são rotineiros para quem faz estudo sobre policiais. No nosso caso, muitas dificuldades encontradas no estudo dos policiais militares já haviam ocorrido na pesquisa com os policiais civis, como:

- A própria natureza do trabalho e as constantes transferências dos policiais de uma unidade para outra. Os dados sobre o contingente de pessoal, fornecidos pelos gestores da corporação, continham muitas imprecisões quando comparados com os efetivos reais e não coincidiam com os existentes nos locais de trabalho.
- Os horários de trabalho das equipes, completamente diferentes de uma unidade para outra, também dificultaram a aplicação do questionário e o trabalho de campo em geral.
- O fato de policiais terem muitas atividades externas e imprevistas foi também relevante, impedindo o acesso da equipe de pesquisa a esses profissionais.
- Motivações de ordem subjetiva tornaram difícil a coleta de dados. Por exemplo, policiais que decidiram não devolver o questionário ou que o devolveram em branco. Acreditamos que o estresse permanente no desempenho das atividades, sobretudo por parte dos 'operacionais', e a descrença em qualquer mudança institucional também contribuíram para a não-adesão de muitos deles.

## Elaboração e Aplicação do Questionário

Adaptamos para os policiais militares um questionário que já havia sido pré-testado e utilizado na pesquisa com a Polícia Civil (Minayo & Souza, 2003), composto por 107 itens distribuídos em quatro blocos de questões: características socioeconômicas; questões sobre qualidade de vida; condições de trabalho; condições de saúde. Inserimos, ao final do questionário, uma pergunta aberta para que o respondente pudesse se expressar sobre a pesquisa, sobre sua vida e sobre seu processo de trabalho, caso lhe apetecesse. Apropriamos o conteúdo das perguntas do questionário à especificidade da Polícia Militar e esse instrumento foi avaliado por um oficial da corporação quanto à sua adequação.

Os policiais participantes preencheram os questionários anonimamente. Esses instrumentos de coleta de dados foram entregues dentro de envelopes fechados, acompanhados do termo de consentimento livre e esclarecido, conforme prevê a resolução n. 196/96, do Conselho Nacional de Saúde. Em vários casos, os questionários foram devolvidos sem a assinatura do termo de consentimento. Foi-nos relatado por alguns deles que não assinar era um procedimento de precaução, para não serem identificados por suas chefias.

O instrumento de coleta de dados incorporou algumas escalas previamente estruturadas e validadas: a de Apoio Social e a de Sofrimento Psíquico – SRQ20 (*Self Report Questionnaire*). A Escala de Apoio Social – desenvolvida por Sherbourne e Stewart *apud* Chor, Griepe e Faertein (2001) – possui 19 itens relativos ao apoio social e cinco de rede social. Neste trabalho, apenas os itens referentes ao apoio social foram utilizados. Essa escala é constituída por cinco dimensões: emocional – apoio recebido mediante a confiança, a disponibilidade em ouvir, o compartilhamento de preocupações e medos e a busca de compreensão dos seus problemas por outrem; de informação – recebimento de sugestões, bons conselhos e sugestões; material – possibilidade de a pessoa receber ajuda se ficar doente e de cama, podendo ter alguém que a leve ao médico, prepare suas refeições e auxilie nas tarefas diárias; afetiva – demonstração de afeto e amor, capacidade de abraçar e de amar; de interação positiva – diversão em conjunto com outros, capacidade de relaxar, de fazer coisas agradáveis e de distrair a cabeça. Cinco escores são obtidos, um para cada dimensão.

Essa escala foi adaptada à população brasileira por Chor, Griepe e Faertein (2001) em um inquérito com duzentos funcionários de uma instituição pública do Rio de Janeiro. Nessa fase de teste, os autores verificaram uma proporção muito pequena de itens não respondidos, o que sugere compreensão das perguntas formuladas. Além disso, outros critérios foram utilizados para a mensuração da qualidade dos itens pertencentes ao bloco de perguntas de apoio social. Em um primeiro momento, fazendo uso do coeficiente de correlação de Pearson, verificamos a correlação entre cada uma das perguntas, tomadas duas a duas. Este indicador foi útil para observar a capacidade que os itens têm para medir o apoio social e não qualquer outro conceito. Um resultado próximo de zero indicaria ausência de relação do item com o conceito medido. Porém, um resultado próximo

da unidade indicaria redundância, pois teríamos dois itens medindo a mesma coisa. Os dois resultados nos apontariam a exclusão do item.

Em seguida, o mesmo coeficiente foi aplicado para testar a correlação entre cada pergunta e a sua dimensão teoricamente pertencente. Nesse contexto, nenhum resultado menor que 0,20 foi encontrado, critério de exclusão preconizado por Rowland, Arkkelin e Crisler (1991). Por último, investigamos também se as diferentes perguntas utilizadas mediam o mesmo conceito, com base no coeficiente alfa de Cronbach. Os resultados obtidos foram elevados: 0,81, 0,89, 0,89, 0,93 e 0,76, respectivamente, para as dimensões de apoio afetivo, emocional, de informação, interação positiva e material – todos excedendo o limite de 0,70 recomendado por Rowland, Arkkelin e Crisler (1991).

Na pesquisa que fizemos com policiais civis (Minayo & Souza, 2003), foram obtidos altos coeficientes psicométricos: 0,93, para alfa de Cronbach; coeficiente de correlação intraclasse (ICC) em torno de 0,65, para cada tipo de apoio investigado; e Kappa variando do regular ao moderado. Todas as dimensões dessa escala se correlacionaram entre si.

Na amostra de policiais militares, foi examinada a validade de construto e a confiabilidade da escala. A validade envolveu três técnicas estatísticas: análise fatorial, correlação item-escala corrigida e avaliação da associação das dimensões da escala com alguns itens que, por hipótese, caracterizam o apoio. A confiabilidade foi verificada pelo coeficiente alfa de Cronbach. Observamos por meio da análise fatorial que três dimensões do apoio social foram discriminadas: apoio emocional/informação, afetiva/interação positiva e apoio material, em que o percentual da variância explicada por cada fator foi de 61,7%, 6,4%, 5,3%, respectivamente, e a explicação total da variância contida nos dados foi de 73,4%. Dois itens foram alocados fora de suas dimensões originais: um de apoio material ("contar com alguém para preparar suas refeições, se você não puder prepará-las"), que ficou no fator afetivo/interação positiva; e um de apoio emocional ("contar com alguém para ouvi-lo quando você precisa falar"), que ficou no fator representado pelos itens de apoio material.

Na análise da confiabilidade, após a aplicação da análise fatorial, encontramos coeficientes alfa de Cronbach de 0,95, 0,93 e 0,83, estimados para as três dimensões observadas. Para a escala global, o coeficiente foi de

0,96. Nenhum coeficiente sofreu alteração significativa ao se excluir um item de sua respectiva dimensão.

A avaliação da saúde mental foi executada por meio da aplicação da escala SQR20, desenvolvida por Harring e Mcmullin (1992). Esse instrumento mede a existência dos chamados 'distúrbios psiquiátricos menores' entre a população. O questionário originalmente possuía 24 perguntas: vinte sobre distúrbios não psicóticos e quatro referentes a distúrbios psicóticos. Várias versões do SQR surgiram em diversas línguas, inclusive no Brasil. Harding e colaboradores (1980), Dhadphale, Ellison e Griffin (1983), Sen, Wilkinson e Mari (1986) e Sen e Mari (1986) demonstraram bons índices de confiabilidade e validade; entre 73% e 93% para sensibilidade; entre 72% e 89% para especificidade; e a taxa de erros de classificação oscilou entre 18% e 24%. A versão aplicada no Brasil foi validada por Mari e Williams (1986), que observou sensibilidade de 83%, especificidade de 80/% e 19% de erros de classificação.

O ponto de corte proposto para a escala é de 7/8 para homem e mulher, respectivamente. Cada ponto equivale à resposta positiva a uma pergunta, conduzindo ao estado de 'sofrimento psíquico'. São elas: sentir dor de cabeça freqüente; ter falta de apetite; dormir mal; assustar-se com facilidade; apresentar tremor nas mãos; estar nervoso, tenso ou agitado; apresentar má digestão; sentir dificuldade de pensar com clareza; sentir-se triste; chorar facilmente; ter dificuldade em realizar tarefas diárias com satisfação; sentir dificuldade em tomar decisões (indecisão); apresentar dificuldade no serviço; sentir-se incapaz de realizar algo útil; perder o interesse pelas coisas; sentir-se inútil; pensar em suicídio; sentir desconforto estomacal; mostrar cansaço constante; cansar-se com facilidade.

A escala utilizada neste trabalho possui vinte itens que medem o sofrimento psíquico (distúrbios não psicóticos). O alfa de Cronbach encontrado no presente estudo é de 0,8346, confirmando que os vinte itens indicam uma única característica.

Além das duas escalas citadas, foram pesquisados indicadores de qualidade de vida, subdivididos em itens objetivos e subjetivos. Os indicadores subjetivos corresponderam ao que o policial percebe, sente e valoriza em relação a vários aspectos de sua vida. E os objetivos, a condições gerais de vida como alimentação, moradia e lazer. Para este trabalho, foi

utilizado o grau de satisfação composto por 16 variáveis sobre relacionamento e outros aspectos da vida. As cinco opções de resposta variaram em três gradientes: satisfeito, nem satisfeito/nem insatisfeito e insatisfeito.

## Contatos Institucionais

Para viabilizar a pesquisa, vários contatos foram realizados desde 2001. Por diversos motivos independentes da nossa vontade, a sua autorização só foi conseguida em 2005, depois de muitas idas e vindas. Depois de publicada a autorização na ordem do dia da corporação, foram feitos os contatos em cada unidade. Do ponto de vista institucional, é importante ressaltar que investimos em um árduo trabalho de exposição do sentido, dos objetivos e da dinâmica do estudo, buscando convencer os comandantes, oficiais e praças das unidades sorteadas sobre a importância da pesquisa.

Após a adesão, era pactuada com os comandantes a melhor forma para proceder à coleta dos dados. De modo geral, esses oficiais receberam bem a proposta, apenas buscando se certificar de que a pesquisa estava devidamente autorizada. Um fator que pode ter contribuído para a adesão é o fato de já termos realizado e publicado uma pesquisa similar a respeito dos policiais civis.

## Aplicação dos Questionários

A aplicação dos questionários durou dois meses. Algumas vezes, o instrumento, em envelopes individuais, era entregue ao comando da unidade para que chegasse às mãos dos seus subordinados. Mas também os pesquisadores promoveram a aplicação coletiva. A primeira forma, ou seja, deixar os envelopes para serem distribuídos, foi-nos indicada pelos comandantes das unidades e, concretamente, mostrou-se a estratégia mais eficaz. Em alguns casos, tendo em vista a cultura hierárquica da Polícia Militar e sabendo que havia autorização oficial do comandante geral da Polícia para a realização do estudo, chefes de unidades impuseram o preenchimento do questionário aos policiais. Se, por um lado, essa fórmula garantiu a adesão de alguns entrevistados, por outro pode ter prejudicado a qualidade das informações prestadas. Mesmo não tendo condições de avaliar

os resultados dessas circunstâncias, não queremos deixar dúvidas ao leitor sobre as condições de possibilidade em que a investigação foi realizada.

A pesquisa de campo demandou muitas idas às unidades para cobrir os vários turnos das equipes e localizar os policiais, visando tanto à entrega dos envelopes quanto ao seu recolhimento. Na prática, distribuímos muito mais questionários do que os recolhidos, pois o retorno dependia de um ato voluntário dos pesquisados.

No balanço final, tivemos 1.700 questionários entregues, dos quais 199 (11,7%) foram devolvidos sem preenchimento e 381 (22,4%) não foram sequer devolvidos. Essa taxa de não-resposta é da ordem de 34,1%.

Na Tabela 2, encontram-se distribuídos por hierarquia, segundo os cargos, os policiais militares que compõem a amostra, excluídos 12 que não informaram seus cargos.

Tabela 2 – Distribuição dos policiais militares que compõem a amostra, segundo os cargos

| Cargos policiais | n. | % |
|---|---|---|
| Coronel | 5 | 0,4 |
| Tenente-coronel | 9 | 0,8 |
| Major | 19 | 1,7 |
| Capitão | 13 | 1,2 |
| Primeiro-tenente | 11 | 1,0 |
| Segundo-tenente | 21 | 1,9 |
| Subtenente | 20 | 1,8 |
| Primeiro-sargento | 36 | 3,3 |
| Segundo-sargento | 161 | 14,5 |
| Terceiro-sargento | 120 | 10,8 |
| Cabo | 180 | 16,3 |
| Soldado | 513 | 46,3 |
| Total | 1.108 | 100,0 |

## Expansão da Amostra

Quando estimamos características de determinada população com base em amostra probabilística, cada unidade amostral pesquisada representa certo número de unidades não selecionadas da população, no caso, dos policiais militares. Partindo desse princípio, optamos pela utilização de pesos amostrais para as unidades policiais estudadas. Silva e colaboradores (1999) recomendam que, nesse caso, um peso amostral deve ser especificado para cada unidade investigada, refletindo a sua representação na população. Ainda segundo os autores, os pesos amostrais, denominados 'fatores de expansão', são calculados com base na probabilidade de inclusão de uma unidade policial na amostra. A escolha desse desenho foi motivada pela premissa de que o trabalho de campo seria facilitado com a participação de todos os policiais de uma mesma unidade policial. Mas também porque o único cadastro disponível continha apenas o nome das unidades com seus respectivos quadros de servidores, segundo seus estratos de locação.

Após a expansão, mesmo com considerável margem de não-resposta aos questionários e possível redução na precisão das estimativas, verificamos que a amostra expandida ficou semelhante ao real contingente dos policiais. Para os dados analisados, após expansão da amostra, obtivemos 7% de pessoas em cargos de oficiais. O peso do estrato administrativo na pesquisa foi de 24% e o do grupo operacional, de 76%. Trabalhamos com uma população estimada de 21.075 policiais militares. Todos os resultados aqui apresentados relacionam-se a essa população.

## Processamento e Análise dos Dados

O processamento dos dados foi feito no programa Epidata, versão 3.1. A fim de minimizar os erros na fase de digitação e agilizar o processamento dos dados, foram cumpridas quatro etapas: codificação, digitação, crítica e análise. Seguimos os mesmos passos usados na pesquisa anterior com os policiais civis (Minayo & Souza, 2003). Criamos um programa (máscara de entrada) para estabelecer os valores válidos para cada pergunta existente no questionário. Com esse dispositivo, nenhum valor fora do previsto seria aceito no momento da digitação.

Na etapa seguinte, estabelecemos regras para agilizar a digitação. Tal processo é conhecido como codificação. O detalhamento dessas regras

está contido em um manual para o codificador, elaborado pela equipe de estatísticos que trabalharam na pesquisa. Esse estágio foi imprescindível, visto que evitou, além de erros de digitação, a perda de tempo provocada comumente por incompreensão das respostas.

No que diz respeito à crítica dos dados, fase em que objetivamos a eliminação dos possíveis erros capazes de provocar enganos de apresentação e análise dos resultados, optamos por dois processos distintos. O primeiro procedimento de crítica destinou-se a procurar erros de codificação ou digitação dos questionários. Nessa abordagem, escolhemos realizar uma amostragem aleatória simples de 10% dos questionários. Houve falha de digitação em 25,7%. De todas as questões, 9% apresentaram erros que foram corrigidos. Em seguida, rastreamos incoerências, isto é, investigamos se havia problemas com respostas a determinadas questões que, teoricamente, deveriam se relacionar de maneira lógica. Constatamos que 375 (33,5%) questionários apresentaram alguma inconsistência; 3,2% de tais inconsistências eram erros de digitação logo retificados. As questões incoerentes foram anuladas.

Na fase de análise, o banco foi convertido para o *software* SPSS versão 10.0, onde realizamos a descrição de freqüências simples e análises uni e bivariadas das variáveis. Os dados foram abordados, inicialmente, por meio de uma análise exploratória em relação a todas as questões. Para verificarmos diferenças estatisticamente significativas, utilizamos o teste Qui-quadrado de Pearson. De acordo com Siegel (1956), este teste é usado para encontrar associação entre variáveis em tabelas de contingência, permitindo também avaliar o grau e a significância da associação encontrada. No texto, essas diferenças apenas são mencionadas quando foram estatisticamente significativas ($p<0,05$).

Todas as variáveis foram comparadas em função das categorias analíticas 'cargo na polícia: soldados e cabos *versus* oficial/suboficial/sargento', visando a um melhor balizamento quantitativo dos dois grupos, e 'processo de trabalho: atividade administrativa *versus* atividade operacional'. Na parte qualitativa, discriminamos com maior especificidade cada categoria de servidor.

Recorrendo a modelos de regressão logística, fizemos uma modelagem em relação às situações de risco sofridas pelos policiais, sendo esta a variável de interesse no estudo, no intuito de identificar os seus determinantes.

O indicador de risco sofrido foi construído com base teórica por meio das seis questões dicotômicas referentes à auto-avaliação reportada pelos policiais, envolvendo as atividades consideradas mais perigosas ao bem-estar físico daqueles que estavam em atividade operacional. Os tipos de violência mensurados pelo indicador nas situações de enfrentamento são: ferimento por projétil de arma de fogo; ferimento por arma branca; agressão física; violência sexual; tentativa de suicídio; tentativa de homicídio.

Na construção da variável de interesse, as categorias de respostas utilizadas basearam-se no seguinte padrão de classificação: ausência e presença de risco, de acordo com a resposta dada pelo policial. Caso ele reportasse não ter vivenciado nenhuma das situações adversas anteriormente descritas, sua resposta seria codificada como ausência; caso contrário, a codificação recebida seria a de presença de risco.

Em um primeiro momento, testamos modelos individuais de regressão logística individuais para cada uma das variáveis explicativas; em seguida, fizemos uma abordagem na qual consideramos modelos para cada um dos quatro blocos de variáveis; uma terceira modelagem uniu os resultados gerados pelas duas anteriores.

Também foram testadas algumas hipóteses propostas por Griep e colaboradores (2005). A primeira é a de que as mulheres, os mais jovens e os indivíduos com maior escolaridade e renda freqüentemente apresentam altos escores de apoio social. A segunda afirma que pessoas com maior número de parentes, de amigos íntimos, que são casadas ou não moram sozinhas e que participam de atividades sociais em grupo também têm mais chance de apresentar altos escores de apoio social. Enfim, a terceira hipótese diz que indivíduos com melhor percepção sobre seu estado de saúde, com menor número de doenças crônicas e que não apresentam transtornos mentais comuns igualmente demonstram elevados escores.

Realizamos investigação de características que hipoteticamente apresentam alguma associação com o apoio social. As associações foram verificadas por meio da estimação de razões de chances – *odds ratio* (OR) – com base em modelos de resposta binária (logísticos), onde a variável resposta seria a dimensão do apoio social categorizada em nível alto ou baixo (ponto de corte estabelecido pela mediana da distribuição dos escores da respectiva dimensão).

## Abordagem Qualitativa

Construímos os dados qualitativos exercitando a triangulação, a partir de múltiplos informantes, observadores e técnicas de aproximação e compreensão da realidade. Elaboramos todos os instrumentos coletivamente e buscamos que fossem criticados por especialistas *ad hoc* nas áreas da saúde do trabalhador e da segurança pública.

Tomamos como ponto de partida para a elaboração dos roteiros as discussões da equipe em torno da leitura de várias pesquisas sobre os indicadores de qualidade de vida, sobre o perfil de saúde de distintas categorias profissionais e sobre a descrição das condições do trabalho policial. Realizamos alguns seminários internos voltados para a discussão dos marcos teóricos da investigação. E retomamos as entrevistas realizadas com informantes-chave na fase exploratória do trabalho, para examinar a adequação dos nossos instrumentos.

Também pudemos nos beneficiar dos debates realizados pela equipe na fase de construção do instrumento quantitativo, identificando questões que seriam mais pertinentes do ponto de vista qualitativo, nos grupos focais e nas entrevistas. Outros referenciais foram os resultados significativos estatisticamente e a análise realizada na pesquisa anterior com policiais civis. Esse diálogo metodológico e interdisciplinar permitiu-nos, também, perceber a necessidade de melhor esclarecer o sentido de determinados temas que queríamos investigar.

Nesse exercício de triangulação metodológica com os pesquisadores da área quantitativa, pudemos definir algumas categorias para guiar a 'conversa com finalidade' sobre cada um dos três grandes eixos do trabalho (qualidade de vida, condições de saúde e condições de trabalho). Dada a sinergia entre esses três componentes, muitas vezes uma questão acabava por complementar o enfoque dos outros dois campos. Assim, por exemplo, ao perguntarmos sobre o que afetaria a saúde do policial, as suas condições de trabalho acabariam, inevitavelmente, por surgir no relato.

Incluímos nos roteiros as seguintes temáticas: qualidade de vida nos âmbitos de trabalho, da família e da comunidade; condições de trabalho do setor; sugestões para a melhoria dessas condições; riscos e estratégias para lidar com os desafios cotidianos; relações de trabalho; reconhecimento do policial e do seu serviço pela sociedade e pela própria corporação.

A contemplação da diversidade de atuação dos policiais foi o critério fundamental para a escolha do espaço de abrangência da amostra qualitativa. Por isso, incluímos: unidades que atuam na Zona Sul, na Zona Norte e na Zona Oeste da cidade; unidades presentes em regiões socialmente diversificadas: áreas pobres, de favela e de classe média; unidades conhecidas por terem bom relacionamento com a comunidade e unidades que apresentam dificuldades de interação no ambiente social em que estão presentes.

Trabalhamos, basicamente, com três técnicas: grupo focal, entrevista individual e, de forma complementar, observações de campo. Para as 'entrevistas', utilizamos um roteiro semi-estruturado, com ampla abertura para que nosso interlocutor interferisse e colocasse seu ponto de vista, além ou apesar das questões que apresentávamos. Essa postura acabou por nos brindar com muito mais material do que nossa lista de temas inicialmente propunha.

Utilizamos o 'grupo focal' como uma técnica de conveniência, pois não teríamos condições de expandir as entrevistas individuais por tantos policiais. No entanto, a empregamos explorando a especificidade de sua potencialidade reflexiva. Sabemos que o material resultante de um grupo de discussão é absolutamente diferente do que obtemos em uma entrevista. Isso porque, no grupo, ouvir o outro e apreciar sua opinião permite atingir um nível de explicação razoavelmente profunda sobre determinado tema de forma consensual, assim como possibilita, também, deixar claro os dissensos existentes entre os diferentes participantes. Dessa maneira, o resultado de um grupo focal é um material interpretativo de primeira ordem (Schutz, 1979) bastante elaborado. Como preconiza essa técnica, colocamos em cada sessão um 'moderador', que introduziu as regras do encontro, animou o debate e buscou estabelecer a participação mais eqüitativa possível entre os membros do grupo, e um 'relator', que fez o registro, checou com o grupo a síntese das opiniões, os pontos consensuais e os principais conflitos, além de ter tirado dúvidas sobre os depoimentos apresentados.

A 'observação de campo', no caso deste estudo, constituiu apenas aporte complementar. Realizamos observações durante as diversas visitas para a aplicação dos questionários da amostra quantitativa. Assim, a equipe destinada a cobrir cada unidade ficou responsável pela elaboração de um diário de campo. Seguindo um roteiro construído pelo grupo, buscamos mapear observações sobre condições e relações de trabalho e impressões e expectativas geradas pela pesquisa.

## Amostra Qualitativa

Como já é de conhecimento de todos os que trabalham com pesquisa qualitativa, nesse tipo de abordagem não importa o número de interlocutores, e sim o aprofundamento das questões relevantes e a abrangência de todos os atores principais, neste caso da organização policial militar. Visamos, assim, a compreender a 'lógica interna' com que esses atores pensam, sentem e atuam diante dos problemas tratados.

Fizemos oito entrevistas, sendo sete com gestores (dois comandantes de unidades operacionais, dois de unidades operacionais especiais, um de unidade administrativa e dois de unidades de saúde). Entrevistamos também uma psicóloga que atua em uma unidade operacional especial.

Fizemos 11 grupos focais. Neles, entrevistamos 92 policiais (84 homens e oito mulheres) com a seguinte composição: três com oficiais graduados (coronel, tenente-coronel e major), três com sargentos e cinco com cabos e soldados, distribuídos de acordo com a natureza da unidade (operacional, operacional especial e administrativa).

## Processamento de Dados e Técnicas de Análise

O tratamento e a interpretação dos dados qualitativos seguiram princípios do Método de Interpretação de Sentidos (Gomes *et al.*, 2005). Tais princípios, ancorados em uma perspectiva hermenêutica-dialética (Minayo, 2006), trabalham com a interpretação do contexto, das razões e das lógicas das falas, das ações e do conjunto de inter-relações de forma contextualizada. Poderíamos dizer que os resultados apresentados nesta pesquisa atingiram o nível de uma descrição analítica.

A análise cumpriu as seguintes etapas:

- Transcrição e digitação das gravações das entrevistas individuais e dos grupos focais.
- Atribuição de códigos aos entrevistados e às pessoas por eles mencionadas, de forma a assegurarmos o sigilo das informações.
- Leitura intensiva e compreensiva dos textos transcritos, buscando identificar a lógica dos atores quando afirmaram, negaram ou omitiram determinadas informações. Para isso criamos três subgrupos de análise com base na categoria profissional dos

entrevistados: 'oficiais', 'sargentos e subtenentes' e 'cabos e soldados'. A análise foi realizada por três pesquisadores separadamente. Cada um deles aprofundou um subgrupo, e posteriormente foi feita a comparação. Na versão final da estrutura, trabalhamos com apenas dois grupos: 'círculo dos oficiais' e 'círculo das praças'.

- Elaboração de estruturas de análise, agrupando os depoimentos em três eixos temáticos: processo de trabalho, qualidade de vida e condições de saúde.
- Identificação das idéias centrais presentes em cada um dos eixos.
- Identificação dos sentidos atribuídos às idéias.
- Elaboração de sínteses interpretativas de cada eixo temático.
- Articulação entre os sentidos atribuídos pelos autores a suas falas ou a seus silêncios, com os resultados dos questionários e com referenciais teóricos sobre os vários temas que estudamos.

Também buscamos levar em conta na análise qualitativa os textos escritos pelos policiais na questão aberta dos questionários. Do conjunto, 153 deles fizeram algum tipo de registro nessa seção do instrumento. Desses, apenas 4,7% eram oficiais e os demais (95,3%) pertenciam ao grupo das praças. Fizemos uma leitura atenta dos depoimentos e selecionamos os mais emblemáticos, que também foram utilizados juntamente com os provenientes das entrevistas e dos grupos focais. Ressaltamos que, de modo geral, os conteúdos desses registros foram extremamente críticos, incluindo denúncias, problemas relativos ao uso de drogas por parte do próprio policial e pedidos desesperados de ajuda.

# 2

# Formação Social da Polícia Militar do Rio de Janeiro

Analisamos a história da Polícia Militar em cinco aspectos: seus antecedentes; sua instituição e institucionalização; seus comandos; seu corpo de servidores e suas funções atuais. Quanto aos seus antecedentes, o policiamento do Rio de Janeiro na atualidade ocorre por meio de uma secretaria específica, denominada Secretaria de Estado de Segurança Pública. Seu formato, tal como está desenhado hoje, vem desde 1992 (Figura 1). No entanto, sua história é mais antiga e tem vários antecedentes.

Figura 1 – A estrutura da Segurança Pública

- Secretaria do Estado de Segurança Pública
  - Polícia Militar
    - Polícia Ostensiva
      - Policiamento Ostensivo de Prevenção
  - Polícia Civil
    - Polícia Judiciária
      - Investigação do Crime e sua Autoria

Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro (www.seguranca.rj.gov.br), 2007.

Dos primórdios da história colonial até 1603, o país não manteve organização policial. No Rio de Janeiro, todo o poder – Executivo, Legislativo e Judiciário – estava reunido nas mãos dos governadores da

cidade, desde a sua fundação em 1565. A primeira polícia aqui existente foi a Guarda Escocesa, trazida por Villegaignon, em 1555. E a primeira cadeia pública foi construída em 1567, no morro do Castelo. A segunda foi edificada em 1639, no local onde hoje se ergue o palácio Tiradentes.

O Conselho de Vereança, criado por Mem de Sá (que governou o Rio de Janeiro de 1567 a 1572), foi quem editou as primeiras posturas referentes à atividade policial, estabelecendo severas penas para o 'vício de jogo'. A fiscalização e a aferição de pesos e medidas, os preços dos comestíveis, o asseio da cidade e seu povoamento também foram alvos de normas governamentais. As diligências noturnas – com o intuito de realizar prisões – foram atribuídas ao alcaide pequeno,[2] que sempre se fazia acompanhar de um tabelião que anotava e atestava as ocorrências.

Um novo tipo de entidade policial apareceu em 1626. Era um esboço de organização, nos moldes dos quadrilheiros existentes em Lisboa, com sua sede instalada no campo de Santana. Sua organização se sustentava pelos impostos sobre as casas de pasto, fogos de artifício, tabernas abertas até depois da meia-noite, lançamento de barcos e canoas, material de construção, passaportes, diversões públicas, taxas de carceragem e liberdade de presos, taxa sobre açoites em escravos (!), licença para construção de moradias e venda de capim.

O marquês de Lavradio, nomeado vice-rei para representar o rei de Portugal no Brasil em 1760, alarmado com a criminalidade na cidade do Rio de Janeiro e com a decadência e o descrédito da organização dos quadrilheiros, criou e regulamentou o Corpo dos Guardas Vigilantes, bem como organizou uma guarda montada. Até a chegada de dom João VI ao Brasil, os vice-reis combinavam, sob sua responsabilidade, funções administrativas e policiais, contando com a colaboração de ouvidores gerais.

---

[2] No período colonial, 'alcaide', palavra derivada do árabe, significava 'o chefe', 'o guia'. Os alcaides (mores e pequenos) eram funcionários que vigiavam a cidade de dia e de noite, acompanhados de um tabelião que registrava flagrantes, delitos e outros problemas sobre os quais eles tinham responsabilidade. Os auxiliares do alcaide-mor se reuniam à noite na residência dessa autoridade para programar a vigilância da cidade no dia seguinte.

## Processo de Institucionalização da Polícia Militar

A Polícia Militar nasceu inspirada na organização das corporações européias. As instituições policiais modernas da Europa Ocidental surgiram durante a transição do século XVII para o século XVIII, processo que se estendeu ao início do século XIX, coincidindo com a difusão das idéias liberais em vários países (Critchley, 1992; Harring & Mcmullin, 1992; Holloway, 1997). O conceito fundamental para a criação dessas corporações foi a idéia de 'segurança pública' como serviço essencial prestado pelo Estado, concernente à garantia de direitos e assentamento da autoridade. Como refere Muniz (1999), as perspectivas de solução de conflitos sociais por intermédio de uma instituição fundada em princípios de legalidade e de consentimento social representaram o desafio de construção do Estado de direito. E, segundo Foucault (1965), é daí que se aprofundou a idéia de uma sociedade disciplinada.

Em regiões sob influência européia, como o Brasil do século XIX, foram criadas corporações policiais, destinadas, pouco a pouco, a serem uma resposta civilizada às insatisfações públicas relativas às arbitrariedades produzidas pelo uso da força e pelas intervenções descontínuas e truculentas dos exércitos e dos intendentes diante dos conflitos sociais.

No Rio de Janeiro, a história do que viria a ser conhecida como Polícia Militar começou em 1808, e sua organização administrativa e uniformizada coincide com a vinda da família real portuguesa para o Brasil, fugindo dos projetos expansionistas de Napoleão Bonaparte. Sua organização constituiu uma adaptação do que já vinha sendo experimentado em Lisboa, com base no modelo francês. Foi obra do imperador dom João VI a criação da Intendência Geral da Polícia, órgão com poderes judiciais e encarregado de várias tarefas administrativas. Pelo alvará de 10 de maio de 1808, dom João VI instituiu – com as mesmas atribuições que tinha em Portugal – o cargo de 'intendente geral de Polícia da Corte', inaugurando uma nova fase para a vida da cidade e dando origem a grandes modificações no organismo policial que vigorava até então.

Dom João VI tinha como objetivo organizar uma polícia eficiente, com o intuito de precaver-se contra espiões e agitadores franceses. Mas não pretendia instituir, nessa ocasião, um mecanismo repressor de crimes comuns. Sua idéia era dispor de um corpo policial – principalmente político – que

amparasse a Corte, apresentasse informes sobre o comportamento do povo e o preservasse do contágio das idéias liberais que a Revolução Francesa irradiava pelo mundo. Ele tinha conhecimento de que vários nobres e letrados da Corte aderiam paulatinamente às idéias libertárias e temia que tais idéias atingissem toda a população. O corpo de segurança desejado pelo rei, além de lhe oferecer cobertura política, deu origem à estrutura básica da atividade policial no Brasil. Suas atribuições incluíam, à época, muito mais que a mera vigilância e repressão a crimes, pois estavam sob sua responsabilidade as seguintes áreas:

- Obras públicas;
- Segurança pessoal e coletiva;
- Ordem e vigilância da população;
- Investigação de crimes;
- Punição dos criminosos.

O intendente geral de Polícia da Corte do Brasil tinha *status* de ministro e jurisdição ampla e ilimitada, a ele submetendo-se todas as questões criminais e cíveis. Na prática, o poder que lhe foi conferido permitiu-lhe, desde o início, um amplo campo de ação no controle da população, quase sempre exercido, dependendo da personalidade dessa autoridade, com maior ou menor grau de arbitrariedade, sobretudo contra escravos e pobres livres.

O intendente enfeixava em suas mãos todos os órgãos policiais do Brasil e tinha responsabilidade, inclusive, sobre ouvidores gerais, alcaides-mores e pequenos, corregedores, inquiridores, meirinhos e capitães de estradas e assaltos. Era também sua tarefa a organização da Guarda Real da Polícia da Corte. Em resumo, as atribuições da Intendência Geral cobriam as funções de justiça, de governo e de administração interna.

Como esse órgão instituído com tantos poderes não possuía, originalmente, um corpo de profissionais preparados para cumprir sua missão, foi criada a Divisão Militar da Guarda Real da Polícia – organizada à semelhança do Exército, em 13 de maio de 1809. Dessa Guarda Real derivou-se a corporação policial uniformizada – de formato militar – que até hoje está presente nas ruas do Rio de Janeiro (Bretas, 1998; Holloway, 1997). Foi configurada uma força policial de tempo integral, com ampla autoridade para manter a ordem e perseguir os criminosos. O decreto real

que criou a Intendência confirmou-lhe a outorga de autoridade judicial sobre delitos menores.

A primeira grande reforma desse arranjo institucional ocorreu em 1831, quando o regente Diogo Antônio Feijó extinguiu a Guarda Real, que havia se rebelado, e a substituiu por uma organização paramilitar e civil denominada Guarda Municipal. Composta por cidadãos não profissionalizados, não remunerados e recrutados entre cidadãos de posse, essa iniciativa fracassou em cerca de três meses. No seu lugar, Feijó idealizou e instituiu o Corpo de Guardas Municipais Permanentes.

Holloway (1997), em seu acompanhamento da história política da elite brasileira no século XIX, chama a atenção para a influência das idéias liberais na formação desse Corpo de Guardas. Sua doutrina seguia o ideário que predominava na Europa de então – o que pode ser constatado também nos atos de dom Pedro I, que outorgou a Constituição Liberal de 1824; do regente (padre) Diogo Antônio Feijó, que ajudou a fundar o Partido Liberal e o sistema policial do Rio de Janeiro; e dos ideólogos e conselheiros do Império, Tavares Bastos e José Tomás Nabuco de Araújo. Também estão no rol das figuras instituidoras representantes conservadores da política nacional da época, como Luiz Alves de Lima e Silva, o duque de Caxias, que definiu os caminhos a serem trilhados pela Polícia Militar; Eusébio de Queiroz, que teve papel semelhante na história da organização da Polícia Civil; e o visconde do Rio Branco, que liderou a reforma judicial liberal aprovada pelo Parlamento, em 1871.

A partir da Proclamação da Independência e por todo o século XIX, esses liberais, fossem eles autoritários ou conservadores, contribuíram para a modernização institucional do país, na qual se inclui a organização das corporações da Policial Militar e da Polícia Civil. Assim, podemos dizer que, com exceção do breve lapso ocorrido em 1831, quando Feijó extinguiu a Divisão Militar da Guarda Real, a Polícia Militar tem estado presente na história do Brasil e do estado do Rio de Janeiro desde 1808.

O processo de institucionalização dessa corporação desenvolveu-se de forma contemporânea à consolidação das corporações policiais da Europa Ocidental, como já dissemos, e ocorreu antes mesmo da constituição dessa categoria nos Estados Unidos (Holloway, 1997). Seu quartel-general se organizou desde então nas dependências de um antigo mosteiro, na atual rua Evaristo da Veiga (antiga rua dos Barbonos), próximo ao Passeio

Público, o mais antigo parque da cidade. A intenção do regente era instituir e manter uma corporação bem localizada, profissional, selecionada e bem paga, a quem os cidadãos pudessem confiar a segurança de sua pessoa e de seus bens.[3]

Entre as várias características do Corpo de Guardas Municipais Permanentes à época de sua criação, observamos uma clara intenção de que esta se diferenciasse em relação às Forças Armadas: sua submissão ao ministro da Justiça e não ao ministro da Guerra, ou seja, não se confundindo com o Exército; provisão de membros não conscritos do Exército, e sim recrutas que se alistassem voluntariamente e recebessem melhores condições de vida e remuneração que as tropas; não-sujeição a castigos corporais, o que costumava acontecer à época com os soldados do Exército.

Em sua estruturação em 1831, foram confiadas ao Corpo de Guardas Municipais Permanentes as seguintes funções:

- Patrulhar a cidade, circulando dia e noite: a infantaria atuaria no Centro e a cavalaria nos subúrbios.
- Patrulhar individualmente, em duplas e, no caso de áreas isoladas, em grupos maiores.
- Prender todos que estivessem cometendo crimes ou que houvessem cometido crime recentemente, dando especial atenção aos ajuntamentos de pessoas.
- Revistar pessoas suspeitas.
- Autorizar eventos públicos e se responsabilizar por eles, tendo poder de prender pessoas envolvidas em motins ou agitações.

---

[3] A boa remuneração prevista por Feijó tinha por base de comparação o soldo pago pelo Exército e pela Guarda Real. Holloway (1997) registra que, enquanto um soldado da Guarda Real ganhava 2$400 por mês, a Polícia Militar já pagava 18$000 mensais a um funcionário na escala inicial. Esse soldo – complementado com casa e comida nos quartéis – dava às praças da Polícia Militar, à época em que foi criada, uma renda mensal semelhante à dos assalariados livres, como balconistas e artesãos. No entanto, a base de recrutamento do pessoal da Polícia Militar foi o segmento pobre da população, desde a época do Império. E o 'pagar bem' proposto pelo regente Feijó esteve permanentemente balizado pelos salários recebidos pelos trabalhadores pouco qualificados.

Nas instruções baixadas por Feijó, a influência da filosofia liberal era nítida. O Código Criminal oferecia um arcabouço jurídico que limitava o arbítrio dos policiais. Nele estava escrito que "as patrulhas da Polícia Militar cumpririam com seu dever sem exceção de pessoa alguma, sendo com todos prudentes, circunspetas, guardando aquela civilidade e aquele respeito devidos aos direitos dos cidadãos" (Holloway, 1997: 94). A idéia do regente era acabar com as brutalidades que vinham ocorrendo contra o povo desde a criação da Polícia e, sobretudo, nos períodos de comando dos intendentes gerais. Feijó esperava que a nova Polícia Militar se tornasse uma instituição capaz de prevenir e reprimir distúrbios e estabelecer a ordem social, por meio de métodos mais racionais e humanitários, como o de privação de liberdade e aplicação de multas à luz da lei (Holloway, 1997).

Em 1866, o Corpo de Guardas Permanentes passou a se chamar Polícia da Corte e, em 1920, recebeu a designação formal de Polícia Militar. No *site* corporativo está escrito que a instituição já passou por 12 denominações diferentes, as quais acompanham a história do Brasil e do estado do Rio de Janeiro (PMRJ, 2007).

Logo depois de criada, a Polícia Militar se viu sobrecarregada de tarefas e com um efetivo muito aquém de suas necessidades. Além da rotina de montar guarda e patrulhar a cidade, realizando atividades preventivas e repressivas, muitas outras funções passaram a ser demandadas à instituição. Pelo fato de ter de manter a ordem e por apresentar incontáveis contradições sociais não resolvidas em seu corpo funcional e em seu desempenho, essa organização nunca gozou de reputação invejável. A maioria dos estudiosos da formação social do país ressalta, desde o início, a aversão dos brasileiros às atividades policiais. As autoridades encontraram, desde o início, muitas dificuldades para o recrutamento de pessoas das classes mais abastadas e com melhor formação escolar para esse serviço público, por causa do repúdio às funções típicas e também devido aos baixos salários (Holloway, 1997).

A hostilidade contra a população, um dos alvos das transformações culturais preconizadas pelo regente Feijó, a serem efetuadas mediante o cumprimento de procedimentos padronizados, continuou. A tradição do uso de métodos de mutilação e de produção de dor permaneceu vigente, estruturando a memória cultural trazida da instituição da Intendência. Assim, ações arbitrárias e de crueldade manifestavam-se mesmo depois da promulgação do novo código, sobretudo sob a forma de agressões a pessoas nas ruas.

## Os Comandos

Os quadros originais de comando da Polícia eram formados dentro da tradição patrimonial portuguesa (Bretas, 1998). Homens de grande poder aquisitivo obtinham a honraria de comandar um corpo policial e, em contrapartida, pagavam por ele ou buscavam recursos com pessoas abastadas para manter suas praças. Na organização do Corpo de Guardas Municipais Permanentes (a atual Polícia Militar), Feijó criou quatro companhias de infantaria, duas de cavalaria e duas auxiliares. Estas últimas eram comandadas por oficiais do Exército e agregavam as praças que apresentavam problemas disciplinares e necessitavam de maior controle. A praça que não mantivesse comportamento adequado era transferida para o Exército, que pagava muito menos e cuja disciplina se organizava de forma mais rígida (Bretas, 1998).

O costume de haver influentes portugueses à frente dos comandos foi, aos poucos, se modificando, pois essa atividade não constituía uma tarefa suficientemente atrativa. Bretas (1998) assinala que, já na década de 1830, os documentos evidenciam a presença de um tipo de contratação de comandantes por dois anos e, mais tarde, por três anos renováveis. Inclusive, há registros de que nos anos 1830 já se aceitava e praticava a ascensão na carreira. Um policial teria chance de se engajar no nível mais baixo da corporação e galgar a postos superiores, por mérito ou por indicação de pessoas influentes. Os comandantes das companhias também eram, com freqüência, militares do Exército.

Bretas (1998) comenta que Luiz Alves de Lima e Silva, o futuro duque de Caxias, que comandou a Polícia por um longo período na década de 1830, incentivava a promoção de bons policiais. Os documentos da época evidenciam a existência de servidores bem-sucedidos, embora fossem muito poucos os que logravam chegar ao oficialato. Entre os oito capitães listados em 1845, por exemplo, quatro vinham da própria instituição e quatro do Exército (Bretas, 1998). Mas esse mesmo historiador, examinando documentos, fala da imagem perturbadora que a história oferece desse grupo considerado de sucesso, pois seu histórico assinala uma capacidade profissional muito restrita, aliada à vivência de muitos problemas físicos, mentais e de comportamento.

Bretas descreve vários exemplos, e dele tomamos o caso do capitão Albino José Marques, que, ao pedir reforma,[4] "apresentava, aos 50 anos,

um quadro de gastro-hepato-cistite e laringite crônica, além da suspeita de idiotice que não fora, até então, obstáculo a sua carreira" (Bretas, 1998: 224). Sobre ele, a junta médica assinalou: "[possui] uma inteligência limitada que, debaixo de afecções morais, bem poderia distraí-lo de seus deveres. Não sofre, contudo, de idiotice" (Bretas, 1998: 224). Outro exemplo vale a pena ser mencionado: o do capitão José Afonso de Castro, de 41 anos, que deu baixa em 1869, tendo entrado na Polícia em 1846. Submetido a três exames médicos, o diagnóstico para que pudesse ser reformado descrevia o seguinte quadro de enfermidades: sífilis terciária, tuberculose incipiente, bronquite crônica e reumatismo (Bretas, 1998).

É preciso, portanto, ressaltar que, salvo honrosas exceções, sempre houve longa distância entre o ideário liberal propugnado pelo regente Feijó e a realidade dos comandos possíveis, reais e concretos da Polícia Militar do Rio de Janeiro, tanto em relação à capacidade de atuação quanto aos comportamentos. O oficialato de então estava muito aquém da compreensão dos ideais de igualdade, de respeito aos direitos humanos e de proteção à população, previstos nos documentos de institucionalização da corporação.

## Corpo de Servidores

Saber quem eram os soldados que compunham a força policial da época do Império é fundamental para ampliar nossa visão sobre os componentes de base do aparelho do Estado que então se formava no Brasil. Bretas (1998) informa que as fontes para tal pesquisa são escassas. No entanto, o que existe são 'fragmentos de informação' provenientes de ofícios e de petições apresentadas ao imperador por policiais ou por seus familiares, permitindo traçar características desse segmento social. Os dados nos obrigam a refletir sobre as ambigüidades entre a condição social e o mandato profissional desses servidores: "Agentes da dominação estatal, muitas vezes vítimas do recrutamento forçado e participantes cotidianos dos dramas das vidas da camada de homens livres e pobres" (Bretas, 1998: 220), eram chamados a

[4] Uma lei de 28 de setembro de 1853 concedeu aos policiais o direito à reforma remunerada. Essa melhoria se refletiu tanto no aumento dos que passaram a permanecer no Corpo de Guardas Municipais Permanentes quanto no incremento do recrutamento dos que aspiravam à carreira.

defender um Império que não os incluía, uma classe poderosa que os discriminava e, ainda, a tratar com distinção o povo do qual fazia parte.

Bretas (1998) e Holloway (1997) falam de um universo humano de pessoas pobres, simples, livres, pouco instruídas; havia também entre os policiais a presença de alguns escravos fugitivos buscando trabalho e proteção na força pública. Provinham das roças ou de outros serviços públicos. Seu engajamento na corporação não significava nem uma mudança de *status* nem seu afastamento do mundo familiar. Ao contrário, o exercício da atividade policial nunca lhes conferiu atributos positivos, pois continuavam a conviver com os mesmos problemas de outros grupos de trabalhadores pobres.

Em resumo, os agentes encarregados do controle social eram recrutados nas mesmas camadas sociais que deveriam controlar. No entanto, esta não era uma questão exclusiva do Brasil. A origem popular das forças policiais sempre foi um problema para as corporações do mundo inteiro, e muitas delas desenvolveram estratégias para minorar a solidariedade natural desses servidores com as pessoas de sua própria classe. A polícia inglesa, por exemplo, adotou rígida disciplina militar na formação dos seus quadros, propondo um modelo de servidor padrão, sóbrio e polido (Steedman, 1984; Emsley, 1991). Nesse caso, todo o empenho se destinava a afastar o policial de seu grupo de origem, controlando seus locais de moradia, exercendo vigilância sobre suas namoradas, proibindo sua freqüência a bares e reprimindo a contratação de dívidas. Mesmo assim, a corporação britânica sempre teve de enfrentar muitas demissões e resistências por motivos de solidariedade de classe, conforme assinalam os autores citados. No Brasil, observamos tanto a solidariedade de classe como a sua negação, exigindo freqüentemente que as chefias lhes relembrem suas origens.

A história mostra que o número de policiais encarregados de proteger e vigiar o Rio de Janeiro sempre oscilou muito. Deve-se destacar que em nenhum momento, e isto até hoje, as vagas existentes para a corporação foram totalmente preenchidas. Houve períodos em que o número não ultrapassou a metade do necessário, e os historiadores atribuem isso à resistência surda da população a adotar a profissão policial. Essa resistência é tão relevante que, no início de institucionalização da corporação, mesmo os que se inscreviam desertavam logo que surgisse uma oportunidade melhor. Em pesquisa histórica, Bretas (1998) encontrou que um dos recursos usados pelas autoridades para preencher os quadros da Polícia foi o recrutamento

de estrangeiros, que na época do Império chegavam a compor cerca de 20% do Corpo de Guardas Municipais Permanentes. Tomando como exemplo dados do mês de abril de 1882, o autor conta que, nesse período, havia 82 estrangeiros (desses, 52 eram portugueses, 14 espanhóis, seis alemães, sete suíços, cinco franceses e dois italianos), em um total de 502 policiais para uma previsão de 560.

Para compor seu quadro de funcionários, a preferência dos comandos era por jovens robustos encontrados nas ruas. Embora sistematicamente negado pela Polícia, que, em seus documentos oficiais, sempre ressaltou o engajamento voluntário, o recrutamento era freqüentemente forçado. Isso pode ser inferido das inúmeras petições de baixas por parte de policiais e de seus familiares às autoridades e mesmo ao imperador, sobretudo em ocasiões festivas. Nessas petições, geralmente eram narradas cenas de constrangimento no momento em que a praça havia sido recrutada. Igualmente, muitas adesões admitidas como voluntárias se deviam à fuga dos jovens ao serviço militar, no qual eram submetidos a condições de rígida disciplina, recebendo pagamento ainda inferior ao da Polícia.

Os recrutas assinavam uma espécie de contrato de trabalho que variava de um a três anos. Vários se arrependiam antes e enfrentavam longo processo para se desvencilhar dos compromissos. Na década de 1830, a tendência dos comandos era resistir à concessão de dispensas, independentemente dos motivos alegados. Existem documentos que atestam casos de primeira, segunda e terceira deserção – uma vez que as dispensas não eram concedidas –, geralmente punidas com prisões e penas cada vez maiores (Bretas, 1998).

Assim, as indicações históricas sugerem que o conjunto de policiais recrutados no século XIX para formar o Corpo de Guardas Municipais Permanentes – ancestral da Polícia Militar – era formado por pessoas muito simples, pouco instruídas, oriundas das camadas mais pobres da população, muitas delas apanhadas nas ruas do Rio de Janeiro. A corporação contava com uma boa parte de homens constrangidos e trabalhando involuntariamente. Sua qualidade intelectual e moral não era confiável: proliferavam queixas da população pelas agressões e pelo mau comportamento, e são incontáveis os relatos de punições internas. Até mesmo o quadro de oficiais possuía deficiências morais e de instrução escolar, e a maioria atuava atendendo a favores pessoais dos mais ricos e poderosos (Holloway, 1997; Bretas, 1998). Dessa forma, os princípios institucionais

que preconizavam tratar bem o público e não empregar violência desnecessária geralmente permaneciam no nível da declaração dos comandos e não produziam efeitos concretos.

É dentro dos parâmetros históricos assinalados que, a partir de 1831, a Polícia Militar do Rio de Janeiro surgiu como uma força armada instituída para ser o esteio da manutenção da ordem e modelo para as que fossem criadas no resto do país. Passou por reformas menores e mudanças de nome em 1842, 1858, 1866 e 1889, mas manteve notável continuidade na sua composição e missão desde 1831. Constituiu-se desde o início, em sua organização interna e em seu regime disciplinar, como uma corporação militarizada. Foi criada como um instrumento de coerção da autoridade do Estado e em forma de resposta local, com recursos locais, às necessidades de uma sociedade escravocrata que se mantinha unida pela ameaça e pela dominação física e moral. E Feijó, seu fundador, representava o liberalismo que procurava substituir o exercício arbitrário do poder por leis frente às quais todos seriam igualmente responsabilizados. A contradição entre a ordem pela lei e a arbitrariedade na prática está na raiz da formação histórica da corporação (Holloway, 1997).

## Mudanças Institucionais

Faremos um breve sumário histórico das mudanças institucionais ocorridas a partir da Proclamação da República. Em 1890, o Corpo Militar de Polícia passou a se chamar Brigada de Polícia da Capital Federal e, em 1891, Força Policial do Distrito Federal. Em 1920, assumiu a denominação Polícia Militar. Nesse mesmo ano, foi criada a Escola Profissional para Formação de Oficiais. A Constituição Federal de 1934, em seu artigo 167, definiu a Polícia Militar como força reserva do Exército, e a lei n. 192, de 1936, determinou que ela se estruturasse da mesma forma que as unidades de infantaria e cavalaria do Exército regular. Foi na década de 1930 que, na corporação, se formalizou a simbiose entre segurança pública, segurança interna e subordinação às Forças Armadas.

A partir do primeiro governo de Getulio Vargas, em que a expansão das cidades correspondeu à maior consciência de cidadania e ao crescimento do que poderíamos chamar de 'uma opinião pública', as forças de segurança começaram a amargar críticas bastante negativas e contundentes a seu

desempenho, na medida em que não conseguiam estabelecer um plano eficaz de prevenção ao crime. Autores como Donnicci (1990) consideram que elas se encastelaram, criando uma cultura corporativa de violência contra a população, matando impunemente, desrespeitando direitos e garantias individuais e, também, construindo "superbandidos e admitindo superpoliciais" (Donnicci, 1990: 59). Por isso, o autor conclui:

> Hoje estou absolutamente convencido de que a polícia no Brasil é totalmente opressora, defensora dos ricos, deixando o povo como oprimido. Essa minha afirmativa não é uma ideologia de esquerda, mas a convicção de mais de 40 anos de advocacia criminal e de estudioso de todas as polícias do mundo. (Donnicci, 1990: 60)

A cultura da truculência, segundo o autor, está na raiz da hostilidade que o povo brasileiro sente por sua polícia, na qual raramente confia. Diante desses servidores, a população responde com medo, arrogância ou crescente cinismo, diz Holloway (1997) em suas considerações históricas.

Há, porém, posições divergentes da que Donnicci (1990) expressa. A mais recente está na tese de doutoramento de Muniz (1999). Essa autora, apoiada em Bretas (1997a), faz uma ampla teorização sobre o tema, partindo da crítica sobre a historiografia moderna brasileira que privilegia uma abordagem marxista do papel da Polícia. Segundo ela, tal visão – proveniente, sobretudo, da década de 1970, quando o país passava por forte repressão política – seria portadora de um tipo de racionalidade conspiratória na sua análise do Estado brasileiro, entendendo-o inexoravelmente comprometido com os grupos poderosos do país. Na condição de agentes reprodutores do *status quo*, as polícias cumpririam ordens em quaisquer situações a elas apresentadas. Muniz sugere que o viés ideológico dessa concepção tem dificultado aos intelectuais, à classe média e à população trabalhadora encontrar os elementos de positividade que articulam a instituição policial com a cidadania no país.

Pelas Constituições de 1934, 1937 e 1946, as Polícias Militares ficaram incumbidas da segurança interna e da manutenção da ordem nos estados, nos territórios e no Distrito Federal, sendo consideradas forças auxiliares do Exército.

A Constituição de 1946 confirmou a subordinação da Polícia Militar ao Exército, assim como o fez a Constituição de 1967, promulgada durante

o período autoritário. O famoso ato complementar de 1968, responsável pelo aprofundamento da ditadura, também repetiu que "as polícias militares, instituídas para a manutenção da ordem e segurança interna nos Estados, nos Territórios e no Distrito Federal, e os corpos de bombeiros militares são considerados forças auxiliares do Exército". Com esse ato complementar, permitiu-se que a Polícia Militar continuasse a ser utilizada nos serviços de informação e contra-informação do período autoritário. Infelizmente, ainda são quase inexistentes estudos que mostrem a atuação específica e as repercussões dessa atuação na própria cultura da corporação. Temos como hipótese, no entanto, que sua forma de participação nesse momento histórico contribuiu para fortalecer a ideologia que considera a população como o inimigo interno, intensificando o fechamento institucional e o enrijecimento hierárquico.

Do ponto de vista organizacional, as corporações policiais no Brasil têm passado por muitos questionamentos ao longo da história. Um dos pontos cruciais debatidos ainda hoje é a integração da Polícia Militar com a Civil, sendo que alguns cientistas, políticos e mesmo membros da instituição chegam a mencionar que seria preciso investir na sua união. Analisando a missão de cada uma, é difícil acreditar que os legisladores aceitem a fusão de ambas em apenas uma. Outro ponto importante é a própria forma de organização militar e hierarquizada, que não convence nem aos próprios policiais e nem à sociedade e freqüentemente é questionada.

A criação da Secretaria de Estado de Segurança Pública, em 1992, pretendeu ser um instrumento institucional de integração, visando não a reunir, mas a coordenar os vários serviços, ações e propostas. Mas a primeira tentativa de criar uma interação entre as forças de segurança vem desde o governo de Carlos Lacerda, que fez profundas alterações nas estruturas até então vigentes, organizando-as em superintendências de Administração e Serviços – a de Polícia Judiciária e a Executiva. Nessa gestão, desapareceu da nova estrutura o cargo de chefe de Polícia. As funções policiais civis passaram a ser exercidas pela Superintendência de Polícia Judiciária. As administrativas ficaram a cargo do superintendente de Administração e Serviços. O policiamento ostensivo e o de trânsito integraram a competência do superintendente-executivo, ao qual estava vinculado, também, o Departamento de Ordem Política e Social. Todos, porém, eram subordinados ao secretário de Segurança Pública.

Em 1964, houve outras modificações, com a criação de novas delegacias especializadas. A Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros e o Corpo Marítimo

de Salvamento passaram a compor essa estrutura, como órgãos relativamente autônomos. Nessa época, foi instituída a Força Policial que absorveu a Guarda Civil e a antiga Polícia de Vigilância (ex-Guarda Municipal). Como órgãos de assessoramento direto do secretário de Segurança, destacavam-se o Gabinete do secretário, a Inspetoria Geral da Secretaria de Segurança Pública, o Conselho Regional de Trânsito e a Escola de Polícia, esta última transformada, mais tarde, em Academia de Polícia.

O regime ditatorial implantado em 1964 aprofundou ainda mais a cisão entre a população e a Polícia. Também abriu um enorme fosso entre a Polícia Militar e a Polícia Civil, pois o decreto-lei n. 667, de 2 de julho de 1969, deu ao Exército o controle e a coordenação das polícias militares. Em oposição à corporação militar, cujo papel seria guardar ostensivamente a ordem interna e ser reserva do Exército Nacional, a corporação civil viu reafirmada sua autoridade investigativa como primeira instância da função judiciária.

Por ocasião da fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, ocorrida em 1975, iniciou-se uma reforma de base na Secretaria de Segurança Pública. Foram criados, como órgãos de atividade-fim, o Departamento Geral de Polícia Civil (DGPC) e o Departamento Geral de Investigações Especiais (DGIE). Ao primeiro, ficaram subordinados o Departamento de Polícia Metropolitana (DPM), o Departamento de Polícia Especializada (DPE) e o Departamento de Polícia do Interior (DPI) – este último, posteriormente, descentralizado em Coordenadorias de Segurança Pública. A Academia de Polícia e a Corregedoria passaram também à tutela do Departamento Geral de Polícia Civil. Ao DGIE ficaram vinculados o Departamento de Polícia Política e Social (DPPS) e o Departamento de Investigações Gerais (DIG). Nesse tempo, foi criado, ainda, o Departamento Geral de Defesa Civil.

Em 1977, deu-se prosseguimento às reformas que reestruturavam as carreiras policiais em três categorias, restabelecendo-se o provimento por ascensão mediante prova de habilitação e curso específico e criando-se novas categorias funcionais. Tal reforma tinha como objetivo proporcionar melhores condições de trabalho aos policiais, assegurando-lhes um sistema de promoções anuais baseado no mérito objetivamente aferido.

No entanto, os problemas de fundo continuaram a existir: quadro de funcionários deficiente, salários aviltantes, desempenho baixo e muito pouca avaliação em relação ao controle da criminalidade. Mesmo depois da

abertura política que, a partir de 1979, marcou o início dos movimentos pela democratização do país, e a despeito de todas as tentativas de reforma organizacional, persistem a cultura autoritária, o fechamento institucional para a sociedade e a falta de clareza no desempenho profissional.

Ousamos assinalar algumas razões que explicam as dificuldades de mudanças: primeiro, uma cultura autoritária não se muda de um dia para o outro; segundo, todas as instituições policiais e militares, historicamente e em todo o mundo, são muito fechadas; e terceiro, na prática, em todas elas existe falta de clareza no desempenho das atribuições. O fator mais importante, porém, é que a violência policial tem uma relação dialética com a expectativa do povo a respeito dela. No caso de uma sociedade autoritária e discriminadora como a brasileira, as falhas apontadas são objeto de imensas e profundas controvérsias. Portanto, as transformações institucionais e dos policiais como sujeitos fazem parte da longa agenda de democratização do país.

O conjunto de problemas que a maioria dos estudiosos observa na corporação foi fartamente dramatizado, em 2007, pelo filme de ficção *Tropa de Elite*. Esse filme aborda o heroísmo de um grupo especial da Polícia Militar que, para cumprir seu dever, vai às últimas conseqüências e ultrapassa os limites da legalidade, chegando até a cometer torturas. Em contraposição, os 'heróis' convivem com uma tropa conivente com a criminalidade, suscetível a subornos e promiscuamente compactuando com a ilegalidade e com o poder. Tal peça de ficção sobre a situação policial brasileira vem despertando controvérsias e reflexões como nunca havia ocorrido antes. Temos a hipótese de que esse interesse surpreendente se deve, entre outras razões, ao despertar da sociedade para essa instituição que faz parte de seus problemas e de suas soluções.

Transcrevemos aqui fragmentos do artigo de um delegado de polícia, Alexandre Neto, publicado no jornal *O Globo* de 2/11/2007, reagindo ao filme que atualiza para a vida contemporânea do estado do Rio de Janeiro os dilemas estruturais assinalados por Holloway (1997) em sua obra:

> A ficção acabou expondo uma realidade herdada por nossas instituições policiais desde a chegada da família real ao Brasil. (...) O que importa para a sociedade e também para a polícia é que os 'capitães Nascimento' não são privativos do Bope e nem da Polícia Militar fluminense. As frustrações daquele oficial de ficção são reais e se espalham por todas as

> instituições policiais do país. Por todos os policiais militares e civis que não se omitem, que não se corrompem e optam por ir à guerra, mesmo sabendo que tudo lhes é desfavorável. (...) Na visão elitista de grande parte do público que assiste ao filme, a chamada barbárie policial se justifica pela 'tragédia das drogas' em nossa sociedade – essa mesma que ela observa complacente e sai às ruas, em passeatas pela paz; e, ao final de cada uma delas, alguns participantes acendem 'baseados' para relaxar e meditar sobre uma solução que concilie seus vícios e os interesses sociais. (Neto, 2007)

Referindo-se às permanências do passado, marcando o presente com seu poder simbólico e ritual, Alexandre Neto (2007) continua:

> As elites são as mesmas que ainda figuram em seus distintivos e comandam seus desígnios. No emblema da tropa, há um ramo de café entrecruzado com um ramo de cana-de-açúcar, tendo ao centro duas pistolas e acima uma coroa – apesar de passados quase duzentos anos. Ou seja, ainda se consagram os barões do café, da cana-de-açúcar e a chamada elite dirigente no governo estadual que hoje substitui a família real portuguesa. Há também o dístico da caveira traspassada pelo punhal e tendo ao fundo duas pistolas – um emblema do elo temporal entre os antigos e os atuais capitães do mato.

Cremos que esse depoimento – junto com muitos dos artigos de opinião que se multiplicaram por mais de um mês nos jornais de grande circulação do país, após e a propósito da exibição do filme, além de todas as falas de policiais que os leitores encontrarão neste livro – poderia pautar reflexões e debates da corporação e da sociedade que busca mais profundidade em sua experiência democrática.

## Missão Contemporânea da Polícia Militar do Rio de Janeiro

A missão contemporânea da Polícia Militar se encontra escrita no artigo 144, capítulo III, da Constituição Federal de 1988:

> A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio através dos seguintes órgãos: (V) polícias militares e corpos de bombeiros militares.

> §5: Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a manutenção da ordem pública.
>
> §6: As polícias militares e os corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

Nos incisos I a V, o artigo 144 da Constituição de 1988 estabelece as competências da Polícia Militar:

> a) preservação da ordem pública; e b) preservação da incolumidade das pessoas e do patrimônio. Tais competências devem ser assim exercidas (inciso V): a) polícia ostensiva; b) caráter militar das ações vinculadas ao Exército Brasileiro e como Força Auxiliar dele; c) de forma subordinada aos governadores.

Com base na Carta Magna Federal, a Constituição do estado do Rio de Janeiro repete a missão e os encargos conferidos na legislação federal: "preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio". São mantidos também seu caráter militar e sua subordinação ao governador. Os conceitos básicos de sua ação são: "ordem pública e policiamento ostensivo".

Segundo o eminente advogado administrativista Hely Lopes Meirelles, em sua obra *Direito Administrativo Brasileiro* (2007: 287),

> O conceito de Ordem Pública, no tempo e no espaço, está sempre vinculado à noção de interesse público e de proteção e segurança à propriedade, à saúde pública, aos bons costumes, ao bem-estar coletivo e individual, assim como à estabilidade das instituições em geral. A proteção a esses bens é, modernamente, confiada à Polícia de Manutenção da Ordem Pública, no nosso país exercida, precipuamente, pela Polícia Militar estadual.

O conceito de 'polícia ostensiva' é novo no texto constitucional e expressa uma ampliação do termo 'policiamento ostensivo', correspondente a uma fase da atividade da Polícia para um contexto mais amplo. No texto constitucional, existe uma preferência nítida do constituinte pela prevenção ostensiva constante (vinculada à identificação dos policiais militares pelo uso dos uniformes, equipamentos e armamentos), ao contrário das idéias de ações repressivas eventuais.

No cumprimento de sua função constitucional, a Polícia Militar que se localiza no estado do Rio de Janeiro atua em três grandes áreas: na capital, que compreende o município do Rio; na Baixada, que corresponde aos municípios de Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Nilópolis, Belford Roxo, Queimados, Japeri, São João de Meriti e Magé; e no interior, que se refere aos demais municípios do estado. Cada uma dessas áreas está vinculada a um 'Comando de Policiamento' e a ele se subordinam unidades que executam a missão institucional por meio de policiamento geral, radiopatrulhamento, patrulhamento rodoviário, florestal e outros. Existem outras unidades que, pelo seu alto grau de especialização, reúnem-se em um Comando de Policiamento Especial que abrange todo o estado: unidades de Polícia de Choque, Operações Policiais Especiais, Patrulhamento Rodoviário, Florestal, Montado e Ferroviário (www.policiamilitar.gov.rj).

Segundo dados disponibilizados pela corporação em março de 2007, o atual efetivo de policiais militares do estado do Rio de Janeiro é de 37.459 membros ativos, correspondendo à relação de um policial para 420 habitantes, considerando-se que a população residente no estado hoje é de 15.738.510 pessoas, segundo estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para julho de 2007. Na relação policial militar/população, o número previsto pela corporação é de 43.774 policiais, à razão de 1/350 habitantes. No entanto, há um projeto de lei em tramitação no Congresso Nacional sobre reformas na categoria que propõe a relação de 1/250 habitantes, proporção que, se obedecida, faria crescer o efetivo para 61.144 policiais. A categoria possui hoje 23 mil inativos.

Dentro de sua missão constitucional, a Polícia Militar realiza uma enorme variedade de tarefas que apresentamos a seguir, a partir das informações do *site* institucional. Talvez com o intuito de evidenciar sua presença em quase todas as circunstâncias da vida fluminense, a Polícia Militar acaba por nos fazer pensar no excesso de atividades que lhe cabe, sem dúvida tirando-lhe o foco da missão primordial.

1) Atua contra o crime e a violência, por meio do patrulhamento e de operações de rotina. E, também, na repressão de assaltantes, seqüestradores, grupos de extermínio e traficantes, por meio de grandes operações nos locais de homizio de criminosos a fim de prendê-los, apreender armas e drogas em todo o estado.

2) Realiza patrulhamento motorizado em todos os recantos do estado. Atende, em contato direto com a população, a milhares de pessoas que, em especial durante as madrugadas, à beira das estradas e dos caminhos, solicitam sua ajuda para conduzir ao hospital enfermos, acidentados e parturientes. Não raro, os próprios policiais realizam partos de emergência, até dentro das viaturas.

3) Realiza serviço de patrulhamento à porta de escolas públicas e privadas da rede de ensino de 1° e 2° graus, faculdades e universidades, como também participa de comemorações cívicas programadas pelas escolas, em todo o estado.

4) Trabalha no policiamento das orlas marítimas e nas praias das diversas regiões litorâneas do estado, como na orla da Zona Sul do município do Rio de Janeiro, nas praias oceânicas de Niterói e Maricá (e também da baía de Guanabara), na região dos Lagos, nas praias de Araruama, Saquarema, Cabo Frio e outras, na baía da Ilha Grande, nas praias do sul do estado, bem como nas do norte, como em Campos e São João da Barra. O trabalho é intensificado nos períodos quentes, especialmente no verão, mas é realizado o ano inteiro.

5) Além do policiamento nos grandes centros comerciais em todas as cidades do estado, presta serviços nos principais pontos turísticos, inclusive com atendimento especializado para turistas nacionais e estrangeiros, por parte do Batalhão de Policiamento em Áreas Turísticas (BPTur).

6) Atua no policiamento dos terminais rodoviários em várias cidades do Estado.

7) Realiza a segurança dos grandes eventos esportivos, oficiais e públicos, em estádios, ginásios e congêneres, dentro dos locais, do lado de fora, nas adjacências e nos acessos.

8) Está presente nos serviços de policiamento de grandes eventos e festas populares, tais como: eleições, Carnaval, Natal, Réveillon, grandes feiras na capital e no estado, em grandes comemorações públicas, convenções e congressos de interesse público, em nível

nacional e internacional. No caso das eleições, os policiais militares policiam as zonas eleitorais de todos os municípios do estado, além de fazerem a segurança das urnas e dos locais de apuração até que as sessões terminem.

9) Controla e orienta o trânsito urbano (em todas as cidades do estado) e rodoviário, nas vias estaduais e municipais, com vistas à fluidez do trânsito e à segurança de motoristas e pedestres.

10) Opera na fiscalização e na revista de automóveis, motocicletas, caminhões, táxis e ônibus, em todo o estado, visando a minimizar os crimes contra a vida e o patrimônio.

11) Trabalha para a preservação da flora, da fauna e do meio ambiente, mediante a fiscalização das ações predatórias das pessoas em matas, rios e lagoas de todo o estado. Atua em praias e feiras livres, coibindo a comercialização ilegal de animais por intermédio do Batalhão de Polícia Florestal e do Meio Ambiente (BPFMA), que apóia também o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), a Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (Feema), a Fundação Superintendência Estadual de Rios e Lagoas (Serla) e o Instituto Estadual de Florestas (IEF).

12) Atua na preservação da ordem por ocasião de greves e mobilizações populares, a fim de garantir o direito dos grevistas e daqueles que desejam trabalhar, coibindo os excessos e a violência.

13) Atua no controle de grandes manifestações públicas, passeatas, comícios e outros eventos da mesma natureza, para a preservação da ordem e a fluidez do trânsito.

14) Atua, durante as 24 horas, no serviço de segurança externa de todos os presídios e complexos penitenciários existentes no estado do Rio de Janeiro.

15) Realiza, quando os meios do sistema penitenciário são considerados insuficientes, escoltas de presos de alta periculosidade dos presídios aos locais de julgamento e vice-versa.

16) Atua, sobretudo para a custódia de presos recolhidos a leitos hospitalares, em hospitais das redes estadual e municipal, em todo o estado.

17) Atua, por solicitação, na revista das dependências de presídios e delegacias concentradoras de presos, bem como na segurança de delegacias da Polícia Civil, quando ameaçadas de invasão.

18) Custodia presos beneficiados com prisão especial por terem curso superior ou por serem advogados.

19) Presta serviços nos fóruns de Justiça das comarcas de todos os municípios do estado, garantindo a segurança dos magistrados, promotores, funcionários e do público.

20) Realiza a preservação de locais de crime até a chegada da perícia e, às vezes, até mesmo depois, e presta serviços também nas interdições judiciais de imóveis, mesmo da Justiça cível.

21) Presta serviços à instrução criminal por meio dos seus depoimentos como condutores de presos ou como testemunhas nos inquéritos e processos penais decorrentes da sua ação policial.

22) Atua em apoio aos oficiais de Justiça nas situações de reintegração de posse, por decisão judicial em todo o estado.

23) Executa a segurança do governador do estado (e dos palácios governamentais), do presidente do Tribunal de Justiça, do procurador geral da Justiça, do presidente da Assembléia Legislativa, bem como de testemunhas, autoridades e pessoas eventualmente sob ameaça.

24) Atua em apoio às forças federais, com o emprego de grandes efetivos, na segurança de dignitários nacionais e estrangeiros, como é o caso das visitas do presidente da República ao Rio de Janeiro.

25) Atua na segurança de representações diplomáticas instaladas no estado do Rio de Janeiro.

26) Permanece em vigília, em equipes, durante as 24 horas do dia, os 365 dias do ano, mantendo em funcionamento os diversos centros de operações da corporação, instalados em todas as unidades da

Polícia Militar para apoiar os serviços externos e para atender às chamadas da população pelo telefone 190.

27) Constitui ponto de referência no policiamento dos logradouros públicos, em todo o estado, para milhares de solicitações diretas da população, sejam elas para a ação policial estrita, seja para informações e orientações.

28) Permanece aquartelada em equipes, durante 24 horas, os 365 dias do ano, para pronto-atendimento a situações que requeiram forças de choque ou de operações especiais.

29) Atua, para a preservação da ordem pública, em caso de saques, quebra-quebras, ocupações e outros, em todo o estado.

30) Atua em apoio às autoridades da Defesa Civil e do Corpo de Bombeiros, por ocasião de enchentes, desmoronamentos, deslizamentos, interdição de estradas e outros sinistros, em todo o estado.

31) Colabora com a segurança de outras forças, como é o caso da segurança de policiais civis em delegacias, agentes penitenciários em presídios e guardas municipais em atuação, até mesmo em áreas onde se localizam organizações militares das Forças Armadas.

32) Apóia outros órgãos públicos, estaduais e municipais, em atividades como remoção de mendigos, ação contra camelôs, trato com crianças e adolescentes abandonados e população de rua.

33) Atua em apoio aos fiscais fazendários e de posturas municipais, quando solicitados, em todos os municípios do estado.

34) Atua em todas as campanhas de vacinação de crianças e de animais, bem como, não raro, em campanhas beneficentes.

35) Atua, ainda, no Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd), de orientação a estudantes, implantado desde julho de 1992.

36) Presta importantes serviços de segurança em várias secretarias de estado e prefeituras e para o Poder Legislativo, Poder Judiciário, Ministério Público e órgãos federais, inclusive militares.

O organograma formal e atual da PMERJ assim se estrutura:

1) Comando Geral (Estado-Maior e Assessoria do Comando);
2) Comando de Policiamento da Capital, da Baixada e do Interior;
3) Comando de Unidades Operacionais Especiais;
4) Comando de Policiamento de Trânsito (hoje extinto);
5) Diretorias de Ensino, de Saúde, de Apoio Logístico, de Pessoal e de Finanças;
6) "Outros", nos quais se situam unidades subordinadas aos departamentos descritos, como Centro de Manutenção de Material, Centro de Criminalística, Centro de Recrutamento e Seleção de Praças, Delegacia de Polícia Judiciária Militar e Companhia de Músicos.

Fechando este resumo histórico e descritivo, entendemos que, desde sua origem, a PMERJ – matriz de toda a Polícia Militar brasileira – vive a ambigüidade de ser defensora implacável das camadas privilegiadas encasteladas no poder e ao mesmo tempo instituidora da ordem e da tranqüilidade públicas. Sobre essa ambigüidade, Holloway (1997) comenta que foi o calor desprendido da fricção entre repressão e resistência nas ruas, becos e praças do Rio de Janeiro o catalisador da formação da corporação. Sua organização e os procedimentos formais e informais de sua atuação, segundo o autor, aplicaram um verniz de modernidade às atitudes e relações coloniais. Acabou prevalecendo, em sua atuação, o privilegiamento dos poderosos.

Lembra ainda Holloway (1997), sendo ele um observador externo que, historicamente, nenhum brasileiro, qualquer que seja sua cor, posição ideológica ou formação escolar, considera relevante o papel histórico da polícia. Nem no início houve e nem hoje há legitimidade social e consenso quanto à relevância de sua função. Os que a defendem pensam na manutenção da ordem e da disciplina. Os que a criticam vêem nela a imagem do Estado autoritário e da ação repressiva.

No entanto, como lembram Paixão e Beato Filho (1997) em seu estudo sobre 'crimes, vítimas e policiais', chegou a hora de a sociedade brasileira perceber as articulações positivas entre Polícia e cidadania de

todos os brasileiros. Referindo-se ao fato de que existe necessidade de 'coerção' para contrabalançar os processos de construção de 'coesão' social e de 'consenso', com esses autores encerramos este capítulo.

A crítica humanitária aos métodos violentos do trabalho da Polícia não pode negligenciar os efeitos devastadores – do ponto de vista dos direitos humanos – da baixa efetividade das organizações do sistema de justiça criminal no combate à criminalidade. Um deles é o estímulo a resoluções extralegais de agressões criminosas; outro é a facilitação de cruzadas morais de forte conteúdo autoritário. De um e de outro resultam, no plano da psicologia social, o reforço de atitudes de cinismo e descrença em relação à competência de modelos democráticos de resolução de conflitos (Paixão & Beato Filho, 1997).

# 3

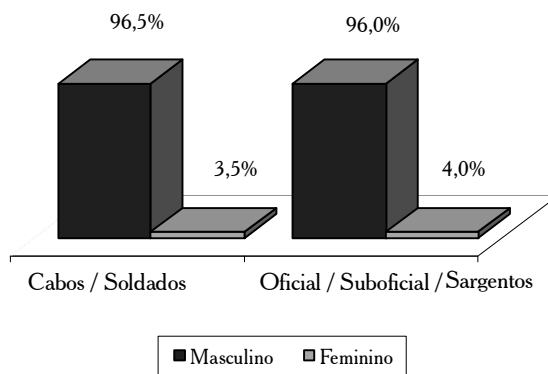
# Perfil Sociodemográfico, Profissional e Econômico

Neste capítulo, apresentamos algumas características sociodemográficas e econômicas dos policiais militares, com o objetivo de construir um breve perfil desses trabalhadores. Do ponto de vista sociodemográfico, consideramos variáveis de sexo, idade, escolaridade, cor referida, situação conjugal e número de filhos. Também foram analisadas variáveis relativas à profissão de policial, como cargo e tempo de serviço na corporação. Em termos econômicos, investigamos a renda mensal do policial e familiar, o número de pessoas que contribui para a renda familiar e os gastos mensais.

No Gráfico 1, podemos ver que mais de 95% dos policiais militares são do sexo masculino, com uma diferença estatisticamente significativa entre os cargos de soldados e cabos e oficial/suboficial/sargento, em que a proporção de homens é maior (p=0,038). No setor operacional, as proporções de homens são ainda maiores (p=0,000), tanto entre os oficiais e suboficiais (99%) como entre os não-oficiais (97,9%). No setor administrativo, encontramos o mais elevado percentual de mulheres (11,3% de oficiais e suboficiais e 11,9% de não-oficiais).

Considerando apenas o grupo das mulheres, encontramos 75,4% delas no círculo das praças e 24,4% no de oficiais.

Na Polícia Civil do Rio de Janeiro, de acordo com Minayo e Souza (2003), também ocorre a predominância do gênero masculino (80,8%), mas as mulheres estão presentes em maior proporção, correspondendo a 19,2%. Quando comparamos a presença feminina na PMERJ com a das outras unidades da federação, o Rio apresenta um dos percentuais mais baixos, tanto em relação à média nacional, que é de 7,3%, como em relação aos padrões internacionais (Soares & Musumeci, 2005).

Gráfico 1 – Distribuição proporcional dos policiais militares segundo o sexo

Os cabos e soldados são mais jovens (têm idade até 35 anos) que os oficiais, suboficiais e sargentos (Gráfico 2). Neste último grupo, a maioria dos trabalhadores está na faixa etária intermediária de 36 a 45 anos. No setor administrativo, está mais concentrado o efetivo que tem entre 36 e 45 anos, correspondendo a 48,5% dos policiais. No grupo operacional, atuam os policiais mais jovens: 62% deles têm até 35 anos (p=0,000). No setor administrativo, é na faixa de 36 a 45 anos que se encontra a maior parte dos militares, correspondendo a 48,5% (p=0,000).

No subconjunto de mulheres, 41,5% se encontram na faixa etária de 31 a 35 anos, 23% têm até 30 anos e 35,5%, mais de 35 anos.

Quando comparamos esses dados com os da Polícia Civil (Minayo & Souza, 2003), observamos que os policiais militares são mais jovens. Entre os civis, apenas 4,8% dos que atuam no setor administrativo têm até 35 anos e 42,7% estão na faixa de 46 anos ou mais. No grupo operacional, novamente observamos que os policiais militares também são mais jovens que os civis: 33,6% dos últimos têm 46 anos ou mais.

O ingresso na corporação militar é feito por meio de concurso público, no qual é exigido que o candidato tenha concluído o Ensino Médio (grau mínimo de escolaridade). Nos dados analisados, observamos que existem diferenças entre os cargos quanto à escolaridade (p=0,000).

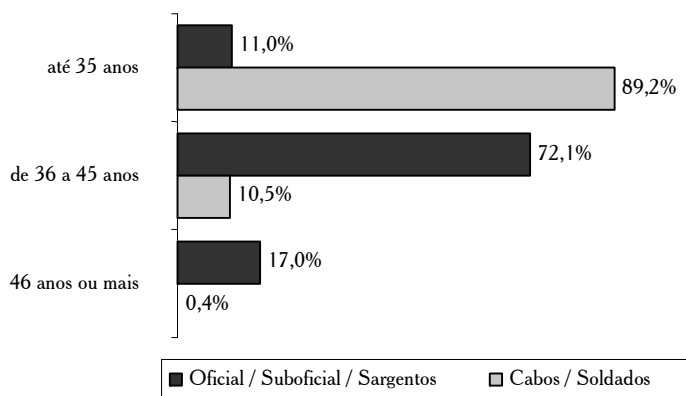
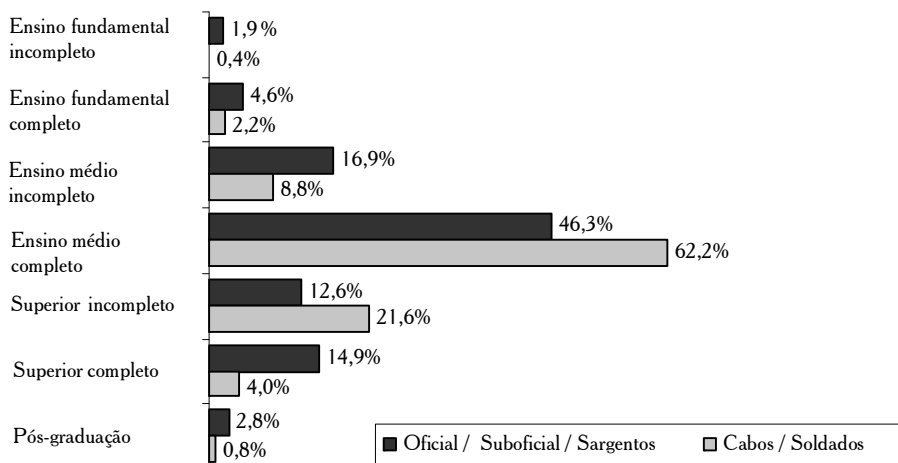
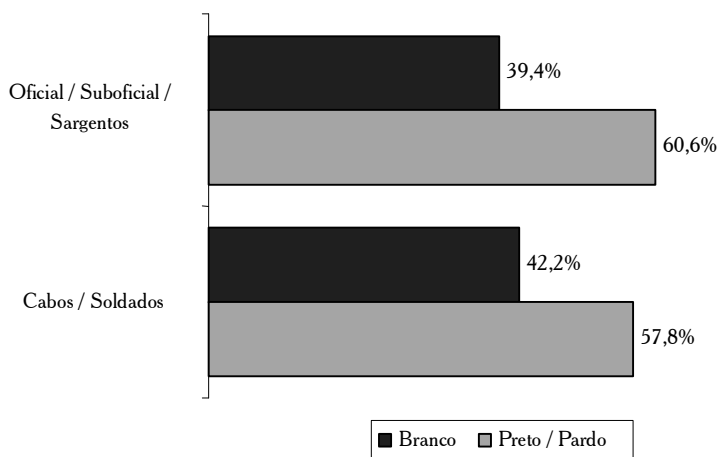
Gráfico 2 – Distribuição proporcional dos policiais militares segundo a faixa etária

No Gráfico 3, observamos que a maior parte dos agentes possui o Ensino Médio completo, de forma distribuída em 46,3% dos oficiais, suboficiais e sargentos e 62,2% dos cabos e soldados. Apesar da exigência de Ensino Médio completo para o ingresso na corporação, houve uma parcela considerável de militares que afirmaram ter escolaridade menor que esta: 23,4% dos oficiais, suboficiais e sargentos e 11,4% dos cabos e soldados. É possível que essa situação se refira a praças que fizeram o Curso de Habilitação aos Quadros de Oficiais de Administração e Oficiais Especialistas, recebendo a promoção de praça a oficial.

Gráfico 3 – Distribuição proporcional dos policiais militares segundo a escolaridade

No setor administrativo, a proporção de policiais que não completaram o Ensino Médio atinge 10,4% dos oficiais, suboficiais e sargentos e 12% dos soldados e cabos (p=0,000), mas a maior parte concluiu a escolaridade exigida pela Polícia. Entre os operacionais, a situação é pior: o percentual dos que não têm o Ensino Médio completo chega a 28,8% dos oficiais e suboficiais e a 11,4% dos não-oficiais (p=0,000).

Maior parcela das mulheres, 45,6%, possui o Ensino Médio completo. Concluíram o Ensino Superior 21,4% e 6,1% possuem pós-graduação.

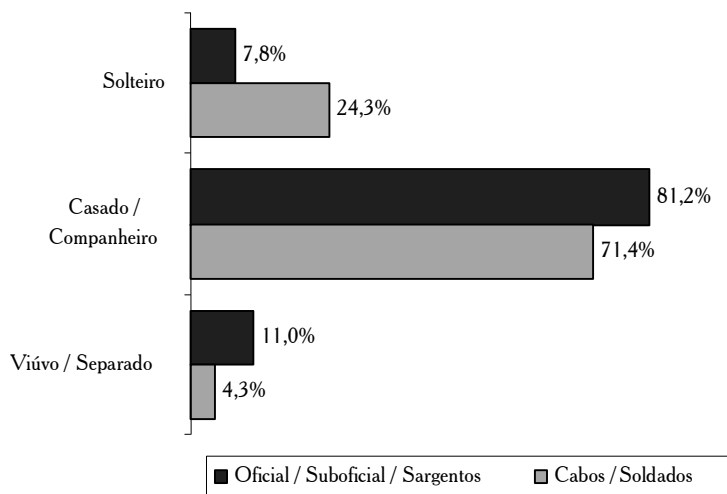
É importante destacar que percentuais mais elevados de oficiais, suboficiais e sargentos, quando comparados aos soldados e cabos, não possuem a escolaridade mínima exigida de Ensino Médio. Isso indica a vigência recente de maior grau de instrução, assim como exigências atuais de investimento na formação da corporação, em todos os níveis. Porém, é no ciclo dos oficiais, suboficiais e sargentos que estão os percentuais maiores de policiais com Ensino Superior completo, correspondendo a 14,9% do total desse grupo *versus* 4,0% dos não-oficiais. Constatamos, porém, que mais soldados e cabos (21,6%) *versus* 12,6% de oficiais, suboficiais e sargentos estão buscando concluir formação de nível superior. Comparados com os policiais civis, os militares possuem nível de educação formal bastante inferior. Entre os civis, 53,2% têm Superior completo (Minayo & Souza, 2003), o dobro do percentual da corporação militar.

Quanto à cor de sua pele, os entrevistados afirmaram, em sua maioria, que é preta ou parda, como podemos ver no Gráfico 4. No setor administrativo, os 61,4% que assim se declararam pertencem ao grupo dos cabos e soldados (p=0,003), e no setor operacional, 62,2% dos que se consideram pretos ou pardos são oficiais, suboficiais e sargentos (p=0,000). Os dados sobre cor de pele dos policiais militares contrastam com os dos policiais civis, que se declararam, em sua maioria (65%), brancos (Minayo & Souza, 2003). As informações provenientes da corporação civil se aproximam mais da realidade brasileira e carioca. Segundo o Censo 2000, a maior parte das pessoas da capital (54,7%) se declarou com cor de pele branca e, para o Brasil, essa atribuição foi de 53,7% (IBGE, 2000).

Gráfico 4 – Distribuição proporcional dos policiais militares segundo a cor da pele

Podemos assim inferir que a profissão de policial constitui um mercado importante para jovens de cor de pele preta ou parda, pois lhes permite um emprego formal e ascensão profissional. Muitos, ao longo da carreira, conseguem ocupar cargos elevados em profissões como a de agente penitenciário e de policiais militares. Coincidindo com o que constatamos, Sansone (2002) assinala como motivos para a maior presença de pretos e pardos na corporação militar o fato de conseguirem trabalho seguro acompanhado por plano de benefícios diretos e indiretos, além da possibilidade que esses profissionais passam a ter de ampliar a qualificação, principalmente na área do direito. Outra razão, segundo o autor, seria o fato de a população branca de classe média e alta não considerar a carreira de policial militar como desejável e adequada, confirmando uma tendência histórica de menosprezo por essa profissão (Bretas, 1998; Holloway, 1997).

A maioria dos policiais é casada ou tem companheiro(a). É o caso, principalmente, dos oficiais, suboficiais e sargentos. Entre os não-oficiais, encontramos maior proporção de solteiros, como mostra o Gráfico 5. Viúvos e separados estão em maior número entre os oficiais, suboficiais e sargentos. Essas distribuições certamente estão influenciadas pela idade desses agentes. Observando a situação conjugal segundo o setor de atividade, há 5,2% de oficiais, suboficiais e sargentos e 27,1% de cabos e soldados ($p=0,000$) na área administrativa vivendo sozinhos. Entre os operacionais, esses percentuais

são 8,9% e 23,8%, respectivamente (p=0,000). Entre as mulheres, 65,9% são casadas, 27,8% são solteiras e 6,3% são separadas. Entre os policiais civis, as proporções de pessoas sozinhas são menores que as dos policias militares. No grupo administrativo, são 23,2% e no operacional, 22,8% (Minayo & Souza, 2003).

Gráfico 5 – Distribuição proporcional dos policiais militares segundo situação conjugal

A maioria dos policiais militares possui filhos e, entre os que não os têm, os cabos e soldados estão em maior número (33,5%). Essa informação corrobora os dados do gráfico anterior, pois maiores proporções deles estão sozinhos. Distribuindo-os por estratos, observamos que, no grupo administrativo, os que não têm filhos são 44,1% dos não-oficiais e 13,9% dos oficiais, suboficiais e sargentos (p=0,000). Já no grupo operacional, são 31,7% e 18%, respectivamente (p=0,000). Entre as mulheres da corporação, 32,2% declararam não ter filhos.

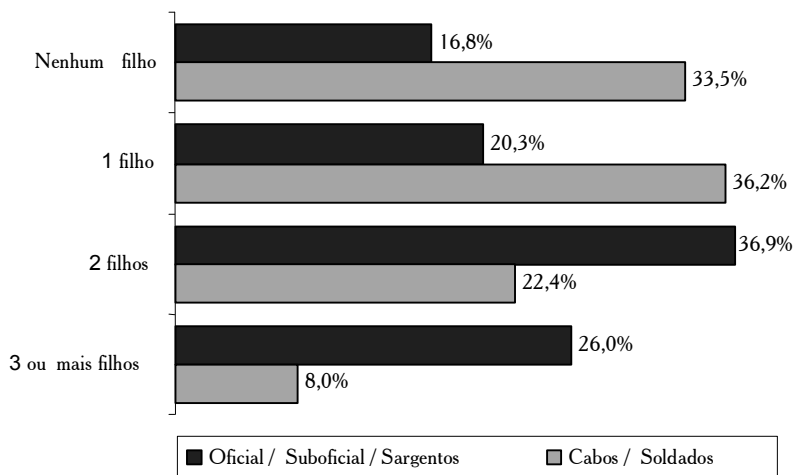
Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2006, informam que na região Sudeste do país a proporção de casais sem filhos, em 2005, foi de 13,8% e, no Rio de Janeiro, de 15,5%. Os achados da presente pesquisa mostram importante diferença em relação a esses percentuais, que são praticamente o dobro do encontrado para o estado do Rio de Janeiro.

Entre os policiais que são pais ou mães, uma grande proporção dos oficiais, suboficiais e sargentos relata ter dois ou mais filhos e, entre os cabos e soldados, é mais comum terem até dois filhos, como podemos constatar no Gráfico 6. Já entre as mulheres, 41,2% possuem um único filho.

Se considerarmos as proporções de casais com filhos na região Sudeste (44,8%) e no Rio de Janeiro (39,5%), segundo dados do IBGE (2006), os policiais militares apresentam percentuais mais elevados de pais e mães (66,5% dos não-oficiais e 83,2% dos oficiais e suboficiais).

No setor administrativo, os que têm apenas um filho são 28,8% dos cabos e soldados e 26,1% dos oficiais, suboficiais e sargentos. Os que têm dois filhos são 18,6% e 36,9%, respectivamente. Três ou mais filhos são relatados por 8,5% dos não-oficiais e por 23,2% dos oficiais, suboficiais e sargentos (p=0,000).

Para os alocados no setor operacional, as proporções seguem a mesma tendência dos administrativos. Os que referem apenas um filho são 37,4% dos cabos e soldados e 17,9% dos oficiais, suboficiais e sargentos; dois filhos, 23% e 36,9%; e três filhos ou mais, 7,9% e 27,2%, respectivamente (p=0,000). Entre os policiais civis do Rio de Janeiro, informaram ter apenas um filho 29,3%; dois filhos, 45,6%; três filhos, 15,8%; e quatro, 6% (Minayo & Souza, 2003).

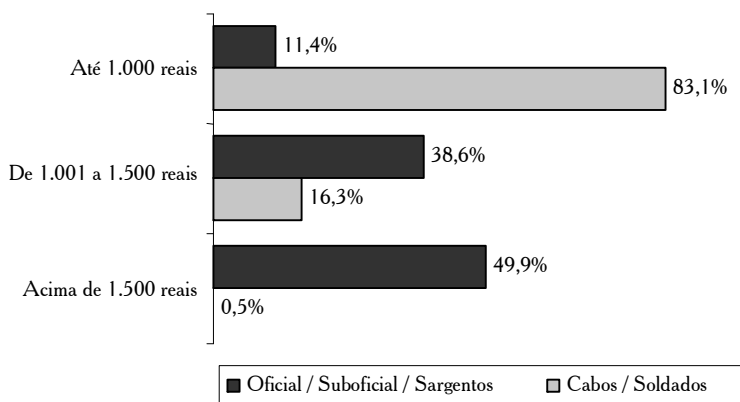
Gráfico 6 – Distribuição proporcional dos policiais militares segundo o número de filhos

Indagados sobre suas crenças e atividades religiosas, 23,4% dos cabos e soldados e 21% dos oficiais, suboficiais e sargentos disseram que não praticam religião; 23,4% e 26,5% responderam que freqüentemente praticam uma religião; e 53,2% e 52,5%, respectivamente, praticam às vezes.

Nos estratos administrativo e operacional, a maior parte dos policiais militares afirma que às vezes pratica alguma religião e, no grupo operacional, não há uma diferença significativa entre os dois estratos: 53,6% dos oficiais, suboficiais e sargentos e 52,8% dos cabos e soldados (p=0,001).

A renda mensal líquida derivada do trabalho na Polícia varia de acordo com o cargo que os servidores ocupam na corporação. A maioria dos cabos e soldados conta com uma renda de até R$ 1.000. Os oficiais, suboficiais e sargentos recebem um salário melhor, sendo que quase a metade deles ganha mais de R$ 1.500 (Gráfico 7).

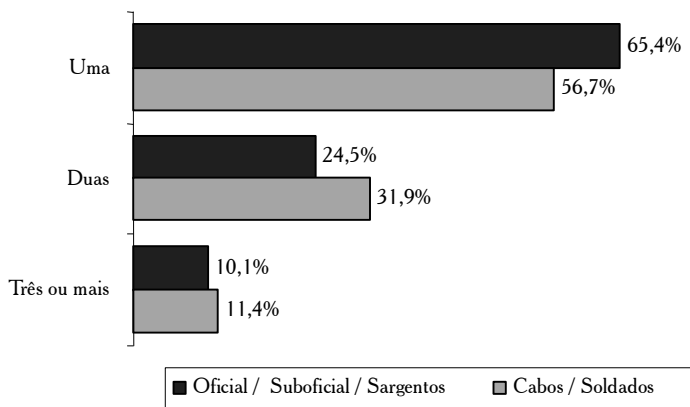
Os oficiais, suboficiais e sargentos do setor administrativo, em sua maioria (64,3%), contam com renda mensal líquida de mais de R$ 1.500. No setor operacional, uma parcela considerável (45%) recebe um salário menor, que varia de R$ 1.001 a R$ 1.500, e 44% ganham mais de R$ 1.500, com diferença estatisticamente significativa entre essas proporções (p=0,000).

Para os cabos e soldados que atuam tanto no grupo administrativo quanto no operacional, a faixa salarial está situada entre os valores menores que R$ 1.000 (81,4% e 83,4%, respectivamente).

Gráfico 7 – Distribuição proporcional dos policiais militares segundo renda líquida no último pagamento

Comparando os policiais militares com os policiais civis, constatamos que os últimos têm rendimento menor que os oficiais, suboficiais e sargentos: 57,5% dos civis recebem de R$ 1.001 a R$ 1.500 e 23,6% mais de R$ 1.500. No setor administrativo, 43% dos civis ganham até R$ 1.000 de salário (Minayo & Souza, 2003).

Investigamos ainda se o salário recebido por esses policiais estaria comprometido com algum tipo de desconto relativo a empréstimos ou pensões alimentícias, por exemplo. Entre os cabos e soldados, 81,6% têm descontos. Entre oficiais, suboficiais e sargentos, esse percentual é ainda maior: 83,1%. No setor administrativo, são os oficiais, suboficiais e sargentos (80,9%) que mais têm descontos em seus rendimentos comparados aos cabos e soldados (74,6%), com diferenças estatísticas entre eles ($p=0,000$).

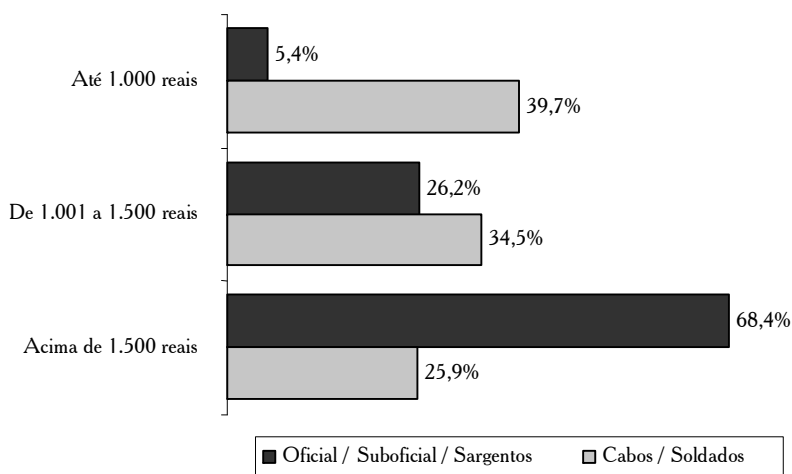
Minayo e Souza (2003) observaram que 58,5% dos policiais civis tinham descontos de prestações e outros compromissos em seu pagamento mensal. Do pessoal do setor administrativo, 59,5% se comprometeram com algum desconto no salário. Por esses dados, constatamos que os policiais militares são mais endividados que os policiais civis.

Gráfico 8 – Distribuição proporcional dos policiais militares segundo número de pessoas que contribuem para a renda familiar

No questionário, também perguntamos quantas pessoas moram com o policial e se contribuem com a renda familiar (incluindo o próprio policial). No Gráfico 8, é evidenciado que a maioria deles sustenta a família sozinho. Esse percentual é ainda maior entre os oficiais, suboficiais e sargentos (65,4%).

Os cabos e soldados contam com a ajuda de uma pessoa nas despesas domésticas (31,9%), em maiores proporções que os oficiais (24,5%), com diferença estatística entre eles (p=0,000). Entre os policiais civis, encontramos percentuais menores (53,7%) dos que sustentam seus lares sozinhos, ao passo que são 36,6% os que têm ajuda de terceiros (Minayo & Souza, 2003).

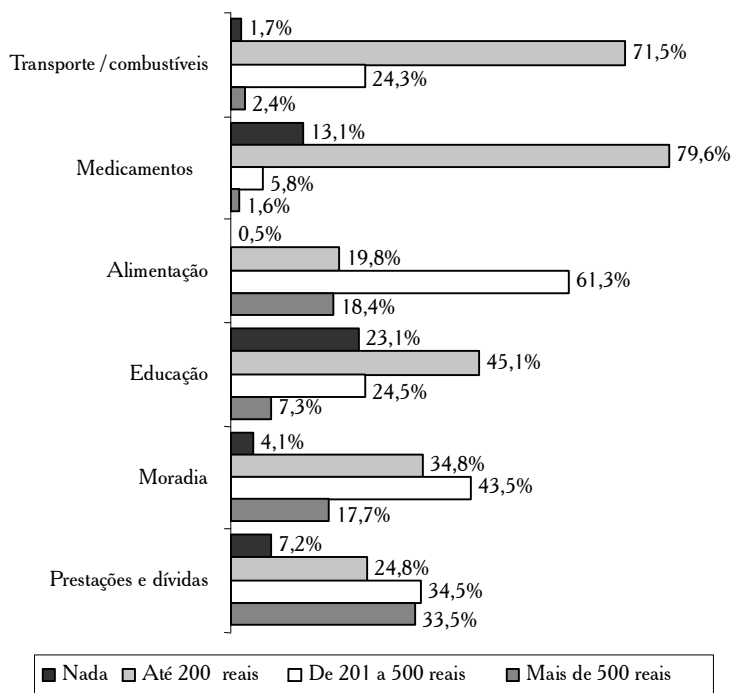
No setor administrativo, 40,4% de cabos e soldados contam com uma outra pessoa contribuindo para a renda mensal, percentual que é menor entre oficiais, suboficiais e sargentos (29,9%), com diferença estatística entre eles (p=0,000).

Também investigamos a renda familiar dos policiais militares e constatamos que ela é mais elevada entre os oficiais, suboficiais e sargentos, como vemos no Gráfico 9. Precisamente 68,4% desses têm renda familiar acima de R$ 1.500 e, contudo, a maioria dos não-oficiais, apesar de contar com a ajuda de terceiros no orçamento doméstico, referem uma renda familiar menor que R$ 1.500 (74,2%). Há diferença estatística entre esses dois grupos (p=0,000).

Gráfico 9 – Distribuição proporcional dos policiais militares segundo a renda familiar

Também os servidores do setor administrativo diferem estatisticamente do operacional quanto à renda familiar: no primeiro grupo, 41,4% dos não-oficiais referem renda familiar variando de R$ 1.001 a R$ 1.500 e, no

segundo grupo, 43,1% declararam que contam com renda familiar menor que R$ 1.000 (p=0,000). Entre os policiais civis, a renda familiar de 34,3% deles varia de R$ 1.501 a R$ 2.500. No setor administrativo, 37,3% chegam a esse patamar (Minayo & Souza, 2003).

A investigação das despesas mensais foi realizada para o grupo dos policiais militares como um todo. Percebemos que os itens com os quais esses profissionais mais gastam (acima de R$ 500) são: prestações e dívidas, alimentação e moradia. Houve um elevado percentual que afirmou não efetuar gastos com educação e medicamentos (Gráfico 10). No entanto, quase 80% dizem gastar até R$ 200 com medicamentos e 71,5% despendem esse mesmo valor com transporte ou combustíveis. A alimentação é responsável por uma despesa de R$ 201 a R$ 500 para 61,3% deles. Os policiais civis do Rio de Janeiro também declararam gastar até R$ 200 com transportes, combustíveis e medicamentos (Minayo & Souza, 2003).

Gráfico 10 – Distribuição proporcional dos policiais militares segundo itens de gastos da renda familiar

Em resumo, os militares oficiais, suboficiais e sargentos diferem estatisticamente dos cabos e soldados em todos os itens descritos a seguir. No grupo dos não-oficiais:

- É menor a participação do sexo feminino;
- Existe maior quantidade de jovens;
- A escolaridade é mais baixa;
- É menor o número de negros ou pardos;
- Existem mais solteiros;
- O número de filhos é menor;
- O número dos que professam algum tipo de religião é menor;
- O salário é menor;
- Fazem menos descontos em folha de salário;
- Maior número deles necessita da contribuição de outras pessoas para completar a renda familiar.

Conforme podemos concluir, em quase todos os itens tratados neste perfil comparativo, os cabos e soldados ficam em desvantagem em relação aos oficiais e suboficiais. Entre os aspectos mais relevantes, destacamos a questão dos baixos salários de uma grande maioria e a existência de elevado percentual de cabos e soldados com menos de dez anos de corporação, indicando, possivelmente, uma elevada rotatividade dos servidores de mais baixa patente. É importante assinalar que, segundo critérios da corporação, os soldados com mais de dez anos na instituição sobem na carreira.

Sobre o perfil da mulher policial, assinalamos que a maioria está designada para atividades internas, burocráticas ou para o setor Saúde. Importante estudo de Bárbara Musumeci Soares e Leonarda Musumeci (2005), denominado *Mulheres Policiais*, discute a presença feminina na corporação em uma perspectiva socio-histórica. Essas autoras ressaltam que, a não ser no início de sua incorporação na categoria, em 1981, quando conformavam uma companhia e atuavam com forte presença no controle do trânsito urbano, a força específica das mulheres ficou diluída pelas unidades e batalhões.

O que depende dos relatos de homens e mulheres, praças ou policiais, é que a imagem e, portanto, o lugar institucional das mulheres, ainda não

encontrou uma versão hegemônica. Em parte pela ausência de uma política que lhes atribua um papel definido – e a unificação dos quadros, nesses termos, só contribuiu para acentuar as ambigüidades –, em parte pelo fato de o lento processo de absorção ser movido por forças, imagens e aspirações conflitantes e contraditórias (Soares & Musumeci, 2005).

# Parte II

# Condições de Trabalho dos Policiais Militares

Tratamos aqui de todos os aspectos que dizem respeito ao mundo do trabalho dos policiais militares. Apresentamos informações sobre aspectos organizacionais; processo de seleção, capacitação e carreira; condições materiais, técnicas e ambientais; jornada de trabalho; interação entre os pares e com os chefes; e, por fim, mas não menos importante, questões sobre a imagem do policial militar construída na interação com a sociedade.

O conceito central desta reflexão é o de 'processo de trabalho', inspirado em Marx quando escreveu *Introdução à Crítica da Economia Política* (1968a) e o quarto capítulo inédito de *O Capital* (1968b). Quando produziu sua obra, Marx desenvolveu esse conceito para se referir aos aspectos técnicos, aos meios, às relações entre iguais e hierárquicas e à construção ideológica e da subjetividade advinda das interpretações que os próprios trabalhadores fazem do mundo do trabalho de forma geral, para si mesmos e em seu cotidiano. Esse conceito é indiscutivelmente potente para que analisemos a dinâmica interna das relações entre capital e trabalho e a produção de mais-valia, particularmente no âmbito industrial. No entanto, por meio dele não conseguimos compreender e interpretar o setor de serviços, a não ser nos aspectos gerais das relações entre subordinação do trabalhador e do seu assalariamento, como nos indica Braverman (1975).

Segundo esse autor, quando se olha pelo lado estrutural da construção da ordem capitalista e se realçam as semelhanças dos vários tipos de processos de produção, torna-se possível afirmar que o trabalhador do setor de serviços, mesmo quando apresenta certa diferenciação salarial que lhe permite um afastamento dos piores aspectos da situação do proletariado, "não possui qualquer independência econômica ou ocupacional; é empregado pelo capital e afiliados; não possui acesso algum ao processo de trabalho ou aos meios de produção fora do emprego e deve renovar seus trabalhos para o capital,

incessantemente, a fim de subsistir" (Braverman, 1975: 341). Por esses motivos, Braverman considera que o setor de serviços está em função do capital tanto quanto o setor industrial, uma vez que nesta relação predominam a subordinação à autoridade e a submissão à exploração. Igualmente, os trabalhadores aí empregados tanto podem conseguir alguns privilégios como costumam sofrer as desvantagens da condição proletária, sempre avançando em direção a esta última. Essas observações de Braverman (1975), que são perfeitas para mostrar a lógica capitalista em todas as atividades das sociedades em que impera o capitalismo, também não oferecem categorias intermediárias para a compreensão das especificidades do setor de serviços.

Apenas nos últimos anos, correspondendo ao crescimento rápido do setor de serviços, vários estudos vêm sendo desenvolvidos para focalizar sua especificidade. Para tratar do tema e, sobretudo, dos 'serviços públicos', apresentamos uma abordagem que foge aos estudos marxistas iniciais, dedicados principalmente ao processo de trabalho industrial. Buscamos marcar o que há de peculiar na produção do serviço de segurança pública, focalizando a ideologia, a instituição e a prática da corporação 'Polícia Militar'.

O processo de trabalho em serviços tem algumas características específicas. Uma delas, segundo Offe (1994), é a dificuldade de planejamento das ações em relação a seu custo e benefício, uma vez que esse tipo de atividade diz respeito a respostas imediatas às necessidades da sociedade e há incerteza sobre quando, em que intensidade e para quanto os prestadores de tais serviços serão demandados cotidianamente. Outra peculiaridade é a incerteza em relação ao volume necessário, ao que constitui o melhor tipo de atendimento e ao momento certo de atuação diante das necessidades do cliente. Por isso, intrinsecamente, o planejamento de um serviço – em particular o de segurança pública – conta com dados e informações menos precisos do que os que um empresário industrial possui para planejar sua produção material. Esse mesmo autor destaca ainda que, diferentemente do setor de produção material industrial, no qual os produtos não rentáveis podem deixar de ser fabricados, muitos serviços – sobretudo os públicos e de atendimento ao cidadão – não podem parar. Por todas essas razões, instituições como as de saúde e de segurança pública não devem e não podem ser avaliadas apenas pelas leis do mercado.

Meirelles (2003, 2006b), revendo várias abordagens teóricas, considera como características básicas e essenciais do setor de serviços: a simultaneidade,

a intangibilidade, a interatividade e a inestocabilidade. "Só é considerada atividade de serviço a atividade cujo processo de produção é intangível, baseado em insumos e em ativos intangíveis, e cuja relação de produção e consumo é simultânea e interativa, resultando num produto também intangível e inestocável" (Meirelles, 2006b: 351). Segundo a autora,

- Qualquer serviço é exclusivamente trabalho em processo ou, melhor dizendo, processo de realização de trabalho;
- O trabalho em serviço é essencialmente atividade humana, utilizando recursos humanos, embora possa incluir, também, trabalho mecânico;[5]
- Um serviço tem como resultado um produto intangível, ou seja, não conhecemos antecipadamente seu resultado;
- A produção e o consumo do serviço se dão de forma simultânea no tempo e no espaço, ou seja, a produção só ocorre quando o serviço é demandado e se encerra quando a demanda é atendida;
- Não é possível armazenar um serviço e consumi-lo depois, pois ele se extingue logo que é prestado;
- O serviço é uma atividade interativa, exigindo, por sua vez, canais de sustentação de seu fluxo e de manutenção do vínculo entre prestadores e usuários.

O fato de ser uma atividade em processo estabelece uma distinção fundamental entre serviço e produto. "O produto ao qual o serviço está relacionado pode ser tangível ou intangível, tanto pode ser um bem físico ou uma informação, pois o que caracteriza efetivamente uma atividade como serviço é, única e exclusivamente, a realização do trabalho" (Meirelles, 2006b: 351). Enquanto serviço é trabalho em processo, seu produto é o resultado desse processo.

Os serviços possuem três características estruturais: oferta inelástica; interatividade; incerteza quanto ao resultado. Essas características nos

---

[5] Por trabalho mecânico, entendemos toda atividade que não usa a energia humana como fonte primária (Meirelles, 2006a).

ajudam a entender algumas questões sempre postas pelos analistas e pela opinião pública quando se queixam, sobretudo, do número excessivo de funcionários públicos, principalmente quanto à manutenção de alta margem de capacidade ociosa e construção de vínculos entre prestadores e usuários. O atendimento face a face, direto e pessoal, dificulta a flexibilização da relação homem/hora (movimento de enxugamento de pessoal próprio da produção industrial) e operações em larga escala, e facilita a oferta de privilégios e corrupção.

Do ponto de vista gerencial, no início do século XX, os resultados da aplicação dos princípios da gerência científica, baseados nas formulações de Taylor (1963), começaram a ser conhecidos e ampliados de forma crescente também nas atividades de serviços, depois de serem largamente aplicados no setor industrial. Da mesma forma que, a respeito desse último, surgiram estudos de gestão de empresas tratando do tempo de execução das tarefas, de registros das quantidades de trabalho desempenhado, das possibilidades de mais rotinização das tarefas e da reorganização física dos ambientes para diminuição dos tempos ociosos. É o caso das atividades de serviço no campo da alimentação (*fast-food*) e de telefonia (*telemarketing*).

Sabemos que, seja no setor industrial, seja no setor de serviços, o método taylorista de administração apresenta dois focos: a intensificação da produtividade e a transferência de controle do processo para as hierarquias gerenciais. Seus princípios preconizam: divisão radical entre planejamento e execução, excluindo o exercício da atividade intelectual por parte dos operadores; treinamento intensivo dos trabalhadores para padronização dos procedimentos; gestão da produção fundamentada no conhecimento minucioso das tarefas (Minayo, 2004). No livro em que expõe seu método, Taylor chega a afirmar que o trabalhador ideal deveria ser "um homem do tipo bovino, ou seja, ao mesmo tempo estúpido e dono de uma força física capaz de satisfazer à necessidade exigida pelo trabalho" (Taylor, 1963: 42).

De comum com o método taylorista de gestão da produção, o trabalho pensante e de planejamento da corporação dos policiais militares fica restrito a um pequeno grupo, esperando da maioria a execução das atividades delegadas, havendo, portanto, divisão radical entre quem planeja e quem executa. No entanto, de acordo com a especificidade do setor serviços, é impossível planejar tudo, pois a relação dos policiais com a população é direta, e a subjetividade se manifesta com suas idiossincrasias a cada

instante. Veremos nas descrições sobre o processo de trabalho dos policiais que quase nunca o que foi prescrito é praticado, pois as situações são extremamente diversificadas. E disso falaremos no decorrer deste livro.

Hoje, em todo o mundo, as empresas mais avançadas – sejam as industriais ou algumas de serviços – evoluíram do modelo taylorista para o que se costuma denominar 'processo de produção flexível' ou, ainda, 'toyotismo' (Araújo, Cartoni & Justo, 2001; Britto, 1996; Antunes, 1999; Minayo, 2004). O toyotismo pode ser definido como uma forma sistêmica de modernização de empresas, que representa um desenvolvimento qualitativamente novo da racionalidade capitalista.

Quando, em seu *site* institucional, a Polícia Militar fala em modernização administrativa, esperaríamos que estivesse se referindo a algo parecido com o segundo modelo. Porém, veremos no decorrer deste livro que, na prática, para a corporação transformar sua gestão, as dificuldades são muito maiores do que parecem à primeira vista. O modelo flexível tem mais êxitos do que o modelo taylorista entre os trabalhadores, exatamente porque é capaz de propor estratégias efetivas de cooptação da sua subjetividade, realçando o trabalho cooperativo, colaborativo, criativo e muito pouco hierarquizado. O modelo flexível exige dos empregados a energia mental, diminui a hierarquização e concebe a qualidade não como um conceito externo a ser avaliado, mas como parte da contribuição de cada um. Valoriza e responsabiliza o funcionário, aproveita seus conhecimentos e experiências e institui mudanças internas baseadas em seu saber. Inclusive, cria grupos para solução de problemas, tornando o funcionário polivalente e multifuncional (Minayo, 2004). A Polícia Militar, por razões até constitucionais, se organiza de forma militar, rigidamente hierárquica, e é com essa rigidez que ela opera cotidianamente. Na corporação, há uma radical separação entre quem manda e quem deve obedecer, em uma cascata de delimitação de poderes que vai baixando dos escalões mais elevados e chega até o ciclo das praças.

Com essas e outras questões, entraremos em debate nesta segunda parte deste livro.

# 4
# Estrutura Organizativa

## Hierarquia e Disciplina como Valores Estruturantes

A Polícia Militar do Rio de Janeiro se caracteriza por ser uma corporação hierarquicamente organizada e disciplinada e por possuir uma vida institucional rica em mitos, símbolos, insígnias e intensidade de visão corporativa. Tais dispositivos informam a todo o corpo de funcionários sobre o que é a estrutura militar, quem pode dirigi-la e quem deve obedecer: do comandante geral ao último dos soldados, todos têm atribuições e deveres determinados pelos postos e graduações que ocupam. Para compreender essa instituição, é importante entender a cultura interna que reproduz, de forma permanente e cotidianamente e em todos os seus momentos, rituais de 'hierarquia' e de 'disciplina', dois pilares inseparáveis e interdependentes da vida militar.

'Hierarquia' é o princípio fundamental da divisão do trabalho dessa corporação, expressando-se em papéis, tarefas e *status* que determinam condutas e estruturam relações de comando-subordinação. É também a base sobre a qual se reatualizam, cotidianamente, sinais de respeito, honras, cerimoniais e rituais de ordem e de disciplina. Na Polícia Militar do Rio de Janeiro, a hierarquia se estrutura em círculos de poder que podem ser visualizados no Quadro 1: círculo dos oficiais (superiores, intermediários e subalternos); círculo das praças especiais e círculo das praças propriamente ditas.

Os círculos constituem subsistemas de um sistema totalizante que institui a permanência e a reprodução da corporação e a mobilidade profissional. Por isso, além de simbolizarem a hierarquia e a disciplina corporativa, atuam como ideal de acesso para os que se iniciam na carreira, embora a maioria não consiga chegar às patentes superiores. A antiguidade nos postos e as promoções por mérito são os princípios básicos de reprodução

da hierarquia, que norteiam toda a vida institucional. Um dos exemplos muito típicos da forma de hierarquização é a norma segundo a qual deve haver um refeitório para cada círculo de seus membros.

Quadro 1 – Círculo de poder hierárquico da Polícia Militar

| Círculo dos Oficiais | Círculo das praças | Abreviatura |
|---|---|---|
| Oficiais superiores | Coronel PM | CEL PM |
| | Tenente-coronel PM | TEN CEL PM |
| | Major PM | MAJ PM |
| Oficial intermediário | Capitão PM | CAP PM |
| Oficiais subalternos | 1º Tenente PM | 1º TEN PM |
| | 2º Tenente PM | 2º TEN PM |
| **Círculo das praças especiais** | **Graduação** | **Abreviatura** |
| Praças especiais | Aspirante a oficial PM | ASP OF PM |
| | Cadete PM | CAD PM |
| **Círculo das praças** | **Graduação** | **Abreviatura** |
| Praças | Subtenente PM | SUB TEN PM |
| | 1º Sargento PM | 1º SGT PM |
| | 2º Sargento PM | 2º SGT PM |
| | 3º Sargento PM | 3º SGT PM |
| | Cabo PM | CB PM |
| | Soldado PM | SD PM |
| Praças | Aluno do Curso de Formação de Soldados (recrutas) | AL CFSd |

Fonte: PMERJ, 2007.

A idéia de lealdade por tempo de serviço atua sobre cada um dos indivíduos que compõem esses círculos, acenando-lhes com o mérito ou com o apagamento profissional. Em tese, um soldado que é ordenança hoje pode ter um cargo mais elevado amanhã, dependendo da bravura e de sua adesão institucional. Um coronel que está dirigindo um batalhão pode ser chamado para um cargo de maior projeção. Na realidade, os cargos passam de um para outro, mas cada servidor tem uma visão pessoal sobre sua situação institucional, o que lhe permite medir suas chances de ascensão e as limitações que sofre nesse percurso possível. O instituto de condecorações,

medalhas, elogios, proibições, repreensões e punições acompanha o sistema de classificações e reatualiza sempre o lugar dos indivíduos na corporação.

Já são conhecidos pelos estudiosos das áreas da antropologia operária e da saúde do trabalhador os danos causados pela dissociação cognitiva e prática entre concepção e execução do trabalho. A fragmentação das tarefas e a separação entre quem pensa e quem manda, próprias do taylorismo e do fordismo, têm sido alvo de profundas críticas teóricas e práticas nos últimos 25 anos (Minayo, 2004; Minayo-Gomez & Lacaz, 2005). Essas críticas evidenciam que nem do ponto de vista da produtividade, nem da organização do trabalho, tal dissociação é eficiente.

'Disciplina' é o segundo componente estruturante de organização da Polícia Militar. Diz Foucault: "o soldado tornou-se algo que se fabrica: de uma massa informe, de um corpo inepto fez-se uma máquina de que se precisa" (Foucault, 1996: 117). Foucault lembra que o disciplinamento do corpo começou a vigorar na modernidade industrial, habilitando os indivíduos a determinadas tarefas, prescritas em um registro técnico-político, do qual os regulamentos militares são exemplos dos mais evidentes. O disciplinamento se configura como método de controle minucioso dos corpos, supondo um binômio de docilidade-utilidade em relação ao espaço, ao tempo e aos movimentos, exercitando os indivíduos para a destreza no trabalho: ele se pauta em uma correlação de poderes e interesses.

A organização disciplinar exige distribuir as pessoas no espaço, sendo a melhor forma o quadriculamento, em que cada indivíduo estaria em seu lugar e em cada lugar um indivíduo: de forma celular e solitária. A disciplina também eleva seu poder de análise aos mais tênues detalhes da existência, dentro de uma lógica dupla de poder: seriar os indivíduos, colocá-los em fila classificando-os, individualizando os corpos não apenas no espaço ou no tempo, mas em uma rede de relações que também os aliena. Ela se expande pela arquitetura, pelas funções, pelos escalonamentos, marcando lugares, definindo valores, garantindo individualidades e obediência.

Mas a 'disciplina' tal como exercida na Polícia Militar atinge não só o corpo como a atividade em si, exigindo dos indivíduos: o controle dos expedientes, como horários e escalonamentos de trabalho; a elaboração temporal do ato, de forma tipificada e regulamentada, fazendo o tempo penetrar o corpo, programando-o para a execução da ação; a articulação do corpo com os objetos manipulados, recompondo o gesto global

institucionalizado em elementos ínfimos; a sujeição à fiscalização e ao controle dentro de rígida hierarquia, fazendo com que as ordens decorram quase naturalmente da correlação de forças e de poder; a introjeção da ordem e da norma de tal modo que o simples olhar já apareça como mecanismo de coerção e de imposição, desde que por trás dele se desvende a lógica institucional; a sanção e a penalidade para os recalcitrantes. Como lembra Foucault (1989: 87), "O exercício da disciplina supõe um dispositivo que obriga pelo jogo do olhar; um aparelho onde as técnicas que permitem ver induzem os efeitos de poder e onde, em troca, os meios de coerção tornam claramente visíveis aqueles sobre quem se aplica".

Sobre esse último ponto, tão importante para entendermos, sobretudo, a fala das praças, a sanção normatizadora é consoante com a idéia de que, para que haja disciplina, é necessário haver um mecanismo penal. Atrasos, erros, negligências e insolência são atitudes reprimidas por micromecanismos de sanção, visando a explicitar a norma e a reproduzi-la. O castigo ocorre para reduzir desvios e reafirmar a lei, ao mesmo tempo que visa a explicitar os dois únicos pólos possíveis de comportamentos que ressaltam a divisão binária da ordem (normal-anormal) e da repartição coercitiva (quem é, onde deve ficar, como reconhecer e exercer uma vigilância constante). Dessa forma, os códigos disciplinares tornam evidente o que é positivo e o que é negativo, concomitantemente à gratificação daqueles que obtenham bom desempenho e à penalização dos ineptos. O 'normal' se estabelece como princípio de coerção, conjugando vigilância e regulação.

A contraface da rigidez institucional, lembra Holloway (1997), compõe-se de três dilemas que se impregnaram e se reproduzem na cultura corporativa: as transgressões, a corrupção e o suborno. A todas as questões de rigidez estrutural podemos acrescentar que a truculência no trato com o povo, sobretudo com as populações de baixa renda, se deve a uma cultura entranhada e secular, que hoje está fartamente questionada pela sociedade e traduzida pela mídia.

Os dois princípios básicos que instituem a corporação – hierarquia e disciplina, frutos do termo 'militar' pesadíssimo aposto ao termo 'polícia' – atuam, contraditoriamente, como uma identificação e como uma camisa-de-força. Essa contradição se faz presente reiteradamente na fala dos profissionais ao avaliarem a instituição da qual são membros, mas também nas tentativas sempre parciais e incompletas dos gestores da corporação de,

como dizem, "quebrar paradigmas". Tal contradição se evidencia também no discurso oficial que aparece no *site* institucional (PMERJ, 2007), cujo texto diz para a sociedade como a Polícia exercerá sua missão constitucional, colocando-se em uma perspectiva contemporânea, com visão de futuro e reafirmação de valores da cidadania.

Quem lê o texto a seguir capta, ao mesmo tempo, a força tradicional e estruturante dos regulamentos e os esforços institucionais para mudar, evidenciando que a corporação está aprisionada a uma multiplicidade de amarras que vêm desde sua concepção:

> Missão: atender, de forma eficaz e definitiva, às demandas relativas à preservação da Ordem Pública, aumentando a sensação de segurança da população, satisfazendo às expectativas e necessidades da comunidade e criando, com os cidadãos, uma relação de confiança e respeito mútuo, em conformidade com os princípios éticos e legais. (PMERJ, 2007)

O texto é propositivo e dialoga com as inúmeras críticas históricas que a sociedade brasileira faz à Polícia Militar. Uma pergunta crucial precisa ser feita, diante desse primeiro esforço de formalização da missão: em que medida os conceitos de disciplina e de hierarquia – que, internamente, formam os indivíduos, uns para pensar e outros para não pensar, para agir automaticamente e para obedecer – conseguem dar conta de satisfazer às expectativas e necessidades da comunidade e criar, com os cidadãos, uma relação de confiança e respeito mútuo? Mas o texto vai se aprofundando no que a corporação propõe como "Visão de Futuro":

> Ser uma empresa-cidadã, percebida pela comunidade como uma instituição moderna, reconhecidamente transparente e eficaz. Destacando-se pelo uso de tecnologia avançada e por profissionais motivados e capacitados, sensíveis aos anseios da população e comprometidos com o cumprimento das leis e a proteção da sociedade, através da melhoria permanente dos serviços prestados. (PMERJ, 2007)

Nessa visão de futuro, o sentido do serviço à população e a sensibilidade a seus anseios são retomados mais uma vez, em uma clara manifestação da vontade institucional de estender os laços tradicionalmente estreitados com os donos do poder e do dinheiro conforme se pronunciara Donnicci (1984), para abranger a sociedade inteira. A idéia de 'empresa-

cidadã', noção muito em voga no jargão empresarial contemporâneo, é assumida como princípio gestionário da corporação, talvez em uma tentativa de superar sua fama de truculenta. A visão de cidadania permeia a proposta de respeito e proteção à sociedade, sem discriminações entre povo e poder. Essa busca, como vimos nos rápidos traços históricos esboçados no início deste livro, tem sido uma meta inglória da corporação desde o tempo do Império (Holloway, 1997).

Também valores humanistas e de práticas chamadas de 'qualidade total' são reafirmados no discurso institucional:

> Responsabilidade social; qualidade na proteção e atendimento ao cidadão; melhoria contínua dos serviços; máxima integração da PM com a comunidade; comunicação clara e constante com os públicos; valorização do público interno; orgulho de ser Policial Militar; modernização; educação com aprimoramento constante; lealdade; uso gradativo da força; inteligência, cordialidade e ética. (PMERJ, 2007)

Diante da descrição dos ideais expressos no planejamento estratégico da corporação militar, a pergunta que se impõe é sobre como e com que meios ela conseguirá substituir as marcas estruturantes de instituição fechada que a caracterizam indelevelmente. Qualquer empresa contemporânea que se refez à luz da revolução tecnológica e intensificou sua transformação no último quartil do século XX – incluindo mudanças profundas na organização do tempo, do espaço, das formas de comunicação e informação e das relações com os clientes – passou a relativizar, radicalmente, os conceitos de disciplina e de hierarquia. É preciso lembrar que empresas orientadas por esses dois valores que continuam a configurar a cultura da Polícia Militar haviam sido orientadas nesses termos pelas formas de organização do trabalho da era industrial, embora em dose muito mais branda (Taylor, 1963), pois sem a imposição institucional de uma corporação militar.

O processo de mudanças estruturais na administração contemporânea dirige-se em sentido exatamente o contrário ao do eixo norteador institucional da Polícia Militar: diminuindo níveis hierárquicos na organização do trabalho, eliminando várias formas intermediárias de supervisão, estabelecendo uma gestão mais leve e mais horizontal e formando equipes de trabalho polivalentes, inter-relacionadas e voltadas para a melhoria da produtividade, da qualidade do trabalho e da segurança dos trabalhadores.

Nos princípios da qualidade total, esses elementos são veiculados por alguns dispositivos mediadores de transformações objetivas e subjetivas: polivalência, participação e qualidade. O primeiro vai contra a idéia dos círculos hierárquicos. O segundo diz respeito à responsabilização (*accountability*) do trabalhador individual e coletivo, o que vai contra as ordens de cima para baixo sem discussão. E o terceiro se refere ao aprimoramento dos processos em seu sentido individual e coletivo, o que só pode ser feito recorrendo-se à criatividade, à responsabilidade e ao interesse dos participantes, virtudes desestimuladas pelo código da obediência cega.

Mas é importante assinalar que não são apenas os elementos estruturais que marcam o modo de agir das polícias. Alguns autores consideram que existe uma cultura policial que ultrapassa fronteiras nacionais e cujas características são o conservadorismo, a suspeita e o isolamento das comunidades e o corporativismo (Bretas, 1997b; Reiner, 1992). Esse conjunto de elementos tende a produzir nos policiais uma visão negativa do mundo. Estudos de Guimarães, Torres e Faria (2005) sobre a adesão desses profissionais aos valores democráticos destacam que a violência cometida por eles não é um fato isolado. Origina-se de diversos fatores contextualizados socialmente: o abuso de autoridade e da força tem raízes nas ditaduras militares e, acrescentamos com Holloway (1997), vem desde a origem da instituição.

Guimarães, Torres e Faria (2005) mostram que a própria formação dos policiais passa mensagens ambíguas, ora enaltecendo os direitos humanos, ora estabelecendo estratégias para torná-los 'homens' duros e confrontantes, influenciando-os, freqüentemente, a aderirem a ações extrajudiciais. Comentam ainda que o treinamento militar aplicado aos jovens nas academias vem sendo mais moldado às exigências democráticas. No entanto, ao mesmo tempo, a instituição resiste em perder seus vínculos com o militarismo. Albuquerque e Machado (2001), observando a jornada de instrução de aspirantes a policiais cursando a Academia do Estado da Bahia, também assinalam a ênfase no militarismo muito mais que nos direitos humanos. Um rito de passagem submete os recrutas a duras provas, "sintetizando o percurso do sujeito civil para sua nova condição identitária, a de oficial da Polícia Militar" (Albuquerque & Machado, 2001: 215). Esse ritual – no qual os recrutas realizam uma vivência de imersão na Mata Atlântica durante seis dias – significa "um confronto de currículos: o novo, o 'democrático' os prepararia para uma situação abstrata e para servir

numa coletividade imaginária; o currículo velho, em comparação, os prepararia para a eficácia necessária à manutenção da ordem pública" (Albuquerque & Machado, 2001: 228). Perguntam-se os autores se o rigoroso treinamento na selva é condizente com as necessidades dos recrutas que atuarão nas cidades, dirimindo conflitos sociais, humanos e institucionais e mantendo a ordem pública. Este é apenas um exemplo das incoerências que a sociedade precisa conhecer para ajudar a sua polícia a ser, ao mesmo tempo, depositária da ordem e da paz.

A seguir, detalhamos uma série de normas e prescrições que constituem o campo administrativo e disciplinar interno da corporação, ressaltando o plano das expectativas do Estado sobre essa categoria de servidor público e de seus direitos e deveres no âmbito da organização social que os constitui.

O interesse de apresentar aqui essa descrição formal se fundamenta no princípio de que todo tipo de produção de bens e serviços exige concentração, autodisciplina, familiarização com diferentes instrumentos de produção e conhecimento das potencialidades dos operadores. A disciplinarização de qualquer força de trabalho ou de qualquer corporação envolve uma mistura de repressão, familiarização, cooptação e cooperação, elementos que não somente têm de ser organizados no local de trabalho como devem fazer parte do consenso na sociedade sobre o produto esperado. A socialização da Polícia Militar, no caso, exige o direcionamento das capacidades físicas e mentais de seus profissionais. A educação, o treinamento, a persuasão, a mobilização de certos sentimentos sociais (ética do trabalho, lealdade aos companheiros, orgulho da corporação e do serviço prestado) e propensões psicológicas (busca da identidade por meio do trabalho, iniciativa individual ou solidariedade social) desempenham um papel importante na constituição da categoria: estão também claramente presentes na formação da ideologia corporativa. Mas, para que essa socialização tenha sucesso, ela precisa, antes de tudo, ser padronizada e legitimada pelos vários setores do aparelho de Estado e afirmada na experiência e na rotina cotidiana dos que fazem o trabalho.

Os métodos de trabalho são inseparáveis de um modo específico de viver, de pensar e de sentir a vida. Questões de sexualidade, de família, de coerção moral, de consumismo e de ação social estão vinculadas ao esforço de forjar um tipo particular de trabalhador, adequado ao tipo de serviço que a sociedade espera dele.

No mesmo sentido, a designação da jornada de trabalho e sua remuneração, além de preverem a produtividade, devem proporcionar ao servidor renda suficiente e tempo de lazer adequado a uma vida saudável. Em contrapartida, socialmente é esperado que os membros da corporação tenham certo tipo de conduta moral, de vida familiar e de capacidade de consumo, visando a uma coerência entre o cargo e a vida privada e social. Daí todo o empenho dos legisladores em formular uma proposta e estabelecer prescrições apropriadas para a atuação da atividade policial, como descrevemos a seguir. No decorrer da apresentação deste estudo, iremos enfatizando o que é prescrito e as contradições entre o estabelecido e a prática. É claro que as formas de atuação, independentemente do que é estabelecido em lei, das condições materiais e técnicas de trabalho, guardam uma relação histórica com a cultura corporativa.

# 5

# Seleção e Recrutamento, Formação e Carreira

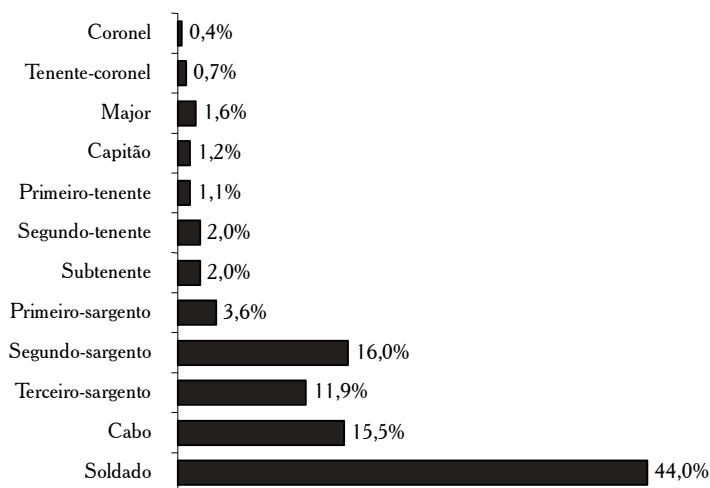
## Processo de Seleção

A seleção de pessoas para atuar na Polícia Militar ocorre por concurso público, divulgado por meios oficiais. O concurso para soldado exige que o candidato: seja brasileiro; com idade entre 18 e 30 anos; não tenha sido licenciado da Polícia Militar de nenhuma unidade da federação por motivos disciplinares; apresente altura mínima de 1,68 (homens) e 1,60 (mulheres) e peso proporcional à altura; tenha robustez física e aptidão psicológica, sanidade física e mental compatíveis com a função; possua grau de escolaridade de Ensino Médio; não apresente punição por indisciplina nas Forças Armadas; e seja aprovado em todos os exames do processo seletivo. Tais exames são eliminatórios e analisam aptidões intelectuais, antropométricas, psicológicas, físicas, de saúde, sociais e documentais.

Já o concurso para a Academia de Polícia Militar D. João VI constitui um rito de entrada em um curso superior, seleciona oficiais e compõe-se de uma parte acadêmica executada atualmente pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) e de uma parte específica de aptidão física, psicológica e de conduta, realizada pela própria corporação, por intermédio do Centro de Recrutamento e Seleção de Praças. A etapa universitária inclui exame de qualificação, exame discursivo e vestibular. A etapa específica consta de exame antropométrico, de saúde, físico, psicológico, de investigação de conduta e documental, sendo cada uma das avaliações de caráter eliminatório. O candidato eliminado nos exames específicos não pode prestar o vestibular. No *Manual do Candidato*, estão descritos detalhadamente os requerimentos exigidos, seja do ponto de vista intelectual, seja do ponto de vista de preparação física e psicológica para o cargo (PMERJ, 2007).

Em relação ao posto ou ao cargo na corporação, os policiais aqui estudados foram divididos em dois grupos. O primeiro é o de oficiais e suboficiais, cuja classificação inclui: coronel, tenente-coronel, major, capitão, primeiro e segundo-tenente, subtenente e primeiro, segundo e terceiro-

sargento. O segundo grupo é o dos não-oficiais, constituído por cabos e soldados. De acordo com o Gráfico 11, observamos que a proporção de não-oficiais é muito maior que a dos oficiais e, entre estes últimos, os suboficiais estão em maior número.

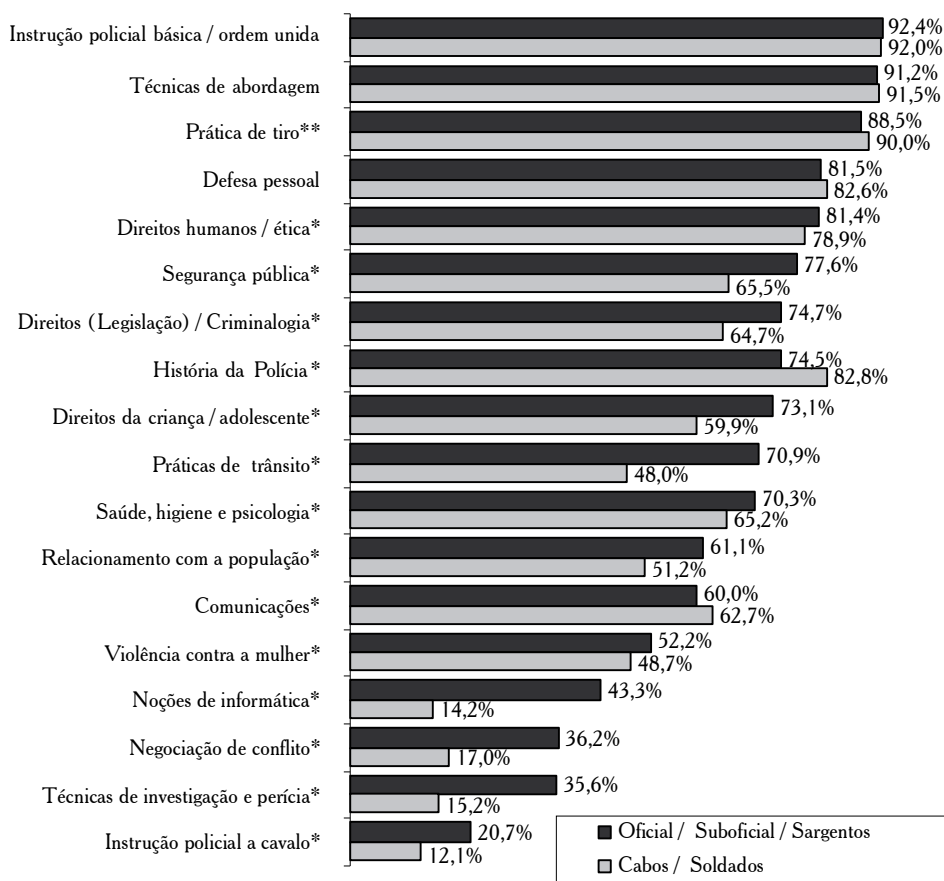
Gráfico 11 – Distribuição proporcional dos policiais militares segundo o cargo na corporação

Na Polícia Militar, o setor administrativo é responsável pelo trabalho burocrático e pela seleção, treinamento, aperfeiçoamento e formação profissional dos servidores. Os oficiais são responsáveis pelo trabalho administrativo, pelo planejamento e pela gestão das unidades. Algumas vezes, os policiais graduados acompanham os grupos que fazem operações. Ao setor operacional cabe fazer o policiamento externo e manter a ordem pública. O grupo operacional especial corresponde ao grupamento de elite, habilitado para operações não rotineiras.

## Capacitação e Formação

Formação profissional, segundo Cattani (1997), diz respeito a todos os processos educativos que possibilitam ao profissional adquirir ou desenvolver conhecimentos teóricos, técnicos e práticos relacionados à produção de bens ou serviços. Essa formação, geralmente, é definida pela empresa ou instituição, considerando os conhecimentos teórico-práticos

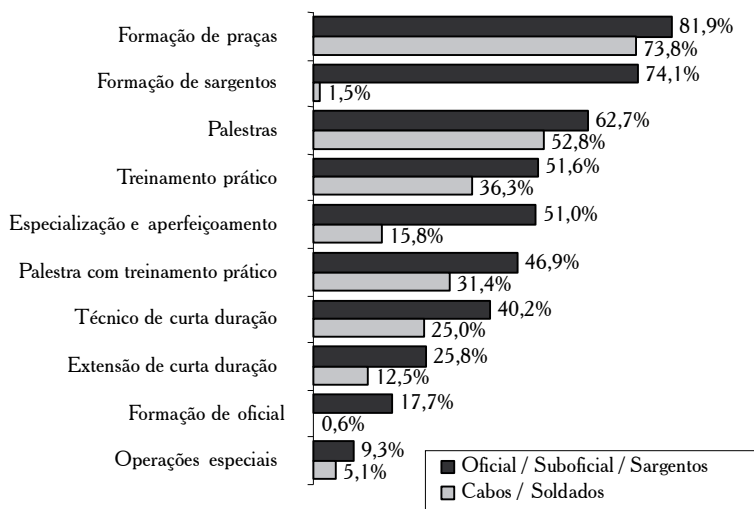
importantes para sua política de organização e gestão do trabalho. Para o trabalhador, a formação específica para a tarefa que vai desempenhar se associa à idéia de autonomia, controle da própria atividade e autovalorização.

A capacitação oferecida também revela o perfil do profissional ideal e o tipo de habilidades teóricas, tecnológicas e pessoais que se espera de um funcionário. Seu processo deve contemplar os diversos níveis de complexidade da organização produtiva da instituição, com as tecnologias envolvidas e com as lógicas organizacionais. Além do que, pragmaticamente, espera-se que a formação funcione como suporte para o profissional exercer seu trabalho.

Gráfico 12 – Distribuição proporcional dos policiais militares segundo temas estudados durante a formação inicial ou capacitação posterior na Polícia

*p=0,000 **p=0,001

Quando comparamos a formação inicial oferecida para oficiais, suboficiais e sargentos e para os cabos e soldados, observamos que os primeiros estão em desvantagem em relação aos últimos quanto ao acesso a cursos de prática de tiro, história da Polícia e comunicações. Nos outros itens, os conteúdos da formação são mais favoráveis aos oficiais, suboficiais e sargentos. Podemos comprovar esses dados no Gráfico 12.

Se analisarmos os temas estudados pelos policiais de acordo com o setor em que atuam, percebemos que os cabos e soldados estão em vantagem sobre os oficiais, suboficiais e sargentos somente em relação à prática de tiro e defesa pessoal, tanto para o extrato administrativo quanto para o operacional. Segundo os dados que temos, há temas que são pouco estudados pelos dois grupos, como instrução a cavalo, técnicas de investigação e perícia e noções de informática.

Gráfico 13 – Distribuição proporcional dos policiais militares segundo o tipo de capacitação recebida dentro da Polícia

No Gráfico 13, há um resumo da opinião dos policiais militares sobre a formação que recebem quando entram na carreira. Grande parcela deles, sobretudo os oficiais, suboficiais e sargentos, considera as orientações teóricas transmitidas inicialmente como suficientes e adequadas. Em relação aos conteúdos práticos, a insatisfação é maior, pois a maioria deles os avalia

não só como inadequados, mas também como insuficientes. Igualmente, 71,9% dos oficiais e suboficiais e 91,6% dos cabos e soldados assinalam também que poucas vezes ou nunca lhes foram ministrados outros cursos de formação após sua entrada na Polícia. Na corporação civil, essa constatação também é elevada: 71,2% dos policiais afirmaram que poucas vezes ou nunca a instituição lhes ofereceu outros cursos durante sua carreira (Minayo & Souza, 2003).

Ao comparar os achados anteriores com os observados no estudo de Minayo e Souza (2003) com policiais civis, encontramos que os oficiais militares se assemelham à polícia investigativa quanto à avaliação que fazem sobre a inadequação da sua formação, tanto teórica (45,7% dos militares *versus* 44,8% dos civis) como prática (58,7% *versus* 59,1%). Entretanto, os policiais civis são mais críticos que os oficiais militares, considerando, em sua maioria, que a formação que recebem é insuficiente do ponto de vista teórico (53,5% contra 41,3%) e prático (74,5% contra 69,3%). Cabe ressaltar que os cabos e soldados, justamente aqueles que mais estão no *front*, avaliam de forma extremamente crítica sua formação prática (71,8% e 83,6% deles a consideram inadequada e insuficiente, respectivamente), apresentando diferenças estatisticamente significativas em relação aos oficiais (p=0,000).

É importante destacar a necessidade de aprimoramento da formação dos policiais que atuam no setor operacional. Eles estão diretamente lidando com a segurança pública nas ruas do Rio de Janeiro e precisam de instrução sobre negociação de conflitos, relacionamento com a população e práticas de trânsito, temas pouco estudados. Ressaltamos, ainda, que 34,5% dos cabos e soldados e 22,4% dos oficiais, suboficiais e sargentos afirmaram nada terem estudado sobre o tema da segurança pública em sua formação inicial ou posterior.

Se compararmos os militares com os civis, observamos que os primeiros estão em desvantagem em relação aos civis somente quanto ao acesso a cursos de informática e de técnicas de investigação e perícia. Nos outros itens, as diferenças são favoráveis aos policiais militares (Minayo, 2006).

Não apenas perguntamos as opiniões dos nossos entrevistados sobre sua preparação profissional como também efetuamos uma análise dos currículos e ementas dos Cursos de Formação de Soldados (CFSD) e de Oficiais e Suboficiais. A grade curricular para formação dos soldados atualmente vigente e que foi produzida em 2002 prevê a carga horária de

864 horas-aula, dividida em dois eixos de atividades (disciplinas curriculares e complementação de ensino). As disciplinas curriculares são divididas em quatro linhas: fundamentação geral, conteúdos instrumentais, complementares e operacionais, totalizando 356 horas-aula. Na complementação de ensino, tem destaque (pela maior carga horária) o estágio prático operacional, com 288 horas-aula e os serviços internos, com 120 horas-aula. A partir da análise da ementa sobre fundamentação geral, chama a atenção o tempo reduzido (12 horas-aula) dedicado às disciplinas de direitos humanos e conduta policial ética, e a ausência do debate conceitual e prático sobre segurança pública.

Na complementação de ensino, porém, são dispensadas 32 horas-aula para o treinamento da formatura e 120 horas-aula para os serviços internos, sem que haja, entretanto, qualquer ementa ou diretriz que oriente a ocupação dessas horas-aula, o que dificulta, sobremodo, a análise a respeito das atividades realizadas no âmbito dos serviços internos.

Observamos, ainda, a ausência de disciplinas de cunho humanístico (sociologia, criminologia e filosofia), que possibilitem ao policial militar a compreensão do mundo contemporâneo, seus problemas e suas transformações. É possível observar, também, uma carência no currículo de fundamentação sobre a legislação brasileira, que é vista somente na disciplina instrução policial básica individual (IPBI) e, mesmo assim, apenas nas aulas sobre legislação penal e de trânsito. Disciplinas como direito constitucional, civil e administrativo não comparecem no currículo.

Das disciplinas profissionalizantes, são dedicadas 32 horas-aula para defesa pessoal, 48 horas-aula para tiro policial e 22 horas-aula para técnicas de narração e confecção de documentos. Grande parte do aprendizado profissional está sendo ministrada no estágio prático operacional, que conta com 288 horas-aula. Para essa disciplina também não há qualquer informação sobre conteúdo, ementa ou plano de realização.

Toda a bibliografia utilizada pelas diferentes disciplinas ofertadas aos soldados da Polícia Militar está baseada em manuais, regulamentos e regimentos da própria corporação. Não encontramos quaisquer referências a trabalhos científicos, livros ou outras publicações que complementassem a formação dos soldados.

Ao se analisar uma nova grade curricular do Curso de Formação de Soldados produzida em 2005, à luz da proposta de reforma curricular

elaborada pelo Instituto de Segurança Pública (ISP), o primeiro aspecto diferencial que se observa entre a antiga e a nova é em relação à carga horária: se antes eram exigidas 864 horas-aula, agora houve um aumento para 1.135 horas-aula, perfazendo um curso de oito meses de duração.

Em relação às novas disciplinas disponíveis, é possível perceber a inclusão de informática (20 horas-aula), prática policial cidadã (20 horas-aula) e fundamentos da abordagem (15 horas-aula). A IPBI atualmente se encontra desmembrada em policiamento ostensivo (18 horas-aula), noções de direito penal e práticas operacionais (25 horas-aula), legislação aplicada à PMERJ (12 horas-aula), legislação de trânsito (12 horas-aula) e instrução tática individual (40 horas-aula), somando 107 horas-aula. Analisando-se essa readequação de currículo, é possível perceber que, em relação ao conteúdo, poucas modificações foram realizadas, sendo o aumento da carga horária a mudança mais relevante. Entre as disciplinas que foram beneficiadas pelo aumento, destacam-se: psicologia, de 8 horas-aula para 20 horas-aula; primeiros socorros, de 17 para 23 horas-aula; educação física, de 48 para 106 horas-aula; armamento, de 19 para 50 horas-aula; tiro policial, de 48 para 68 horas-aula.

Sobre os currículos, o antigo e o novo apresentam poucas diferenças entre si. Assinalamos alguns pontos que, a nosso ver, deveriam merecer considerações: excessiva carga horária direcionada para a atividade de ordem unida e de serviços internos; ausência de discussão sobre conceitos e questões de segurança pública como referencial teórico importante e estruturante da profissão; ausência de disciplinas de cunho humanístico e de legislação brasileira. Observamos, também, que seria muito importante para a formação dos soldados a incorporação de novos conteúdos provenientes de estudos e pesquisa e de novas bibliografias e referências.

Ao contrário do Curso de Formação de Soldados, que tem a duração de oito meses, o Curso de Formação de Oficiais equivale a uma preparação de Ensino Superior e tem a duração de três anos, com carga horária total de 3.199 horas-aula. Em cada etapa, as disciplinas são divididas entre aprofundamento acadêmico e aprofundamento da prática profissional. Assim, no primeiro ano, 330 horas-aula são destinadas a fundamentos, valorizando, sobretudo, disciplinas da área do direito.

No segundo ano, das 550 horas-aula da parte acadêmica, 230 horas-aula são destinadas a disciplinas jurídicas. Igualmente, no terceiro ano,

mais 320 horas-aula destinam-se a fundamentos e 190 horas-aula desse conjunto são para a formação em disciplinas jurídicas.

Entre as disciplinas acadêmicas ministradas aos oficiais, estão sociologia geral, psicologia e antropologia, cada uma com 30 horas-aula. Por meio delas são discutidos conteúdos relevantes que dizem respeito à relação entre a Polícia Militar e a sociedade, como é o caso da ética, que soma 60 horas-aula, e direitos humanos e direito da criança e do adolescente, com 50 horas-aula.

Poderíamos concluir dizendo que a distribuição da carga horária voltada para a formação acadêmica dos oficiais evidencia uma tendência legalista, em que a forte presença de disciplinas da área do direito (civil, constitucional, administrativo, penal, penal militar, processual penal, processual penal militar) traduz uma valorização deste campo de conhecimento, em detrimento de assuntos voltados para a questão de segurança pública.

O módulo chamado de Ensino Profissional soma 1.999 horas-aula, divididas em 713 horas-aula para o primeiro ano, 597 horas-aula para o segundo ano e 689 horas-aula para o terceiro ano. Neste módulo, chamou-nos a atenção a oferta da disciplina segurança pública, com 144 horas-aula, sendo que na ementa em nenhum momento há uma discussão desse conceito estruturante da atividade da Polícia. Também não consta da bibliografia e das ementas em geral uma abordagem científica sobre segurança, seus pressupostos e pesquisas realizadas na área. O plano de curso está focalizado na legislação brasileira que trata do assunto e nas funções de prevenção do crime próprias à categoria, assim como em procedimentos policiais em situações diversas. Disso concluímos que o tema tem sido ensinado de forma legalista, empírica e reificada.

Uma das disciplinas de destaque é a de conhecimentos gerais sobre o estado do Rio de Janeiro, permitindo ao oficialato ter acesso à história do estado e a uma abordagem sobre sua estrutura física, geográfica, econômica e social. Todavia, a ementa é bastante extensa para uma carga horária de apenas 20 horas-aula. Do mesmo modo, parece reduzida a carga horária da disciplina evolução histórica da PMERJ (20 horas-aula), quando se pressupõe que a corporação pretenderia levar ao oficial conhecimentos acerca da constituição e da instituição policial no Brasil desde o Império até os dias atuais.

A matéria referente à legislação básica da PMERJ é apresentada no primeiro e no segundo anos, totalizando 120 horas-aula. Nela são

encontrados os fundamentos da hierarquia e da disciplina militar, bem como informações sobre rituais, símbolos, cerimônias, regulamentos e padrões estéticos adotados pela instituição. Essa extensa carga horária reflete a valorização da doutrina militar dentro das atividades de formação, em detrimento das questões de ordem e segurança pública em seu sentido mais complexo. Na disciplina de criminologia, são abordadas diferentes teorias sobre o fenômeno da criminalidade. Como proposta metodológica, o plano apresenta discussões em sala de aula a partir de ocorrências divulgadas pela imprensa. No entanto, os casos registrados nas notificações policiais não são utilizados como fonte de consulta.

A disciplina sobre ética na sociedade aborda este conceito do ponto de vista filosófico e apresenta como unidades a ética do brasileiro e a ética do carioca, sem incluir, contudo, qualquer bibliografia ou referencial teórico específico para definir esses temas.

O objetivo da disciplina denominada 'didática' é qualificar o oficial para, posteriormente, exercer a função de instrutor, por força do regulamento interno. A ementa contempla as técnicas de ensino, mas não apresenta ao oficial meios de dialogar com seu público, em especial com os soldados, os cabos e os sargentos. Isto é, não lhe dá elementos para desenvolver o que seria a relação responsável pelo ensino-aprendizagem. Ressaltamos que em nenhum momento da organização da grade curricular da formação a relação entre oficiais e praças é um objeto claro de discussão, exceto nos assuntos relacionados à hierarquia e às punições disciplinares.

A disciplina 'comunicação social' chama a atenção pelo objetivo que apresenta de destacar e analisar a imagem da Polícia Militar nos meios de comunicação e perante a opinião pública, reconhecendo a importância dessa interação para a imagem da corporação. Porém, a ementa não evidencia estratégias de treinamento dos oficiais para dialogar com a mídia e assim produzir informações de interesse público.

Para a disciplina de prática operacional são reservadas apenas 60 horas-aula. Sua proposta metodológica tem como objetivo simular situações para o treinamento de tiro tático, patrulhamento, operações em favelas, abordagem de pessoas, veículos e outras. É possível afirmar que a carga horária prevista é reduzida diante das funções de comando de operações que esses profissionais terão de assumir depois de formados.

Por fim, a disciplina ‘ordem unida’ perfaz 120 horas-aula, distribuídas nos três anos. Porém, assim como no currículo do Curso de Formação de Soldados, não há descrito um plano de atividades a ser executado. Segundo um oficial, a ‘ordem unida’ ou ‘coreografia do militar’ objetiva, entre outras coisas, desenvolver a idéia de coletivo.

Finalmente, além das considerações específicas, sintetizamos algumas questões que julgamos críticas quanto ao Curso de Formação de Oficiais: ressaltamos a ausência de estágio prático supervisionado e realizado dentro dos batalhões, cuja existência possibilitaria ao oficial a vivência de situações reais; consideramos excessivo o tempo direcionado para atividade de ordem unida, uma vez que não há um conteúdo formal para ela; ressaltamos a importância do aprofundamento do conceito e das questões de segurança pública no seu sentido mais complexo; cremos ser importante incorporar nos conteúdos bibliográficos e referenciais informações trazidas por pesquisas nacionais e locais, que atualmente vêm sendo intensificadas, sobre a categoria e sobre a segurança pública.

Além dos cursos formais, existe ainda o de Aprimoramento da Prática Policial Cidadã, fruto de uma parceria entre a PMERJ e a ONG Viva Rio, estabelecida desde 2002, com o intuito de capacitar os policiais para lidarem com a população de forma a respeitar os seus direitos.

Esse curso – que poderíamos qualificar na lógica da educação permanente – apresenta temas transversais que interessam ao serviço prestado ao cliente-cidadão no policiamento ostensivo, dando ênfase ao uso adequado da força. Seu currículo é flexível; por visar às necessidades e prioridades instrucionais de cada unidade, não possui uma ordem disciplinar obrigatória.

Suas principais diretrizes são a humanização e a qualidade do serviço policial militar. Visa ao aumento da eficácia do serviço de segurança, com prioridade para a prevenção do crime e para o papel comunitário da atividade policial segundo preceitos éticos. A abordagem pedagógica aplica especialmente estudos de casos escolhidos a partir da própria prática cotidiana dos policiais, valorizando sua experiência.

O currículo desse curso foi elaborado com base nas estatísticas de ocorrências policiais e é facilitado por inúmeras cartilhas e vídeos. Nele são enfatizadas habilidades como discernimento de prioridades e análise

de riscos em situações complexas, resolução de conflitos e relações com a comunidade.

O material didático é constituído de vinte cartilhas e 14 vídeos que servem de guia para as aulas orientadas por sargentos multiplicadores, especialmente capacitados para esta função, e que são responsáveis pela transmissão do conhecimento para seus pares, cabos e soldados de suas unidades (Viva Rio, 2005).

## Formação Permanente e Ascensão Profissional

Certamente, nenhum tipo de formação acadêmica conseguirá abranger todas as habilidades e os conhecimentos necessários à formação de um profissional de qualquer área. Aos cursos formais é necessário incorporar várias estratégicas de aprimoramento, sendo assim também no caso das exigências da profissão policial. Mas entendemos também que os requerimentos profissionais se tornam precisos a partir do encontro com a prática e das estratégias e dos modos operatórios que a realidade concreta demanda. É no nível da práxis (ação-reflexão-ação) que, em todas as áreas de atividades, os profissionais aprendem a responder às exigências físicas, cognitivas e psíquicas envolvidas na realização das tarefas. Esse saber construído ao longo da vida, que se torna patrimônio comum do grupo, consolida formas inventivas de resolução de problemas e de superação de limitações, explicitando o hiato entre o que é 'prescrito' e o que é 'real' em determinado tipo de atividade. Como lembra Amador (1999: 28), o trabalho dos policiais "não se resume à aplicação de conhecimento técnico, aprendido em cursos de formação e qualificação, visto que implica mobilização subjetiva, tanto da inteligência quanto da personalidade e da criatividade do sujeito".

Entendemos, portanto, que um programa de aprimoramento dá ênfase a aspectos em que o profissional necessita se especializar e à discussão sobre os desafios encontrados nas atividades cotidianas. Balizados por essa compreensão, levantamos algumas informações sobre o que consideramos parte da formação permanente.

Indagados sobre "que capacitação haviam recebido", 81,9% dos oficiais, suboficiais e sargentos e 73,8% dos cabos e soldados responderam

que fizeram o curso de formação de praças e 62,7% e 53,8%, respectivamente, vêm participando de palestras para complementação e atualização de sua formação. No entanto, há diferenças muito significativas nos depoimentos dos dois grupos no que se refere ao treinamento prático: 51,6% dos oficiais estão satisfeitos com a formação e com as oportunidades de atualização permanente, enquanto apenas 36,3% dos cabos e soldados estão contentes e a maioria se queixa da insuficiência e da inadequação do treinamento prático. Em relação ao acesso a cursos de especialização e aperfeiçoamento que sucedem aos planos de educação formal, os oficiais mostram-se em ampla vantagem quando comparados aos cabos e soldados (51% *versus* 15,8%), indicando haver diferenças gritantes de oportunidades entre os cargos superiores e os subalternos no que concerne à formação ($p=0,000$).

No grupo administrativo, os oficiais, suboficiais e sargentos, em sua maioria, afirmam ter participado do curso de formação de praças (74,9%), de palestras (73,1%), da formação de sargento (69,5%) e de cursos de especialização e aperfeiçoamento (67,9%). Entre os cabos e soldados, o tipo de treinamento mais comum foi o curso de formação de praças (77,1%), palestras (49%) e treinamento prático (32,7%). Ressaltamos que há diferenças estatisticamente significativas a favor dos oficiais em todas as oportunidades de formação, exceto para o curso de formação de praças, que é obrigatório para os soldados ($p=0,000$).

No setor operacional, constatamos que 84,9% dos oficiais, suboficiais e sargentos já estiveram envolvidos em cursos de formação de praças, 76% em formação de sargento e 58,5% participaram de palestras. Quanto aos operacionais, diferentemente dos que atuam no estrato administrativo, 2,5% dos oficiais realizaram treinamento prático. A maioria (73,3%) dos não-oficiais fez apenas o curso de formação de praças e 53,4%, além desse treinamento inicial, tiveram oportunidade apenas de assistir a palestras oferecidas pela corporação. Novamente encontramos diferenças estatísticas quanto à formação recebida entre os diferentes cargos, também no interior do grupo operacional, a favor dos oficiais ($p=0,000$).

Em suma, os oficiais, suboficiais e sargentos de ambos os setores, administrativo e operacional, são os que, em maiores proporções, têm acesso às modalidades oferecidas de educação permanente. Já em relação aos setores, o grupo que atua no campo operacional tem vantagens sobre o

administrativo: de todos os dez itens pesquisados referentes à questão da formação continuada, em seis deles os operacionais apresentam proporções mais elevadas, exceto em relação à freqüência a cursos de especialização e aperfeiçoamento e a cursos técnicos de curta duração.

Quando comparamos os policiais militares com os policiais civis em relação ao acesso à educação permanente, observamos que existem diferenças típicas da dinâmica das corporações. Dos policiais civis, 52,3% fizeram curso de especialização, 47,4% freqüentaram curso técnico de curta duração, 45,7% participaram de palestras e 45,7% tiveram treinamento prático. Outros 30,8% receberam, juntamente, palestras e treinamento prático (Minayo & Souza, 2003). Ou seja, em ambas as corporações, a formação permanente não é igualmente distribuída, e muitos ficam excluídos das possibilidades de atualização. Pensando em média, isso significa mais da metade em ambas as corporações. Não entramos nas indagações sobre o motivo pelo qual isso ocorre. No entanto, consideramos esse fato relevante para o planejamento e a gestão dos processos de formação permanente que repercutem no trabalho policial.

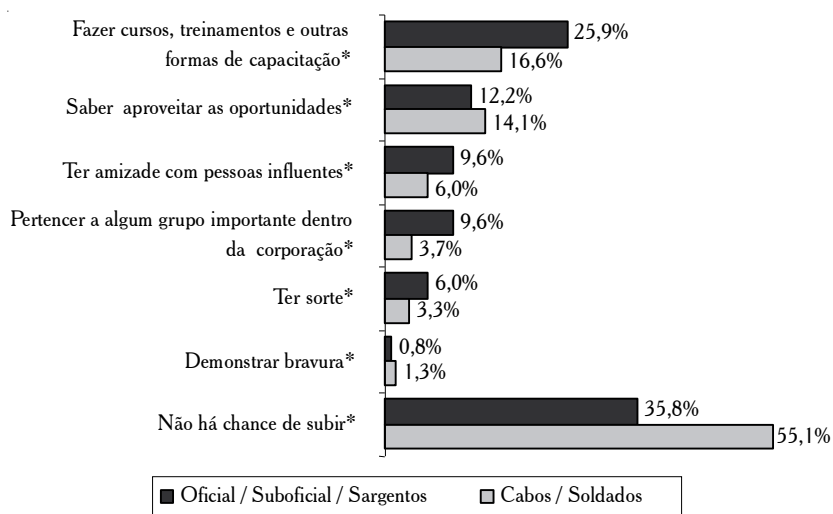
Além do acesso diferenciado à capacitação continuada, existe uma discrepância – presente em todos os setores da Polícia Militar, porém maior entre os soldados e cabos – quanto à adequação do treinamento recebido ao trabalho que exercem. Um percentual de 40,8% dos oficiais, suboficiais e sargentos e 45,4% dos não-oficiais, segundo eles próprios, não exerce a atividade para a qual foram treinados ($p=0,000$). Igualmente, entre os policiais civis essa proporção é elevada: 34,8% (Minayo, Souza & Constantino, 2007).

Quando analisadas por estratos, essas inadequações se revelam ainda mais marcantes. Precisamente 62,7% dos cabos e soldados e 44% dos oficiais do setor administrativo revelam não realizar a atividade para a qual foram treinados ($p=0,000$). Ora, tal discrepância significa que as importantes propostas de “modernização da gestão” assinaladas no documento oficial que aparece no *site* da Polícia Militar podem estar morrendo em seu próprio nascedouro. Como a administração está sendo levada a cabo por pessoas e meios não apropriados e fundamentados no senso comum, essa realidade se soma às dificuldades que o excesso de hierarquização e de disciplina militar representam para as formas contemporâneas de gestão flexível. No grupo operacional, também são

elevadas as proporções dos policiais que estão cumprindo tarefas sem serem preparados para elas – 42,5% dos não-oficiais e 39,4% dos oficiais, suboficiais e sargentos (p=0,000), o que exige, também, uma consideração prioritária por parte dos gestores.

Os cabos e soldados têm uma visão mais negativa do que os oficiais, suboficiais e sargentos quanto à possibilidade de ascensão profissional: 53,6% dos primeiros, contra 36,1% dos segundos, não vêem chance de progredir na carreira.

No Gráfico 14, podemos constatar que os que acreditam na possibilidade de crescimento profissional baseiam suas expectativas no investimento em cursos e treinamentos e consideram importante aproveitar as oportunidades. Boa parcela de servidores de ambos os grupos, principalmente de oficiais, crê na influência de amizades como forma de conseguir promoção.

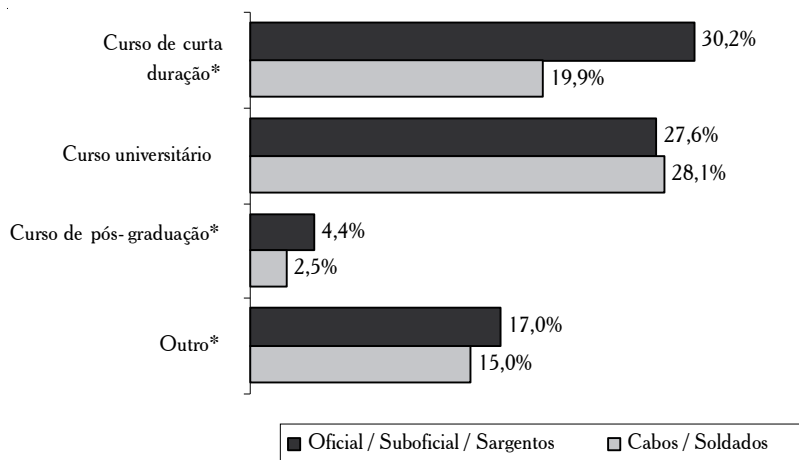
Gráfico 14 – Distribuição proporcional dos policiais militares segundo a principal razão para subir na carreira

*p=0,000

Para os oficiais, suboficiais e sargentos alocados no setor administrativo, a principal mola que lhes permite subir na carreira é a realização de cursos, treinamentos e capacitação (37,9%). Já os cabos e soldados consideram que a possibilidade de ascensão profissional ocorrerá

pelo aproveitamento de oportunidades (19,3%). Observamos que existe diferença estatística entre as opiniões dos dois grupos de cargos em relação a todos os itens pesquisados (p=0,000). Os não-oficiais (56,1%) acreditam, mais que os oficiais, suboficiais e sargentos (23,4%), não terem chances de progredir na profissão.

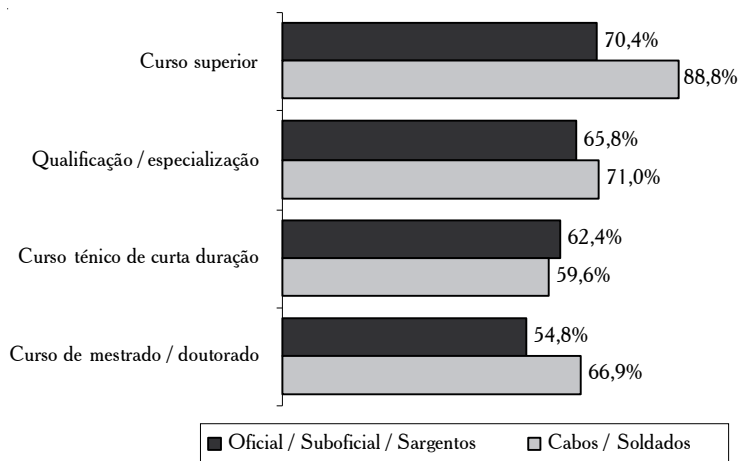
No setor operacional, os dois grupos concordam que a principal forma de subir na carreira é se capacitando por meio de cursos. No entanto, os que apostam nessa expectativa são em proporção muito pequena: 21,3% dos oficiais, suboficiais e sargentos e 16,7% dos não-oficiais. Novamente, observamos mais pessimismo entre os cabos e soldados (54,9%) em relação aos primeiros (40,6%). Mais uma vez, foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre os cargos do estrato operacional a favor dos oficiais em todos os itens (p=0,000).

Investigamos também as iniciativas individuais e particulares dos policiais militares em favor de seu aperfeiçoamento profissional. Os cursos de curta duração são os que mais têm sido procurados por 30,2% dos cabos e soldados. A busca por formação universitária mobiliza 28,1% dos oficiais, suboficiais e sargentos, 27,6% dos não-oficiais e, nesse caso, não há diferença estatisticamente significativa entre os dois grupos (Gráfico 15).

Gráfico 15 – Distribuição proporcional dos policiais militares segundo curso fora da Polícia por conta própria

*p=0,000

Observamos que tanto oficiais, suboficiais e sargentos (45,6%) quanto não-oficiais (35,1%) que atuam no setor administrativo envidam esforços para terem acesso a algum curso de curta duração (p=0,000). No grupo operacional, 27,5% dos cabos e soldados investem em curso universitário e 24% dos oficiais, em cursos de curta duração. Podemos concluir que, possivelmente, a excessiva e cansativa jornada e a estressante demanda operacional os impedem de cuidar de sua formação permanente ou dificultam seu movimento nesse sentido. No entanto, este assunto deveria se constituir em uma meta prioritária da corporação, necessária para que cumpra adequadamente sua tarefa na sociedade contemporânea.

Para o ingresso na corporação militar, é exigido o Ensino Médio completo. Para entrar na Polícia Civil, desde a promulgação da lei estadual n. 4.020, de 6 de dezembro de 2002, é necessário ter o Ensino Superior completo. Essa é uma possível explicação para o fato de haver mais policiais civis que militares com curso universitário: 66,7% dos primeiros são formados ou fazem curso superior e 10,1% deles cursam programas de pós-graduação. Dos policiais civis que atuam nas delegacias, 73% afirmam ter concluído ou estar terminando a faculdade, a maioria na área de direito (Minayo & Souza, 2003).

Gráfico 16 – Distribuição proporcional dos policiais militares segundo o curso complementar que fariam se tivessem condição

*p=0,000

No entanto, as expectativas de aprimoramento e capacitação profissional estão presentes nas falas dos policiais militares de forma veemente, revelando uma enorme aspiração e vontade de investir na carreira e no crescimento pessoal e institucional. No Gráfico 16, pode-se observar claramente a existência de uma demanda reprimida, sendo a realização de curso superior, especialização e até mesmo de pós-graduação o anseio de um projeto para a grande maioria dos policiais militares, sobretudo para os cabos e soldados (p=0,000).

Os policiais do setor administrativo são os que mais expressam seu desejo de aprimorar a formação. Os que querem fazer alguma graduação são 71,2% dos oficiais, suboficiais e sargentos e 83,1% dos não-oficiais (p=0,000). Os que têm essa aspiração no setor operacional são 70% e 89,8%, respectivamente (p=0,000). A motivação de ampliar seus estudos por parte dos policiais deveria ser capitalizada pelos gestores públicos, oferecendo à sociedade uma polícia mais bem preparada.

Analisando o conjunto das informações aqui apresentadas, ressaltamos a necessidade de mais investimento na preparação dos policiais em vários aspectos já assinalados. Em um mundo que incorpora cada vez mais ciência e tecnologia nos dispositivos de ação e de gestão, é muito positivo elevar o nível de escolaridade dos membros da corporação. Valorizar seu capital humano deveria ser uma prioridade e uma meta da Polícia Militar. Entendemos que, dando curso às iniciativas individuais, cabe à PMERJ enfatizar o projeto institucional de desenvolvimento profissional de seus membros, sem dúvida a maior fonte de riqueza de qualquer organização – principalmente dessa, cujo foco é proteger a sociedade e prevenir a criminalidade.

# 6

# Jornada de Trabalho

A jornada de trabalho do policial militar se inicia com a leitura da ordem do dia, rito matinal realizado no interior das unidades. Silenciosos e em forma, esses profissionais ouvem a divulgação de suas escalas de serviço e advertências. Recebem orientação para a ação específica e são lembrados do modo como devem atender aos cidadãos, às vítimas de acidentes, aos transgressores e a outros que necessitem de seus serviços.

Essa ordem do dia constitui-se de discursos estruturados de forma unilateral e hierárquica. Seu pronunciamento reafirma normas disciplinares e impede que os policiais das patentes mais baixas discutam, de maneira franca e aberta, questões concretas que lhes dizem respeito, como é o caso de dificuldades no cumprimento das ordens, problemas encontrados nas rondas com seus equipamentos e em outras situações.

Logo após esse ritual, os servidores se encaminham para suas atividades, de acordo com um cronograma de trabalho com horários e escalas devidamente estabelecidos, dentro da especificidade das atividades previstas.

Aos oficiais cabe a gestão da corporação. Aos policiais que atuam na ponta estão reservadas as intercorrências do serviço cotidiano. Isso os leva a vivenciar momentos de grande insegurança no desempenho de suas atribuições, já que a realidade de seu trabalho freqüentemente entra em conflito com as normas disciplinares. Muniz (1999) conta em seu estudo que, acompanhando rondas, pôde observar o receio dos jovens policiais em adotar qualquer alternativa diferente da que lhes foi ensinada para solução dos conflitos que vivenciavam. Sua preocupação diante de um problema concreto era sempre a mesma: "o oficial superior falou somente sobre o que não pode e não determinou o que pode ser feito" (Muniz, 1999: 129). Aqui também é importante repetir que o tema 'resolução de conflitos' é pouco abordado na formação inicial e posterior desses policiais.

Indagamos os policiais sobre a qualidade das ordens que recebem, e apenas 41,8% dos oficiais, suboficiais e sargentos e 37,9% dos cabos e soldados afirmam que lhes são dados comandos claros para realizar suas atividades. É relevante que 5,4% e 4,9% deles, respectivamente, tenham dito que nunca receberam diretrizes claras. No setor administrativo, os oficiais, suboficiais e sargentos (5,2%), mais que os cabos e soldados (1,7%), afirmaram que as ordens recebidas nunca são claras (p=0,000).

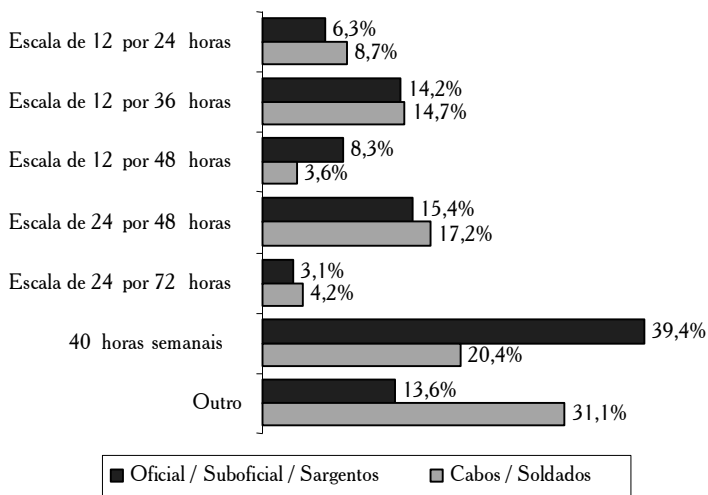
Quando a disciplina militar não é capaz de oferecer orientações efetivas sobre como agir nas situações reais, ela acaba por ser um fator de restrição das possibilidades adequadas e criativas de intervenção, encorajando o indesejável, ou seja, as transgressões. Indagados sobre a necessidade de modificar as ordens que recebem para conseguir realizar suas atividades, as respostas 'sempre, quase sempre e às vezes' ocorreram por parte de 72,1% dos oficiais, suboficiais e sargentos e de 74% dos cabos e soldados. O mesmo tipo de respostas também foi encontrado, em grandes proporções, entre os que atuam no setor operacional: 74,8% dos oficiais, suboficiais e sargentos e 75,9% dos cabos e soldados (p=0,000). Entre os policiais do estrato administrativo, foram 65,9% e 62,6%, respectivamente, os que assim responderam (p=0,039).

As proporções citadas são maiores que as observadas na corporação civil, onde 61% afirmaram que precisam modificar as ordens que recebem para conseguir atuar (Minayo, *et al.*, 2007). No entanto, na Polícia Civil, o peso da hierarquia não constrange tanto.

Para Muniz (1999), sobretudo os policiais mais experientes nas atividades ostensivas acabam por recorrer à indisciplina para trabalhar mais adequadamente, criando-se, assim, uma espécie de cinismo policial. Esse cinismo é uma reação crítica aos dilemas e às contradições do cotidiano. Todo policial de ponta aprende com os mais antigos, "com os cascudos", que a orientação recebida, na prática, é outra. "De posse do saber prático que informa que a bomba explode sempre na ponta, os soldados, cabos e sargentos sabem que, para agir como polícia de verdade, de antemão terão não só que produzir alguns arranhões no código disciplinar como também procurar descaracterizar as possíveis indisciplinas" (Muniz, 1999: 130).

Do conjunto dos policiais militares entrevistados, grande parte tem uma carga horária de quarenta horas semanais. Somente 15,4% dos oficiais, suboficiais e sargentos e 17,2% dos cabos e soldados trabalham em plantão

24 por 48 horas. Também é significativa a parcela dos que cumprem o plantão de 12 por 36 horas (Gráfico 17).

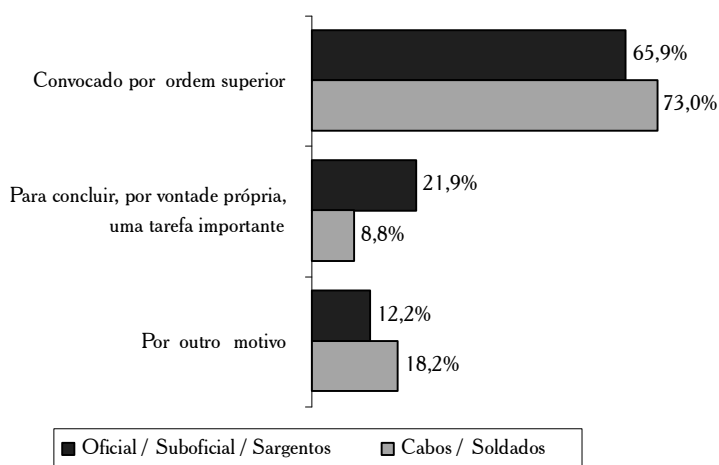
Gráfico 17 – Distribuição proporcional dos policiais militares segundo o horário de trabalho na Polícia

Chama atenção a categoria 'outro' preenchida nos questionários, que, na realidade, está constituída, em sua maioria, pela conjugação de duas escalas de trabalho e por horários distintos dos listados no Gráfico 17.

Jornada de quarenta horas semanais foi relatada por 62,5% dos oficiais, suboficiais e sargentos e 39,7% dos cabos e soldados que atuam no setor administrativo ($p=0{,}000$). No grupo operacional, 29,7% dos primeiros também têm expediente de quarenta horas por semana e, entre os segundos, a carga horária mais comum (36,1%) é a que se refere a outro tipo de horário, diferente dos especificados no questionário.

Consideramos muito relevante a informação de que 92,1% dos oficiais, suboficiais e sargentos e 92,4% dos cabos e soldados, nos últimos meses, trabalharam 'muitas vezes' além do seu horário prescrito nas atividades policiais. Destacamos o setor operacional como aquele em que os profissionais têm as mais longas jornadas: 92% dos oficiais, suboficiais e sargentos e 93,7% dos não-oficiais responderam que diariamente trabalham mais do que o prescrito ($p=0{,}000$).

Entre os motivos apresentados para manterem uma carga horária real muito mais elevada que a convencional, a maioria indica a 'convocação por parte de um superior', como podemos comprovar no Gráfico 18.

Encontramos parcelas significativas de 70,3% dos oficiais, suboficiais e sargentos e 73,6% dos cabos e soldados que atuam na linha de frente, ou seja, pertencem ao setor operacional e, estatisticamente, diferem dos que estão lotados no setor administrativo (p=0,000), fazendo longas jornadas de trabalho além do tempo prescrito. A segunda razão atribuída por respectivamente 17,7% e 7,9% dos operacionais para o trabalho extra foi 'concluir, por vontade própria, uma tarefa importante'.

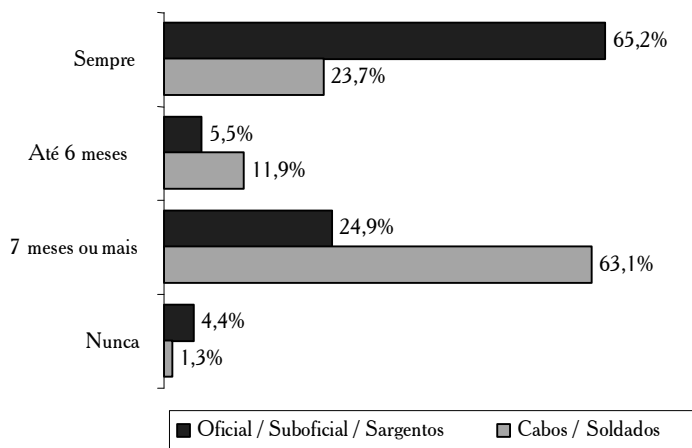
Gráfico 18 – Distribuição proporcional dos policiais militares segundo razões para o cumprimento de horas extras

Trinta e quatro por cento dos oficiais, suboficiais e sargentos e 43,2% dos cabos e soldados afirmaram que 'muitas vezes ou sempre' emendam as jornadas. Também nesse caso o setor em que isso mais ocorre é o operacional, em que 34,8% dos oficiais, suboficiais e sargentos e 44,8% dos cabos e soldados mantêm uma carga excessiva de trabalho, com diferença significativa entre esses cargos (p=0,000). No setor administrativo, as proporções são de 31,9% e de 33,9%, respectivamente.

Entre os policiais civis, 35,9% responderam que emendam as jornadas de trabalho sem passar por qualquer descanso entre elas. O setor em que

isso mais ocorre também é o operacional: 43,9% mantêm uma carga excessiva de trabalho (Minayo & Souza, 2003), o que, igualmente, coincide com os servidores da corporação militar.

Aspecto relevante quanto à jornada de ambas as categorias civis e militares diz respeito ao trabalho em horário noturno, demandado para o atendimento ao público (Costa, 2004). Estudos mostram que plantões de 24 horas e os que incluem jornadas noturnas provocam forte desgaste físico e emocional, gerando distúrbios neuropsíquicos, gastrintestinais, cardiovasculares e, o mais óbvio, alterações do sono. A privação do sono gera desânimo, fraqueza e insônia. Além de estar associada ao aparecimento de tremores do corpo, obesidade e envelhecimento precoce, promove distúrbios psíquicos como descontrole e agressividade (Rotenberg *et al.*, 2001). Tais fatores se tornam deveras preocupantes quando falamos de profissionais cujo ofício, por si mesmo, já é uma permanente fonte de tensão. Um trabalho policial realizado por pessoas fatigadas e com maior propensão ao descontrole e à agressividade, pela alteração do sono, só torna as situações que esses servidores devem manejar menos seguras e mais tensas ainda.

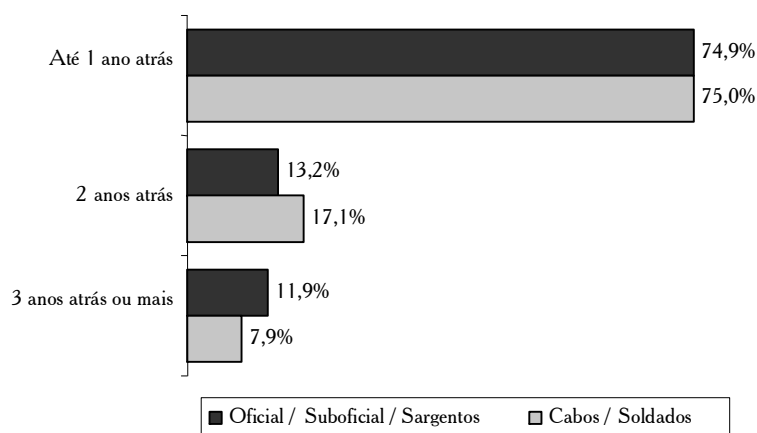
No Gráfico 19, há uma noção mais precisa dos períodos de trabalho noturno realizados por policiais militares. Entre os oficiais, suboficiais e sargentos, a proporção dos que sempre trabalham das 18 às 6 horas é de 65,2%. Entre os cabos e soldados, a maior parte (63,1%) diz que vem realizando trabalho noturno há mais de sete meses.

Gráfico 19 – Distribuição proporcional dos policiais militares segundo o trabalho noturno na Polícia

No setor administrativo, os oficiais, suboficiais e sargentos (54,5%), mais que os cabos e soldados (15,3%), afirmam 'sempre' trabalhar em período noturno, com diferença significativa entre os cargos (p=0,000). Entre os operacionais, também são os oficiais, suboficiais e sargentos (69,6% contra 25,1% dos cabos e soldados) que mais dizem trabalhar 'sempre' no turno da noite, com diferenças estatísticas entre eles (p=0,000).

Na corporação civil, os que mais trabalham 'sempre' ou já trabalharam por mais de um ano em horários noturnos são os operacionais: 79,9% deles, conforme identificado por Minayo e Souza (2003).

A maioria dos policiais militares (75%), nos dois grupos, diz que suas últimas férias aconteceram há um ano. Trata-se, portanto, de um dado que mostra a existência de regularidade no estatuto das férias desses servidores. No entanto, é importante considerar que uma parcela de 11,9% dos oficiais, suboficiais e sargentos e 7,9% dos cabos e soldados referem não terem tirado férias há pelo menos três anos (Gráfico 20).

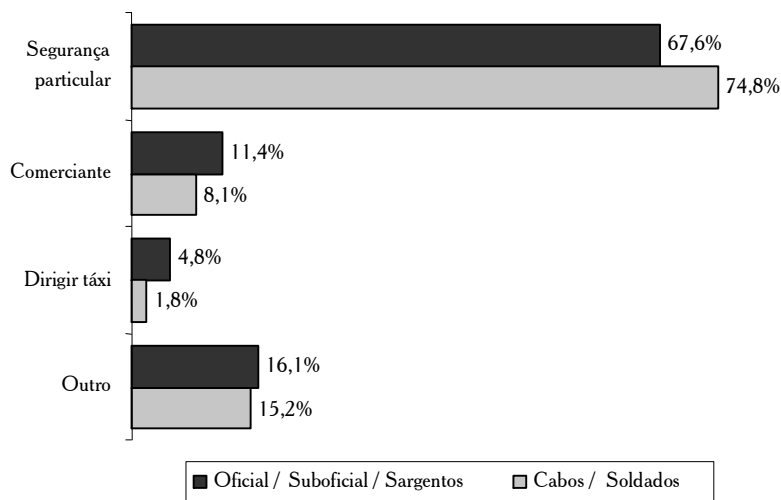
No grupo administrativo, o regime de férias dos cabos e soldados é mais regular: 79,3% dos que compõem esse grupo contra 71,5% dos oficiais, suboficiais e sargentos informaram tê-las cumprido no último ano, havendo diferenças estatísticas significativas entre esses cargos (p=0,000). No grupo operacional, a situação é inversa, e a regularidade se apresenta maior entre os oficiais, suboficiais e sargentos: 76,3% contra 74,3% dos não-oficiais (p=0,000).

Gráfico 20 – Distribuição proporcional dos policiais militares segundo o tempo que tiraram férias na Polícia

Comparando as duas corporações, observamos que os policiais militares têm um regime de férias mais regular que os civis. Entre os últimos, apenas 13,1% haviam tirado férias há um ano, à época da pesquisa. Também é importante ressaltar a diferença entre as duas corporações em relação a um grupo muito expressivo de policiais civis que nunca tirou férias (16,4% dos civis *versus* 2,2% dos militares). A maioria dos policiais civis (70,5%) afirmou que havia gozado as férias há pelo menos dois ou três anos. Consideramos, portanto, que nas duas corporações a falta de regularidade do período de descanso prolongado contribui para o acúmulo de estresse profissional, com repercussões na saúde pessoal e no desempenho do trabalho. No entanto, ressaltamos que essa situação é crítica entre os policiais civis, onde 70,5% estão em situação irregular quanto ao regime de férias (Minayo, Souza & Constantino, 2007).

Muitos policiais civis e militares utilizam o argumento dos baixos salários para justificar que não tiram férias para exercer outras atividades remuneradas, além do trabalho na corporação policial. Em relação ao exercício dessa outras atividades, com ou sem vínculo empregatício, 51,6% dos oficiais, suboficiais e sargentos e 61,1% dos cabos e soldados estão comprometidos. No setor administrativo, isso ocorre entre 50,2% dos primeiros e 54,3% dos segundos (p=0,009). No grupo operacional, parece que a situação financeira dos policiais é ainda mais complicada: 52,2% dos oficiais, suboficiais e sargentos e 62,1% dos cabos e soldados disseram que precisam realizar outras atividades laborais fora da Polícia para complementar sua renda (p=0,000). Comparativamente, 55% dos policiais civis também exercem atividades extras (Minayo & Souza, 2003).

O ramo de atividade que mais emprega policiais militares fora do seu horário laboral é o de segurança particular (Gráfico 21). No setor administrativo, os oficiais, suboficiais e sargentos (72,6%), mais que os cabos e soldados (62,5%), trabalham como seguranças (p=0,000). Já no operacional ocorre o inverso: os não-oficiais são os que mais fazem trabalho extra como segurança – 65,7% dos oficiais, suboficiais e sargentos contra 76,7% dos cabos e soldados (p=0,000).

Na Polícia Civil, 32,8% afirmaram exercer atividades fora da corporação como segurança particular, 6,6% trabalham como comerciante, 2,1% dirigem táxi e 15,5% desempenham outros tipos de tarefa (Minayo, Souza & Constantino, 2007).

Gráfico 21 – Distribuição proporcional dos policiais militares segundo a atividade fora da Polícia

Alguns dos policiais entrevistados afirmam que a procura por uma atividade extra se deve ao fato de receberem o dobro da remuneração da Polícia por um trabalho de mesma carga horária. Assumem, assim, uma dupla jornada de trabalho, mas têm a consciência de que isso é prejudicial à saúde.

A afirmação dos policiais de que fora da corporação ganham mais por serviços pode ser verdadeira apenas em parte, pois, como refere uma pesquisa do IBGE (2003) sobre empresas de serviços no Brasil, a média salarial dos trabalhadores em segurança privada não chega a R$ 700.

Por isso, a opção por fazer o chamado 'bico' pode não necessariamente estar vinculado à remuneração, como afirma Bottari (2005a) em artigo no qual comenta que a Polícia do Rio de Janeiro está sendo privatizada. Dados da Delegacia de Segurança Privada (Delesp), da Polícia Federal e dos sindicatos dos vigilantes e dos empresários do setor revelam que 80% das cerca de quatrocentas empresas ilegais de segurança no Rio de Janeiro estão nas mãos de oficiais, suboficiais, sargentos, cabos e soldados da Polícia Militar e de inspetores e delegados da Polícia Civil. Em uma análise detalhada, Bottari (2005) sustenta que 20% desse mercado clandestino está nas mãos de coronéis e delegados: "Hoje há cerca de 60.000 policiais militares, policiais civis e bombeiros atuando na clandestinidade em seus horários de folga"

(Bottari, 2005: 15). No segmento legal, a presença das altas patentes é ainda mais acentuada: das 148 empresas que têm autorização de funcionamento outorgada pelo Ministério da Justiça no estado do Rio, 50% estão em nome de policiais militares e de delegados da ativa ou de aposentados e seus parentes.

A participação de oficiais ou delegados em empresas de segurança oficializadas e registradas é permitida por lei. No entanto, os que estudam o assunto tendem a fazer restrições a essa prática, mostrando que existe uma zona cinzenta prejudicial à população que a partir daí se instaura: ela estimula os policiais de baixa patente a fazerem 'bico', cria uma inevitável promiscuidade entre interesses públicos e privados e privatiza um papel fundamental do Estado moderno.

Embora no Rio de Janeiro a situação seja agravada, Beato Filho, Peixoto e Andrade (2004) comentam que, em países como Canadá e Estados Unidos, a segurança privada já emprega o triplo do efetivo policial. No Brasil, as empresas legais empregam o dobro e o mercado ilegal, quatro vezes mais do que todo o sistema de segurança pública.

O tempo dedicado a atividades extras atinge, em média, mais de vinte horas por semana para 51,3% dos oficiais, suboficiais e sargentos e para 55,3% dos cabos e soldados. Uma parcela de 37,7% dos oficiais executam os trabalhos fora da corporação no período diurno (das 6 às 18 horas) e 40,7% dos não-oficiais alternam essas atividades em períodos diurno e noturno. No grupo administrativo, os que se dedicam a atividades extras por mais de vinte horas semanais são 52,7% dos oficiais, suboficiais e sargentos e 43,3% dos cabos e soldados, com diferença estatisticamente significativa entre esses cargos ($p=0,000$). Já no setor operacional, essas proporções chegam a 50,7% e 56,9%, respectivamente ($p=0,000$).

A remuneração recebida pelo trabalho realizado fora da Polícia complementa a renda mensal e chega a ser superior ao que o militar recebe na corporação apenas para 44,8% dos cabos e soldados. Entre os oficiais e suboficiais, o valor recebido pela atividade extra é menor que o da Polícia Militar para 45,6% deles ($p=0,000$).

Considerando os estratos tanto no grupo administrativo como no operacional, a maioria dos oficiais afirma que recebe menos pelas atividades extras que o valor pago pela Polícia e, para os cabos e soldados, tais atividades garantem aporte financeiro maior do que o que eles recebem pelo trabalho na corporação.

Para ambas as categorias, civis e militares, a jornada dos operacionais é a mais pesada e mais penosa, pois inclui plantões noturnos. De todo modo, a jornada dos outros setores também não é suave, já que se realiza, em grande parte, por plantões.

Ao observar a dinâmica real em que se desenvolve a jornada de trabalho dos policiais militares, entendemos que são necessárias medidas gerenciais que dêem outros rumos ao cotidiano do desempenho das atividades. A atenção às necessidades físicas, sociais e emocionais desses servidores públicos é, com certeza, primordial para garantir melhor qualidade de vida para a categoria e para suas famílias. Em conseqüência, os que têm a missão de manter a segurança pública terão a possibilidade de prestar um serviço mais adequado e eficaz.

# 7

# Condições Materiais, Técnicas e Ambiente de Trabalho

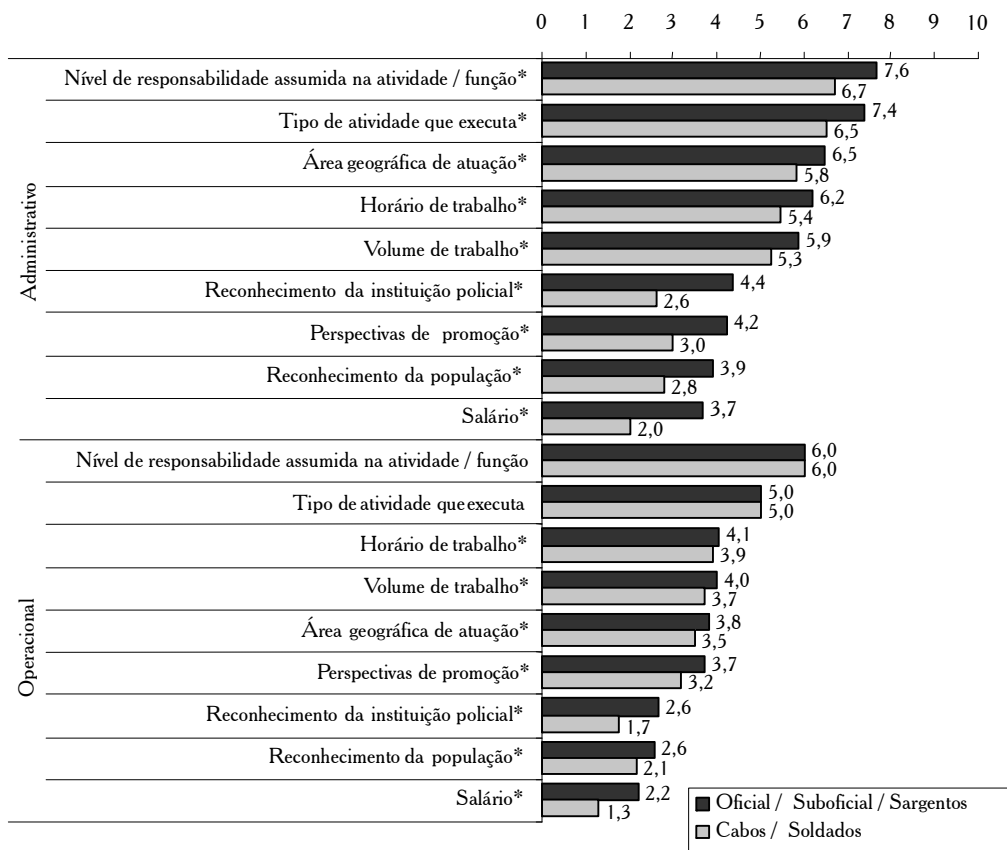
A discussão sobre as condições materiais e técnicas de trabalho foi elaborada com base em informações fornecidas pelos próprios policiais militares nos questionários que lhes foram aplicados, em entrevistas e em grupos focais. Boa parte deles é unânime em admitir que as condições materiais, técnicas e ambientais não permitem o desenvolvimento adequado de sua atividade. Mais que isso, observamos que, entre eles, há um forte grau de insatisfação.

Para medir a satisfação dos policiais em relação às condições de trabalho, usamos o recurso de solicitar que atribuíssem uma nota de zero a dez para alguns itens. Como podemos observar nos Gráficos 22 e 23, as notas médias são, em geral, muito baixas. É importante destacar que, entre os operacionais, a insatisfação expressa por meio das notas foi maior que entre os administrativos e entre os que ocupam cargos de gestão. Os cabos e soldados foram mais enfáticos e atribuíram as menores notas comparadas à avaliação feita por colegas oficiais, suboficiais e sargentos.

Em ambos os grupos, administrativos e operacionais, as maiores médias foram atribuídas aos itens nível de responsabilidade assumida na função que exerce e tipo de atividade que executa. Também nos dois grupos, o salário, o reconhecimento do trabalho pela população e do mérito pela Polícia constituem os itens aos quais foram dadas as menores notas. A perspectiva de ser promovido também foi avaliada com notas igualmente baixas, sobretudo pelos cabos e soldados, constituindo um elemento a mais de desesperança e contribuindo para o baixo desempenho profissional.

No Gráfico 22, encontramos os créditos atribuídos pelos policiais militares administrativos aos aspectos de satisfação no trabalho. Podemos constatar que os cabos e soldados conferiram notas mais baixas que os oficiais, suboficiais e sargentos aos itens relativos ao trabalho, com diferenças estatísticas significativas entre eles. Chamamos a atenção para a insatisfação

que esses servidores demonstram com sua própria instituição, ao mesmo tempo que denunciam, pela expressão desse sentimento, a falta de reconhecimento institucional. Destacamos nota aferida pelos cabos e soldados para a falta de reconhecimento (2,6).

Gráfico 22 – Notas médias dadas pelos policiais militares para o grau de satisfação com alguns aspectos do trabalho

*p=0,000

Notas muito baixas foram aferidas pelos operacionais, que também demonstraram a insatisfação com questões referentes ao reconhecimento do

policial como profissional, sobretudo por parte da instituição (1,7) e da população (2,1), além da inconformidade com os baixos salários (1,3).

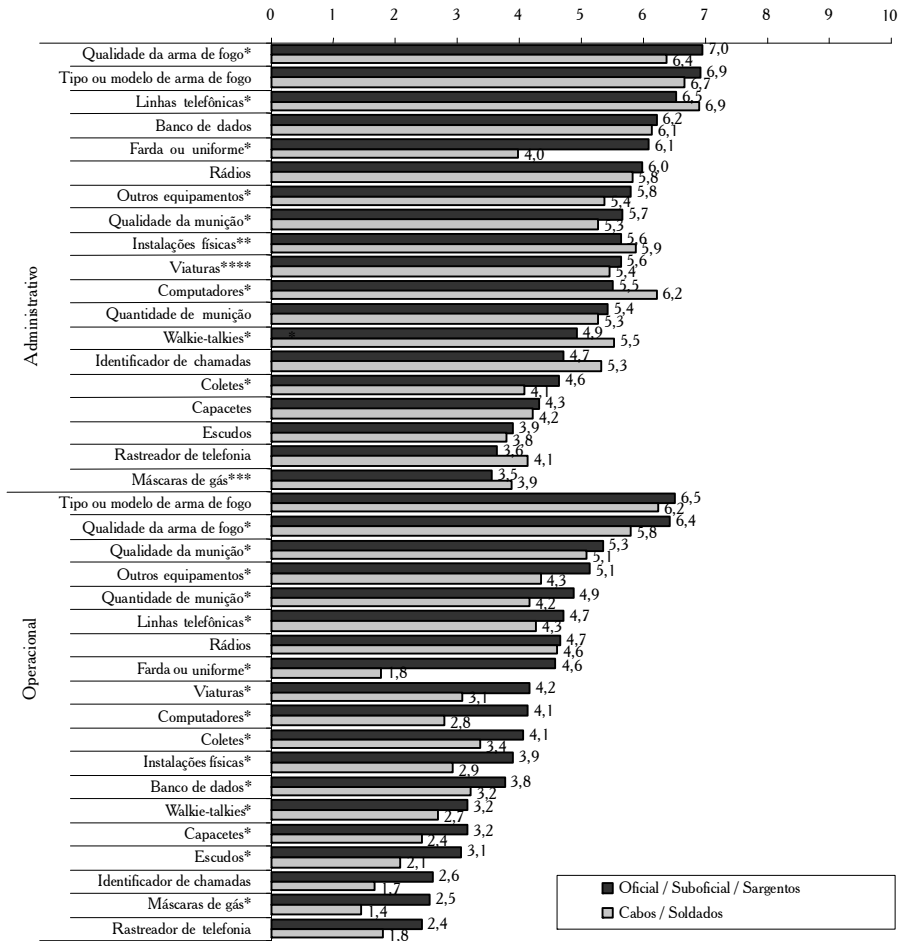
O Gráfico 22 é revelador. Primeiramente, embora haja uma diferenciação significativa entre oficiais e não-oficiais quanto à satisfação no trabalho, os dois grupos conferem notas baixas para os mesmos itens. Ou seja, também os oficiais, suboficiais e sargentos estão insatisfeitos com o salário, com a falta de reconhecimento da população e da corporação, com as poucas perspectivas de promoção, com a área geográfica em que atuam, com os horários e o volume de trabalho. As mesmas questões já foram assinaladas por nós (Minayo & Souza, 2003) em relação aos policiais civis. Embora as notas médias aferidas por estes últimos sejam mais elevadas do que as atribuídas pelos policiais militares aos referidos itens, estes também estão insatisfeitos, como podemos comprovar pelos valores seguintes: 2,2 para a perspectiva de promoção, 2,1 para o reconhecimento por parte da instituição policial, 3,0 para o reconhecimento da população e 3,1 para os salários (Minayo & Souza, 2003; Minayo, Souza & Constantino, 2007).

Ora, o elenco de questões que geram insatisfação, a nosso ver, deveria merecer a reflexão dos gestores, sobretudo da Secretaria de Segurança Pública, uma vez que atinge as duas corporações. O trabalho mal remunerado, sem reconhecimento e sem perspectivas de crescimento profissional leva ao baixo desempenho no cumprimento das tarefas, o que se reflete na insatisfação da população. Esse subconjunto de temas aferidos negativamente e referidos nos últimos parágrafos traz como conseqüência um sentimento de frustração muito forte, que tem impacto sobre a saúde física e emocional dos policiais.

Contudo, os policiais atribuem valores maiores e manifestam mais satisfação com a execução das atividades e com a responsabilidade assumida em seu trabalho. Embora haja uma importante diferença a favor dos que cumprem tarefas administrativas em relação aos operacionais que estão mais contentes, também é importante para os gestores tomarem conhecimento de que existe uma motivação (embora não tão elevada assim) para o trabalho na corporação.

Tratando de ouvir como os policiais avaliam os equipamentos que usam para o cumprimento de suas atividades, entendendo que as condições materiais interferem fortemente no seu desempenho, também lhes pedimos

que atribuíssem a esse dispositivo uma nota de zero a dez. O resultado está exposto no Gráfico 23.

Gráfico 23 – Notas médias dadas pelos policiais militares dos setores administrativo e operacional para equipamentos usados no trabalho

*p=0,000 **p=0,010 ***p=0,009 ****p=0,031

Nesse particular, as notas médias foram muito baixas tanto por parte dos administrativos como dos operacionais. O que primeiro salta à vista são as baixas notas atribuídas aos equipamentos usados para a proteção pessoal:

colete, capacete e escudos. Os cabos e soldados também avaliaram negativamente os uniformes.

No setor administrativo, os itens que receberam notas mais elevadas foram os que dizem respeito à qualidade, ao tipo e ao modelo da arma, às linhas telefônicas e ao banco de dados. Fugindo um pouco do padrão geral, comparados aos oficiais, suboficiais e sargentos, os cabos e soldados atribuíram melhores notas aos itens: linhas telefônicas, instalações físicas, computadores, *walkie-talkie*, identificadores de chamada telefônica, rastreadores de telefonia celular e máscaras de gás. Para os outros equipamentos, os valores aferidos pelos oficiais, suboficiais e sargentos são maiores.

Ainda observando o Gráfico 23, assinalamos que no setor operacional as melhores notas foram associadas ao tipo, modelo e qualidade da arma e da munição. Nesse ponto, os cabos e soldados foram muito mais críticos que os oficiais, suboficiais e sargentos, atribuindo notas baixas a todos os itens perguntados no questionário de pesquisa. Existe concordância apenas quanto à qualidade dos rádios, não havendo diferença estatística entre os dois grupos. Receberam piores notas por parte dos policiais operacionais: instalações físicas, banco de dados, *walkie-talkies*, capacetes, escudos, identificadores de chamada telefônica, máscaras de gás e rastreadores de telefonia celular. Destacamos o descontentamento dos cabos e soldados de ambos os setores com a farda ou o uniforme usado por eles em seu trabalho.

Na avaliação sobre as condições materiais de trabalho entre a corporação militar e a civil, os administrativos civis atribuíram notas muito baixas a suas instalações físicas (5,0); efetivamente, nas visitas para trabalho de campo, pudemos constatar que a situação no tocante a esse aspecto é mesmo bastante precária. Mas também os operacionais dessa categoria valoraram com 6,4 suas instalações operacionais, uma vez que nem todas as delegacias haviam se transformado fisicamente em 'Delegacias Legais', com toda a padronização correspondente. O item melhor avaliado pelos policiais civis foram as viaturas, que obtiveram uma média de satisfação de 6,8 entre os administrativos e 7,3 entre os operacionais (Minayo & Souza, 2003).

Diante dessas informações, tecemos algumas considerações. À primeira vista, pode parecer estranho esses profissionais terem dado notas mais elevadas para os itens relativos ao armamento, uma vez que, freqüentemente, depoimentos dos próprios policiais são veiculados na imprensa dizendo que as armas e munições usadas por eles são ultrapassadas

e velhas. No entanto, essas pontuações parecem revelar que a arma é o equipamento mais valorizado, por ser o instrumento de trabalho que, simbólica e concretamente, lhes confere poder para agir como policiais e se defender dos ataques dos criminosos. No entanto, esse dado foi contraditório com as falas nos grupos focais, em que os participantes se queixaram da qualidade e da adequação de todos os seus equipamentos.

E qual poderia ser o significado das baixas médias dadas ao fardamento, sobretudo entre os não-oficiais? Respostas óbvias seriam que ele é desconfortável, quente, pesado, feio. O grupo das praças queixou-se também nos grupos focais das péssimas condições de seus uniformes. Segundo eles, a cada seis meses um novo deveria lhes ser entregue, mas isso não acontece. Outra interpretação para essa insatisfação poderia ainda ser buscada em um ditado comum, "vestir a camisa", expressando que aquele membro da corporação está aderido à instituição e comunga dos seus princípios e os defende. Nesse caso específico, o ditado poderia ser transmutado em "vestir a farda". No entanto, segundo um oficial, há razões concretas para essa queixa: os soldados e cabos só têm uma ou duas peças de um único tipo de farda. Os oficiais têm vários modelos para situações diferentes. Isso cria uma idéia de 'classe' que reforça as desigualdades entre os círculos hierárquicos.

Estudo de Oliveira e colaboradores (2006) também evidencia as precárias condições de trabalho vivenciadas pelos policiais militares que participaram de sua pesquisa: armamentos enferrujados, coletes fora do prazo de validade e salários defasados.

Nos grupos de discussão que fizemos, as informações quantitativas foram confirmadas e, por vezes, qualificadas. Os equipamentos para o desempenho das atividades, principalmente os utilizados no confronto com a criminalidade, são os mais duramente criticados pelo círculo das praças. Entre os gestores, o discurso é de que tais dispositivos não são ideais, mas vêm sendo atualizados. Porém, os próprios oficiais que gerenciam os batalhões operacionais têm críticas aos materiais de que dispõem. Segundo um deles, o não-reconhecimento de que seu batalhão é uma unidade de combate torna a tropa ainda mais vulnerável: "Nós temos alguns coletes, mas são coletes que não protegem nossos policiais dos projéteis dos fuzis. Então não adianta, porque, como somos uma unidade de combate, o que nós encontramos pela frente é isso [os fuzis]."

Os dados qualitativos confirmaram fortemente que, na tropa, os cabos e soldados são os que mais sofrem pela precariedade dos equipamentos. Por essa razão, é nesse grupo que encontramos as críticas mais enfáticas. As praças, mais do que os oficiais, falam da precariedade das instalações físicas, das viaturas e dos equipamentos. A necessidade de dispositivos mais eficazes e adequados à realidade social com a qual se defrontam foi trazida pelos grupos que atuam diretamente no conflito com as quadrilhas de traficantes. A falta de manutenção das viaturas e a inadequação dos equipamentos fazem com que a tropa fique mais exposta aos riscos, conforme ressaltou esse grupo de soldados e cabos:

> *O não-reconhecimento de que aqui é uma área de guerra, no sentido real da palavra, faz com que a nossa vida não seja protegida com aparato de armamento adequado. É tudo contra em relação às condições de trabalho. As viaturas são as mesmas que são usadas para o policiamento comum, que passeiam na avenida Atlântica, que vêm pra cá. Os coletes à prova de bala não resistem. Nenhum colete resiste a fuzil! Não é questão de ser novo ou obsoleto. É que não sustentam fuzil. As viaturas não sustentam!*

O grupo de soldados e cabos de um batalhão especial também falou da necessidade de outros equipamentos para a especificidade de seu trabalho:

> *Nós não estamos falando que não existe equipamento. Existe, até mesmo auditivo, mas são obsoletos: pegar, apertar no BDT* [aparelho para comunicação], *falar no próprio rádio, não tem microfone. Você não fica com as suas mãos livres, não tem um microfone labial. (...) Esses aparelhos são obsoletos porque, em muitas situações, a gente está fazendo a comunicação com o outro, mas tem que chegar no silêncio, só que com o rádio não dá. (...) Esse colete que nós temos não segura tiro de fuzil. Já existem coletes leves que seguram tiro de fuzil. Não é tão pesado e você não perde a mobilidade. Mas são coletes caros, importados.*

Alguns depoimentos dos grupos focais com as praças relacionaram o estresse cotidiano com o peso do equipamento, o que compromete a saúde e a segurança.

> *O policial tem um equipamento pesado: o colete, o fuzil, a munição, o rádio. Se você pesar esse equipamento, o policial está carregando ali uma quantidade de peso que se torna desfavorável para o terreno em que está*

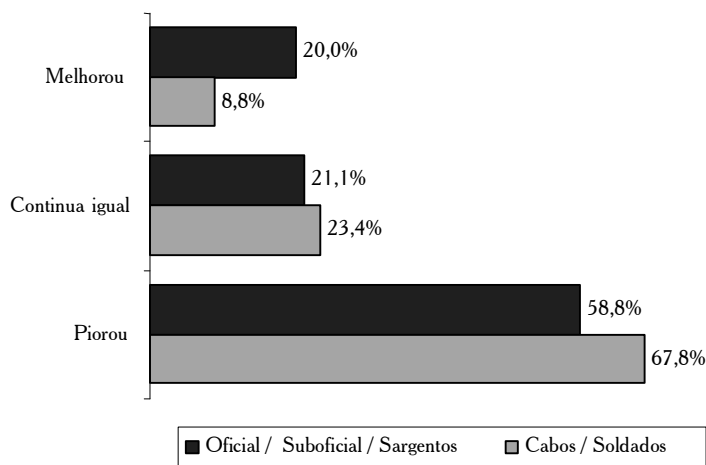
*operando. Não são aparelhos modernos que facilitariam. Eles se tornam desfavoráveis. A noite toda andando com aquele peso prejudica a saúde da gente.*

O direcionamento das queixas aos equipamentos está relacionado à natureza do trabalho desenvolvido. Os policiais que trabalham na atividade operacional falam mais sobre os equipamentos de proteção (colete, armamento, munição, viatura blindada) e os que executam atividades administrativas reclamam do aparelhamento técnico. Nas unidades administrativas, as queixas também revelam as condições precárias e inadequadas de trabalho, como referenciado por um grupo de praças e sargentos:

*Condições precaríssimas. Nós estamos aqui na Academia há quatro meses e a nossa seção está péssima. Não temos cabo de Internet, aparelho de fax, não temos ramais entre as seções. (...) Nós estávamos no quartel general e viemos transferidos para cá a toque de caixa. Isso está dificultando a execução do serviço aqui na seção, mas é momentâneo. A seção em si, a diretoria de ensino, é um ambiente bom de se trabalhar. (...) Por não ter sido bem programada a nossa vinda, estamos passando por esses problemas. Uma diretoria inteira, composta por várias subseções, não tem como ficar com uma única linha telefônica. É impossível. (...) Nós trabalhamos com o Brasil todo, precisamos de telefone, fax... Precisamos ligar para outros estados, até para o exterior. Nós queremos ligar e não conseguimos. Isso é um período de transição, mas mesmo na corporação nós temos problemas de material. Quando acaba, a gente fica sem as coisas um bom tempo: material de escritório, xerox,* toner, *manutenção das máquinas, fardamento.*

A falta de recursos humanos em número suficiente para o desempenho das atividades foi mencionada pelos policiais, independentemente do posto ocupado. As falas, tanto dos que exercem atividades administrativas quanto dos operacionais, demonstram o quão sobrecarregados estão por causa da escassez de pessoal. Como já referimos no capítulo sobre a história da corporação, e de maneira coerente com a visão que conferiu notas baixas aos vários aspectos do trabalho e aos equipamentos usados em seu cotidiano, a maioria dos policiais militares considera que as condições para o exercício de suas atividades na Polícia vêm piorando. As melhoras foram sentidas por apenas 8,8% dos cabos e soldados e por 20% dos oficiais, suboficiais e sargentos, como pode ser constatado no Gráfico 24.

A percepção da deterioração das condições de trabalho ao longo do tempo é compartilhada por 55,5% dos oficiais, suboficiais e sargentos e por 59,3% dos cabos e soldados do grupo administrativo (p=0,000). No entanto, é ainda mais intensa no setor operacional, incluindo 60,2% dos primeiros e 69,3% dos segundos (p=0,000).

Gráfico 24 – Distribuição proporcional dos policiais militares segundo a condição de trabalho ao longo do tempo*

*p=0,000

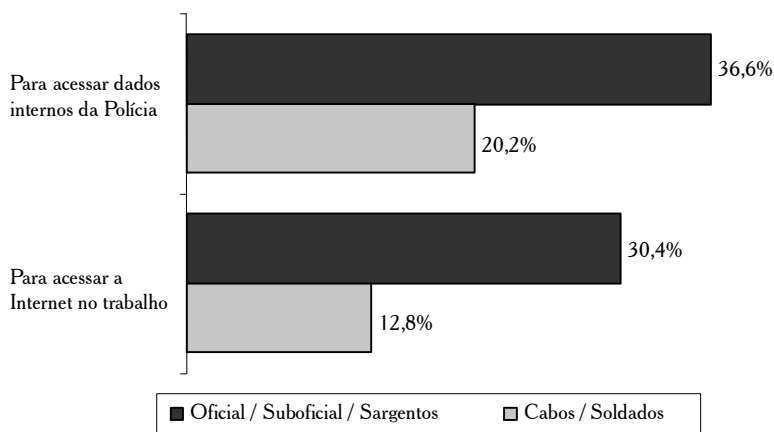
Os policiais civis também expressaram um sentimento de piora evolutiva nas condições de trabalho: 36,4% pensam assim. Entre eles, encontramos uma parcela considerável de servidores (58,8%) ligados ao Programa Delegacia Legal avaliando que as condições materiais e técnicas estão melhores. Mas os que atuam em delegacias tradicionais (37,6%) falam veementemente sobre a deterioração do seu ambiente de exercício profissional (Minayo & Souza, 2003).

O sentimento de precarização das condições materiais e organizacionais de trabalho pode estar vinculado ao que vários autores vêm detectando, no mundo inteiro, como a crise ou decadência da instituição policial (Lévy, 1997; Bretas, 1997a). Neste caso concreto, ela vem reforçada por vários aspectos, entre os quais nos parecem que dois são os principais:

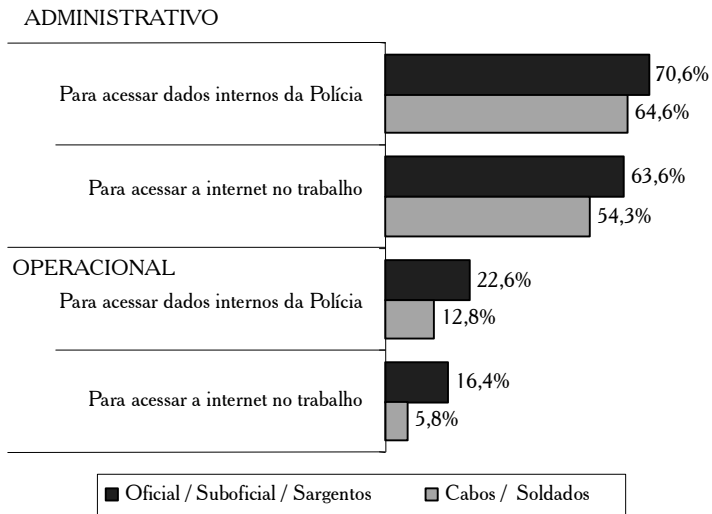
em primeiro lugar, uma consciência muito mais aguda sobre os direitos da sociedade contemporânea, o que a torna muito mais sensível à necessidade de segurança; e em segundo lugar, a real discrepância entre os instrumentos de atuação e a força crescente da criminalidade na cidade e no estado do Rio de Janeiro, tornando ainda mais difícil o exercício da profissão (Souza & Minayo, 2005; Minayo, Souza & Constantino, 2007).

Perguntamos aos policiais sobre a utilização das tecnologias modernas de informação, tendo em vista que hoje existem inúmeras possibilidades de monitoramento da segurança e da criminalidade por esses meios. Descobrimos que o uso dessas tecnologias pelos policiais militares no ambiente de trabalho é muito baixo. No Gráfico 25, pode-se observar que os oficiais e suboficiais são os que mais utilizam esses recursos e, mesmo assim, em proporções muito pequenas.

É bom lembrar que as notas conferidas aos computadores da corporação foram muito baixas, principalmente entre os cabos e soldados, os que menos têm acesso a esses meios.

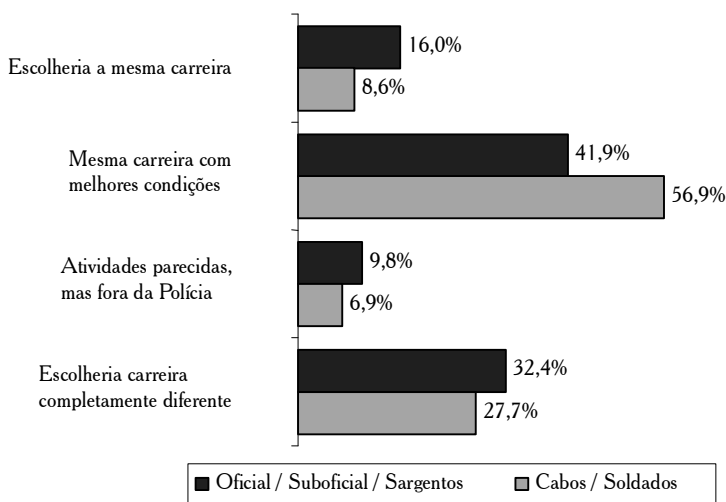
Gráfico 25 – Distribuição proporcional dos policiais militares segundo o uso do computador para acessar dados do trabalho

No Gráfico 26, comparamos o uso do computador pelos dois setores da Polícia Militar; como esperávamos, os administrativos usam mais esses equipamentos do que os grupos operacionais. Ressaltamos a baixa incorporação da informática por ambos os estratos da corporação militar.

Isso é lastimável, pois significa praticar segurança ainda à moda antiga. Em um tipo de administração contemporânea – a que se propõe a instituição –, os policiais deveriam contar com acesso a tecnologias necessárias para a obtenção de informações articuladas e integradas com outros setores, com outros estados e até com outros países, em todas as etapas do trabalho.

Gráfico 26 – Distribuição proporcional dos policiais militares segundo o uso do computador nos setores da Polícia

Em uma perspectiva comparativa, os policiais civis também apresentaram baixas proporções de pessoas capazes de utilizar as tecnologias da informação em seu trabalho cotidiano. Mas nessa corporação, ao contrário do que ocorre com os policiais militares, os agentes operacionais usam mais o computador (Minayo & Souza, 2003), em uma demonstração clara de que passaram a incorporar informações originadas de meios eletrônicos em suas investigações, na medida em que as Delegacias Legais foram informatizadas. Também neste particular, os não-oficiais foram os que mais reclamaram das condições de trabalho.

No Gráfico 27, apresentamos uma questão relativa à escolha profissional. Se pudessem recomeçar e escolher novamente a carreira profissional, boa parte dos policiais militares afirma que entraria para a Polícia

desde que houvesse melhores condições de trabalho. Devemos ressaltar que o descontentamento com a profissão militar é maior entre os oficiais, suboficiais e sargentos, que escolheriam profissões totalmente diferentes (p=0,000).

Gráfico 27 – Distribuição proporcional dos policiais militares segundo suas escolhas

profissionais

Os cabos e soldados, mais que os oficiais, suboficiais e sargentos, escolheriam a mesma carreira, caso lhes fossem oferecidas condições de exercício profissional (Gráfico 27). Esse achado traz à tona uma controvérsia no debate sociológico sobre a corporação, pois alguns estudiosos consideram que muitos jovens entram para a Polícia, mais do que por vocação, com a idéia de ter acesso ao mercado de trabalho por meio de um emprego público e estável.

Observamos, com surpresa, que maior proporção dos cabos e soldados que atuam no setor administrativo, em relação aos oficiais, suboficiais e sargentos da mesma área, escolheria carreira ou atividade parecida (79,3% dos primeiros contra 60,9% dos segundos), com diferenças estatísticas significativas entre esses cargos (p=0,000). Já entre os operacionais, os percentuais dos que fariam essa escolha são mais próximos entre os dois grupos (71,1% dos cabos e soldados contra 70,4% dos oficiais, suboficiais e sargentos), mas, mesmo assim, apresentam diferença estatisticamente

significativa a favor dos primeiros (p=0,000).

Nos estudos realizados com os policiais civis (Minayo & Souza, 2003), também evidenciamos que, se lhes fosse dada a oportunidade de tornar a escolher, 75% deles, indiferentemente dos postos que ocupam, entrariam de novo nessa carreira. Porém, também entre os policiais civis foi encontrado descontentamento: 26,2% dos administrativos, 23,8% dos operacionais e 19,9% dos técnicos escolheriam carreira completamente diferente da atual (Minayo & Souza, 2003). Ou seja, proporções maiores de policiais militares estão insatisfeitas com a profissão escolhida, como mostra o gráfico anterior.

Em resumo, existe um espírito de corpo bastante forte na corporação. Apesar das muitas queixas, poderíamos dizer que ele é maior entre os cabos e soldados. Constatamos uma adesão bastante forte de mais de 70% ao trabalho policial. Isso ocorre, segundo um oficial, por dois motivos: eles disputam menos o acesso aos postos de poder (entre si) e vivem juntos as maiores dificuldades (os combates). "A dor os une."

No entanto, há focos de insatisfação muito grandes em alguns aspectos que podem ser assim resumidos: frustração e, às vezes, ressentimento pela falta de reconhecimento dos superiores e da população; queixas em relação aos salários, às condições de trabalho e aos equipamentos pessoais e de realização dos serviços.

Embora possamos concluir

que em qualquer categoria existem resistências e insatisfações dos trabalhadores, entendemos que as autoridades deveriam levar em conta o que ocorre com os policiais militares e civis, uma vez que sua satisfação com as condições laborais se reflete na nossa segurança e proteção.

# 8 Relações Hierárquicas e entre Pares

A 'hierarquia' e a 'disciplina', sob a égide do patriotismo – vontade inabalável de cumprir o dever de policial militar e o solene juramento de fidelidade à Pátria –, configuram os princípios norteadores da carreira do policial militar. Como já assinalamos, esses dois princípios fundamentam a divisão de trabalho na corporação e se expressam em papéis, tarefas e *status* que determinam condutas e estruturam formas de relações de comando-subordinação. São eles, também, a base sobre a qual se reatualizam, cotidianamente, sinais de respeito, honrarias, cerimoniais e rituais.

Na divisão de trabalho dos policiais militares, a inteligência necessária para o planejamento das tarefas concentra-se nos escalões oficiais. São eles que concebem as estratégias de ação e a padronização de condutas. O planejamento significaria: onde estar, quando estar, como estar e por que estar. No entanto, esses oficiais hierárquicos não conseguem prever todas as situações contingenciais. Na linha hierárquica, cabe às camadas imediatamente inferiores cumprir as prescrições, sem questionar. Existe uma crença, na ideologia militar, de que o diálogo perturba, atrasa o desempenho das atividades e enfraquece o poder. Em algumas missões, os soldados não sabem para onde estão sendo conduzidos, mesmo quando se trata de eventos de elevado risco e perigo, como repressão a assalto, invasão de uma favela, contenção de tumulto, entre outros.

Essa lógica, no entanto, tem um efeito deletério para a saúde desses profissionais, que vivem sob tensão e estresse por causa da obediência cega e do efeito surpresa de muitas operações. É bem verdade que, na sua preparação, o soldado é treinado para lidar com situações de risco. Porém, esse aprendizado não é garantia de serenidade e de segurança pessoal. É como explica um oficial operacional:

> *A execução, que deve ser reflexiva, significa fazer da melhor forma possível em cumprimento às leis, normas e institutos jurídicos, protegendo e protegendo-se,*

*adotando comportamentos táticos adequados às situações, usando recursos regulares ou que se tenha à mão; superando toda e qualquer adversidade que se apresente pela complexidade das relações sociais que promovem conflitos pré-penais e suscetíveis de administração.*

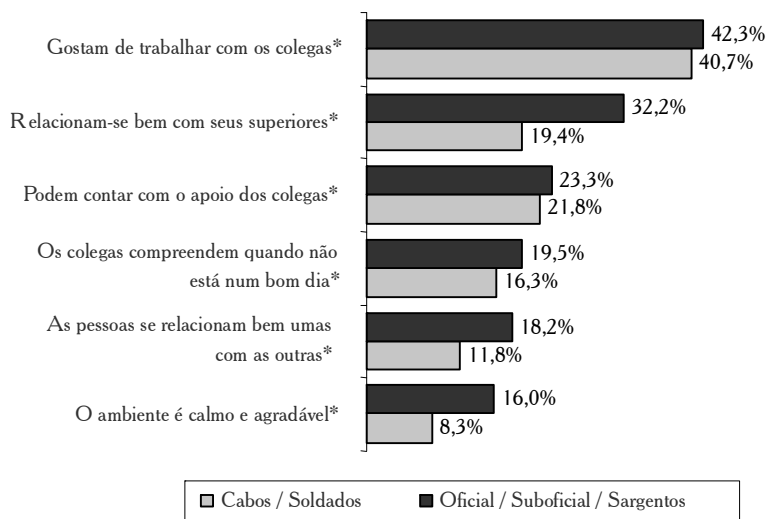
O enfoque da psicodinâmica do trabalho (Dejours, 1999) mostra que as vivências de sofrimento e de prazer estão associadas, fortemente, às relações socioprofissionais. Quando o ambiente de trabalho é bom, mesmo que as tarefas sejam difíceis e desafiantes, os estímulos positivos funcionam como fatores de êxito. Mas, quando o clima relacional é ruim, ocorre o que Dejours denomina 'pressão para trabalhar mal'.

Analisamos o ambiente de trabalho com base nas respostas a algumas questões mostradas no Gráfico 28. As respostas 'concordo totalmente' e 'concordo mais do que discordo' foram somadas. Os oficiais e suboficiais apresentam percentuais mais elevados do que os não-oficiais em praticamente todos os itens, mostrando-se mais satisfeitos com o seu ambiente de trabalho. Nos conceitos que se referem aos colegas, os não-oficiais mostram anuência maior, apesar de estarem muito próximos dos oficiais e suboficiais. Todos os componentes dos dois grupos concordam com uma coisa: seu ambiente de trabalho não é calmo, nem agradável.

Ressaltamos, nas respostas aos questionários – o que se mostrará diferente na pesquisa qualitativa –, os elevados percentuais de policiais que consideram positivo o seu ambiente de trabalho: 95% dos oficiais e 89,9% dos não-oficiais disseram que gostam de trabalhar com seus colegas. E um percentual elevado – 86,8% dos oficiais e 77,9% dos não-oficiais – respondeu que tem um bom relacionamento com os superiores. Mesmo sendo altas as proporções de depoimentos positivos, 74,2% dos oficiais e 57,6% dos não-oficiais mencionam o quanto é difícil o seu ambiente de trabalho, apresentando, portanto, uma contradição no discurso, em parte, talvez, oriunda das dificuldades do próprio objeto de trabalho.

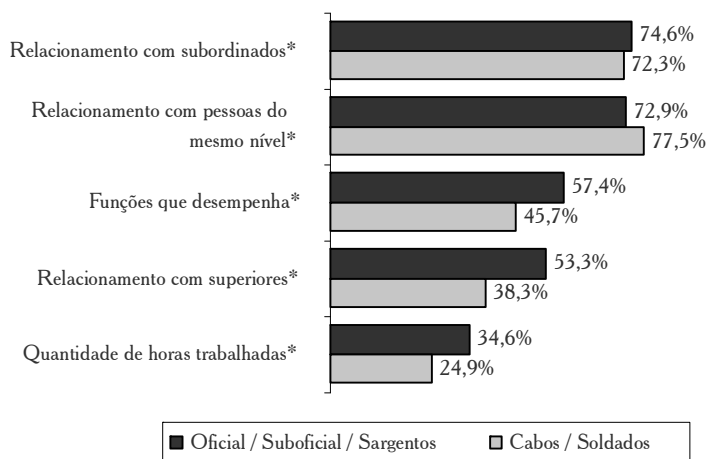
Para os policiais operacionais, as questões que se relacionam aos colegas foram ainda melhor avaliadas: 83,1% dos oficiais, suboficiais e sargentos e 88,1% dos cabos e soldados ($p=0{,}000$) concordam que gostam de trabalhar com os atuais companheiros. E 63,8% dos primeiros e 68,7% dos segundos ($p=0{,}000$) consideram que, quando necessitam, podem contar com os colegas. Contrariamente, por atuarem no *front* das operações policiais, o ambiente de trabalho foi avaliado como calmo e tranqüilo apenas por

34,9% dos oficiais, suboficiais e sargentos e 28,6% dos cabos e soldados operacionais (p=0,000).

Gráfico 28 – Distribuição proporcional dos policiais militares segundo a concordância sobre aspectos relacionados ao trabalho

*p=0,000

Questionamos os policiais sobre alguns aspectos de sua carreira profissional. O Gráfico 29 mostra as possibilidades que lhes foram oferecidas de assinalarem opções 'muito satisfeito' e 'satisfeito'. Os oficiais, os suboficiais e os sargentos apresentam maior grau de satisfação em todos os itens, exceto para o relacionamento entre pessoas do mesmo nível hierárquico, em que os cabos e soldados estão mais satisfeitos (p=0,000).

Também nesse particular, os dados ressaltam a insatisfação dos policiais subordinados. Ao contrário, é em relação aos mesmos itens de insatisfação dos escalões inferiores que os membros do ciclo superior apresentam maior satisfação. Ou seja, existe uma polaridade estabelecida entre eles: uns têm prazer em mandar e emitir ordens e outros não gostam de obedecer e de cumpri-las. No Gráfico 29, constatamos que quase metade dos oficiais, suboficiais e sargentos está insatisfeita com seus superiores. Igualmente, 60% dos cabos e soldados mostram descontentamento.

Gráfico 29 – Distribuição proporcional dos policiais militares segundo a satisfação com alguns aspectos da carreira policial

*p=0,000

Os policiais civis apresentam maior grau de satisfação em todos os itens, inclusive no que diz respeito às relações entre os vários níveis, quando comparados com a situação dos militares (Minayo *et al.*, 2007). Para estes últimos, os maiores índices de satisfação ocorrem nos escalões hierárquicos mais elevados quando se referem ao relacionamento com os subordinados e com os colegas do mesmo nível.

Na opinião dos policiais militares – e nisso eles coincidem com os policiais civis (Minayo & Souza, 2003) –, os mais elevados graus de insatisfação se referem à quantidade de horas trabalhadas e ao relacionamento com superiores. No entanto, em todos os itens pesquisados, é maior o grau de insatisfação e maior o número de insatisfeitos na Polícia Militar, onde, em acréscimo, boa parcela não está contente com as funções que desempenha. Ressaltamos, também, que um percentual mais elevado de policiais militares (29,9%) do que de policiais civis (22,4%) manifesta um sentimento de apatia nas interações sociais de trabalho, afirmando não estarem satisfeitos nem insatisfeitos nos itens que dizem respeito aos relacionamentos com superiores e com colegas do mesmo nível (Minayo *et al.*, 2007).

Triangulando várias questões e a abordagem quantitativa com a qualitativa, obtivemos dados mais próximos à realidade vivida por esses

agentes em suas inter-relações. Se para os oficiais a hierarquia é necessária e funcional, para as praças ela freqüentemente se traduz em autoritarismo e arbitrariedade do poder. Geralmente, os oficiais são mais complacentes ao julgar as relações entre os vários escalões. No entanto, podemos classificar pelo menos dois grupos de opiniões e lógicas nas interpretações: um primeiro grupo acredita que há e pode ser ainda melhor construída uma interação horizontal entre os círculos superiores e os inferiores na relação com os objetos de trabalho. Um outro grupo, muito crítico, insiste nas dificuldades de mudanças e até na obsolescência e arbitrariedade das relações hierárquicas.

Configurando a classificação do primeiro grupo, observamos depoimentos de oficiais e não-oficiais que participam ou participaram de experiências em que a gestão segue os padrões hierárquicos formais, mas é marcada pelo diálogo e pela produção de consenso por causa das peculiaridades ou mesmo filosofia relacional dos comandantes. Falaremos primeiro desses casos.

Para um gestor administrativo de uma unidade de ensino, existe "um sistema de hierarquia e disciplina que funciona a contento aqui" e, além disso, o elevado grau de instrução facilita a "administração desse convívio na sua unidade". Esse mesmo gestor afirma: "Eu costumo dizer que a hierarquia não separa homens, separa papéis. Eu tenho o meu papel, o sargento tem o dele, ele me respeita e eu o respeito. Eu dou a ordem, ele executa. Nada absurdo dentro do *métier* dele. Então, aqui é muito difícil ter conflito entre superior e subordinado".

E esse gestor administrativo complementa dizendo que já testemunhou situações muito difíceis e indesejáveis: "Eu já vi acontecer, várias vezes, um policial agredir um superior hierárquico e vice-versa. No batalhão, o pessoal está sob o maior estresse. Um olhar mal dado, uma palavra mal dita, o policial saca a arma".

Fazendo um contraponto com a fala do gestor administrativo, alguns oficiais da mesma unidade referem que a obediência à hierarquia no âmbito policial controla possíveis problemas de relacionamento, não sem o estresse que esse poder possa acarretar. Então, acontecem 'explosões', não nesse grupo, mas em outros batalhões.

Um comandante de batalhão comenta que as adversidades do cotidiano, principalmente a vivência do risco constante, fazem com que os

policiais do mesmo círculo se unam. E, nos grupos focais, soldados e cabos disseram a mesma coisa, coincidindo com as palavras desse oficial: "Eu acho que, justamente pela alta periculosidade do batalhão, o policial aqui parece que se une mais, até por causa da necessidade e do risco freqüente. O risco freqüente de a gente morrer aqui faz com que a gente se una!".

Um outro gestor operacional relata como percebe o relacionamento entre pares na instituição: para os soldados e cabos, a motivação e a convivência são molas propulsoras de um bom relacionamento. No nível dos oficiais, 'o amor corporativo' é a força motriz para a satisfação do trabalho, o que influenciaria no bom relacionamento. Para esse gestor, "o serviço público é para quem tem vocação". E acrescenta que "o grande segredo da felicidade é transformar o dever em lazer". Essa filosofia encontra abrigo na fala de vários estudiosos e filósofos, sobretudo no teórico italiano De Masi (2000), que produziu um livro sobre 'o ócio criativo', colocando-o como ápice na possibilidade de o ser humano trabalhar por prazer.

Um dos gestores administrativos entrevistados assim filosofa, quando convidado a falar sobre a relação entre oficiais e seus subordinados, evidenciando um elevado grau de compreensão dos princípios de solução de conflitos de forma civilizada: "Onde há seres humanos, há divergência. Acho que a graça do ser humano é essa, cada um ser diferente do outro. O que se busca é uma convivência harmoniosa, pacífica, onde procuramos resolver nossas diferenças com diálogo". No entanto, esse mesmo oficial comenta que, quando a desavença prejudica a qualidade do serviço, costuma adotar medidas disciplinares e até mesmo providenciar o afastamento daquelas pessoas que provocam forte atrito com os outros membros de sua unidade.

Outro gestor operacional considera que a distância interpessoal entre oficiais e seus subordinados ocorre por causa dessa estratificação da carreira militar, distribuída em graduações e postos. Sugere, no entanto, que o estreitamento das relações pode se dar através de atividades integradoras. Um desses movimentos de congraçamento foi detalhado por ele ao afirmar que, em sua unidade, uma vez por mês é oferecido um almoço para os aniversariantes. Nesse momento, também são destacados os policiais que obtiveram melhores méritos durante as operações naquele período. Comenta ainda que, em sua unidade, organiza eventos nos quais são tratados assuntos de interesse da instituição: as atividades atuais, os projetos, as frustrações que os subordinados e ele próprio sentem por não terem ainda conseguido

implementar algumas propostas e outros temas. Os policiais que porventura foram lesionados no cumprimento do dever e estão temporariamente afastados – alguns até definitivamente, em razão do tipo de ferimento – também são convidados a participar desses encontros, com o intuito de serem prestigiados e integrados. Para esse gestor,

> *O importante é que o soldado saiba que essa unidade pode ser uma extensão da sua casa, da sua família, embora haja diversas subdivisões hierárquicas, postos e graduações. Mas isso não existe para dividir, e sim para aumentar responsabilidades. Isso porque é importante que os policiais sintam que, em todas as atividades a que estão submetidos, o comandante está envolvido, os oficiais estão envolvidos, toda a unidade está envolvida e preocupada com o bem-estar de cada um deles.*

Essa forma de amenizar as rígidas relações hierárquicas é percebida e valorizada pelo ciclo dos não-oficiais que são subordinados a gestores, que buscam realizar uma administração mais democrática e participativa, se pudéssemos defini-la assim. Encontramos vários exemplos de propostas de interação harmoniosa, voltada para o cumprimento da missão institucional. É o caso das praças lotadas em uma determinada unidade administrativa, para quem o relacionamento entre colegas do mesmo nível e entre os diferentes níveis – oficiais e praças – é considerado excelente: "Talvez porque o grupo seja seleto, tenha uma identificação com a área de ensino. Então, tanto o nível superior hierárquico quanto dos pares de iguais ou abaixo é o melhor possível. (...) É um clima harmônico. De vez em quando tem um probleminha ou outro, mas o clima é tranqüilo".

Igualmente, em um determinado batalhão em que realizamos pesquisas, os depoimentos de sargentos e subtenentes acompanham o comentário citado. Os participantes dos grupos focais que juntaram praças e sargentos afirmaram que, apesar da obediência à hierarquia, há uma relação de companheirismo entre eles e os oficiais. De todo modo, um dos entrevistados sublinhou que "alguns oficiais não deixam se aproximar, mantêm aquela hierarquia". No mesmo sentido, um grupo de praças de uma terceira unidade apontou:

> *As condições adversas nivelam a questão hierárquica em certo ponto. Suprimem a uma só condição, ou seja, a aceitação e a necessidade de convívio por causa de uma necessidade maior. Não tem espaço para expor sentimentos,*

*nem problemas pessoais. Nivela-se pela necessidade. Então é isso o que determina as relações.*

É forte esse depoimento que objetiva na natureza e na premência do risco vivido coletivamente a solução da excessiva hierarquia, que se manifesta com toda a pompa e circunstância nos processos rituais da ordem unida. Na fala de um oficial, enquanto o enquadramento na hierarquia é gerador de estresse, a relativa quebra de fronteiras é atribuída às necessidades circunstanciais de tornar o serviço mais eficiente:

> *A base do militarismo é a hierarquia, mas hoje eu não vejo tanta cobrança em cima disso como era antes. Já foi muito pior. Eu diria que há dez, 15 anos jamais teriam sido entrevistados aqui, juntamente, um segundo-tenente, um major, um capitão. Essa entrevista seria feita com o primeiro-tenente em um grupo, o segundo em outro. Jamais teríamos uma mesa-redonda assim. Hoje eu acho que a coisa está mais democrática.*

Um segundo grupo de opiniões, ao contrário, concebe de forma muito crítica a relação entre oficiais e não-oficiais. Os depoimentos mais fortes, conforme esperado, provêm dos escalões inferiores. Com um discurso bastante contundente, praças e sargentos expressam sua compreensão do sistema de hierarquia como um sistema autoritário. Vejamos alguns comentários:

> [Deveria haver] *apenas democracia, e não ditadura, para que o policial tratasse o usuário da mesma forma. (...) Infelizmente, na Polícia, temos superiores arbitrários, inconseqüentes, ladrões, que só pensam em ferrar os subordinados. Nunca me arrependi tanto de ser empregado dessa instituição. (...) Na minha opinião, o regulamento é muito rígido, não deveria existir a pessoa faltar a um serviço e ficar dez ou 15 dias sem ver seus familiares. Por que não dá serviço extra para o faltoso? (...) Na minha opinião, isso não passa de um abuso de superiores. Isso tem de acabar um dia. (...) Não existe o policial ser excluído só por indisciplina, sem cometer qualquer crime ou falta grave fora do seu serviço. (...) É um abuso, uma covardia. (...) Um abuso de autoridade!*

Várias entrevistas realizadas com as praças descrevem relações interpessoais marcadas por manifestações de ansiedade e sofrimento. Seus depoimentos ressaltam que seu processo de trabalho é perigoso, por estarem cotidianamente inseridos em uma lógica de combate desgastante – por ficarem mais horas do que podem suportar sem comer, carregando excesso

de peso (munição e equipamento) e sem descanso – e por vezes humilhante – "alguns superiores não nos respeitam nem como profissionais e nem como homens" (grupo focal cabos/soldados). Eis o depoimento de um cabo:

> *O maior problema nas condições de trabalho são os nossos comandantes. Nós somos punidos com privação de nossa liberdade, com ofensas, humilhações, devido a faltas pequenas, como estar com o coturno sujo depois da jornada de trabalho, tirar o chapéu num dia quente, chegar alguns minutos atrasado devido aos constantes congestionamentos no trânsito ou estar com a barba aparecendo depois de 12 horas de serviço. Muitas vezes, os nossos comandantes não querem nem escutar as nossas explicações. Tiram-nos do convívio de nossos familiares.*

De fato, a maneira pela qual o exercício da hierarquia na Polícia Militar é visto pelas praças e pelos sargentos revela engessamento das relações entre eles e os oficiais. Apesar de compartilharem da vida profissional na mesma corporação, consideram os escalões superiores quase como rivais e inimigos. A fala de um segundo-sargento para quem a Polícia Militar deturpou e enrijeceu ainda mais a estratificação, que é desenhada e vivida pelas Forças Armadas, reafirma essa sensação de enrijecimento: "O regulamento militar que funciona tão bem nas Forças Armadas é usado aqui, na Polícia Militar, de forma covarde, onde, na maioria das vezes, castra e aniquila os policiais de boas intenções e de boa formação, dando espaço ao oportunismo e a corrupção."

Talvez possamos fazer dialogar a fala descrita com o comentário final de outro segundo-sargento. Este profissional nos apresenta uma visão da Polícia Militar que se afasta bastante da fala entusiasmada de alguns gestores:

> *Lamentavelmente, a atual Polícia Militar se transformou numa instituição de interesses escusos de determinados comandantes, onde os serviços de aproximação aos usuários são preenchidos com uma minoria de homens de confiança, com a finalidade explícita de extorquir e arrecadar subsídios para proporcionar-lhes uma condição de vida melhor. Essa irresponsabilidade impede o Estado de ocupar o seu espaço. Aí a criminalidade prolifera e a violência cresce de forma assustadora, dominando, manipulando, ditando ordens, impondo terror, massacrando, assim, a massa trabalhadora e destruindo famílias.*

Para as praças, a maior expectativa de mudança tem como objeto alguns elementos que compõem as normas disciplinares da categoria. O comentário de outro sargento enfatiza esse aspecto: "Gostaria que mudasse alguns itens do regulamento, como acabar com a prisão de 72 horas, e que o policial tivesse apoio jurídico em qualquer audiência e julgamento". Ele comenta, também, que gostaria que o regulamento disciplinar acabasse com a prisão e a detenção, pois há outros tipos de punição. Uma pessoa poderia sofrer, por exemplo, suspensão. Reforça: "A prisão e a detenção não somam nada na Polícia e, se resolvessem, não haveria tantos policiais presos e detidos administrativos".

Segundo um grupo de praças e sargentos, a lógica da corporação em relação a eles é a mesma que constrói o "elemento suspeito" na prática profissional da Polícia. No caso da sociedade civil, a população e a mídia acusam o policial de prender ou executar antes mesmo de investigar o indivíduo. No caso dos sargentos e praças, eles consideram que é também essa forma de suspeição que domina a relação das chefias com os escalões inferiores. Eis alguns de seus depoimentos:

> *Gostaria de ser mais respeitado pelos oficiais da nossa corporação, pois a tropa está com medo, não da criminalidade, mas sim das covardias que ocorrem em nosso meio policial. (...) Os policiais de nosso estado têm coragem, mas com essa política de primeiro prender para depois apurar, isso não dá. Temos de mudar isso, pelo amor de Deus. (...) O regulamento está arcaico, sem critério algum de punições, superior a tudo, até mesmo à Constituição Federal ou a qualquer outro tipo de regulamentação no país. (...) Por isso, considero que é preciso acabar com o desrespeito total dos superiores* [oficiais] *às praças.*

A propósito dos problemas apontados, Muniz (1999) os atribui às distorções e aos equívocos das políticas de segurança pública adotadas pelo estado do Rio de Janeiro. Essa autora assinala: "O sentimento de que o sacrifício só é cobrado do PM é, de forma perversa, reforçado nas ruas. O contato diário com o mundo social além dos muros dos quartéis põe em evidência o contraste entre a inflexível conduta militar e a multiplicidade de inserções possíveis na vida civil" (Muniz, 1999: 151).

Em resumo, há discrepâncias enormes entre o que os policiais responderam nos questionários e o que disseram nas entrevistas e nos grupos

focais. Possivelmente isso tenha ocorrido porque, na relação face a face, foi mais fácil para esses servidores se manifestarem. Ou talvez as indagações feitas nos encontros pessoais tenham sido mais provocativas. Os problemas por eles assinalados de forma crítica – inclusive pelos gestores que têm uma expectativa mais humanística – vão ao encontro das reflexões de Dejours, quando fala do sofrimento psíquico vivido por outras categorias em suas relações hierárquicas de trabalho:

> A desigualdade na divisão de trabalho é uma arma terrível de que se servem os chefes a bel-prazer da própria agressividade, hostilidade ou perversidade. Temos o hábito de apresentar estas relações de trabalho em termos políticos ou em termos de poder. Mas a frustração, a revolta e a agressividade reativas muitas vezes não conseguem encontrar uma saída. Conhecemos muito mal os efeitos da repressão desta agressividade sobre o funcionamento mental dos trabalhadores, se bem que podemos presumir sua importância na relação saúde e trabalho. Não podemos considerar como epifenômeno ou como questão acessória a discriminação que opera a hierarquia com relação aos trabalhadores. Ela faz parte integrante das táticas de comando, mesmo que não seja explicitamente incluída no papel da hierarquia. (Dejours, 1992: 75)

Consideramos que as três diferentes formas de ansiedade descritas por Dejours cabem com perfeição para analisar a situação dos policiais, embora esse autor se refira a contextos muito mais brandos relativos ao trabalho operário industrial. O autor menciona:

> 1) um tipo de "ansiedade relativa à degradação do funcionamento mental e do equilíbrio psico-afetivo". Ela resulta da "desestruturação das relações psico-afetivas espontâneas com os colegas de trabalho, de seu envenenamento pela discriminação e suspeita, ou de sua implicação forçada nas relações de violência e de agressividade com a hierarquia" (Dejours, 1992: 176);
>
> 2) uma outra forma de ansiedade que diz respeito à "degradação do organismo"e aos riscos que ameaçam diretamente a integridade física dos trabalhadores;
>
> 3) e, finalmente, uma manifestação de "ansiedade gerada pela disciplina da fome", ou seja, a que se apresenta no fato de a pessoa continuar trabalhando pela necessidade de sobreviver. Esta modalidade de ansiedade é assim denominada por Dejours para explicar que 'apesar do sofrimento mental que

> não pode mais passar ignorado, os trabalhadores continuam em seus postos de trabalho expondo seu equilíbrio e seu funcionamento mental à ameaça contida no trabalho, para enfrentar uma exigência ainda mais imperiosa: sobreviver"(Dejours, 1992: 77-78).

Comparando as corporações, observamos que os policiais civis (Minayo & Souza, 2003) apresentaram menos problemas do que os policiais militares quanto ao ambiente laboral e à relação com os superiores e com os colegas. Essas diferenças são estatisticamente muito significativas, evidenciando as piores condições de trabalho dos policiais militares (Minayo *et al.*, 2007).

# 9

# Imagem e Identidade

*Oração do Policial Militar*

*Senhor,*
*Saio de casa para o serviço;*
*fazei com que volte são e salvo.*
*Enquanto protejo outras famílias,*
*por favor, proteja a minha.*
*Não deixe que uma bala traiçoeira me atinja,*
*nem que eu seja instrumento para injustiças.*
*Faça com que minha presença irradie segurança e bem-estar,*
*jamais medo ou desconfiança.*
*Nos momentos difíceis, e diante da morte,*
*não deixe que eu caia em desespero.*
*Sou humano, mortal, às vezes fraco,*
*mas, me faça parecer sobre-humano, imortal, forte,*
*a fim de inspirar confiança, esperança e força aos desamparados.*
*Quando dos meus erros fique do meu lado,*
*pois todos os demais, por mais pecadores que sejam, estarão contra.*
*Dá-me força e sabedoria para auxiliar os desesperados*
*e fé para não desistir diante de uma vida que se acaba.*
*Auxilie-me a ser criança para as crianças;*
*pai para os desprotegidos; e adulto para os necessitados.*
*Que o vigor de minhas ações seja sempre em proteção à paz, à vida,*
*aos mais fracos, aos oprimidos e aos humilhados.*
*Que eu saiba ver a beleza do coração, não da face,*
*da cor, da raça, da religião ou da condição social.*
*Que os menos esclarecidos compreendam*
*minhas limitações e a complexidade do meu trabalho.*
*Senhor, abençoe e proteja os policiais!*
(Giraldi, 2005)

Começamos este capítulo homenageando a corporação com essa "Oração do policial militar", de autoria do coronel da reserva Nilson Giraldi (2005), criador do método "Tiro defensivo de preservação da vida – Método Giraldi". Nela, o autor faz um percurso interior e reflexivo sobre o exercício de sua profissão: vai do aconchego do lar ao palco das atividades ostensivas, caminha pelo significado do trabalho, perpassa o perigo, o medo, a imprevisibilidade e os vários sentimentos que a proximidade dos riscos coloca para o policial. De forma impressionante, a oração evidencia o sentido da missão – "que minha presença irradie segurança e bem-estar" – e do caráter humanitário e público de sua tarefa consagrada pelos preceitos constitucionais. Igualmente, o texto deixa claro que não raro um policial comete injustiças, provoca medo, desconfiança e é alvo da própria insegurança que busca conter. Mirando na sociedade, a prece de Giraldi (2005) é pessimista: ressalta que existe um prisma negativo pelo qual a população julga e cobra as ações dos policiais. Porém, essa mesma sociedade os deixa sozinhos com as próprias fraquezas. Mas, não podemos nos esquecer, essa oração fala também do autor, de sua visão de mundo e de seu compromisso pessoal.

Teoricamente e com base nos fundamentos de Goffman (1993), a forma como a pessoa define a si própria em sociedade, quer perante si mesma, quer perante os outros, faz parte de um processo de socialização que preexiste ao nascimento do indivíduo. Nesse sentido, a construção da identidade corporativa da Polícia Militar tem suas raízes na história – como vimos na primeira parte deste livro – e a identidade dos seus membros dela deriva, modelando-se através da interação social. Segundo Goffman (1993), a interação social é por excelência um processo de ação comunicativa que tem por base o modo como o indivíduo interpreta o universo simbólico de forma a preservar sua identidade.

Na perspectiva de Goffman,[6] a imagem que um policial militar tem de si é permanentemente edificada sobre um conjunto de movimentos

---

[6] Com base na perspectiva dramática de representação teatral, Goffman (1993) encara as situações sociais como se elas ocorressem em um palco. Nessas circunstâncias, os atores desempenham papéis de diferentes personagens, o que os leva a identificar distintas estratégias e técnicas de atuação. Nesse sentido, existe a 'fachada', que é o conjunto de elementos que identifica o grupo e a situação de atuação; os 'adereços', que permitem a identificação das personagens através da aparência, como tipo de roupas (uniformes) e tudo o que constitui externamente o *status* do personagem; os 'cenários', locais de apresentação das atividades; e os 'bastidores', que permitem aos atores despirem-se das máscaras e serem eles mesmos.

interativos com a realidade que vivencia: com a instituição que cria códigos, preceitos e ritos, por meio dos quais mantém a visão corporativa e abrange a todos os servidores, e com a sociedade que aplaude ou reage às práticas policiais, construindo avaliações e interpretações, segundo suas expectativas sobre o cumprimento do serviço público que esses profissionais prestam. Essa dinâmica de formação da identidade ocorre porque, segundo Goffman (1993), as interações sociais são representações bem construídas e intimamente relacionadas com o 'eu'. Na perspectiva desse ator, o 'eu', como produto dramático, derivado de um quadro de representação e mediado por um público, só ganha visibilidade na ação entre protagonistas.

Usando um termo de Giddens (2002), dizemos que a construção coletiva da identidade é atravessada pela 'reflexividade', pois há uma realimentação permanente do sentido simbólico da corporação – parte vem dela e parte vem de fora, se entrelaçando e repercutindo de forma recursiva –, que também afeta ou constitui o indivíduo, o policial: todo sujeito julga as interpretações e opiniões dos outros sobre ele próprio. Giddens (2002) lembra que essa reflexividade não é pontual e circunstancial. Ela é constitutiva das instituições e das pessoas.

Neste capítulo, apresentamos os elementos de construção da identidade do policial com base em vários tipos de materiais: a visão corporativa, a visão da sociedade, a visão do poder e da política e a visão deles sobre si próprios. Esses materiais estão ao mesmo tempo amalgamados e em permanente transformação (Goffman, 1993; Giddens, 2002).

## Imagem Construída pela Corporação

A imagem que a Polícia Militar do Rio de Janeiro propõe à sociedade sobre si mesma é a de uma instituição organizada, hierárquica e disciplinada que, com esses atributos, tem prestado inegáveis serviços à sociedade fluminense e ao país. Seu panteão de heróis vai, ano a ano, evidenciando atos de bravura e modelos a serem seguidos pelos que engrandecem a corporação no cumprimento de sua missão. Do ponto de vista da cultura organizacional, as autoridades e os gestores corporativos tentam sempre presentificar a missão de forma contemporânea, por meio de uma gestão moderna e afinada com a sociedade brasileira atual, como está publicado no *site* institucional da Polícia Militar (PMERJ, 2007).

A corporação tem a pretensão de que, embora nunca plenamente, seus membros logrem cumprir com êxito a missão constitucional. Essa convicção, apesar de não ser verbalizada por todos os seus membros, foi encontrada em muitos policiais que entrevistamos, tanto oficiais quanto praças, que manifestam autoconfiança e orgulho de sua profissão. Podemos constatar uma postura muito positiva, por exemplo, nos policiais de um batalhão que atua na formação da categoria, portanto, em um segmento da corporação encarregado de presentificar os valores que a identificam e a conformam:

> *Eu gostaria de deixar registrado o meu testemunho pessoal, porque, para mim, vir trabalhar na DEI* [Divisão de Ensino e Instrução] *está sendo a minha melhor experiência profissional. Eu entrei para a DEI e tinha algumas convicções políticas e ideológicas que foram reformuladas por conviver nesse ambiente educacional. Eu defendia a pena de morte, era um republicano inveterado e hoje procuro ter uma visão socialista e defendo a vida sob qualquer situação. Tenho um português mais fluente, me expresso melhor. Tudo isso por estar inserido neste universo. Eu diria que a DEI me tornou mais gente, o que se reflete na minha vida pessoal, profissional, religiosa e política.*

Nesse grupo, quando expressam algum tipo de insatisfação, os mesmos policiais as dirigem ao plano da política e não ao nível institucional. Ou seja, responsabilizam os governantes que, a seu ver, teriam o dever de valorizar a categoria:

> *O fato de a instituição em si e de os governantes não darem valor à unidade de ensino da Polícia Militar é terrível, porque é a educação que transforma o indivíduo. E eu digo isso por mim mesmo. Está sendo uma experiência extraordinária! Cada vez que a gente vem para cá, a gente cresce mais um pouco, aprende mais um pouco com os companheiros. A gente fica muito triste com esse desleixo.*

Observamos também que, em menor número, há policiais de vários batalhões entrevistados por nós que produzem um discurso de valorização e de reconhecimento institucional traduzido em elogios e confraternizações. Mas a externalização dessa visão positiva vem sempre associada à afirmação de que existe diferenciação interna entre as chefias – "depende de quem está no comando" –, deixando transparecer que não é homogêneo o sentimento de adesão dos policiais às lógicas internas da corporação. Portanto, a forte

característica corporativa que reúne a todos, e que foi sendo descrita ao longo de todos os capítulos deste livro, freqüentemente entra em contradição com as práticas cotidianas e com os métodos de gestão institucional.

Igualmente, quando perguntamos por soluções para o impasse de uma identidade que funciona ora de forma defensiva, ora de forma arrogante – o que também observamos no decorrer dos capítulos deste livro –, a responsabilidade por mudanças é atribuída sempre aos superiores e o discurso dos policiais retorna ao termo que os unifica: a necessidade de se criar uma gestão competente da 'segurança pública'. Nos grupos focais, servidores de vários escalões deixaram muito claro que um conflito identitário relevante para eles é o relacionado à rigidez hierárquica que prejudica a possibilidade de soluções discutidas coletivamente e que, se assim fossem tratadas, seriam muito mais eficazes:

> *Solução para melhorar existe. Só que as autoridades não põem em prática, elas não ouvem as nossas opiniões a respeito das soluções para a segurança pública. Com certeza, nós aqui teríamos muitas sugestões a dar, mas... Nós que trabalhamos nisso é que sabemos as coisas que podemos fazer pra melhorar.*

Assim, a imposição de modelos hierárquicos rígidos é considerada como questão polêmica e comprometedora da qualidade das ações policiais, pois torna muito frágil a interação entre as diferentes patentes. Podemos constatar opiniões sobre isso em vários depoimentos dos soldados e cabos, os que mais sentem o peso dos escalões profissionais, como estes: "A hierarquia faz com que a gente tenha um pouco de distância" e "Existem essas patentes, correto? Então quer dizer, os sargentos, os subtenentes são as interligações dos oficiais e os soldados e cabos. É assim, em camadas. Dificulta o relacionamento e o trabalho".

Assim, do ponto de vista identitário, embora a existência de vários degraus hierárquicos possa, hipoteticamente, representar estímulos dentro de uma carreira na qual todos seriam chamados a ascender, na verdade a rigidez da gestão militar provoca mais ressentimentos que benefícios.

Outro aspecto bastante criticado na organização e que provoca insegurança na questão identitária é a dificuldade que as autoridades têm de apresentar e manter projetos coerentes, contribuindo assim para uma dispersão de focos.

*Os policiais militares são chamados para responder a ações de competência de diversos órgãos públicos, tais como Parques e Jardins, Corpo de Bombeiros e companhia elétrica. O policial militar acaba respondendo por inúmeras tarefas que não são de sua estrita responsabilidade.*

Um gestor operacional considera que essa dispersão existe como contingência do ofício, porque falta coordenação dos serviços públicos, muitos dos quais não funcionam à noite, deixando os policiais sozinhos para solucionar, na maioria das vezes, problemas sociais. Diz:

*O cidadão é o cliente que recebe a prestação do serviço público. Ele tem de ter acesso à Justiça o mais rápido possível, acesso à Polícia e aos serviços públicos como um todo, e é isso que promove a qualidade de vida da população. A gente procura estreitar isso aqui na Polícia Militar nos aproximando da comunidade. Eu penso que todas as instituições públicas deveriam promover isso para que outras responsabilidades, que não são nossas, não fiquem na nossa mão. A Polícia Militar faz parto, às vezes tem de atuar em problema conjugal, briga de marido e mulher, em problemas de saúde... Por quê? Porque a Polícia Militar está 24 horas, 365 dias por ano, na rua. Então, há momentos desse dia do cidadão que só tem a Polícia Militar por perto. E ela tem uma responsabilidade? Tem, porque pode ser um encaminhador para esses entes públicos, mas, às vezes, a gente tem o problema e não tem para quem encaminhar. Porque 70% das nossas ocorrências são assistenciais, só 30% são ocorrências próprias da Polícia. A grande dificuldade está nesses 70%. Às vezes, você está ali com o problema e sabe que tem de encaminhá-lo. Mas determinado órgão não está nem aí para receber. Então o ideal é que a prestação do serviço público funcionasse como um todo.*

No entanto, o que esse entrevistado considera 'contingência' configura-se como atividades típicas da corporação, como mostramos no capítulo sobre a formação social da Polícia.

Em resumo, no caso da identificação corporativa, é possível distinguir a forte marca institucional da identidade de seus membros, sobretudo quando separamos os ideais abstratos e a realidade concreta por meio da análise da ação e das relações sociais. Mas também é possível construir um discurso de 'unicidade' mesmo quando existem muitos problemas práticos e relacionais. Desse ponto de vista, evidenciamos que é notório, nas falas dos policiais militares, o espírito de corpo que os identifica: malgrado as queixas dos que estão nos segmentos inferiores

quanto ao excesso de rigidez hierárquica e à forma como são tratados pelos superiores, eles também, quando se referem ao cumprimento de sua missão, falam em nome de todos. Essa totalidade em algum ponto os une, sobrepassando conflitos e sofrimentos e enfatizando o sentido de trabalhador coletivo: “Nas adversidades e frente às dificuldades, aprendemos que somos todos por um e um por todos”, refere um sargento que trabalha em uma área de elevado risco social.

## Imagem Construída na Interação com a Sociedade

Recorrendo à linguagem dramática, Goffman (1993) analisa a lógica dos atores enfatizando a natureza da identidade individual e das relações grupais e o significado da apresentação (teatral) e da comunicação em um determinado contexto social. Olhares, gestos, afirmações verbais, rituais, rotinas e posicionamentos dos atores conferem sentido à ordem normativa preexistente:

> Considerarei o modo como o indivíduo em situações habituais de trabalho apresenta a si próprio e à sua atividade perante os outros; a maneira como orienta e controla a impressão que os outros formam dele; e as diferentes coisas que poderá fazer ou não fazer, enquanto desempenha o seu papel perante os outros. (Goffman, 1993: 9)

Podemos resumir a imagem que a Polícia Militar considera que a sociedade tem dela como uma apreciação negativa, que dá ênfase à corrupção e à truculência:

*Imagem negativa* – Um dos fatores de conflito identitário mais forte para os policiais militares é a sua sensação de que a sociedade possui uma imagem negativa deles: uma imagem de truculência, menosprezo e temor. Um soldado usa a metáfora do pato para se referir aos sentimentos de inutilidade que os invade. “Para a população, a Polícia é que nem pato: o pato nada, anda, voa e não faz [nenhuma dessas atividades] direito.”

Os sentimentos de incompreensão e desrespeito mencionados no estudo de Muniz (1999: 211) sinalizam que “uma das queixas

mais freqüentes entre os policiais militares de ponta resulta do sentimento generalizado de que, via de regra, eles não são devidamente compreendidos pelos cidadãos". Nas suas falas, sempre existe uma tentativa defensiva de se descolar da imagem negativa que os persegue historicamente (Holloway, 1997) e que acompanha a trajetória da corporação:

> *Nós somos normais que nem vocês. Mas, tendo em vista que a gente tem uma carteira no bolso, tem uma responsabilidade... então, de repente, a senhora vai andando ali com a sua bolsa, aí vem um menor de rua... Não sei se a senhora já foi vítima, mas 80% aqui em Copacabana já foram vítimas dessa molecada, dos garotos de rua. Quando a gente presencia um lance desses, tem de atuar, tem de reprimir.*

Nos grupos focais, oficiais, cabos e soldados deram relevância ao sofrimento que sentem pelo menosprezo social, sobretudo quando ele vem da população pobre e das periferias que, por sua vez, compõem o segmento social mais vitimizado pela violência policial. Por causa da falta de reconhecimento social que gostariam de merecer, esses profissionais justificam a imagem endurecida que os leva a tratar os cidadãos como inimigos, como se estivéssemos em uma guerra interna. Eis o depoimento de soldados, cabos e sargentos:

> *As comunidades das favelas tratam a gente como lixo! Você passa, eles cospem! Às vezes, eles querem até te tratar bem, só que têm medo. E o nosso trabalho é desprezível. Então, há essa guerra, essa rejeição silenciosa. Aí a gente fala, no todo, do Rio de Janeiro em relação à Polícia! E a gente sente na carne esse desprezo! Qual é a primeira ação quando alguém te afronta? É também se enrijecer em relação à população. Então vamos tirar as máscaras. Eu acho que a Polícia não gosta do tratamento que a população dá a ela e vice-versa. Então se digladiam o tempo todo. Isso aí vai repercutir no quê? No trabalho! Porque se vai depender dela para que esse camarada viva, o trabalho vai ser complicado. Aí o meu desejo de que aquele camarada seja atendido com qualidade, com certeza, vai ser menor.*

Os policiais militares responsabilizam a população e a mídia pela construção da identidade negativa que os persegue. Uma idéia

repetida por todos os grupos pesquisados é a de que a Polícia é um espelho da sociedade. A lógica que explica tal concepção é que a Polícia existe em função da sociedade. No caminho que a sociedade brasileira trilha, aos trancos e barrancos, em direção a um Estado democrático de direito, a polícia segue atrás, buscando se adaptar às novas demandas surgidas.

*Imagem de truculentos* – Faz parte da imagem negativa a generalização que a sociedade costuma expressar a respeito da existência de desvios (corrupção, tortura, agressões) por parte de indivíduos e segmentos da corporação. Mesmo quando os policiais, justificando a constatação, dizem que esses fatos lastimáveis são reflexos do ambiente social, na cola da truculência vem a violência policial. Para Muniz (1999: 212),

> O desconhecimento por parte do senso comum ilustrado (incluindo aí alguns setores das próprias organizações policiais) de que o emprego da força e a presteza dele resultante constituem expedientes indispensáveis à ação ostensiva de Polícia tem propiciado a conformação de uma perspectiva ingênua e perigosa. [Essa visão] é incapaz de distinguir, de forma criteriosa e consistente, o uso da violência (um impulso arbitrário, ilegal, ilegítimo e amador) do recurso à força (um ato discricionário, legal, legítimo e profissional). O ônus dessa indistinção é imenso tanto para Polícia Militar quanto para a sociedade

O ônus da imagem de truculência que também é celebrada em alguns hinos, como o do Batalhão de Operações Policiais Especiais (Bope) – que será apresentado no capítulo 10, sobre profissão de risco –, (des)estrutura o sentido da profissão e prejudica a qualidade de vida e saúde do policial militar. Essa identidade reforça a idéia de profissão de risco em confronto com a sociedade. Não importa que apenas alguns rompam os direitos de cidadania em suas relações com a população: a pecha está pregada na testa de todos. E o medo que os policiais provocam, de forma recursiva, os assola invariavelmente, conduzindo-os a estratégias de ocultamento da identidade policial, como demonstram participantes de vários grupos

focais, de soldados a oficiais: "Tem de esconder o uniforme debaixo do banco, botar atrás, entendeu? Tenso, você já vem tenso".

Não podemos nos esquecer de que, se a 'truculência como cultura' está na raiz da hostilidade que a sociedade brasileira manifesta para com a Polícia, a violência policial tem uma relação dialética com o que dela espera a sociedade autoritária e discriminadora.

*Imagem de corruptos* – A insistência no tema da corrupção por parte dos próprios entrevistados faz ressaltar um dos assuntos mais recorrentes trazidos pela mídia, que, ao falar da criminalidade, constantemente vem evidenciando o envolvimento de policiais militares, muitas vezes organizados em quadrilhas, esquadrões da morte, milícias ou aliciados por delinqüentes.

> *A sociedade espera por uma 'Polícia robótica'. Ela é arrogante com a Polícia e considera que a corporação está envolvida em atos corruptos e truculentos. Você tem de estar pronto na hora que eles* [a sociedade] *querem. E ao mesmo tempo cobram uma Polícia não corrupta, sendo que a própria sociedade é corrupta. Corrompe e quer corromper o policial, quando tem oportunidade. A sociedade é corrupta, e não a Polícia. A Polícia Militar não é corrupta, o que é corrupta é a própria sociedade. Exemplos disso a gente vê quando trabalha na rua.*

Um gestor operacional, fazendo uma reflexão sobre a imagem dos policiais na sociedade, considera que, de forma geral, eles não são benquistos por causa da própria natureza coercitiva do seu trabalho, o que é uma verdade. Em um dos grupos focais com oficiais operacionais e administrativos, esses servidores aprofundaram a idéia de que a função repressiva da Polícia é vista pela sociedade como resquício do período da ditadura: "A imagem do policial está arranhada porque ainda é vivamente atrelada à ditadura militar, quando a corporação era utilizada como força do Estado, como força de repressão".

Isso prejudica suas ações que, geralmente, visam a resguardar direitos do cidadão. Um oficial pondera: "Você vai prender alguém que muitas vezes faz bem à comunidade, na visão dos moradores. Você vai fazer valer a lei e aquela comunidade não vai entender. Você vai acabar com o tráfico que muitas vezes se faz presente onde o governo não está".

Em seu estudo histórico, Holloway (1997) ressalta que, além de todos os problemas que rondam a Polícia Militar desde sua origem, persistentemente ela vem lidando com três dilemas estruturais: as transgressões dentro da própria corporação, a corrupção e o suborno. Mas a literatura internacional e o cinema, sobretudo, costumam projetar imagens das instituições policiais envolvidas com corrupção e truculência em várias partes do mundo. Weitzer (2002), ao estudar incidentes de má conduta policial e opinião pública em Los Angeles e Nova York, observa que a corrupção é uma das principais manchas na imagem dessas corporações americanas. Um dos comandantes de batalhão entrevistado resumiu que a corrupção existe em toda a sociedade e em toda parte. No entanto, na PMERJ, ela se cola como uma imagem da sociedade, maculando-a.

## A Mídia Considerada Vilã na Formação da Imagem Negativa

À mídia são atribuídas, pelos policiais militares, as causas que plastificam sua imagem negativa e o não-reconhecimento social. Na opinião de muitos servidores, a família, a sociedade e a própria corporação são fortemente influenciadas pelas matérias jornalísticas. Os depoimentos de policiais civis já haviam nos referido que também eles consideram que a mídia não é justa que corrobora o "ajuizamento negativo e preconceituoso da sociedade" sobre seu trabalho (Minayo & Souza, 2003: 170).

O comentário de um segundo-sargento sintetiza, em grande parte, como a maioria dos policiais compreende o papel da mídia na construção de sua imagem negativa:

*O policial militar é como o Bombril, tem 1.001 utilidades. Porém, os meios de comunicação e os representantes só divulgam a parte ruim dos policiais, o que deveria ser mais sigiloso para resguardar o nome da corporação. Os muitos aspectos positivos deixam de ser divulgados, ficando no anonimato: aquele policial que atravessou uma velhinha no trânsito, fez um parto, prestou socorro e outras coisas mais. São raras as vezes em que um policial é reconhecido. Mas aquele que, contra a vontade, feriu um transeunte ou matou um marginal da lei em troca de tiros, e que resultou em ferir um inocente, este sim é o policial que ficará [marcado] na mídia.*

*Nos últimos dois dias, só a minha unidade apreendeu três fuzis. E para apreender três fuzis, a gente não encontra isso encostado em qualquer lugar. Encontra sempre na mão de um delinqüente disposto a matar o policial. Então é preciso que o policial vá até ele, olhe nos olhos, se confronte e consiga sobrepujá-lo. São essas coisas que precisam ser destacadas para a sociedade, que nós estamos vencendo o mal. É preciso deixar sempre claro que não estamos sucumbindo com o mal. O tráfico está dominando, a tendência será cada vez pior. Eu acho que essa tendência acaba atendendo aos próprios interesses da mídia, à medida que talvez venda mais jornais. Mas tira o grande interesse da sociedade, à medida que as empresas saem do estado do Rio de Janeiro. Com esse tipo de propaganda, os policiais não são dignificados, nem destacados à altura. Não são aqueles guerreiros que a sociedade deveria ter e ver, a partir do reconhecimento e trabalho. Isso feito por quem? Pela própria mídia.*

Um terceiro gestor operacional faz coro com os primeiros sobre a incapacidade da corporação em dialogar com a mídia. E se queixa de que a Polícia Militar não criou meios de divulgar, por exemplo, as apreensões de armas que faz ao mês (de 1.100 a 1.200 armas), as prisões e o desarmamento de pessoas. Acredita que "o impacto psicológico" dessas notícias geraria credibilidade maior da população em relação à corporação e influenciaria na auto-estima da tropa.

O mesmo tipo de crítica elaborada por vários comandantes é corroborado por um grupo de oficiais operacionais. Alguns consideram que a corporação deveria se contrapor ao que geralmente é veiculado:

*Quando eles mostrassem o mau* [policial, exemplo], *aí a instituição mostraria só quantas boas ações foram prestadas naquela noite, entende?*

> *Por que não responde?* [Outra idéia é] *fazer uma matéria paga, aparecer lá na televisão. Uma matéria que mostrasse que nesse dia em que esse policial se comportou mal, nós fizemos tantas prisões, recolhemos tantas armas da rua, fizemos tantos partos, socorremos não sei quantos doentes.*

Ressaltando que a crítica ao papel da mídia a respeito da corporação é generalizada, os relatos de sargentos e subtenentes da área administrativa confirmam a mesma impressão: "A maior divulgação do trabalho realizado na DEI somos nós próprios que fazemos, porque divulgação da corporação nós não temos. Eu, no meu meio civil, divulgo o que eu faço. Mostro, na prática, o serviço que nós realizamos com aqueles policiais. Nós mesmos fazemos a divulgação".

Em sua pesquisa, Muniz (1999: 211) destacou:

> Uma das queixas mais freqüentes entre os PMs de ponta resulta do sentimento generalizado de que, via de regra, eles não são devidamente compreendidos pelos cidadãos. Além de serem chamados de 'Seu guarda', nada desagrada mais aos 'executivos de esquinas' do que ouvir alegações do tipo 'Vocês não têm o que fazer, não?' ou 'Vocês deviam estar subindo morro e correndo atrás dos bandidos em vez de importunar o cidadão de bem'. Frases que são constantemente acionadas por aqueles litigantes que, no processo decisório, não se sentiram beneficiados pelo encaminhamento dado a uma simples ocorrência como, por exemplo, um conflito no trânsito ou uma querela de vizinhança.

Nos grupos focais, as praças chegaram a dizer que a mídia "amarga a qualidade de vida do policial". E, segundo elas, a falta de reconhecimento da sociedade aos serviços que prestam acompanha fortemente o ritmo midiático:

> *Mas o culpado disso tudo é a própria mídia, que estampa na primeira página o que o policial fez de errado. Os repórteres nas rádios massacram a gente. Nossos familiares perguntam: 'Você age assim? Você faz isso mesmo?' É verdade... Ainda tem o estresse familiar... É que as pessoas julgam, fazem um julgamento da gente, por causa da exposição na mídia. Isso é estressante.*

> *Semana passada, saiu uma coisa assim: 'A PM matou cinco'. Generalizou tudo, não é? Entendeu? Aí, quando o teu vizinho olha para você, já te olha*

*atravessado. Quando eu entro no meu elevador e o vizinho está com o jornal na mão, ele faz assim* [imita as feições de 'olhar atravessado'], *te julga. Isso às vezes me deixa até um pouco chateado, sabe?*

*A violência é pauta diária [na mídia]. A mídia é formadora de opinião. Então ela põe na cabeça do povo o que ela quer. A nossa mídia é hipócrita. É a pior mídia do mundo.*

Nos depoimentos citados, fica patente que a comunicação social da Polícia está muito aquém das necessidades que esses servidores têm de se verem retratados de forma a valorizar os serviços que prestam. Mas também há uma demonização e um maniqueísmo por parte dos policiais que atribuem aos meios de comunicação social uma espécie de criação negativa de sua imagem, quando sabemos que o papel e a função da mídia são muito mais sutis do que à primeira vista parecem. Ela geralmente não cria fatos, e sim repercute o que ocorre na realidade, obviamente tendo o poder de magnificá-los. Alguns oficiais e gestores, nos grupos focais, reconheceram que "não se pode tapar o sol com a peneira", dando a entender que muitas situações veiculadas são procedentes, repetindo sua opinião de que a própria corporação não faz propaganda dos serviços que presta. "A imagem ruim da Polícia está ligada aos fatos graves de policiais envolvidos com corrupção." Um gestor ressalta, no entanto, que a Polícia Militar tem demitido policiais corruptos de seus quadros, mas é para ela que o olhar de condenação social se volta, "mesmo havendo corrupção em outras instituições, e fica por isso mesmo". Mais uma vez, todos sublinham que as boas ações deveriam ser transmitidas por jornais e pela televisão em igual proporção. Para Muniz (1999: 231),

A demonização dos meios de comunicação de massa, particularmente da televisão, tem sido uma moeda corrente nas queixosas narrativas policiais. Segundo esses discursos, as TVs estariam diariamente divulgando os maus hábitos, elogiando os péssimos exemplos de comportamento e, por conta disso, promovendo não só a 'banalização da violência' como também uma destrutiva inversão dos valores da sociedade.

Muniz (1999) considera ainda que o poder sedutor das televisões é de tal maneira superestimado na 'sociologia' policial que nem mesmo os centuriões da ordem pública conseguem sair completamente ilesos das

infinitas provocações. Por exemplo, de acordo com os próprios policiais militares, tem sido crescente o número de casos de separação conjugal, alcoolismo e distúrbios mentais dentro da sua corporação. Muitos deles identificam a raiz do problema tanto na natureza do seu trabalho como na capacidade que a mídia teria de fazer a cabeça das pessoas para as coisas ruins. No depoimento de um grupo focal de praças,

> *As pessoas costumam mudar a partir do momento que têm um contato maior com a gente. Nós somos pessoas como outras quaisquer. Viemos do povo, normalmente como qualquer pessoa. Temos família como qualquer um, vivemos os problemas que todas as pessoas vivem, só que com uma responsabilidade muito maior, que é prestar segurança. É isso o que a população não vê, não qualifica. Isso nos deixa estressados também, porque a gente está sempre no combate diário, mas a população não sabe dos nossos problemas...*

Uma pesquisa realizada por Ramos e Paiva (2005) mostra que há mais demonização da mídia pela Polícia do que a realidade apresenta. As autoras analisaram 2.514 textos jornalísticos, veiculados ao longo de cinco meses no ano de 2004, e apresentam de forma bastante diferente – e mais complexa – o papel que a imprensa desempenha na formação da imagem da Polícia Militar e dos seus membros. Segundo suas análises, os jornais reagiram diferentemente à problemática da segurança, alterando estratégias de cobertura. Desse estudo, interessa-nos sublinhar o fato de que o protagonismo das forças de segurança mostrado no noticiário derruba o mito, tantas vezes repetido por eles – e reiterado nos depoimentos –, de que os meios de comunicação só dão destaque às coisas negativas. As autoras constataram que 585 (23%) do total de textos analisados focalizaram ações policiais bem-sucedidas: prisões, apreensões e resultados de investigações.

De fato, a citada pesquisa (Ramos & Paiva, 2005) ressaltou uma perspectiva importante: as polícias, tanto a civil como a militar, se quiserem, têm nos jornais um excelente veículo de divulgação de suas ações, pois naqueles que foram examinados há destaque para os bons feitos realizados por elas, onde poderíamos imaginar que houvesse apenas críticas. As autoras assinalam que, comparativamente, as instituições da área da saúde, da educação ou do saneamento não tiveram, no mesmo período, tanto espaço para a divulgação de suas ações.

Encontrando um ponto de identidade entre as estratégias da mídia e as das atividades policiais, Ramos e Paiva (2005) assinalam que a idéia de que a Polícia, sem um processo inteligente de trabalho, "corre atrás do crime" poderia ser também aplicada aos periódicos que elas pesquisaram:

> A cobertura jornalística, mesmo dos melhores jornais do país, padece, em parte, dos mesmos problemas. Corre atrás da notícia do crime já ocorrido, ou das ações policiais já executadas, mas tem pouca iniciativa e usa timidamente sua enorme capacidade para pautar um debate público consistente sobre o setor. (Ramos & Paiva, 2005: 15)

Embora o setor Saúde não esteja tão presente nas pautas jornalísticas, Ramos e Paiva (2005) destacam a capacidade que essa área teve de criar e implementar políticas públicas juntando profissionais, gestores e movimentos sociais. A autora chama a atenção para a incapacidade dessa mesma sociedade de se articular em torno de um projeto de segurança pública.

## O Estado e os Governantes Corroboram com a Imagem Negativa

Na composição de sua imagem, os policiais somam seu descontentamento ao tratamento recebido por parte do Estado e de seus governantes. A maioria dos depoimentos mostra uma visão muito crítica da política e dos políticos, até entrando em contradição com a missão originária da Polícia: criada como um braço do Estado e essencial para sua existência. 'Polícia' e 'política' derivam do mesmo termo grego *polis*, utilizado para designar a organização da coletividade. Intimamente ligadas, essas palavras não podem ser dissociadas: "A atividade de Polícia é, portanto, política, uma vez que diz respeito à forma como a autoridade coletiva exerce seu poder" (Costa, 2004: 37). No entanto, na realidade, existe uma dissociação, definida no depoimento deste segundo-sargento:

> *É vergonhoso como nossa classe* [policial militar] *vem sendo tratada pelos governantes. É um absurdo como somos tratados financeiramente, sem apoio profissional. As condições de trabalho são péssimas. É degradante servir em uma organização estadual, a qual tem seus funcionários como um trampolim*

*político. (...) Com essas condições, sem ela o que seria do povo carioca, com um governo mascarado e corrupto?!*

No mesmo sentido, vários policiais chamam a atenção para o que consideram um desdém dos políticos que poderiam investir muito mais e melhor na Polícia, com proveito para a sociedade. Este é o comentário geral de alguns praças em um grupo focal:

> *O que daria voto para eles? Educação, saúde e segurança. Só no nosso país é que isso não é respeitado, não é visto com bons olhos, não é feito um trabalho para valorizar. Toda nação que é competente tem de ter uma boa saúde, uma boa educação e uma boa segurança pública. E o nosso país nunca vai ser de Primeiro Mundo porque as autoridades não pensam nisso.*

Para alguns oficiais operacionais, a missão de preservar a ordem pública, em certos momentos, fica comprometida por se associar à política. A visão da política, então, é associada a razões e práticas eleitoreiras. Portanto, quando cabos, soldados e oficiais tentam separar a atividade policial da política, não é sobre o exercício da autoridade coletiva que falam. Referem-se ao fato de a segurança pública nem sempre ser o foco central de suas ações. Na visão deles, em alguns momentos, por causa de questões 'politiqueiras', muitos são desviados de suas funções para atender a grupos específicos, inclusive a interesses privados e particulares. Assim, repercute entre os policiais uma imagem negativa da política e dos políticos, a quem atribuem intervenções que prejudicam sua imagem e a missão que devem desempenhar.

## Ser Policial, uma Imagem de Muitos Reflexos

Alguns autores (Reiner, 1992; Bretas, 1997a; Poncioni, 2003) consideram que existe uma cultura policial que ultrapassa fronteiras nacionais e cujas características são o conservadorismo, o cinismo, o pessimismo, o preconceito racial e sexual, a suspeita em relação aos cidadãos e o isolamento em relação às comunidades que atendem, posturas e atitudes contrabalançadas pelo espírito de corpo (Bretas, 1997a; Reiner, 1992). No caso brasileiro, essas características vêm sendo descritas empiricamente. Nós mesmos temos feito isso em pelo menos três ocasiões: na presente

investigação, na que descrevemos no livro *Missão Investigar* (Minayo & Souza, 2003; Gomes, Minayo & Silva, 2003) e também no livro *Fala, Galera* (Minayo *et al.*, 1999). Esta última obra é fruto de uma pesquisa realizada por amostragem com a juventude do Rio de Janeiro no fechamento do século XX e na entrada do novo milênio. Ressaltamos, nesse estudo, a ótica pessimista dos policiais a respeito dos jovens e de suas famílias, o que nos levou à seguinte afirmação:

> A fala dos policiais projeta a sociedade carioca como uma grande enfermaria de doenças sociais. Além dos dramas familiares, as explicações sobre as origens da violência oscilam entre os determinantes sociais e as causas inatas, por isso, às vezes, o termo 'índole' é usado por eles para se referirem a algumas pessoas que são violentas independentemente de suas condições socioeconômicas. (...) Buscando compreender seu discurso caberia suscitar duas suposições que atuam sinergicamente: uma visão incriminadora *a priori*, partindo da idéia de que garotos e garotas não sofrem violência e, sim, praticam delitos; e uma ausência conceitual e prática do sentido de proteção, missão primordial da segurança pública, mormente em relação aos adolescentes, crianças e jovens. (Minayo *et al.*, 1999: 167)

Podemos constatar a mesma visão negativa do mundo nos muitos depoimentos que se seguem. Sempre que falam de seu trabalho, os policiais giram suas críticas para a população: falam da falta de reconhecimento, do julgamento injusto de que seriam truculentos e corruptos e, sobretudo, devolvem à sociedade a pecha de arrogante e corrupta:

> *E se você for querer prender a pessoa por corrupção, chega na hora ela quer inverter, falando que você é isso ou aquilo. Quer deturpar as coisas, falando que você que tentou subornar. É inversão de valores. Ao contrário, na hora* [da infração], *as pessoas oferecem* [dinheiro] *para que possam sair ilesas daquele erro. A realidade é bem clara: a sociedade quer a Polícia para servi-la, mas, quando essa sociedade se vê numa situação em que vai ser posta contra a parede, numa situação em que vai ser prejudicada, essa mesma sociedade qualifica ou classifica o policial como um verme. Eu canso de ouvir isso, essa linguagem!*

Grupos focais com oficiais trouxeram importantes contribuições para o entendimento de como eles percebem o entrelaçamento entre a identidade do policial e os atuais valores que regem a sociedade.

Em uma conversa, um desses policiais operacionais disse que procurou a carreira em uma época em que havia segurança para o seu ir-e-vir cotidiano, mas que hoje é arriscado exibir a identidade de policial. “Você entrava num ônibus desarmado. Ia para casa fardado e tranqüilo. Tinha colega até que dormia. Já vi um colega acordar um outro, dizendo: ‘Cara, acorda aí! Você está dormindo fardado.’ Hoje, olha a situação que a gente vive!”.

Vários deles consideram que os princípios éticos e morais vêm se modificando sempre para pior. A educação familiar, escolar e social “está muito frouxa”. “Não há respeito, não se colocam os limites necessários para a organização da pessoa e do grupo social”, diz um oficial entrevistado, no que é seguido por depoimentos de colegas em um grupo focal: “Parece que nós ficamos fora da realidade. Eu me lembro quando era garoto, aos 10, 12 anos de idade. Se eu parasse numa boca-de-fumo, o próprio marginal mandava seguir. Dava um cascudo e dizia: ‘Vou falar pro teu pai.’ Hoje não, as coisas estão bem diferentes. O garoto trabalha com ele!”.

Além do consumismo, os policiais consideram que o valor ‘dinheiro’, que implica ter coisas, domina de forma generalizada. Dizem eles:

> *Trabalhava-se naquela época para conseguir as coisas. Se papai e mamãe não tivessem dinheiro para dar, a gente trabalhava pra conseguir. Hoje não. Espera-se ganhar dinheiro fácil. (...) Dinheiro, dinheiro! As coisas simples que não se pode pagar, ninguém quer saber mais: a felicidade, o amor, o carinho... Isso aí não tem vez, só o dinheiro!*

Quanto às famílias, consideram-nas quase sempre destruídas e disfuncionais, sobretudo nas áreas pobres das periferias urbanas: “Não há diversão na favela. Garotas de 13, 14 anos têm dois a três filhos e não sabem quem é o pai. Os meninos na favela estão de barriga grande, cheia de vermes. E o Estado é ausente”.

Alguns oficiais que manifestaram preocupação com o aumento da violência e com a falta de assistência eficaz às comunidades mais pobres são totalmente desesperançados e céticos. Por isso propõem uma saída bastante cruel para os problemas das populações das periferias e justificam sua visão:

> *Nós podemos falar porque conhecemos a realidade... Vai ter que tirar esses aqui, que já estão marginalizados, para você agora salvar essas crianças ali, que estão nascendo, crescendo. Do jeito que está, só matando gente... Matando*

> *esses aí, para poder começar tudo de novo, para as outras crianças crescerem em paz, entendeu? Porque juntas não vai dar, não! Matar as que já estão perdidas para salvar as que ainda não se perderam. Esse é que é o dilema!*

Portanto, ressaltando uma visão pessimista da realidade, muitos policiais falam da hipocrisia social quanto ao cumprimento das leis e da falta de educação cívica. Consideram que há uma situação, um ambiente, uma cultura da sociedade que imputa os erros de suas próprias condutas à instituição que quer reprimi-los e corrigi-los. Eis o depoimento de um oficial operacional: "A lei vale para o outro, para mim não. Quando alguém faz algo errado contra mim, eu quero a prisão. Mas, quando sou eu quem faz alguma infração ou cometo delinqüência, digo logo que o policial foi arbitrário".

Igualmente, nos depoimentos de outros oficiais operacionais em grupos focais, foi comum a opinião de que a sociedade é corrupta e truculenta e os policiais são apenas um de seus reflexos:

> *Os policiais não vêm de pára-quedas de Marte. Eles são retirados do seio da sociedade, uma sociedade viciada em corrupção, em falta de educação. Um menor que cresce na favela vendo os 'caras' armados trocarem tiro, fala: 'Quero ser policial'. Então, tem uma questão social muito forte* [pois ele quer imitar a repressão que o policial tem de exercer].

Observamos, também, que existe uma interação tensa dos policiais que fazem a vigilância das ruas com a população. Diz um gestor operacional: "A população espera o Bob Londrino, mas não se comporta como a população de Londres". Esse policial e outros entrevistados em um grupo focal reiteraram que o comportamento do policial espelha a receptividade que encontra na sociedade, referindo-se tanto à corrupção como à violência que cerceia direitos individuais e coletivos dos cidadãos.

O seguinte relato de uma praça resume as principais idéias manifestadas pelos que têm uma visão social pessimista. Aqui, os temas sociedade, mídia, reconhecimento e corrupção enredam-se em um sistema de acusações em que as noções de desvio – e as reações suscitadas nos outros (Becker, 1994) – evidenciam o deslizamento do rótulo de 'Polícia corrupta' para o de 'sociedade corrupta' e de 'Estado corrupto'.

*A sociedade não é bem instruída, bem educada, tem situações em que o policial age com coerência, age dentro dos padrões, e nós já temos um rótulo. Nós organizamos uma corrida de crianças, mandamos ofício para divulgar um evento que é da PM. Eles [a mídia] não vêem. Na verdade, isso não vende jornal. Então, tem atitudes que a sociedade toma por falta de informação. (...) O policial militar é extraído da sociedade que também é corrupta, que também tem problemas. Brasília tem problemas, mas é o policial que é isso e aquilo.*

Em conseqüência, se a sociedade é tão corrupta e truculenta, e se os policiais nada mais são do que reflexos dos males de seu contexto, alguns servidores argumentam que os que infringem as leis e desonram a farda não deveriam ser punidos. Em um comentário enfático, um segundo-sargento diz:

*De um modo geral, não se deve somente punir e excluir policiais com determinados desvios de conduta, pois este policial com certeza ficará à mercê do envolvimento com marginais da lei e é possuidor de grande conhecimento. Os policiais são pessoas comuns, não são super-homens, e têm sentimentos. Devemos valorizar a nossa Polícia, porque ruim com ela, pior sem ela. Apesar de tudo, é a única parte da segurança pública que ainda funciona, e é esta Polícia que, mesmo com desvio de conduta e o famoso quebra-galho, defende essa sociedade podre.*

Nas entrevistas, observamos certo mal-estar dos policiais em relação às organizações não governamentais (ONG), especialmente no caso daquelas que trabalham com direitos humanos. Segundo os policiais, elas são incapazes de compreender sua função, assim como as dificuldades de sua atuação em um clima de tanta violência como no Rio de Janeiro.

*Sobretudo em um país como o nosso, em que há gente que ainda passa fome e trabalho escravo, não se tem muito a almejar de um governo no qual as ONG só servem para marretar uma classe sofredora como a nossa, que tem maus funcionários como toda classe trabalhadora, e que é utilizada por todos e em tudo no que se pode imaginar.*

Mas ressaltamos também que, entre cabos e soldados – sobretudo entre os mais jovens –, muitos não conseguem idealizar a imagem da repressão ao crime de forma positiva, revelando-se mais influenciados pelo

sentido negativo que costuma ser atribuído ao ato de reprimir. Um dos oficiais lamentou não haver na Polícia "uma consciência de proteção e prevenção".

Igualmente, damos ênfase a outros aspectos da identidade pela voz de oficiais que consideram tarefa sua contribuir para a educação da sociedade. Um gestor administrativo, refletindo sobre seu papel, disse que os policiais deveriam ser mais ativos e cumprir uma função pedagógica em sua atuação. Diz: "É preciso despertar no nosso homem que ele é um educador". Portanto, a educação deverá ser reflexiva, a partir de exemplos: "O policial está no sinal, um motorista avança [o sinal] e ele multa. Mas por que a sociedade faz isso? Por que as pessoas avançam o sinal? Qual é o envolvimento coletivo nisso? Qual é a consciência coletiva nisso?".

Outro gestor operacional também considera importante que o policial saiba que sua função vai além de 'vigiar e punir'. Para esclarecer suas idéias, ele cita um exemplo que diz ser comum no convívio com a população:

> *Por exemplo, uma mãe que diz: 'Filho, pára de chorar senão eu vou pedir ao guarda para prender você.' Aí o policial que ouve isso deveria dizer: 'Vem cá, garoto, sua mãe não sabe o que diz. Ela tem alguma distorção em relação ao papel do policial. Você pode chorar à vontade, fazer manha, pedir o que você quiser, porque quem tem o papel de te educar é ela, para amanhã eu não ter de te prender porque você está no caminho errado'. E deveria virar-se para a mãe e dizer: 'A senhora é a única responsável pela educação do seu filho. Não deixe a vida educá-lo, porque, quando a vida educa, não dá muito certo, não'.*

Em resumo, os relatos dos policiais militares buscam construir uma 'apresentação do eu', em diálogo com os diversos atores da cena que vivenciam na prestação de serviços e na representação de sua identidade. São vários os movimentos, as interlocuções, os entendimentos e os conflitos que suas falas expressam: o dilema pessoal, moral e social de adotar profissionalmente as condições preconizadas pela corporação; a aceitação do discurso que interioriza a filosofia institucional, por meio da qual o policial racionaliza, reinventa e encontra uma forma de atuar diante dos problemas concretos; os desdobramentos de suas ações para a vida dos familiares e para sua própria vida; e as perspectivas de retorno em forma de reconhecimento ou menosprezo por parte da sociedade.

As imagens negativas por parte da sociedade constituem um dos fatores que levam os policiais civis e militares a ocultarem sua identidade policial. Seus familiares também são alvos de discriminações e ataques, o que causa transtornos nas interações familiares e comunitárias, como veremos na última parte deste livro.

Em uma análise mais contextualizada, temos de compreender que a construção das imagens individuais e da corporação está fortemente associada a problemas mais profundos de segurança pública. Segundo Ramos e Novo (2002), tem sido comum a crença de que há um declínio e um enfraquecimento do poder do Estado para resolver questões sociais, fazendo com que os atores da segurança pública sejam percebidos mais como calamitosos do que como resolutivos de problemas. Tal crença, sem dúvida, contribui para que a imagem desses servidores reflita dimensões mais negativas do que positivas.

Em síntese, a imagem dos policiais, construída como em um jogo de espelhos (Gomes, Minayo & Silva, 2003), reflete sentimentos de desvalorização institucional e de não-reconhecimento social pelo seu trabalho e, ao mesmo tempo, de serem guardiões da ordem e da boa educação. Portanto, uma identidade defensiva e também arrogante. A visão negativa é mais forte entre os policiais operacionais que estão na linha de enfrentamento da criminalidade.

Não podemos desconsiderar, porém, que entre esses servidores existem opiniões de que mudanças são possíveis. Tal perspectiva se evidencia com mais força nos depoimentos dos gestores. Esse é um fato de fundamental importância porque, seja qual for o tipo de reforma que a corporação deseje obter para concretizar sua missão – seja da imagem ou de sua estrutura organizacional –, o papel das lideranças policiais é decisivo. Como bem lembra Costa (2004: 81), "embora a sociedade civil e a sociedade política desempenhem papéis importantes, nenhuma reforma policial pode ser implementada sem o apoio de algumas lideranças policiais".

Parte III

# Condições de Saúde e Risco Profissional

Três expressões são comumente utilizadas quando estudamos os problemas de saúde de um determinado grupo populacional, como é o caso dos policiais militares: condições de saúde, situação de saúde e estilo de vida. Tratados como categorias classificatórias e explicativas do que ocorre na realidade, esses três termos dizem respeito a uma dinâmica que articula questões biológicas e sociais, interagindo na produção de uma vida saudável ou de várias modalidades de adoecimento.

'Condições de saúde', mais que um conceito, é uma noção muito forte da área da saúde pública e da saúde coletiva, usada para definir os elementos indispensáveis que permitem a uma população ou a um grupo – como é o caso da corporação policial – ser saudável. Ou seja, está suposto que determinados fatores ambientais, sociais, políticos e culturais propiciam mais ou menos oportunidades de desenvolvimento benéfico para o ser humano. Isso é reconhecido pela nossa Constituição de 1998, em seu artigo 196 do capítulo "Seguridade Social": "A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para sua promoção, proteção e recuperação".

Logo em seguida, o texto constitucional especifica as 'condições de saúde' como resultantes do acesso ao trabalho em condições dignas, com amplo conhecimento e controle pelos trabalhadores do processo e do ambiente de produção; moradia higiênica e digna; educação e informação plenas; qualidade adequada do ambiente; transporte acessível e seguro; descanso, lazer e segurança; e possibilidade de participação na organização, na gestão e no controle dos serviços públicos.

Em síntese, o termo 'condições de saúde' traz uma forte carga de historicidade, uma vez que o padrão de saúde de um povo ou de um grupo

corresponde a conquistas obtidas por ele, com meios objetivos e subjetivos. Berlinguer (1978) denomina "consciência sanitária" ao sentido transformador das condições de saúde, o que se configura como uma obra coletiva e dos indivíduos.

Também McKeown e Löwe (1984), estudando a melhoria do padrão sanitário da população inglesa desde o século XVIII, chamam a atenção para a força insubstituível das decisões políticas e dos movimentos sociais para que isso ocorra. E saúde transcende e ultrapassa os limites setoriais, depende de macro e micropolíticas econômicas, ambientais e sociais e envolve relações institucionais, interpessoais e subjetivas. Assim, toda vez que estudamos 'condições de saúde', estamos nos referindo ao conjunto dos elementos econômicos, sociais e ambientais no interior do qual nossa vida se desenvolve. Entre esses elementos, a categoria 'trabalho' tem um papel fundamental como um dos impulsores de realização pessoal, de criação de identidade, mas também de adoecimento e de sofrimento. Freqüentemente, mesmo quando amamos o que fazemos, determinados fatores como o grau de risco, a carga física e emocional ou mesmo o ambiente laboral confluem para provocar enfermidades ou problemas emocionais. Por essa razão, a terceira parte deste livro só pode ser compreendida quando vista de forma interativa com a segunda, que trata das condições de trabalho.

O conceito de 'situação de saúde' se refere a como, na prática, as condições de saúde (sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais) impactam a vida de determinada população ou indivíduo, no caso os policiais militares. Quando estudamos a situação de saúde, geralmente tratamos dos problemas que prenunciam adoecimento e mesmo dos tipos de enfermidades prevalentes, assim como dos meios para que sejam melhoradas as 'condições' que os provocam. Nesta parte, buscaremos mostrar uma síntese da situação de saúde dos policiais militares, sempre que possível comparando-a com a dos policiais civis e outras categorias.

Já 'estilo de vida' diz respeito a como determinado grupo leva suas condições existenciais, o que geralmente está diferenciado por classes, por *status* social, por profissões, por gênero, por faixas etárias e por outros elementos, como crenças religiosas. As questões de classe, de profissão e de gênero são estruturantes.

Como veremos nesta parte, podemos distinguir não só condições, como problemas de saúde, assim como uma forma peculiar de exercício da

profissão, de interação e de cuidados que distinguem os policiais de outras categorias sociais. Igualmente, dentro da própria corporação policial, observaremos e daremos realce a subgrupos específicos.

Como o foco deste livro é a questão profissional e como ela influencia o conjunto da vida, pensar em saúde de policiais militares nos remete às condições de trabalho, à resistência e ao desgaste físico e mental, assim como ao risco inerente à profissão. Em diferentes momentos desta análise, tratamos separadamente de cada um dos assuntos referidos, sempre sublinhando a natureza interativa e recursiva dos diferentes fatores. Mas daremos ênfase à saúde física e mental e seu forte vínculo com o risco profissional compreendido como uma característica constitutiva do trabalho policial. A interação entre todos os fatores está claramente estabelecida na fala deste sargento:

> *O serviço policial ativo causa grande desgaste físico e emocional. Juntando a falta de investimento e recurso para a sobrevivência do próprio policial, poderá ocasionar problemas no relacionamento familiar, embora não justificando o desvio de conduta, como, por exemplo, prática de crimes, entre outros. Solicito das autoridades uma atenção especial para o seu maior patrimônio, que é o profissional de Polícia.*

# 10

# Profissão de Risco

*Canção do Bope*

*Lealdade, destemor, integridade serão os primeiros lemas,*
*Desta equipe sempre pronta a combater toda a criminalidade.*
*A qualquer hora, a qualquer preço.*
*Idealismo como marca de vitória*
*Com extrema energia combatemos todos os nossos inimigos.*
*Criminosos declarados em igualdade,*
*Derrotamos os omissos.*
*Guerra sem trégua, heróis anônimos*
*Operações especiais*
*E o batalhão coeso e unido*
*Não recua ante a adversidade.*
*Com ousadia enfrentamos a realidade*
*Vitória sobre a morte, a nossa glória prometida*
*E o batalhão coeso e unido*
*Não recua ante a adversidade*
*Com ousadia enfrentamos a realidade*
*Vitória sobre a morte, nossa glória prometida.*

Neste capítulo, analisamos a 'percepção de risco' e o 'risco real' vividos pelos policiais militares. Ou seja, perguntamo-nos como se configura este fenômeno, ao mesmo tempo subjetivo e objetivo, vivido no exercício da profissão, dentro e fora do ambiente de trabalho. A ampliação do foco para o âmbito exterior à atividade corporativa se deve ao fato de que, por ser elemento intrínseco da profissão, tanto as situações envolvidas como as representações que ela cria impregnam o ambiente de trabalho, a pessoa e a instituição. Iniciamos o estudo com o tema do 'risco', exatamente porque ele faz uma perfeita mediação entre condições de trabalho e condições de vida.

Destacamos na entrada do capítulo o hino do Bope, porque este é um grupo cuja missão precípua é o enfrentamento da criminalidade. Entendemos que essa unidade pode ser vista como o exemplo real e cabal da visão sobre riscos por parte dos policiais militares em atividade no Rio de Janeiro. Diz a letra de seu hino: "equipe pronta a combater a criminalidade a qualquer preço e a qualquer hora"; "vitória sobre a morte"; "heróis anônimos que enfrentam a realidade através da ousadia".

Observamos na pesquisa que essa ousadia que apela ao heroísmo tem seu contraponto nas fraquezas das subjetividades que se expressam nos problemas de saúde e emocionais e nas cifras de morte que assustam qualquer cidadão. A urgência de tratar do tema do 'risco' e da 'vitimização dos policiais' também se tornou relevante por causa do aumento acelerado da criminalidade urbana no país e, sobretudo, em capitais como Rio de Janeiro, onde a taxa de homicídio atinge 54,6 por cem mil habitantes (Minayo & Deslandes, 2007).

A literatura atual apresenta alguns conhecimentos estratégicos sobre a profissão de risco dos policiais, fruto de investigação, entre os quais citamos os de Muniz e Soares (1998), Soares (1996, 2000), Santos (1997), Bretas (1997a, 1997b), Holloway (1997), Cerqueira (1994, 1996), Donnici (1990), Adorno e Peralva (1997), Kahn (1997), Lima (1995) e Amador (1999).

Os policiais militares são aqui tratados como categorias que atuam sob elevado 'risco' epidemiológico e social. O risco epidemiológico diz respeito à probabilidade de ocorrência de lesões, traumas e mortes e oferece parâmetros aos policiais quanto à magnitude dos perigos e os períodos e locais de maior incidência de tais eventos. O risco social, correspondendo ao significado da escolha profissional, traz, intrinsecamente, o gosto pelo afrontamento e pela ousadia como opção, e não como destino (Bernstein, 1997; Castiel, 1999; Giddens, 2002; Minayo & Souza, 2003; Minayo, Souza & Constantino, 2007).

Seja no sentido de perigo ou de escolha, o conceito de 'risco' desempenha um papel estruturante das condições laborais, ambientais e relacionais para esse grupo social, uma vez que seus corpos estão permanentemente expostos e seus espíritos não descansam (Gomes *et al.*, 2005). A vivência dos 'riscos' pode ser constatada nas taxas de mortalidade e de morbidade por agressões de que os policiais são vítimas, dentro e fora

da corporação, muito mais elevadas do que as da população em geral. Acrescentamos o fato de que no interior da própria instituição todos têm porte de armas, tornando-se alvos potenciais das agressões uns dos outros. Esta circunstância é referida por eles quando analisam suas relações no ambiente de trabalho e mencionam que ali "vivem uma paz armada".

Muniz (1999), em uma síntese esclarecedora, afirma que em boa parte das profissões consideradas arriscadas as possibilidades de acidente de trabalho resultam, principalmente, das falhas técnicas e dos azares ambientais. No caso da Polícia, os riscos derivam, por excelência, das interações com os cidadãos. Essas interações apresentam uma significativa margem de imprevisibilidade, consoante ao que já discutimos em relação à especificidade do setor de serviços (Meirelles, 2006a, 2006b). O fato de que o perigo nas atividades ostensivas da Polícia resulte de encontros circunstanciais leva essa categoria a alimentar uma percepção ampliada da ameaça que pode, por exemplo, se fazer presente em qualquer situação cotidiana. De acordo com Pieper e Pieper (1999: 179), "o ser humano, que possui a virtude cardeal da fortaleza, expõe-se ao perigo da morte por um bem". 'Bem' que é entendido, por essa categoria de trabalhadores, como a defesa do cidadão e da ordem pública.

## Percepção de Risco

### Risco como Probabilidade de Sofrer Agressões e Morte

Ser policial já é em si um risco, na percepção desses trabalhadores. Nesse sentido, poucas são as diferenças entre os círculos hierárquicos e a variedade de atividades realizadas pelas diferentes unidades operacionais, especiais e administrativas. Todos se sentem em enfrentamento e em alerta. A universalidade da percepção do perigo pode ser entendida com base em vários aspectos: dentro da corporação, a posição de quem hoje está mais resguardado pode mudar várias vezes durante a carreira; os policiais hoje lotados em unidades administrativas dão suporte aos batalhões operacionais, o que aproxima suas experiências; ao falar de suas ações, os policiais se referem mais à atividade-fim da unidade do que a sua tarefa específica no processo de trabalho, ensejando a compreensão do trabalhador coletivo como experiência; nas relações com a população, a distinção entre policial

'operacional' ou 'administrativo' não é percebida, dá-se visibilidade à missão principal. Muitos foram os casos observados por nós em que o policial tinha dificuldade de falar especificamente da sua unidade e se reportava à condição genérica de 'ser policial'.

Quando consultados sobre o exercício de sua profissão, os policiais operacionais reportam-se imediatamente a episódios de confronto e violência. Na Polícia Militar, soldados e cabos se apresentam como o grupo que mais intensamente vivencia riscos. Como reforça a fala de um gestor operacional, "Para o soldado, o risco é a rotina".

Fizemos uma comparação entre as percepções dos policiais militares e as dos policiais civis (Souza & Minayo, 2005), como vemos na Tabela 3. Pudemos constatar na pesquisa realizada com a Polícia Civil que tanto a freqüência quanto a percepção do risco, apesar de estarem presentes em todos os setores, foram muito mais elevadas entre os que trabalham em atividades operacionais, o que corresponde ao nível de exposição das suas atividades. Com a Polícia Militar ocorreu o mesmo.

Tabela 3 – Distribuição dos policiais civis e militares segundo a percepção de risco em sua atividade policial*

| Risco | Polícia Militar | | Polícia Civil | |
|---|---|---|---|---|
| | n. | % | n. | % |
| Constante | 8.199 | 81,1 | 965 | 69,2 |
| Eventual | 1.913 | 18,9 | 362 | 26,0 |
| Não há risco | - | - | 67 | 4,8 |
| Total | 10.112 | 100,0 | 1.394 | 100,0 |

* p<0,000

Também levantamos algumas questões sobre a percepção deles a respeito do risco de suas famílias. Estes dados são apresentados na Tabela 4.

Tabela 4 – Distribuição dos policiais civis e militares segundo a percepção de risco para a família*

| Risco | Polícia Militar | | Polícia Civil | |
|---|---|---|---|---|
| | n. | % | n. | % |
| Constante | 4.548 | 44,2 | 516 | 36,9 |
| Eventual | 5.198 | 50,5 | 762 | 54,5 |
| Não há risco | 548 | 5,3 | 119 | 8,5 |
| Total | 10.294 | 100,0 | 1.397 | 100,0 |

* $p<0,000$

Como pode ser visualizado nas duas tabelas anteriores, a percepção de risco dos membros das duas corporações é quase totalizante para ambas as categorias. No entanto, ela é 'absoluta' para os policiais militares. Essa percepção totalizante deve ser ressaltada porque os graduados, mesmo os que atuam em unidades operacionais, exercem quase que exclusivamente atividades de gestão e de comando. Há, portanto, uma diferença bastante nítida entre os que planejam as operações (oficiais) e os que as executam (cabos e soldados, sargentos e subtenentes). Os dados de vitimização confirmam o quanto tal diferença atinge negativamente os que estão no ciclo das praças. No entanto, os gestores e oficiais também são tomados pela percepção absoluta do risco laboral.

Como seria de esperar, os policiais das duas corporações percebem que a extensão do risco potencial é menor para suas famílias do que para eles próprios. Porém, nos dois grupos, é forte o sentimento de que, ao combaterem o crime e promoverem a ordem, também seus entes queridos ficam permanentemente ameaçados. Existe significância estatística nas diferenças observadas nos dados: 44,2% dos militares e 36,9% dos civis afirmaram isso. Vemos que os militares, em maiores proporções, percebem suas famílias em situação de insegurança.

## Risco como Aventura e Ousadia

A percepção e a vivência do risco pelos policiais militares têm também uma conotação positiva, naquele sentido assinalado por vários autores como

Heidegger (1998), Spink (2002), Le Breton (1995) e Muniz (1999), que o afirmam como o próprio sentido e movimento da existência. Quem não se arrisca está fadado à morte no sentido real e simbólico. Portanto, os policiais militares falam sobre ou aludem ao apelo à aventura e à ousadia que a profissão lhes proporciona. Tal conotação surgiu espontaneamente no discurso dos cabos e soldados, nas unidades operacionais e no batalhão operacional especial. A adrenalina produzida pelo inusitado, segundo os policiais, os 'vicia' e os motiva para a ação. Muniz (1999: 191), em seu estudo "Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser", já havia chamado a atenção para a exaltação da jovialidade na Polícia e para os atributos típicos entre os que têm de afrontar o perigo. "O espírito aventureiro, o dinamismo, a canalização das energias pelas ações, o encantamento da superioridade e a disponibilidade para enfrentar os riscos", típicos da juventude, fazem parte do *ethos* do trabalho operacional. Essas disposições constituem estratégias para minimizar a percepção do risco como perigo nos momentos de confronto.

Sobretudo, as praças são, em sua grande maioria, bastante jovens e, ao narrarem alguns episódios de confronto, parecem de fato se transportar ao universo virtual dos jogos eletrônicos ou de uma brincadeira tão comum entre as crianças que se imaginam entre polícia e ladrão: "Às vezes, parece que não sou eu que estou ali, que é tudo um jogo", diz um desses rapazes. Poderíamos supor que esta é também uma estratégia defensiva que busca negar a dureza do cotidiano, ou seja, vivê-la como uma fantasia, uma irrealidade, talvez para controlar e se defender do próprio medo.

Bittner (2003: 16) discute a virilidade e o potencial de aventura que o risco sempre inspirou aos policiais jovens:

> O que se requeria dos recrutas eram as virtudes másculas da honestidade, lealdade, agressividade e coragem visceral. Como compensação, os policiais recebiam a nobreza do serviço, a oportunidade de contribuir para o melhoramento da vida e, por fim, mas não menos importante, a promessa de aventura.

Um dos gestores operacionais entrevistados descreve os dois lados dessas situações de risco: o do prazer e o do perigo. Diz: "Tem o risco que [o policial] sofre no dia-a-dia, porque lida com a criminalidade armada [perigo] e se acostuma com uma coisa chamada adrenalina [prazer]".

Os estudos que realizamos também com policiais civis confirmam que, sobretudo entre os operacionais, o medo existe, mas a busca por situações de perigo para sentir o gosto da adrenalina no corpo ultrapassa isso (Minayo & Souza, 2003). O gestor operacional já citado compara a motivação do policial para ir ao encontro do perigo com a atitude dos indivíduos que procuram os esportes radicais.

Os esportes radicais, bem como o uso de drogas lícitas e ilícitas, também são movidos pelo binômio 'prazer e perigo'. Esses tipos de atividades dão margem à instalação de uma compulsão nos sujeitos, levando-os a quererem sempre repetir o comportamento arriscado e a experimentarem as sensações que dele provêm. No entanto, cremos que há outra situação mais próxima e emblemática com a qual podemos comparar os sentimentos de aventura e ousadia dos policiais militares que amam o enfrentamento. É o caso da ação dos traficantes de drogas, quase todos muito jovens, contra os quais a corporação atua fortemente há mais de 25 anos no Rio de Janeiro. O risco maior de enfrentamento que hoje ocorre na rotina das atividades dos policiais militares e civis diz respeito a esses delinqüentes que dominam o comércio varejista de drogas na cidade, fortemente armados e disputando territórios com seus rivais. Escondidos em locais densamente povoados, que são verdadeiras cidadelas de difícil acesso, e armados com arsenais potentes, muitos com idade que beira a adolescência, esses delinqüentes também têm espírito de aventura e gostam de afrontar a Polícia, sentindo-se em posição privilegiada. É importante, pois, estender a mesma reflexão sobre o duplo sentido de 'risco' a esses grupos armados, uma vez que o perigo e o confronto vividos pelos policiais são sempre contra alguém que os ameaça ou ameaça a sociedade com muita petulância e afoiteza. A mesma atitude de afrontamento que encontramos nos policiais também os domina, tornando suas atividades repetidos espetáculos de ousadia e audácia.

É importante tratar dessa situação endêmica de confronto entre policiais e traficantes, pois o sentido de risco e de risco de morte domina hegemonicamente a representação da ação policial no Rio de Janeiro. Essa representação, como vimos, passou a ter um papel identificante totalizante quando não deveria, uma vez que as atividades corporativas são muitas e muito mais diversificadas – como relatamos no primeiro capítulo deste livro – e deveriam confluir para o exercício da missão constitucional: prevenir e reprimir os crimes que põem em risco a vida social, protegendo a população.

Estudo de Constantino (2006) com policiais civis da cidade de Campos dos Goytacazes (RJ) mostrou que os policiais do interior identificam a atividade policial com o exercício do confronto armado. O fato de não vivenciarem tais ações faz com que se sintam 'menos policiais' do que os agentes da capital. É a idéia hegemônica do confronto como missão, que oferece ao policial em serviço nas ruas da cidade – sobretudo em áreas conflagradas – a experiência existencial de ter a vida sempre por um fio. Como Muniz (1999: 185) enfatiza, o cotidiano nos policiais lhes dá "a oportunidade de participar intensamente das nossas manifestações mais cômicas e mais dramáticas. Algumas delas chegam a ser ridículas, banais e monstruosas, mas todas elas são inegavelmente verdadeiras, sentidas, reais".

Por causa da visão de confronto colada como uma segunda pele a sua identidade profissional, a pesquisa de campo mostrou que os policiais operacionais se vêem e são vistos pela instituição como homens que possuem 'algo mais' do que seres humanos normais. "Tem algo neles que os faz ir ao encontro do perigo", é a opinião de um gestor, confirmada por vários soldados em serviços operacionais: "No fundo, no fundo, a gente quer ir para a rua combater" (soldado operacional) ou, ainda, "enfrentar o risco é uma questão de instinto". Um terceiro confirma esta visão: "O comandante fala que nós, deste batalhão, temos um gene a mais".

## A Ironia do Medo e as Estratégias de Resistências

Amador e colaboradores (2002) falam dos superpoderes que a instituição policial acaba incutindo em seus homens como uma espécie de estratégia defensiva. Utilizam a categoria "ironia do medo" para se referir à exclusão do policial que porventura manifeste tal sentimento. Quando isso ocorre, ele precisa se calar, "a palavra e o sentimento lhe são interditados", o que produz como conseqüência um sofrimento psíquico ainda maior. Mas se ele expuser suas emoções, corre o risco de ser ridicularizado ou discriminado.

> A impossibilidade de expressão do medo no exercício do trabalho policial parece, por um lado, relacionar-se à prescrição para a coragem no âmbito da organização prescrita do trabalho policial e, por outro lado, à possível existência de um código de regras, criado pelo grupo de trabalho,

> pressupondo o banimento do medo, código ao qual todos devem subordinar-se. (Amador *et al.*, 2002: 98)

Disso poderíamos inferir que o policial vivencia um conflito entre o enfrentamento desejado pela instituição e a marca da sua masculinidade e o medo, sentimento justificado pelas situações reais de risco, mas geralmente interdito na cultura policial.

Devemos acentuar que alguns dos policiais que entrevistamos pertencem a batalhões localizados em áreas de forte conflito ou em áreas fronteiriças nas quais brigam quadrilhas de delinqüentes rivais. Um desses batalhões serve a um território formado por 94 favelas, onde comunidades de trabalhadores convivem com traficantes de drogas fortemente armados. É pela via da capacitação e do treinamento – ou pelo "adestramento", segundo os operacionais – que o policial se prepara para missões difíceis. A idéia de confronto total pode ser inferida do *slogan* que abre o *site* de uma das unidades pesquisadas: "Ver os olhos do inimigo é importante, porém devemos estar preparados para fazê-los fecharem-se". Essa frase forte, que trata o cidadão como um potencial delinqüente ou o delinqüente como inimigo, subvertendo o sentido de prevenção e proteção, visa apenas à preparação tática da tropa. Não há cuidados específicos ou apoio psicológico e nenhuma assistência às intercorrências pós-traumáticas depois dos confrontos.

Mais do que nos outros grupos, percebemos nos policiais que ocupam os escalões inferiores uma proximidade maior com estratégias de resistência. Eles se referem aos companheiros mortos e feridos chamando-os pelos nomes e apelidos e narram episódios vivenciados coletivamente. Alguns soldados, cabos e sargentos não conseguiram controlar a emoção quando contavam sobre os óbitos em confronto:

> *Aquele dia, para mim, foi um dos meus piores dias de serviço. Nós fomos a primeira viatura a chegar ao local. Estavam os dois colegas lá, caídos. Morreram na hora. Brincaram de dar tiro neles. A gente socorreu o B., mas ele já não tinha movimento. Acho que já estava aleijado. Foi conversando com a gente na viatura preocupado com o outro colega... E logo depois morreu.*

A morte e os ferimentos de parceiros são trazidos pelo grupo de cabos e soldados como parte da rotina de seu trabalho: "Tem vezes aqui que a gente perde cinco colegas no mês". Um dos momentos mais difíceis

para esses agentes são as cerimônias fúnebres dos colegas, como um deles nos narrou:

> *E passaram algumas horas. Nós que fomos socorrer tivemos de ir para o enterro! Foi no mesmo dia. Nós tivemos de ir para a Comissão de Enterro. Você teve de chegar no local, viu o colega cheio de tiro, socorreu o colega, ficou naquela expectativa de um pelo menos sobreviver, recebeu a notícia de que o colega não sobreviveu. Depois você recebe a notícia de que tem de ir para o enterro. Ou seja, mais um sofrimento! Não pelos colegas, mas pelo sofrimento de você chegar lá e ver a família acabada. E depois tem de voltar às sete horas da noite para ainda trabalhar até às sete horas da manhã! Você tem condições psicológicas de trabalhar? Depois de ver um colega teu ali morto, você sabe que pode ser qualquer um da gente da próxima vez!*

Apesar da existência de oficiais psicólogos em alguns batalhões, a procura por algum tipo de atendimento de apoio não faz parte da cultura da corporação: ou os policiais têm medo de serem reconhecidos como fracos ou os problemas atingem camadas existenciais muito profundas, não consideradas no serviço de atendimento que lhes é oferecido. Em alguns momentos, os policiais disseram que é preciso passar por seus superiores o pedido para serem atendidos psicologicamente. Isso significa a possibilidade recorrente de negativa da chefia ou, quando não, uma tutela sobre a situação emocional dos que solicitam ajuda. Um dos gestores administrativos afirmou categoricamente que o atendimento às questões emocionais não constitui prioridade da instituição.

Embora não seja muito habitual dar vez às expressões emocionais, os grupos focais permitiram que os policiais falassem de suas dores. Nesse ambiente, principalmente os que atuam em unidades operacionais e pertencem ao círculo das praças assumiram o sentimento de medo. Os fatos com os quais são confrontados são muito fortes: "Vemos colegas serem executados!". Por viverem, freqüentemente, situações de elevado risco, os entrevistados falaram de uma experiência muito particular de proximidade com a morte que se reatualiza a cada dia. E alguns afirmaram que hoje a principal missão do policial é "manter-se vivo". É a lógica da autoproteção invertendo o mandato da missão constitucional. A maioria desses operacionais diz que se sente em guerra. Segundo um oficial operacional, "as armas são de guerra, os apetrechos são de guerra, as fortificações são de guerra, os comportamentos táticos (dinâmicos e estáticos) são de guerra".

E muitos, conforme o batalhão em que atuam e a escalação que recebem, consideram seu posto de trabalho como uma verdadeira "sentença de morte".

Sem a licença cultural para se sentirem fragilizados e temerosos perante as situações de risco, os policiais criam mecanismos de defesa. Um deles é a negação: "Não podemos pensar que o medo existe, o risco faz parte do nosso dia-a-dia". Outra estratégia é a naturalização: "A gente acostuma com essa realidade". Uma terceira forma é a lúdica: "As coisas que acontecem na favela você transforma numa forma de brincadeira, para tentar descontrair. Depois, no alojamento, você conversa sobre o que aconteceu, mas num tom de brincadeira. Acaba rindo, mesmo tendo passado um sufoco ali no momento. O pessoal tenta contornar de uma maneira engraçada". Um último jeito é o próprio enfrentamento cara a cara: "É no próprio combate que a gente resolve o medo". Um policial operacional assinala ainda duas outras possibilidades usadas por eles para amenizar o medo, o uso de drogas e a busca de experiências místicas: "Ou a cachaça ou a religião".

Em seus estudos sobre a patologia do trabalho, Dejours (1999) fala das várias estratégias que citamos como comuns entre outras categorias de trabalhadores também expostos a elevados riscos. O autor refere-se à negação, ao escárnio do medo, à supervalorização da virilidade e ao consumo de substâncias como as formas mais comuns de resistência. Em relação ao enfrentamento, Le Breton (1995) também assinala a atitude que leva o ser humano em situações de risco a encará-lo, ao invés de fugir ou evitá-lo. É uma maneira de o indivíduo lutar contra a angústia, atirando-se em sua direção, colocando-se corpo a corpo como em desafio. Uma vez enfrentado, o medo se dissipa e, por alguns instantes, a pessoa tem a sensação de tê-lo dominado.

## Riscos Reais de Vitimização

O risco real, a insegurança pessoal e a violência no exercício do trabalho vividos pelos policiais militares do Rio de Janeiro se materializam na vitimização por traumas, lesões ou mortes, ocorridas no exercício da missão de prevenir crimes e contravenções e de manter a ordem. Dados da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça ajudam a estimar numericamente o quanto é grande, importante e complexo esse objeto do trabalho policial, quando se refere à repressão à criminalidade

(Senasp, 2005). Tomamos como exemplo o ano de 2003, para o qual existem dados consolidados e no qual houve registro de 6.707.955 ocorrências criminais no conjunto dos estados brasileiros e de 2.264.829 nas capitais do país. No estado do Rio de Janeiro, foram notificadas 433.988 ocorrências, das quais 228.243 na capital (Souza & Minayo, 2005). Dados do Instituto de Segurança Pública, publicados no *Diário Oficial*, revelam que no ano de 2006 houve 479.622 registros de ocorrências no estado do Rio de Janeiro, dos quais 64,7% foram na capital. A taxa de ocorrências para o estado do Rio de Janeiro, em 2006, foi de 3.759,0 por cem mil habitantes, 1% maior que no ano anterior. Desse total, a taxa de 956,4 por cem mil foi de crimes contra a pessoa, menor 6,4% que em 2005 (ISP, 2007). Essa é a matéria com a qual os policiais militares trabalham, visando ao mesmo tempo prevenir e reprimir a violência e a delinqüência.

A violência social que redunda em mortes é um fenômeno complexo e difícil de ser definido. No imaginário social, ela discrepa entre a sua ocorrência real e as sensações que gera. Os sentimentos de medo e de insegurança levam a confundir crimes reais e percepções subjetivas sobre riscos de vitimização em proporções inversas. Uma dessas discrepâncias diz respeito à crença sobre o permanente aumento da delinqüência, o que às vezes é real e outras, não. A sensação de insegurança crescente no Rio de Janeiro ocorre, certamente, por vários motivos. Primeiramente, está relacionada à própria dinâmica da criminalidade na capital, onde existe elevada concentração tanto da população do estado (40,2%) como dos registros de delitos (52,6%), o que difere de outras capitais e do país. Por exemplo, em São Paulo, apenas 27,6% da população do estado e 33% das ocorrências criminais se concentram na capital. No país como um todo, esses valores se assemelham mais aos de São Paulo: 22,7% da população e 33,8% dos crimes se localizam nas capitais (Souza & Minayo, 2005).

Apresentamos a seguir uma síntese dos fatores associados à vitimização dos policiais militares de forma comparativa com os da Polícia Civil. Constatamos, pelos dados da Tabela 5, que as duas corporações mostram caracterização distinta do perigo vivido, sendo que, para todos os tipos de risco, os policiais militares apresentam maiores proporções de vítimas.

Tabela 5 – Distribuição proporcional dos policiais civis e militares segundo a vitimização durante o trabalho policial

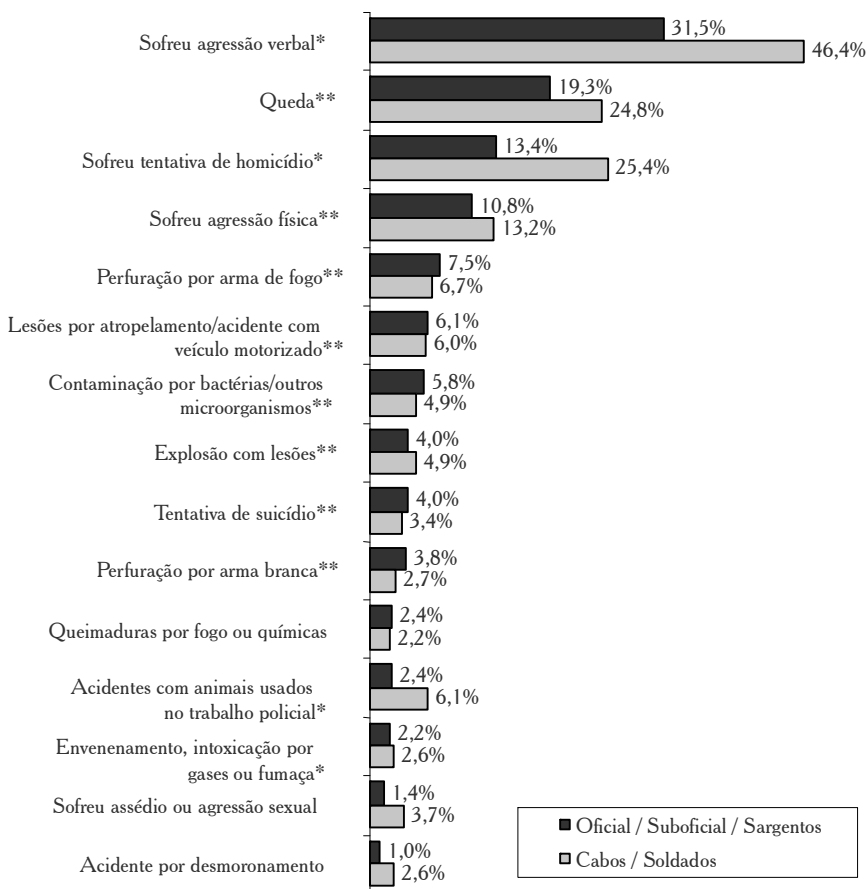
| Evento | Civis | Militares |
|---|---|---|
| Agressão verbal*** | 30,0% | 38,6% |
| Queda*** | 11,1% | 24,6% |
| Tentativa de homicídio*** | 10,3% | 18,8% |
| Agressão física* | 8,2% | 10,3% |
| Perfuração por arma de fogo** | 4,2% | 6,7% |
| Lesões por atropelamento ou acidente com veículo motorizado*** | 1,7% | 6,6% |
| Acidentes com animais usados no trabalho policial*** | 0,5% | 6,4% |
| Explosão com lesões (combustíveis, bujão de gás, explosivos, fogos, bomba, granada etc.)*** | 0,7% | 5,3% |
| Contaminação por bactérias ou outros microorganismos*** | 2,7% | 5,1% |
| Queimaduras por fogo ou químicas*** | 0,3% | 3,3% |
| Perfuração por arma branca*** | 1,2% | 3,3% |
| Tentativa de suicídio*** | 0,3% | 2,9% |
| Assédio ou agressão sexual | 2,8% | 2,6% |
| Envenenamento, intoxicação por gases ou fumaça*** | 0,4% | 1,9% |
| Acidente por desmoronamento*** | 0,3% | 1,6% |

* $p<0,05$; ** $p<0,005$; *** $p=0,000$

No Gráfico 30, apresentamos as informações dos policiais militares sobre a exposição a situações de risco em seu cotidiano profissional nos últimos 12 meses anteriores à pesquisa, agora ordenadas de forma crescente e comparativa entre oficiais e não-oficiais. Em algumas das ocorrências mais frequentemente relatadas, os não-oficiais predominam como principais vítimas. São elas: agressão verbal, queda, tentativas de homicídio e agressão física.

Os oficiais e suboficiais reportam mais outros tipos de eventos: ferimentos por arma branca e de fogo, tentativas de suicídio, contaminação por bactérias e lesões por atropelamentos. Ressaltamos o elevado número de policiais que se queixam de agressão verbal (46,4% dos não-oficiais e

31,5% entre os oficiais e suboficiais), assim como o elevado número dos que foram vítimas de tentativas de homicídios entre os que conformam o círculo das praças. Também é preocupante o número de policiais que sofreram perfuração por arma de fogo no período de um ano: 7,4% entre oficiais e suboficiais e 6,5% entre não-oficiais.

Gráfico 30 – Distribuição proporcional dos policiais militares segundo situações vividas durante o trabalho policial

* p<0,001 ** p<0,05

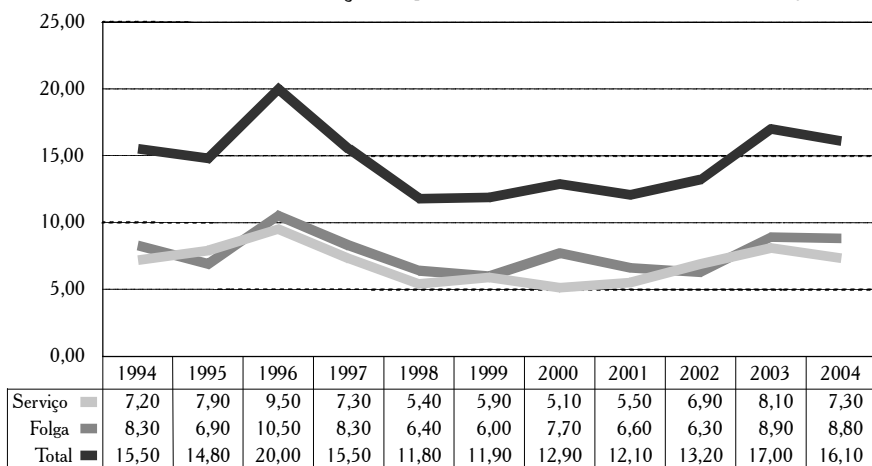
Os profissionais que trabalham nas ruas estão, além de mais expostos à violência do confronto, também mais vulneráveis a problemas de saúde decorrentes de suas atividades, a exemplo da contaminação por substâncias poluidoras advindas da exposição ao tráfego de carros, como mostra um estudo realizado em Lima, Peru, por Mormontoy, Gastañaga e Gonzales (2004). Nessa pesquisa, os autores verificaram maior exposição e possibilidade de contaminação por chumbo, presente na gasolina, por policiais que trabalham com o trânsito do que entre aqueles que realizam trabalhos em escritórios. Esse fator ainda se agrava no caso de policiais mulheres, pois as contaminações podem vir a afetar uma possível gravidez.

No Gráfico 31, expomos alguns dados sobre mortalidade dos policiais militares. Embora haja oscilações, ressaltamos uma tendência ao crescimento de vitimização em proporções muito mais elevadas do que entre população em geral. Trabalhamos com os óbitos ocorridos em serviço e nas folgas, pois, no Rio de Janeiro, ambas as situações se complementam, por duas circunstâncias: freqüentemente, a folga do policial militar não significa descanso, pois o percentual dos que trabalham em outra atividade – quase sempre em empresas e em serviços de segurança – é muito elevado. O outro motivo é que boa parte dos policiais militares são conhecidos nos bairros ou nas favelas onde moram, mesmo quando escondem as insígnias corporativas. Muitos costumam ser vítimas de emboscadas por parte dos delinqüentes a quem perseguem. Os dados de Souza e Minayo (2005) que trazemos a seguir ajudam a compreender esse quadro.

Dos 4.518 policiais militares mortos e feridos por todas as causas, de 2000 a 2004, 56,1% foram vitimados durante as folgas contra 43,9% em serviço. Nesse período, a ação violenta representou 57,2% das causas de suas mortes e ferimentos, proporção que cresceu nos últimos dois anos, passando de 53,2%, em 2002, para 63,7% e 67,1%, em 2003 e 2004, respectivamente.

Do total de 758 policiais militares mortos, 173 (22,8%) estavam trabalhando na corporação. Quando vitimados em serviço por ação violenta, essa proporção é maior (26,4%). Os dados evidenciam um crescimento, desde o ano de 2002, da proporção de óbitos em serviço por ação violenta, passando de 75% para 88%. O número de policiais que perderam a vida em serviço foi 2,5 vezes maior em 2004 quando comparado ao do ano de 2000.

Gráfico 31 – Taxas(*) de vitimização de policiais militares do estado do Rio de Janeiro

| | 1994 | 1995 | 1996 | 1997 | 1998 | 1999 | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Serviço | 7,20 | 7,90 | 9,50 | 7,30 | 5,40 | 5,90 | 5,10 | 5,50 | 6,90 | 8,10 | 7,30 |
| Folga | 8,30 | 6,90 | 10,50 | 8,30 | 6,40 | 6,00 | 7,70 | 6,60 | 6,30 | 8,90 | 8,80 |
| Total | 15,50 | 14,80 | 20,00 | 15,50 | 11,80 | 11,90 | 12,90 | 12,10 | 13,20 | 17,00 | 16,10 |

Fonte: Dados de Muniz & Soares (1998) para os anos de 1994 a 1997 e da Assessoria de Imprensa da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro para os demais anos.

(*) Taxas por 1.000 policiais.

Se, por um lado, cresceu a vitimização dos policiais, por outro também é verdade que de 2003 para 2004 houve crescimento de 2,6% no número de ocorrências criminais no Rio de Janeiro: foram 536.163, em 2003, e 550.262, em 2004. Os delitos violentos não letais contra a pessoa aumentaram 4,6%, passando de 5.054 para 5.286. Coincidindo com os locais de homicídio dos policiais, a maioria dos crimes notificados contra a população civil aconteceu na Zona Norte da cidade.

Os dados de óbitos por ação violenta indicam que morreram 2,8 vezes mais policiais militares em folga em 2004 do que os que se encontravam em serviço. No entanto, a importância da circunstância 'ação violenta' é maior entre os que cumpriam a missão policial. Ela representa 83,2% das causas de óbito dos policiais que morreram em serviço, comparada aos 68,5% das causas dos que morreram enquanto estavam de folga.

Dos 3.760 policiais militares feridos em serviço e em folga, 48,1%, ou seja, 1.809 deles, estavam em serviço. Desses, 1.054 (58,3%) foram vitimados em 'ação violenta', o que representa uma proporção maior do que a de 50,5% de feridos quando em folga pela mesma causa. No entanto, a ação violenta tem crescido proporcionalmente como causa de morte,

vitimizando também os policiais em folga. Em 2003 e 2004, ela foi responsável por patamares acima dos 70% dos casos de ferimento desses profissionais. Em 2002, esse percentual havia sido de 39% (Souza & Minayo, 2005).

No período de 2004 a 2006, os soldados representaram 55,3% dos policiais militares mortalmente vitimados no Rio de Janeiro: os soldados e cabos, 31,1% do total; os sargentos, 8%; e os oficiais e suboficiais, os 5,6% restantes. As circunstâncias da vitimização em serviço foram: dinâmica criminal (54%), trânsito (19%) e dinâmica conflituosa (21%).

Nas folgas, essas proporções foram de mais ou menos 35%, 29% e 17%, respectivamente. A arma de fogo foi o principal meio usado pelos agressores para matar os policiais militares em serviço (média de 51%) e em folga (média 55%). Os acidentes de trânsito responderam por 20,4% das mortes em serviço e 28,1%, em folga. O local das ocorrências corresponde às vias públicas (72,7%), ao bairro (6,3%), à vizinhança (4,6%), à residência (3,5%), ao espaço das próprias instituições policiais e de segurança (2,8%), aos bares e similares (2,1%) e às instituições comerciais e financeiras (3,3%).

A seguir, apresentamos os principais fatores de risco relacionados à morte dos policiais militares (Tabela 6), de forma comparativa com aqueles relacionados à morte dos policiais civis (Tabela 7). Fizemos esse refinamento estatístico porque cremos ser importante para os gestores conhecerem os elementos do contexto laboral desses servidores, que poderiam ser mais bem gerenciados visando à preservação da sua vida e da sua saúde. Procuramos comparar as duas corporações, pois em alguns casos os problemas desencadeadores se sobrepõem.

Para os policiais militares, ressaltamos que os principais fatores de risco para violência são (Tabela 6): tempo de serviço – policiais com menos tempo de serviço (até dez anos) têm 2,4 mais riscos no trabalho policial do que os mais antigos; deficiências auditivas e nevralgias – policiais com deficiências auditivas correm três vezes mais perigo; nevralgias, 4,1 vezes mais, indicando sofrimento físico associado a sofrimento mental pela vivência de situações de violência; condições de trabalho – exercer outra atividade laboral além do desempenho profissional militar, sem intervalo de descanso, também se mostrou associado ao vivenciamento de mais riscos.

Tabela 6 – Variáveis associadas ao risco sofrido por policiais militares

| Variáveis (n=853) | | Razões brutas | Intervalo de confiança | | Razões ajustadas | Intervalo de confiança | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Perfil | | | | | | | |
| Tempo de serviço | Até 10 anos | 2,22 | 1,17 | 4,25 | 2,44 | 1,18 | 5,01 |
| | De 11 a 20 anos | 1,54 | 0,72 | 3,31 | 1,73 | 0,78 | 3,86 |
| | 21 anos ou mais | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 |
| Saúde | | | | | | | |
| Deficiência auditiva | Sim | 3,29 | 1,85 | 5,87 | 2,98 | 1,61 | 5,52 |
| | Não | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 |
| Nevralgias/neurites | Sim | 5,13 | 2,56 | 10,27 | 4,11 | 1,97 | 8,60 |
| | Não | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 |
| Condições de trabalho | | | | | | | |
| Exerce outra atividade sem descanso | Sempre/muitas vezes | 5,24 | 2,84 | 9,66 | 4,98 | 2,61 | 9,51 |
| | Às vezes/poucas vezes | 2,51 | 1,34 | 4,71 | 2,30 | 1,20 | 4,42 |
| | Nunca | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 |

Para os policiais civis, também três variáveis se mostraram importantes: treinamento insuficiente – os que não exercem o trabalho para o qual foram treinados passaram 2,3 vezes mais por situações de violência do que os pares que exercem ações para as quais estão habilitados; dupla jornada – entre os que sempre ou muitas vezes realizam outras atividades fora da corporação sem descanso, o 'risco sofrido' é cinco vezes maior do que os que não trabalham no 'bico'; para os que exercem atividades extras de vez em quando, o risco é 2,5 vezes maior; estresse intenso – os que sentem estresse intenso no trabalho sofrem mais riscos que os outros; esse risco é 3,4 vezes maior para os freqüentemente estressados.

Dois pontos devem ser fortemente ressaltados: tanto os policiais civis como os militares que têm outra atividade permanente passam por cinco vezes mais riscos de sofrer violência (para os que têm outras atividades esporadicamente, esse risco é duas vezes maior do que para os que cumprem apenas a função estabelecida no serviço público); todas as situações de exposição e vivência de risco registradas nas duas tabelas anteriores são muito mais graves para os policiais militares, quando comparadas às dos policiais civis (Souza, Franco & Meireles, 2007).

Em resumo, a partir dos dados epidemiológicos apresentados e do estudo qualitativo, podemos esclarecer algumas informações sobre a vivência e a percepção de riscos por parte dos policiais militares. O primeiro ponto é a reafirmação do sentimento universal de que todos estão expostos por causa do exercício da profissão. Uma segunda questão é que tanto a sensação como os riscos reais se manifestam muito mais intensa e claramente entre aqueles que trabalham no confronto direto, ou seja, os operacionais, principalmente os cabos e soldados. São estes últimos os que formam o *front* das operações: "Somos a isca da Polícia", dizem eles. Ou ainda, como refere um soldado que atua nos serviços operacionais: "O nosso trabalho é o próprio risco".

Tabela 7 – Variáveis associadas ao risco sofrido por policiais civis

| Variáveis (n=475) | | Razões brutas | Intervalo de confiança | | Razões ajustad-as | Intervalo de confiança | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Perfil | | | | | | | |
| Escolaridade | Até Ensino Médio incompleto | 1,75 | (0,59 | 5,18) | 2,80 | (0,98 | 8,03) |
| | Ensino Médio completo/ Superior incompleto | 2,62 | (1,64 | 4,18) | 2,04 | (1,21 | 3,44) |
| | Superior completo/ Pós-graduação | 1,00 | - | | 1,000 | - | |
| Lazer/ Comunidade | | | | | | | |
| Lazer domiciliar | Baixa | 1,26 | (0,47 | 3,33) | 1,33 | (0,45 | 3,91) |
| | Média | 2,30 | (1,41 | 3,75) | 2,23 | (1,31 | 3,80) |
| | Alta | 1,00 | - | | 1,000 | - | |
| Condições de trabalho | | | | | | | |
| Exerce o trabalho para o qual foi treinado | Não | 2,65 | (1,59 | 4,40) | 2,29 | (1,29 | 4,04) |
| | Sim | 1,00 | - | | 1,000 | - | |
| Exerce outra atividade sem descanso | Sempre/muitas vezes | 6,19 | (2,98 | 12,9) | 4,96 | (2,24 | 11,0) |
| | Às vezes/poucas vezes | 2,54 | (1,14 | 5,66) | 2,45 | (1,05 | 5,73) |
| | Nunca | 1,00 | - | | 1,000 | - | |
| Trabalho causa estresse intenso | Freqüentemente | 4,23 | (2,16 | 8,28) | 3,45 | (1,60 | 7,43) |
| | Às vezes | 2,16 | (1,09 | 4,29) | 2,09 | (0,96 | 4,53) |
| | Raramente/Nunca | 1,00 | - | | 1,000 | - | |

Um terceiro ponto diz respeito às diferenças de percepção de risco e de vivência de risco por parte dos oficiais. As situações perigosas vividas por eles são mais ocasionais, pois acontecem em momentos especiais em que são chamados para atividades de confronto – ou, como dizem, de "combate" – e precisam "tomar decisões arrojadas". Como a ordenação corporativa é hierárquica, a eles cabe deliberar. E quando há um mau ou equivocado planejamento, as chefias colocam em risco não apenas a si mesmas como a todos os seus subordinados. Um gestor fala emocionado da quantidade de vidas que já 'perdeu' em confronto. E encara essas situações fatais como um fracasso ou como uma perda pessoal.

"É o bem (a Polícia) contra o mal (os bandidos)", diz esse gestor, ele mesmo classificando de "maniqueístas" as freqüentes decisões que toma e reconhecendo que esse é o absurdo do exercício de sua autoridade. No entanto, argumenta que é pela via dessa "ideologia maniqueísta" que o confronto é possível, pois o enfrentamento só se justifica sob a ótica de um ideal. Caso contrário, diz: "Se você pensar bem, o confronto é um ato de loucura".

Um quarto aspecto a ressaltar é a exposição ao risco que todos sofrem fora do ambiente de trabalho. Quando saem dos quartéis, onde bem ou mal existe uma proteção e uma salvaguarda institucional, oficiais e não-oficiais vivem os mesmos perigos sem o suporte corporativo. Isso acontece no trajeto para casa, nas folgas e no lazer. Estudos realizados por Souza e Minayo (2005) revelam que, fora do ambiente de trabalho, os policiais são vítimas de fortes sentimentos de rejeição da população à categoria e da maior proximidade com delinqüentes que aproveitam para ir à forra. Nessas situações, o uniforme e os distintivos são dispositivos que facilitam a vitimização. Como estratégia para lidar com o sentimento de insegurança, a condição policial acaba por exigir "um estilo de vida" diferenciado. O policial se sente "vigiado tanto no batalhão quanto fora dele". E essa situação pauta a vida desses servidores que, ao mesmo tempo, se sentem marcados pela identidade corporativa e precisam encontrar estratégias para ocultá-la como medida de proteção: "Como se isso fosse possível...". Vários deles mencionam que carregam em si a "marca da Polícia": "Está no jeito", "Está no olhar", "A gente reconhece logo quem é policial".

Do ponto de vista da cultura brasileira, desde os tempos do Império – quando foi criado – até os dias de hoje, o serviço de segurança pública no

Rio de Janeiro é malvisto e malquisto pela população, por motivos diversos: os cidadãos das classes médias e abastadas, que esperariam mais rigor e vigilância dos pobres 'criminógenos', em função da ordem burguesa, reclamam da insegurança e da ineficiência policial; a população pobre e moradora dos bairros periféricos sente-se discriminada e maltratada pelos agentes da lei; e os delinqüentes os tratam como 'inimigos número um', buscando evadir-se de seu olhar ou mesmo controlá-los e confrontá-los, escudados exatamente na 'má fama' que os acompanha.

A opinião pública negativa faz parte do ônus da atividade policial, e nossos estudos mostram, acrescentando-se a outros como o de Amador (1999), um elevado grau de sofrimento no trabalho pela falta de reconhecimento social. O conceito negativo emitido sobre eles pelas várias camadas sociais está entranhado na cultura. Ele legitima e naturaliza a violência que os vitimiza, muito mais do que a qualquer outro trabalhador ou cidadão durante a jornada de trabalho ou, como acabamos de mencionar, nos tempos de folga em que, curiosamente, aumentam as ocorrências de lesões e traumas de que são vítimas.

Fica patente que, comparativamente com a Polícia Civil, a Polícia Militar sofre mais riscos, apresentando taxas de mortalidade e de morbidade elevadíssimas. Esse privilégio negativo pode ser constatado quando tomamos, por exemplo, dados para o ano 2000. No Brasil, a taxa de mortalidade por homicídio na população geral foi de 26,7 por cem mil habitantes. Já essa taxa na população masculina (geralmente a mais vitimizada) foi de 49,7. Na capital do Rio de Janeiro, as taxas foram mais elevadas que a média do país tanto para a população geral (49,5 por cem mil) como para a população masculina (97,6 por cem mil). Na Polícia Militar, em 2004, a taxa de mortalidade por agressões chegou a 292 por cem mil! Portanto, comparativamente, a Polícia Militar apresenta uma mortalidade por violência 3,3 vezes maior do que a da população masculina da cidade do Rio de Janeiro e 6,5 vezes do que a da população geral da cidade. Comparadas com as do Brasil, as taxas são 5,8 vezes as da população masculina e 10,8 vezes as da população geral (Souza & Minayo, 2005).

Contraditoriamente, os cabos e soldados, os mais vitimizados e vulneráveis a todos os riscos, são também os que mais fortemente introjetam a identidade policial. A realidade profissional transmutada em símbolo pode mesmo dispensar os signos e se efetivar nas atitudes do corpo e da alma,

uma vez que, sem ela, esses trabalhadores nem saberiam mais viver. Inversamente, é essa força da marca entranhada que acaba contribuindo ainda mais para o sentimento de insegurança e a percepção de risco permanente. A simbiose da natureza do trabalho com a própria existência e razão de vida pode ser exemplificada no *slogan* de um dos batalhões pesquisados: "O espelho reflete você e você reflete o batalhão".

Assim, em resumo, a condição policial nivela os cargos e a natureza da atividade no que tange ao risco, pois todos percebem que "estão no mesmo barco", como disse o chefe de um batalhão. A experiência corporativa de estresse intenso e de perigo sempre ronda o corpo e a alma. E, sobretudo, os sargentos e soldados mencionam o fortalecimento da união das equipes de trabalho: "Um precisa proteger o outro", "É o medo de morrer que aproxima", como um efeito-necessidade das situações e condições de risco.

# 11

# Condições de Saúde Física dos Policiais Militares

*Todo o nosso trabalho vai afetar a nossa saúde. É a quantidade de horas excessivas de trabalho, as condições em que nós vamos executar esse trabalho. Mas acho que aqueles probleminhas neurológicos que a gente tem não são visíveis. E a gente desenvolve problemas além dos psicológicos. A grande maioria tem hipertensão. Eu nunca tive hipertensão na vida e, agora, passei a ter esse problema.*
Reflexões de um grupo focal com soldados

*Eu entrei para a Polícia que matava e estou saindo de uma Polícia que morre.*
Reflexões de um oficial operacional

A motivação e a consciência de que podemos obter reconhecimento, gratificação e prazer no trabalho são componentes essenciais da realização profissional. Em contrapartida, a 'dor' remete para o sofrimento no trabalho. 'Prazer' e 'dor' constituem um par dialético. Nos depoimentos colhidos dos gestores e dos grupos de oficiais, porém, aparecem muito mais e com contundência os momentos de desprazer associados notadamente à natureza do trabalho, à jornada excessiva, à falta de condições adequadas dos equipamentos e instrumentos, aos problemas de deficiência na assistência à sua saúde, à insuficiente retribuição financeira e ao sentimento de desvalorização profissional.

Mesmo sendo os mais bem aquinhoados, muitos oficiais se referem também a quanto é negativa a rigidez hierárquica que embota a criatividade e impede a participação dos policiais em decisões que lhes dizem respeito. Queixam-se muito da distorção da imagem do policial que acreditam ser projetada para a sociedade e alimentada pela mídia. Ressaltam, ainda, o fato de que ingerências políticas impedem a continuação de projetos e tornam descontínuas atividades iniciadas em gestões anteriores.

Os gestores relatam alguns problemas físicos que afetam a saúde dos policiais gerados por danos relacionados à atividade diária de 'combate ao narcotráfico': ferimentos por projéteis de arma de fogo, fraturas que necessitam de cirurgias, dores musculares e doenças como a conjuntivite ou a sarna, que adquirem no contato muito próximo com a população.

As praças queixam-se de diversas situações ligadas ao atendimento médico, às doenças propriamente ditas e ainda sublinham dificuldades associadas aos processos de consecução de licenças médicas. Relacionam diretamente a sua condição de saúde ao processo de trabalho: horas de sono perdidas, estresse diário, permanente risco de vida, má alimentação e intensidade do trabalho são os itens mais freqüentemente mencionados. O 'bico', que ocupa as horas destinadas ao descanso, também foi apontado como um fator prejudicial à saúde nos grupos focais dos quais participaram soldados, cabos e sargentos:

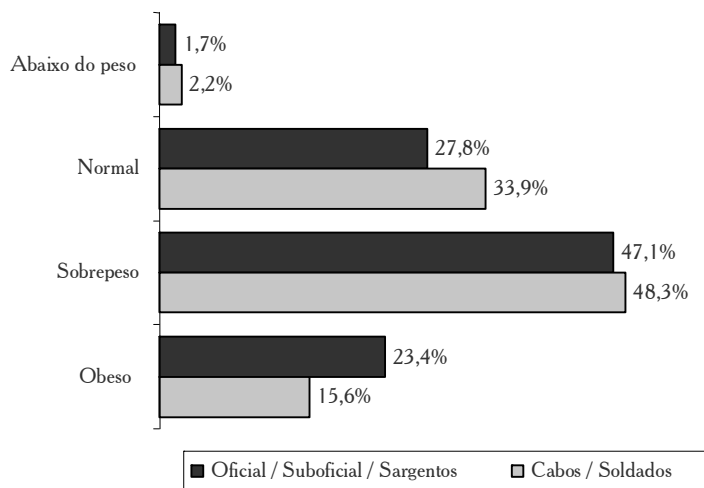
> *Você perde 24 horas de sono. Você recupera aquele sono? Eu peguei às sete horas da manhã, vou largar amanhã às sete da manhã. Às oito horas, eu tenho de estar na segurança. Aí largo às oito da noite, vou para casa e descanso. Na quarta-feira, tenho uma segurança de novo, das oito da manhã às oito da noite. Chego em casa para estar às sete horas da manhã aqui na quinta. E a nossa vida vai por aí.*

Não há uma sistematização de atividades voltadas para o preparo físico. A propósito do apoio do Exército durante o acirramento de conflitos nas favelas, recordamo-nos de um comentário descrito em matéria jornalística em que uma jovem – moradora da favela –, ao ser indagada sobre o evento, imediatamente afirmou que considerava interessante a entrada de militares do Exército na favela, justificando que esses jovens ostentavam corpos bem mais esculpidos do que os desarmoniosos corpos de policiais militares. Não é com a intenção de enfatizar uma perspectiva estética do corpo do policial que falamos sobre o tema do preparo físico. Buscamos, sim, suscitar algumas reflexões sobre como deveria ser valorizado, na corporação policial, um rigoroso planejamento das atividades físicas e nutricionais desse profissional que tem tarefas tão hercúleas.

## Avaliação das Condições Físicas: peso, dieta e atividades

Para avaliar as condições físicas desses servidores, aferimos seu índice de massa corporal (IMC)[7] calculado com base no peso e na altura referidos por eles. Os oficiais e os suboficiais de maior nível hierárquico predominam no grupo de obesos (23,4%), quando comparados aos não-oficiais com menor qualificação profissional (15,6%). Os obesos somados aos que têm sobrepeso (48,3% e 47,1%, respectivamente) ressaltam um percentual elevado de servidores acima do peso ideal na corporação. Essas informações podem ser conferidas no Gráfico 32.

Os dados de sobrepeso dos policiais militares são superiores aos da população brasileira, medidos na Pesquisa de Orçamentos Familiares do IBGE em parceria com o Ministério da Saúde (2003), segundo a qual 40,6% da população adulta brasileira está com excesso de massa corporal.

Gráfico 32 – Distribuição proporcional dos policiais militares segundo o índice de massa corporal

*p=0,000

[7] IMC = peso dividido pela estatura elevada ao quadrado. De acordo com o resultado, são estabelecidas quatro categorias: baixo peso ($<20$ kg/m$^2$), normal (20-24 kg/m$^2$), sobrepeso: (25-29 kg/m$^2$) e obesidade ($>=30$ kg/m$^2$).

Embora os obesos estejam distribuídos entre policiais dos setores administrativos e operacionais, 24% destes últimos (representados por oficiais, suboficiais e sargentos) estão acima do peso, ressaltando um percentual mais elevado que os 21,8% do mesmo grupo do setor administrativo, 16,9% de cabos e soldados administrativos e 15,4% dos operacionais.

O IMC dos policiais militares é superior ao encontrado entre os civis, dos quais 17,5% apresentam-se obesos e 41,7% têm sobrepeso. A obesidade constitui relevante fator de risco que se associa à morte por hipertensão e ao aumento do colesterol e do açúcar sangüíneo. O excesso de peso decorre de vários fatores, entre os quais a alimentação hipercalórica e hiperlipídica.

A ingestão de gordura foi processada como uma variável contínua, atribuindo-se a cada alimento uma pontuação que variou de zero (não-ingestão de alimentos gordurosos e elevada ingestão de alimentos saudáveis – verduras, frutas e legumes) a três (elevado consumo de alimentos gordurosos e não-ingestão de alimentos saudáveis). Depois, foi construído um indicador categórico de alimentação, considerando-se baixo consumo de gordura (somatório <=15 pontos), médio consumo (>15 a <=20 pontos) e alto consumo (>20 pontos).

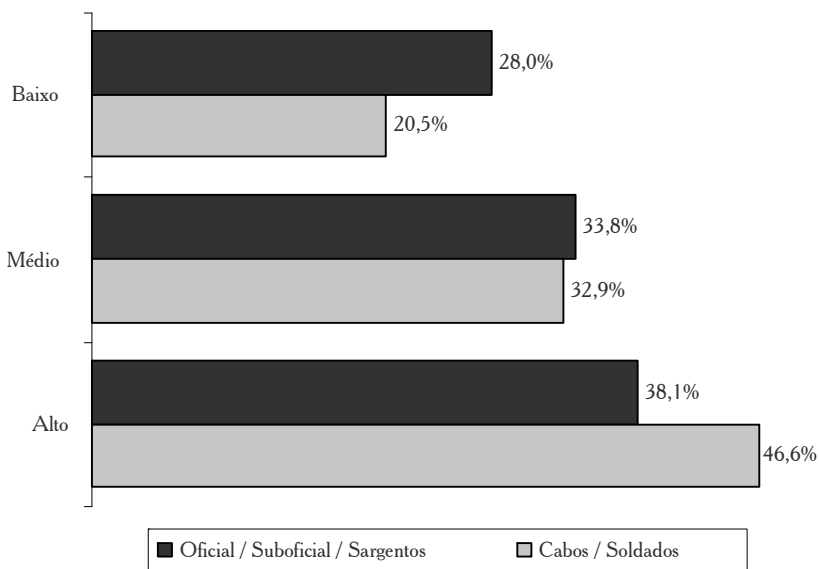
Policiais militares, especialmente os cabos e soldados (Gráfico 33), informam consumo semanal elevado de doces, alimentos gordurosos, industrializados e com alto teor de sal, tais como carnes salgadas (bacalhau, charque, carne-seca, carne-de-sol, paio, toucinho, costela etc.), produtos industrializados (enlatados, conservas, sucos engarrafados, sucos desidratados, sopas desidratadas, produtos em vidros etc.), embutidos (lingüiça, salsicha, fiambre, presunto, mortadela, etc.); frituras; manteiga; carne de porco (pernil, carrê, costeleta, entre outros), de carneiro ou de cabra e de vaca; refrigerantes não dietéticos; balas, doces, geléias, bombons ou chocolate; açúcar, mel ou melaço usados como adoçantes no café, chá, suco etc.; ovos (crus, cozidos, fritos, *poché*, entre outros). Associada à alimentação não balanceada, os entrevistados informaram reduzidíssima ingestão de verduras, legumes e frutas.

Os oficiais, suboficiais e sargentos têm consumo um pouco mais balanceado, com menos gorduras, doces e produtos industrializados e maior ingestão de legumes e verduras. Por sua vez, os cabos e soldados,

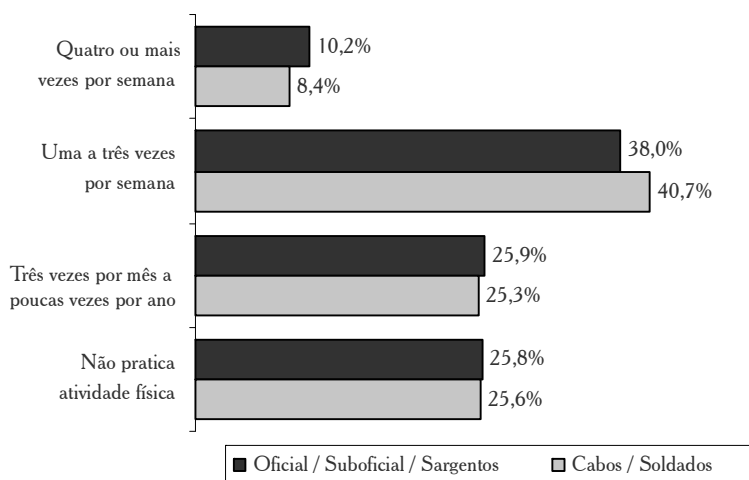
administrativos e operacionais, predominam entre os que têm alto consumo de substâncias ricas em gorduras e açúcares, o que certamente se deve, entre outros motivos, ao baixo poder aquisitivo para desfrutar de uma ingesta adequada.

Gráfico 33 – Distribuição proporcional dos policiais militares segundo o consumo alimentar de gordura*

Baixo
28,0%
20,5%
Médio
33,8%
32,9%
Alto
38,1%
46,6%

Oficial / Suboficial / Sargentos
Cabos / Soldados

* p<0,000

O excesso de peso também pode ser compreendido em função do baixo nível de atividade física, que configura um estilo de vida sedentário. Perguntamos aos policiais sobre a prática regular de atividades físicas e sobre seu condicionamento visando à saúde ou à estética, por pelo menos vinte minutos por dia. De forma geral, vemos no Gráfico 34 que metade dos policiais não pratica atividades físicas ou o fazem esporadicamente (três vezes por mês a poucas vezes no ano). Entre os que se exercitam, oficiais, suboficiais e sargentos se destacam, por praticarem exercícios quatro ou mais vezes por semana, e os cabos e soldados apresentam uma freqüência mais baixa: de uma a três vezes por semana.

Gráfico 34 – Distribuição proporcional dos policiais militares segundo a prática de atividades físicas*

* $p<0,001$

Toda a corporação militar, de forma geral, apresenta elevados fatores de risco, como alimentação não balanceada, obesidade e reduzida atividade física. Os oficiais, suboficiais e sargentos têm mais peso corporal, embora relatem uma dieta um pouco mais equilibrada e mais atividade física do que os cabos e soldados. Esse quadro deve estar relacionado à idade mais elevada dos profissionais superiores na hierarquia. Os indicadores, portanto, demonstram o grau de vulnerabilidade ainda maior para os não-oficiais à medida que envelhecem.

Levando em conta o setor de trabalho, no grupo administrativo, oficiais, suboficiais e sargentos sobressaem por realizar mais freqüentemente atividades físicas do que os cabos e soldados. No setor operacional, ocorre o inverso.

Os policiais militares, se comparados aos policiais civis do Rio de Janeiro, são menos sedentários: entre estes últimos, 63,7% não realizam exercícios ou o fazem de forma esporádica.

Os entrevistados, tanto oficiais quanto os subalternos, apresentam depoimentos que evidenciam a falta de planejamento voltado para o preparo físico. Suas palavras ressaltam que haveria possibilidade de investir nesse ponto, caso se organizassem melhor.

> *Atividade física não tem. A gente desempenha cada um a sua função dentro do serviço que faz. (...) Agora, na atual administração, no novo comando que veio pra cá, tem uma atividade meio pequena dentro do quartel, com opção para dois dias. (...) Nós, que trabalhamos internamente, temos aquele horário integral das oito às quatro, às terças e quintas-feiras. É um período que daria para fazer uma educação física.*

Em relato de estudo realizado em uma cidade do interior do estado do Rio de Janeiro, Constantino (2006: 90) assinala que:

> a prática regular de atividades físicas, visando a melhorar a saúde, o condicionamento físico ou para fins estéticos durante vinte minutos de cada vez, foi mais destacada pelos policiais de Campos dos Goytacazes, talvez pelo fato de serem mais jovens. No entanto, é bom notar que 54,7% deles já se encontravam com sobrepeso em 2006.

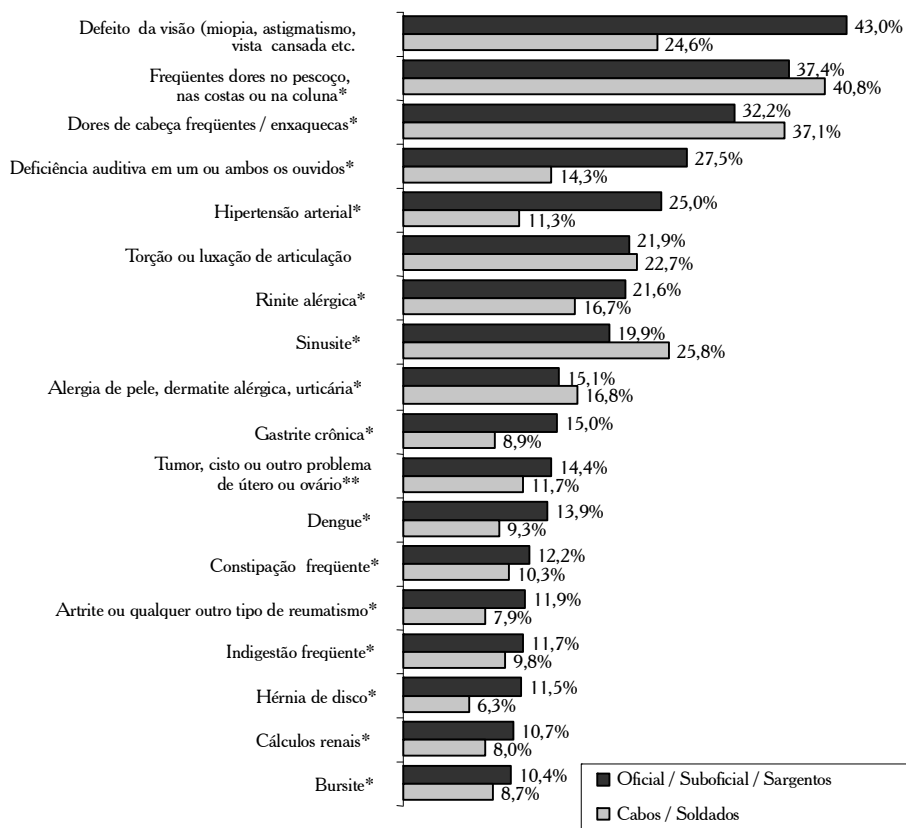
Os policiais militares ressaltaram que seu trabalho ostensivo nas ruas é um forte empecilho à prática de exercício: “Se for feita uma avaliação com a totalidade de policiais que trabalham na rua, vamos ver que eles não têm tempo. Eu acredito que mais de 50% não têm tempo porque trabalham muito”.

Embora não tenhamos feito qualquer avaliação clínica, nem realizado exames laboratoriais, as condições de saúde física de muitos policiais militares, do ponto de vista do ‘estilo de vida’, podem ser consideradas problemáticas, como indicam as informações a seguir.

Perguntamos a esses servidores se haviam sido informados por algum médico ou outro profissional da área da saúde a respeito de seus níveis de colesterol. Encontramos 32,6% dos oficiais, suboficiais e sargentos e 17% dos cabos e soldados (p=000) com perfil de risco, ou seja, taxas elevadas de colesterol. Entre os policiais civis, 31% apresentaram níveis altos de colesterol.

## Problemas de Saúde mais Freqüentes

Elevada massa corporal, sedentarismo, alimentação precária e estresse vivido no trabalho tendem a propiciar o surgimento de vários problemas de saúde. A freqüência desses agravos referidos pelos policiais nos últimos 12 meses anteriores à pesquisa pode ser constatada no Gráfico 35, organizado de forma decrescente. Apenas as questões com freqüência superior a 10% estão colocadas neste gráfico.

Gráfico 35 – Distribuição proporcional dos policiais militares segundo os problemas de saúde mais freqüentes

* p<=0,001 ** p<0,05

Entre os oficiais, suboficiais e sargentos, as maiores queixas se referem à deficiência visual e auditiva, à hipertensão arterial, à rinite alérgica, ao cálculo renal, à dengue, aos problemas digestivos (indigestão e constipação freqüentes e gastrite crônica, agravos estes associados a dietas inadequadas e a estressores ambientais e profissionais), a problemas reumatológicos (artrites e bursites) e à hérnia de disco. As mulheres oficiais e suboficiais se queixam mais de aparecimento de tumores ou problemas de útero ou de ovário, comparativamente às não-oficiais. Apenas alergias com manifestações na pele, sinusites e dores de cabeça e pescoço são mais relatadas pelos cabos e soldados.

Diversos outros problemas de saúde foram avaliados na pesquisa, mas não estão apresentados neste livro por terem sido mencionados por menos de 10% dos policiais. Merece atenção o fato de que muitas doenças foram relatadas pelos oficiais, suboficiais e sargentos em proporções maiores do que as relatadas por cabos e soldados. Um exemplo é o diabetes, informado por 8% dos primeiros e 2% dos últimos. Talvez haja nessa diferença a influência da idade como fator preponderante, o que revelaria a tendência de acumulação de agravos com o passar dos anos. O estudo de Gershon, Lin e Xianbin (2002) avança na discussão das especificidades dos agravos à saúde dos policiais ressaltando a importância do estresse cumulativo de cunho laboral. Por meio de uma pesquisa com policiais americanos acima de 50 anos, esses autores mostram efeitos associados que se manifestam em comportamentos de inadequação, como alcoolismo, jogatina, comportamento agressivo, maior exposição a acidentes, ansiedade, insônia, hipervigilância, sintomas de estresse pós-traumático, episódios de explosão emocional e dores crônicas. Tudo isso converge para o envelhecimento precoce.

Os policiais civis, comparados aos militares, relatam mais dores no pescoço, nas costas ou na coluna, problemas de visão, reumatológicos e intestinais.

## Lesões e Incapacitações

As condições de risco que os policiais vivenciam se manifestam na freqüência e nos tipos de lesões físicas permanentes que apresentam. No total, 21,3% dos oficiais e 12,7% dos não-oficiais (p. 000) atualmente têm pelo menos um tipo de lesão física permanente (independentemente de estarem inseridos no setor administrativo ou operacional). As mais comuns são as deformidades de membros inferiores e superiores. Todas as lesões referidas predominam entre os oficiais e suboficiais, com exceção da amputação de dedos ou membros, presente igualmente nos dois grupos, independentemente da hierarquia profissional, conforme demonstrado no Gráfico 36.

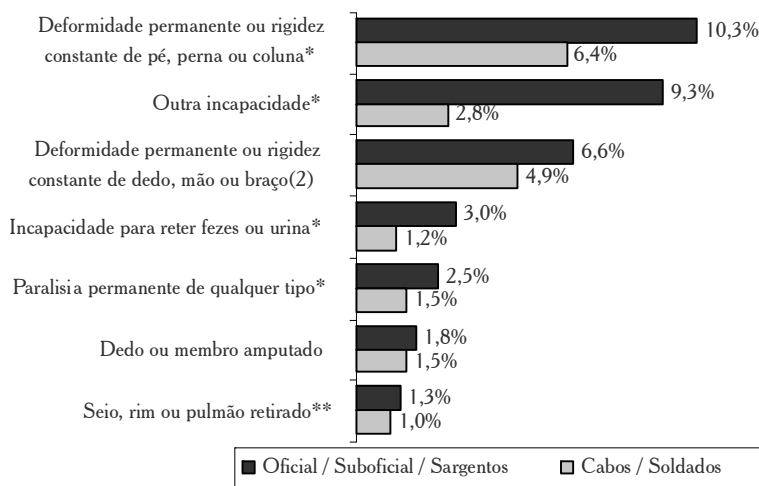
Gráfico 36 – Distribuição proporcional dos policiais militares segundo a presença de lesões permanentes

* p<=0,001 ** p<0,05

Tabela 8 – Distribuição proporcional dos policiais civis e militares segundo os tipos de lesões físicas permanentes

| Tipos de lesões físicas permanentes | Civil | Militar |
|---|---|---|
| Deformidade permanente ou rigidez constante de pé, perna ou coluna*** | 3,4% | 7,7% |
| Deformidade permanente ou rigidez constante de dedo, mão ou braço* | 3,9% | 5,2% |
| Paralisia permanente de qualquer tipo** | 0,8% | 2,0% |
| Dedo ou membro amputado** | 0,4% | 1,5% |
| Incapacidade para reter fezes ou urina** | 0,3% | 1,4% |
| Seio, rim ou pulmão retirado* | 0,4% | 1,1% |
| Outra incapacidade*** | 1,5% | 6,5% |

* p<0,05 ** p<0,005 *** p=0,000

Do ponto de vista da relação entre saúde e atividades profissionais, assinalamos que 10,3% de oficiais, suboficiais e sargentos têm deformidade permanente em membros inferiores e na coluna e 9,3% em membros superiores. Esses percentuais são muito elevados se comparados aos da Polícia Civil (Minayo & Souza, 2003).

Quando comparamos a Polícia Militar com a Civil em relação a todas as lesões apresentadas na Tabela 8, verificamos que proporcionalmente há mais pessoas com lesões permanentes entre os primeiros.

Tentamos saber se as lesões permanentes tinham a ver com o trabalho policial. Constatamos que existe essa associação para 17,7% dos oficiais, suboficiais e sargentos e para 9,7% dos soldados e cabos (p=000). Também observamos que 21,2% dos primeiros e 16,9% dos segundos relataram incapacidades temporárias decorrentes da atividade laboral. Tanto no setor administrativo quanto no operacional, há predominância dos oficiais. Comparados aos policiais civis, os policiais militares sofrem muito mais lesões e traumas, conforme já demonstramos no capítulo sobre 'riscos percebidos e riscos vividos'

# 12

# Prazer, Estresse e Sofrimento Mental

*Todo policial sofre de fadiga, estresse,*
*e não tem nenhum tipo de acompanhamento.*
*Se ficarmos doentes, os médicos do Hospital da Polícia*
*nos tratam como um qualquer e falam que não têm*
*autonomia para nos dispensar.*
*Fica tudo a cargo do oficial de dia do batalhão,*
*que não é médico. É ele quem decide se vamos ou não*
*para casa. Se ele achar que não, ficamos jogados*
*no batalhão sem qualquer tipo de conforto,*
*alojamento ou local de repouso.*
*Precisamos muito de qualquer tipo de ajuda.*
Depoimento de um soldado

"Precisamos muito de qualquer tipo de ajuda." Esta é uma frase ouvida freqüentemente. Diversos estudos internacionais e nacionais têm sido dedicados ao tema que resumimos na palavra 'estresse' na carreira do policial. No caso dos policiais militares do Rio de Janeiro, esse é o problema mais citado por eles como o que afeta e influencia sua saúde mental. O uso do termo por eles corresponde ao que teoricamente chamamos de 'estressores psicossociais', ou seja, a valores e circunstâncias do ambiente em que o indivíduo está inserido, capazes de perturbar seu comportamento normal ou exacerbar um transtorno psíquico. No entanto, a reflexão que fazemos neste capítulo envolve um campo semântico bem maior, em que circulam termos como 'sofrimento psíquico', 'transtornos mentais menores' e 'estresse pós-traumático', todos eles bastante estudados pela psicologia do trabalho.

O termo 'transtornos psiquiátricos menores' é usado para designar vários tipos de sintomas que traduzem sofrimento. Neste capítulo, apresentamos resultados da aplicação de uma escala que utiliza essa

terminologia. Mas também fazemos uso, para análise e compreensão da situação, de estudos de fundamentação freudiana, como o de Brant e Minayo-Gomez (2005), segundo os quais o termo 'sofrimento' se relaciona com o perigo e apresenta várias outras manifestações. É o caso da 'ansiedade', que descreve um estado particular de espera ou preparação para uma situação arriscada, ainda que desconhecida; do 'temor', que exige um objeto definido do qual tenhamos receio; e do 'susto', que ocorre quando a pessoa se depara com um perigo sem estar preparada para enfrentá-lo. Esses autores entendem que o sofrimento se configura como uma reação, uma manifestação da insistência em viver sob circunstâncias que, na maioria das vezes, não são favoráveis. A vida, nesse sentido, é árdua e proporciona sofrimentos diversos, decepções e tarefas quase impossíveis.

A reflexão de Brant e Minayo-Gomez contribui para entendermos a situação dos policiais, pois suas falas e expressões revelam um conjunto de situações e reações contraditórias que relataremos a seguir. Os autores ressaltam:

> É importante reconhecer que o sofrimento não tem uma manifestação única para todos os indivíduos de uma mesma família, cultura ou período histórico. O que é sofrimento para um, não é, necessariamente, para outro, mesmo quando submetidos às mesmas condições ambientais adversas. Ou ainda, aquilo que é sofrimento para alguém, pode ser prazer para outro e vice-versa. Um acontecimento, como algo capaz de provocar um espanto, em um determinado momento pode significar sofrimento; em outro, pode ser vivenciado como satisfação. Resta ainda lembrar que no sofrimento é possível encontrar uma mesclagem de prazer e dor, simultaneamente. (Brant & Minayo-Gomez, 2004: 215)

O chamado Transtorno de Estresse Pós-Traumático (Tept) é uma manifestação intensa de ansiedade precipitada por um trauma. O traço essencial desse transtorno é que seu desenvolvimento está ligado a um evento traumático de dimensão extrema. Uma fração significativa dos sobreviventes de experiências traumáticas desenvolve uma constelação aguda de sintomas de Tept, que pode ser dividida em três grupos: revivescência do trauma, esquiva ou entorpecimento emocional e hiperestimulação autonômica. O Tept é diagnosticado se esses sintomas persistirem por quatro semanas após a ocorrência do trauma e se redundarem em comprometimento social e ocupacional significativos (Figueira & Mendlowicz, 2003). Hoje, estudos baseados na prática clínica têm mostrado que, em lugar de um transtorno de estresse pós-traumático, de etiologia bem

definida, muitos indivíduos – inclusive os que estão em situação de guerra – desenvolvem uma forma de 'alerta permanente' que, ao mesmo tempo, provoca fadiga e é proteção diante do perigo.

Já o estresse ocupacional pode ser definido como um processo em que o indivíduo percebe demandas do trabalho como estressoras, as quais, ao excederem sua habilidade de enfrentamento, provocam-lhe reações negativas. Segundo Paschoal e Tamayo (2004) *apud* Jex (1998), as definições de estresse ocupacional dividem-se pela ênfase que conferem a três aspectos: aos estímulos estressores, ou seja, aos estímulos do ambiente de trabalho que exigem respostas adaptativas e excedem a habilidade de enfrentamento por parte dos trabalhadores (*coping*)[8] – estes estímulos são comumente chamados de estressores organizacionais; às respostas aos eventos estressores, ou seja, às reações psicológicas, fisiológicas e comportamentais dos indivíduos expostos a fatores que excedam sua habilidade de enfrentamento; aos estímulos estressores-respostas, quer dizer, à compreensão do processo geral e das situações de trabalho em que as demandas têm impacto sobre os trabalhadores. Essa classificação de Jex (1998) visa a mostrar que existem, sim, estressores vinculados à organização e aos contextos, como veremos neste estudo. No entanto, para que o estresse produza sofrimento e adoecimento, é necessário que a pessoa perceba e avalie os eventos como estressores. Isso significa que fatores cognitivos têm um papel central no processo que ocorre entre os estímulos e as respostas do indivíduo. A ocorrência de um evento potencialmente estressor em uma organização não quer dizer que ele será percebido da mesma forma por todos os seus membros, conforme veremos aqui.

Nas teorias que concebem o estresse como categoria mediadora entre o trabalho e a saúde, há uma grande preocupação com a doença cardiovascular, por um lado, e, por outro, com o esgotamento e o *burnout*,[9]

---

[8] *Coping* é um termo utilizado para descrever o conjunto de estratégias utilizadas pelas pessoas para se adequarem às circunstâncias adversas e estressantes.

[9] *Burnout* é o nome dado a uma síndrome desenvolvida por trabalhadores por causa do estresse no trabalho. Atinge, sobretudo, os do setor de serviços. Seus sintomas são: exaustão emocional, diminuição do sentimento de realização pessoal e despersonalização. Os trabalhadores com *burnout* vivem sob o sentimento de fadiga profunda, redução dos recursos emocionais para fazer face às dificuldades, percepção de deterioração da autocompetência, ceticismo, insensibilidade e despreocupação com as pessoas (Borges *et al.*, 2002).

sendo ambos manifestações diretamente vinculadas ao fenômeno. Entre os diversos modelos teóricos que assumem esta linha interpretativa, o de Jones e Fletcher (1996) centra-se no par 'demandas *versus* possibilidade de tomada de decisão', segundo o qual situações de trabalho em que existam grandes demandas e estreita margem para o trabalhador atuar e decidir podem levá-lo ao esgotamento. Ao contrário, alto nível de demanda combinado com ampla possibilidade de decisão e atuação induzem os funcionários a menores taxas de esgotamento.

Muitos autores vêm propondo definições mais abrangentes de estresse laboral. Para Beehr (1998), por exemplo, esse tipo de fenômeno é tão complexo que não deveria ser tratado como uma variável, mas como uma área de estudo e prática que se preocupasse com diversas variáveis interligadas, tais como estímulos do ambiente de trabalho e respostas não saudáveis de pessoas expostas a eles.

Glowinkowski e Cooper (1987) falam de um conjunto de estressores que se referem à repetição de tarefas, a pressões de tempo e à sobrecarga. A sobrecarga de trabalho tem recebido considerável atenção dos pesquisadores. Esse estressor pode ser quantitativo e qualitativo. A sobrecarga quantitativa diz respeito ao número excessivo de tarefas além da disponibilidade do trabalhador. A sobrecarga qualitativa refere-se à dificuldade do trabalho e ocorre quando as demandas superam as habilidades e aptidões de quem deve realizá-lo.

Outra categoria de estressores diz respeito ao relacionamento interpessoal no trabalho entre colegas de mesmo nível hierárquico, superiores, subordinados e usuários ou clientes. Quando as interações resultam em conflitos não resolvidos, costumam gerar estresse (Glowinkowski & Cooper, 1987; Jex, 1998). Glowinkowski e Cooper (1987) destacam ainda aspectos relacionados à falta de estabilidade no trabalho, ao medo de obsolescência diante das mudanças tecnológicas e às poucas perspectivas de promoções e crescimento na carreira.

Conforme já foi ressaltado, um indivíduo pode reagir aos estressores organizacionais de forma diferente de outros e existe uma diversidade de respostas psicológicas, fisiológicas e comportamentais negativas e positivas. Geralmente, as reações associadas a estressores são de natureza emocional. Cooper e Cartwright (2001) comentam que, no futuro, o estudo do estresse no trabalho poderá ser substituído pelo estudo das emoções no trabalho.

Muitas respostas psicológicas enfocadas nas investigações sobre estresse ocupacional realçam o papel negativo da insatisfação, da ansiedade e da depressão (Paschoal & Tamayo, 2004; Tamayo *et al.*, 2002). Sobretudo, a falta de possibilidade de expressar o sofrimento (Brant & Minayo-Gomez, 2005) acaba entrando em sinergia com várias formas de adoecimento. Problemas gastrintestinais, disfunções cardíacas, insônia e irritação, por exemplo, têm sido assinalados como conseqüências de estressores organizacionais ou estão vinculados a respostas pessoais a condições adversas de trabalho, como informam Jones e Kinman (2001) e Kahn e Byosiere (1992).

No caso do estresse laboral nos policiais, mesmo considerando as diferenciações das experiências dessa categoria nos âmbitos nacionais e internacionais, podemos observar algumas questões comuns apresentadas por pesquisas. Por exemplo, um dos aspectos assinalados por Brooks e Piquero (1998) diz respeito à relação entre tamanho e estilo dos departamentos policiais e o estresse vivido pelos seus componentes. Esses autores chamam a atenção, também, para outros fatores correlacionados, como é o caso do estado civil – os casados apresentam-se mais estressados do que os solteiros –, etnia e gênero. Em suas conclusões, Brooks e Piquero (1998) afirmam que o estresse surge, sobretudo, na metade da carreira do policial, e os dados de nossa pesquisa confirmam essa observação. No caso dos policiais militares do Rio de Janeiro, de fato o tamanho dos departamentos não desempenha importante papel na compreensão do seu estresse, pelo menos este não foi um problema citado pelos agentes.

Em nossas análises, compreendemos que o estresse do profissional policial tem relação, sobretudo, com a organização hierárquica que faz pesar muito sobre as chefias decisões categóricas e tira dos subordinados a possibilidade de criar e decidir. Mas tem relação também com condições objetivas e subjetivas insatisfatórias de realização do trabalho, com sentimentos de falta de reconhecimento social e, obviamente, com a personalidade de cada policial que vive diferentemente as experiências de prazer e de ansiedade.

Ressaltamos, ainda, que o estresse não expressa somente um efeito da prática policial. Pode ser considerado, contraditoriamente, um elemento protetor, uma vez que desencadeia, rapidamente, uma ação reativa e, portanto, benfazeja. Neste caso, muitos autores utilizam o termo 'estresse' para se referirem ao estresse bom, positivo e criativo.

## Estresse e Estado de Alerta Permanente

Oficiais e praças apresentam fatores desencadeantes diferenciados de estresse: enquanto o estresse pós-traumático aparece de maneira recorrente na fala dos policiais da tropa (cabos e soldados), os oficiais comentam sobre um estresse continuado e persistente, decorrente da cobrança da Secretaria de Segurança, da mídia e das atividades de planejamento das ações. Relatam que têm uma sensação constante de que nunca alcançam o que se espera deles, sugerindo, da parte de muitos, uma espécie de *burnout*. A pressão interna e externa que, principalmente, os policiais dos batalhões especiais sofrem, também foi mencionada como fator que afeta sua saúde tanto física quanto mental. Assim se pronuncia um oficial do Bope:

> *O policial não pode ter erro. Pelo adestramento que o Bope recebe, com certeza não podemos ter falhas. E estamos sujeitos a falhas. Existem problemas como em qualquer outra instituição, existem dificuldades, deficiências. Mas são pessoas que, mesmo com essas faltas, fazem o que devem fazer. Todas estão comprometidas com a missão. E o policial sente isso: 'Só me cobram, só me exigem!' É um regime rígido, somos regidos por um estatuto, por uma disciplina. Isso, na cabeça da pessoa, é complicado. Pode levar à depressão, irritabilidade, hipertensão, gastrite, cefaléia... E não tem Neosaldina que dê jeito.*

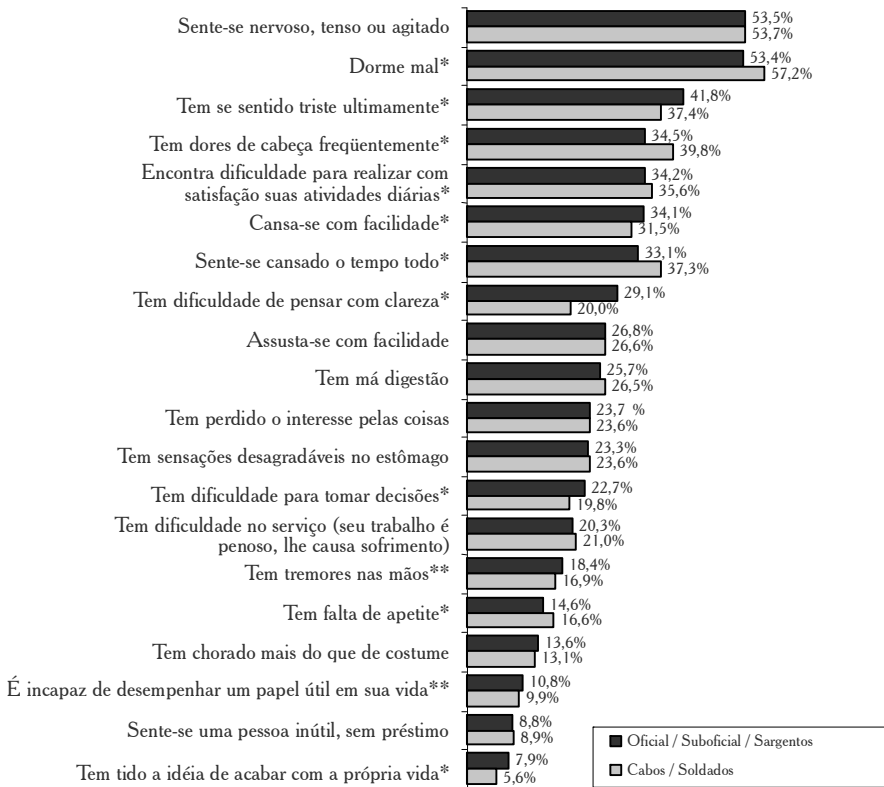
Um gestor operacional correlaciona o estresse vivido pelos batalhões à "paranóia". Segundo esse chefe, trata-se de um sentimento que vai sendo construído ao longo do contato direto do policial com os delinqüentes em áreas de risco: "Na boa gíria, é aquela paranóia de que tem sempre alguém querendo atingi-lo, sempre tem alguém o perseguindo, e ele [policial] tem de estar sempre muito atento. O policial não consegue se desligar, tem de redobrar a atenção".

A mesma situação é narrada por outro comandante de batalhão que está há vinte anos na corporação:

> *Eu não consigo me desligar das coisas. Não tenho momentos de tranqüilidade onde eu possa me desligar dos problemas. Eu não tenho como procurar um lazer sem estar preocupado com o fato de que alguma coisa possa acontecer naquele momento. Então eu me sinto dessa maneira... Constantemente ligado às possibilidades de ser atacado, a qualquer momento. Imagino que algum assalto vá ocorrer. Eu tenho de estar atento para não ser surpreendido e para me antecipar e tentar evitar um problema. Então eu acredito que todos os policiais acabam sentindo isso.*

A psicologia hoje denomina a essa descrita paranóia como um 'estado de alerta permanente', como já definimos. Esse estado dificulta o descanso, mas se diferencia do chamado estresse pós-traumático, que tem sintomatologia mais severa.

Para avaliar as condições de saúde mental dos policiais militares, utilizamos uma escala que afere 'sofrimento psíquico' ou os chamados 'transtornos psiquiátricos menores'. Em um limiar entre a saúde e a doença, o sofrimento psíquico caracteriza-se fundamentalmente por um mal-estar inespecífico, com repercussões fisiológicas e psicológicas que podem acarretar limitações severas no dia-a-dia, podendo transformar-se em doença pela sua intensidade e cronicidade (Mari & Williams, 1986). As expressões de sofrimento se apresentam em sintomas psicossomáticos, depressivos e de ansiedade que podem ser visualizados no Gráfico 37.

Gráfico 37 – Distribuição proporcional dos policiais militares segundo o sofrimento psíquico

* p<0,001  ** p<0,05

É muito relevante que 35,7% dos policiais militares, sem diferenciação segundo a posição hierárquica, informem vivenciar sofrimento psíquico. Comparativamente, muito mais membros desse grupo corporativo apresentam sofrimento psíquico em relação aos 25,8% de policiais civis (p=000).

A análise isolada das questões mostra algumas diferenças pontuais entre oficiais e não-oficiais. Para ambos os grupos estudados, dormir mal e sentir-se tenso e agitado são as principais sensações. Para os oficiais, acresce um sentimento de tristeza permanente, cansaço e dor de cabeça. O sentimento de tristeza associado à sensação de cansaço e de sono ruim também aparecem como sintomas de sofrimento psíquico relatado pelos não-oficiais.

No grupo administrativo, não há distinção nos níveis de sofrimento psíquico em função da hierarquia profissional (24,9%). Todavia, entre os operacionais, a distinção é marcante: 40,4% dos oficiais, suboficiais e sargentos informam sofrimento psíquico, contra 37,3% dos cabos e soldados (p=000), revelando o que enfatizamos anteriormente como um efeito cumulativo que reúne sensações de pressão permanente por parte do governo, da Secretaria de Segurança e das chefias e sentimentos de não-reconhecimento por parte da sociedade.

Todos os policiais, inclusive os civis, assinalaram que o estresse é responsável por doenças subjetivas, não visíveis aos olhos do médico, tais como enxaquecas, dores de estômago e nervosismo, e que, por serem subjetivas, não são levadas em consideração pelas chefias. Um gestor operacional considera como um elemento que influi negativamente na saúde dos policiais a própria desvalorização do seu sofrimento psíquico, o que ocorre freqüentemente por parte das chefias. Os oficiais consideram que, no caso dos escalões inferiores, as queixas têm "o intuito de conseguir dispensa do serviço", o que nos foi dito por um gestor operacional.

Como já constatamos, o sofrimento físico e o mental não se apresentam de forma separada. São ambos resultantes do conjunto de situações vivenciadas no cotidiano do trabalho. Rodrigues (2000), em estudo de demanda realizado no Hospital Central da Polícia, mostra que 23% das queixas que levam os profissionais a buscarem ajuda são cefaléia e mal-estar geral, o que provavelmente tem forte associação com a somatização de problemas vivenciados no cotidiano: 10,2% são as cefaléias relacionadas à hipertensão; 15%, problemas dermatológicos; 24%, problemas ortopédicos;

11%, doenças gastrintestinais; e 10,2%, dor precordial, ansiedade, tensão e nervosismo. Fora as lesões e os traumas ortopédicos que estão diretamente ligados à atividade laboral (uso de botas e equipamentos pesados, posições cansativas por longas horas), como entorses, fraturas e lombalgias, os outros tipos de sintomas se associam ao mal-estar provocado pela tensão, à quebra de resistência do sistema imunológico e à sensação permanente de cansaço.

Podemos identificar como facilitadores do sofrimento mental: as condições e a organização ocupacionais, entre elas a falta de treinamento e planejamento das atividades; a jornada excessiva de trabalho; o reduzido tempo para o descanso e lazer; e as precárias condições materiais e técnicas para o desenvolvimento das atividades. A tudo isso somam-se os baixos salários e as condições de trabalho inadequadas, já citadas na segunda parte do trabalho. Em alguns relatos das praças, esses profissionais atribuem o estresse ao soldo insuficiente. De fato, os depoimentos dos sargentos, soldados e subtenentes nos revelam o quão estão imbricados condições de trabalho, saúde e salário. Um soldado assim se exprime:

> *Se você ganha mal, não pode se alimentar bem. Você utiliza o seu horário de lazer trabalhando em outra função. Se ganha mal, sofre de estresse porque é muita conta para pagar. Chega em casa e briga com a mulher. Não pode dar um ensino bom para o filho. Ganhando pouco, compromete tudo.*

A localização do batalhão é tida como um indicador relevante. Assim, um batalhão situado na Zona Sul do Rio de Janeiro, segundo os relatos desses policiais, é muito mais visado e controlado pelo olhar da população, geralmente mais exigente. Isso se traduz em maior estresse cotidiano. Eis o que nos conta um soldado:

> *Por exemplo, chega um informe: vão assaltar o morro, vão invadir o quartel. Eu já fico preocupado, a pressão já sobe mais, está entendendo? Adrenalina, tensão... Saio daqui, no dia seguinte, arrebentado. Na hora do descanso, deito ali sobressaltado. Daqui a pouco já levanto, porque eu tenho de tomar remédio. E os dias vão passando... Quando chega o final do mês, o salário vem desse tamanhinho. Aí tem de pagar os compromissos. Falta alguma coisa e a fila vai andando... O condomínio vai aumentando, as mercadorias vão aumentando... Quando vê, já está no vermelho. Se você quiser ser uma pessoa decente, honesta, ter um comportamento correto e viver para a família, precisa superar diversos fatores.*

No contexto da formação da identidade, acrescentamos a baixa auto-estima relacionada às cobranças por causa da falta de qualidade do serviço prestado à população. Os agravos emocionais freqüentemente geram sintomas de depressão, desejo de suicídio e, menos freqüentemente, síndrome de pânico.

O estresse que resulta em problemas físico-emocionais é também uma fonte de excitação para a realização do trabalho. Sobretudo, isso ocorre com os mais jovens e com menos tempo na corporação. Eles gostam do enfrentamento de risco, segundo depoimentos de alguns gestores, e por isso têm visão distinta sobre estresse no trabalho. Esse estado de espírito é também lembrado por um dos gestores entrevistados como necessário para as atividades de confronto: "Nós precisamos estar preparados para reagir, e só reage quem estiver estressado". Ele se refere à prontidão, à tensão e ao sentimento de alerta que o policial experimenta quando está em missões operacionais.

Vale lembrar que nem mesmo os que sentem subir a adrenalina nas situações de risco ficam imunes aos efeitos negativos do estresse no organismo. Na pesquisa denominada "Mapeamento da vitimização de policiais no Rio de Janeiro", as pesquisadoras constataram que "tanto em serviço quanto em folga, a maioria dos policiais vitimados (94,4%) integrava as patentes mais baixas, que compõem o círculo das praças" (Muniz & Soares, 1998: 81).

Assim, as narrativas dão conta de que, mesmo quando alguns se sentem excitados com os confrontos e com muita 'adrenalina' para atuar, uma boa parte das praças vivencia um forte estresse proveniente do trabalho. Seu sofrimento mental mistura medo, incapacidade de prover as necessidades básicas familiares por causa dos baixos salários e, em conseqüência, dificuldade para vivenciar a marca identitária do '*ethos* masculino' em uma profissão que, contraditoriamente, apela o tempo todo para o ideal do homem como provedor e para a contenção das emoções. Assim, o trabalho que tem eficácia simbólica em garantir as atribuições sociais constitutivas da identidade masculina é também o que provoca doenças e determina uma série de limitações morais e físicas, colocando em jogo atributos que definiriam o homem como trabalhador. Conforme Nardi (1998: 182), "o conflito que se instala na constituição do *ethos* masculino que vincula trabalho a outros atributos e funções morais, tais como ser bom pai, bom

marido, provedor do lar, forte, honesto, entre outras características", é culturalmente marcante.

Diferentemente dos entusiasmados com o risco, existem policiais que apresentam doenças de fundo emocional, como hipertensão e diabetes, desenvolvidas no trato com o público e no enfrentamento com a criminalidade. Estes, ao contrário, no exercício das atividades mais arriscadas, aumentam em si os efeitos dos chamados sintomas subjetivos e das somatizações que se expressam, sobretudo, em forma de enxaquecas, dores de estômago e desânimo. A relação entre o estresse provocado pelo medo na vida cotidiana dos policiais – que já não têm tanto entusiasmo com as situações de enfrentamento – pode ser exemplificada com o caso que nos contou um policial. Ele faltou a um dia de serviço e, de volta a seu batalhão, foi punido com uma detenção de seis dias: "Tudo bem... Eu faltei naquele dia porque tive um *feeling* de que ia morrer. Pelo menos não morri. Fui preso, mas não morri".

Seja em uma área de risco por causa da presença de delinqüentes armados ou, simplesmente, em zonas em que os problemas sociais permanentemente eclodem, demandando a atenção do policial, sua jornada de trabalho é considerada estafante. Eis o depoimento de uma praça:

> *Você, no caso, tem de acompanhar o seguinte: está sentado numa radiopatrulha às 7 horas da noite e vai sair de dentro dela às 7 horas da manhã, assistindo, durante essas 12 horas, durante a madrugada, a tudo quanto é desgraça, mesmo que não seja com você. Mas assistir a tudo quanto é desgraça não é brincadeira, não! E isso durante anos, não é mole, não! Eu já acho o policial forte até demais.*

É possível que os policiais criem um 'formação reativa' à violência e às mortes violentas de que são testemunhas ou das quais são atores em confrontos. Uma das expressões dessa situação é comentada por um gestor operacional: "Há uma carga de anormalidade muito grande que nós naturalizamos como normal. (...) Eu volto, a viatura toda furada, e eles rindo. Eles falam assim: 'Puxa vida! Quase pegou você!' Ou seja, já naturalizaram".

No entanto, o sentimento de banalização da vida não é totalizante. No depoimento que se segue, outro gestor operacional faz um relato

pungente de problemas vividos quando trabalhava em um grupamento em que vários policiais foram feridos e mortos.

> *Enterrei 13. Um tenente meu levou um tiro na favela do Muquiço e ficou três semanas desacordado. Quando acordou, não podia falar. Eu fui visitá-lo, porque eu visitava meus doentes, e ele escreveu uma mensagem para o coronel. E eu me controlando. Não podia chorar, pois ali eu estou como comandante, mas eu sou ser humano. Veja só, um garoto com vinte e poucos anos e eu o mandando para a morte! E eu me controlando. Quando saí da casa dele, desabei* [a chorar] *na escada, ninguém estava me vendo. Comandante chora sozinho!*

Esse gestor se referiu várias vezes em sua entrevista à solidão daquele que se encontra no poder e dos sentimentos de angústia e dor que envolve um cargo de responsabilidade em uma unidade de operações ostensivas.

Outro chefe de batalhão, mostrando-se preocupado com a saúde integral dos policiais, considera que eles lidam com a aflição e com o estresse do ser humano e precisam estar bem preparados para não se deixarem contaminar pelas emoções de quem busca o seu auxílio. Entende ele que a natureza de seu trabalho gera uma carga de tensão que se refletirá em seu corpo mediante uma somatização. Ao final da vida, o policial militar terá a saúde prejudicada, porque lhe foi exigido um desempenho além de seus limites. Realmente, este problema é constatado por vários estudiosos.

Ao apresentar um problema de ordem psicológica reconhecido pela chefia, geralmente o policial é colocado em uma atividade-meio ligada à parte administrativa. Para um gestor operacional, no entanto, "o ideal seria que o nosso policial tivesse uma avaliação constante, que passasse por uma bateria de testes psicológicos para ver como está o estado emocional dele", e não apenas recebesse uma avaliação definitiva quando já foi totalmente destruído emocionalmente.

Uma das questões tratadas de forma relevante nas entrevistas e nos grupos focais é o estresse vivenciado fora dos quartéis. Nesse caso, a área administrativa não se diferencia da operacional. Um sentimento persecutório e um estado de alerta aguçado impregnam emocionalmente os policiais, como relatado nos grupos focais:

> *Quando o policial sai de noite, não tem mais condução e vai se arriscando a assalto, a ser reconhecido. (...) Não fica tranqüilo nem na folga, só dentro de*

*casa. (...) Para sair, principalmente com a família, precisa pensar aonde pode ir. Se chegar no lugar errado, na hora errada, e for reconhecido como policial estando junto da família... Então, tem de ser algo muito estudado.*

*Imagina um policial que trabalha na área do 3º Batalhão. Tem todas as favelas. Aqueles bandidos não estão centralizados num só lugar. Então, vamos supor que você vai para a Barra da Tijuca e um deles te reconhece... Vai para Copacabana e é reconhecido... O policial que trabalha no serviço externo é um alvo muito fácil. Ele não pode reconhecer todos eles* [os delinqüentes], *mas pode ser reconhecido por um deles. E se acontece alguma coisa com o policial fora do serviço, ele não recebe a mesma coisa que outros recebem.*

Sublinhamos que o sentimento persecutório é diagnosticado por eles como proveniente de duas fontes. A primeira é interna à corporação e se traduz pela "cobrança 24 horas por dia" e pela "pressão superior". A segunda é externa e pode ser sintetizada nos elementos das falas anteriores.

Terminamos esta reflexão fazendo um quadro comparativo (Tabela 9) entre a Polícia Militar e a Polícia Civil, para demonstrar que, em todos os quesitos – com exceção de um em que praticamente se igualam (ficar nervoso e tenso) –, a primeira está em desvantagem quanto ao sofrimento mental.

Tabela 9 – Distribuição proporcional dos policiais civis e militares, segundo os sintomas de sofrimento psíquico que ocorrem atualmente

| Sintomas de sofrimento psíquico | Civil | Militar |
|---|---|---|
| Dorme mal*** | 39,5% | 53,5% |
| Sente-se nervoso, tenso ou agitado | 48,8% | 47,5% |
| Sente-se triste*** | 33,6% | 39,0% |
| Sente-se cansado o tempo todo*** | 24,9% | 35,5% |
| Sente dores de cabeça freqüentemente*** | 24,9% | 35,3% |
| Sente dificuldade para realizar com satisfação suas atividades diárias*** | 24,5% | 34,3% |
| Cansa-se com facilidade*** | 27,2% | 34,0% |
| Tem falta de apetite*** | 9,6% | 14,6% |

* $p<0{,}05$; ** $p<0{,}005$; *** $p=0{,}000$

Tabela 9 – Distribuição proporcional dos policiais civis e militares, segundo os sintomas de sofrimento psíquico que ocorrem atualmente (continuação)

| Sintomas de sofrimento psíquico | Civil | Militar |
|---|---|---|
| Tem má digestão* | 23,6% | 26,2% |
| Assusta-se com facilidade*** | 16,2% | 25,6% |
| Tem sensações desagradáveis no estômago* | 20,8% | 23,4% |
| Tem perdido o interesse pelas coisas*** | 18,4% | 22,7% |
| Sente dificuldade em pensar com clareza*** | 16,3% | 22,4% |
| Sente dificuldade no serviço (o trabalho é penoso e causa sofrimento)*** | 8,4% | 20,4% |
| Sente dificuldade para tomar decisões*** | 15,2% | 19,4% |
| Tem tremores nas mãos*** | 9,1% | 16,6% |
| Tem chorado mais que de costume | 12,8% | 13,6% |
| Sente-se incapaz de desempenhar um papel útil na vida | 33,2% | 25,8% |
| Sente-se uma pessoa inútil, sem préstimo*** | 5,7% | 9,0% |
| Tem tido idéia de acabar com a própria vida* | 3,3% | 5,0% |

* $p<0,05$; ** $p<0,005$; *** $p=0,000$

## Consumo de Substâncias Tóxicas

Outro fator associado ao estresse profissional e que interfere negativamente na vida dos trabalhadores é o consumo exagerado de substâncias tóxicas. Os estudiosos do fenômeno da adição às drogas nos ensinam que o abuso é muito mais um sintoma do que um problema que começa e termina em si mesmo. Esse fenômeno se vincula, sobremaneira, à necessidade que os indivíduos sentem de buscar algum nível de satisfação e alívio das tensões por meio de estratégias que os afastem da realidade dura que precisam enfrentar (Freud, 1969; Baptista, 2000; Baptista, Cruz & Matias, 2003; Schenker & Minayo, 2005). Por isso, muitos autores consideram o abuso de drogas, lícitas ou ilícitas, como resultante de problemas e sofrimento psíquicos, embora sempre articulado a questões de personalidade e tendência a somatizações.

Portanto, não podemos nos admirar que, nas corporações policiais compostas por profissionais que enfrentam uma vida cotidiana muito dura, as adições se apresentem de forma contundente, embora freqüentemente camuflada. Estamos convencidos de que as respostas às perguntas que lhes

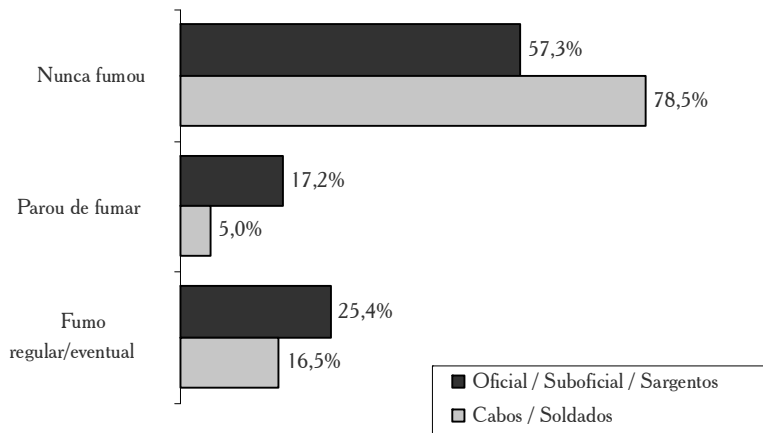
fizemos sobre consumo de substâncias tóxicas estão subestimadas. Com certeza, esses profissionais sentiam-se sob restrições morais, sociais e institucionais quando responderam aos questionários, na medida em que tratavam de um tema proibido ou até, em alguns casos, de uma ilegalidade que a corporação deve combater – e não admitir. Consideramos que entre os policiais militares a subnotificação foi maior do que na Polícia Civil (Minayo & Souza, 2003). Havia medo de que as respostas pudessem comprometê-los pessoalmente, já que a hierarquia é rígida. Muitos suspeitavam de que seus superiores pudessem ter acesso aos questionários, o que, obviamente, não ocorreu.

Começamos a perguntar pelo uso de cigarros. Sabemos que o consumo de tabaco está relacionado a vários agravos à saúde, entre eles as doenças pulmonares e cardiovasculares. Especialmente, esse hábito se associa ao infarto agudo do miocárdio e ao câncer de pulmão. No entanto, existe um ardil no uso de cigarro, porque a nicotina nele presente atua no sistema nervoso central provocando leve sensação de relaxamento, bem-estar e, ao mesmo tempo, exigindo doses maiores para a satisfação pessoal.

A prevalência do uso do cigarro na corporação é de 19,1%, 68,6% nunca fumaram, e a proporção dos que não fumam entre os cabos e soldados é de 78,5%. Ou seja, a distribuição interna do consumo de tabaco é diferenciada. Cerca de 25,4% dos oficiais, suboficiais e sargentos fumam, contra 16,5% dos cabos e soldados. A situação de maior risco vinculado ao consumo de tabaco é relatada pelos oficiais operacionais: 28,4% são fumantes regulares ou eventuais. Oficiais, suboficiais e sargentos administrativos (15,5%) e cabos e soldados (22,4%) dos dois setores apresentam menor prevalência de consumo de cigarros.

Esses dados são, no entanto, inferiores à média do país, onde 32,5% da população acima de 15 anos fumam, sendo o uso mais intenso, atualmente, entre a população mais pobre. Uma proporção maior de oficiais, suboficiais e sargentos (17,2%) também afirma ter parado de fumar. Com certeza correspondendo ao que está acontecendo na sociedade brasileira, o consumo de tabaco caiu significativamente entre os jovens. Desta forma, os riscos provenientes da nicotina estão mais presentes entre os policiais graduados.

Os resultados dessas informações estão resumidos no Gráfico 38.

Gráfico 38 – Distribuição proporcional dos policiais militares segundo o consumo de tabaco*

* p=0,000

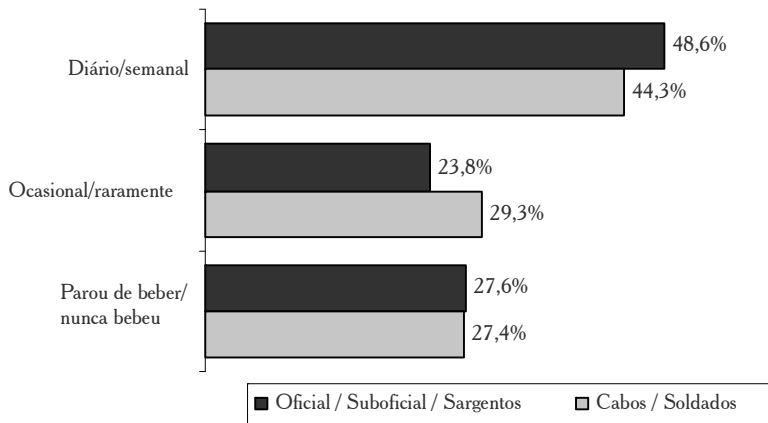
Comparativamente, os policiais civis fumam mais do que os militares, com uma taxa de prevalência de 23,3% no total da corporação, conforme assinalamos na Tabela 10.

Tabela 10 – Distribuição proporcional dos policiais civis e militares segundo o consumo de tabaco*

| Freqüência de consumo | Civil | Militar |
|---|---|---|
| Nunca fumei | 49,8% | 68,6% |
| Parei de fumar | 26,9% | 12,2% |
| Fumo regularmente/eventualmente | 23,3% | 19,1% |

* p<0,000

Percentual muito elevado de policiais militares, 48% dos oficiais, suboficiais e sargentos e 44,3% dos cabos e soldados, ingere bebida alcoólica semanalmente (pelo menos uma vez) ou até diariamente. O uso ocasional se destaca entre as praças. Perto de 28% dos policiais não bebe ou interrompeu o consumo de bebidas alcoólicas, o que pode ser visto no Gráfico 39.

Gráfico 39 – Distribuição proporcional dos policiais militares segundo a freqüência de uso de bebida alcoólica*

* p=0,000

O uso semanal ou diário de bebidas alcoólicas foi mencionado em proporções mais elevadas por oficiais, suboficiais e sargentos dos setores administrativos e operacionais, com destaque para estes últimos. Mais policiais militares (cerca de 27%) informaram que não utilizam bebida alcoólica ou que já pararam de beber; entre os policiais civis, essa proporção é de 13,4%. Porém, o uso ocasional de cerca de 25% entre os policiais militares é mais elevado do que entre os policiais civis, que é de 18,4%.

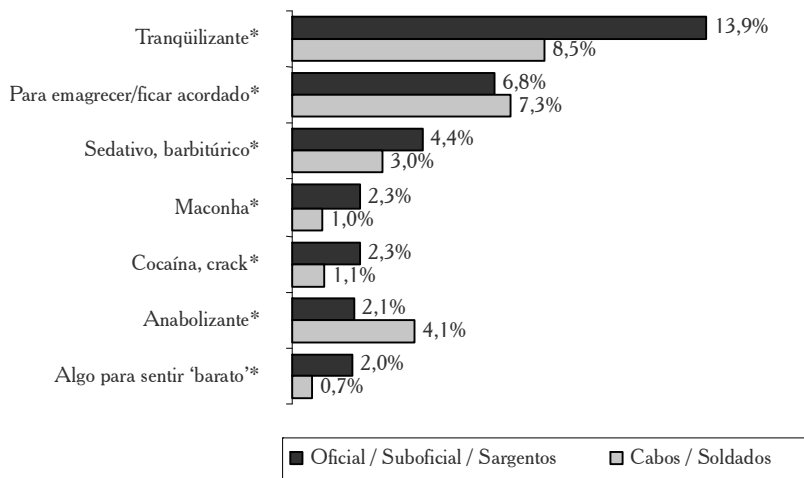
Outra pergunta que afere consumo de álcool é a que indaga se no último mês o profissional ficou embriagado alguma vez. Encontramos 14,1% dos policiais militares que confessaram haver tomado bebida alcoólica até ficarem embriagados – "de porre", como disseram –, sem diferenciação por hierarquia profissional.

Cerca de 17,2% dos oficiais, suboficiais e sargentos do setor operacional lideram o percentual de profissionais que já ficaram 'de porre', seguidos por 14% dos cabos e soldados ($p<0,001$). Percentuais menores foram mencionados pelos administrativos, com predomínio dos não-oficiais (12,1%) em relação aos oficiais, suboficiais e sargentos (8%), com $p<0,001$.

Comparativamente, mais policiais militares (17,2%) que civis (6%) já ficaram embriagados, o que significa um quadro mais grave entre os primeiros. O consumo de álcool pode afetar as habilidades e as ações

individuais, além de estar associado a brigas, desavenças entre companheiros e superiores, assim como a acidentes de trânsito e violências intrafamiliares (Souza & Minayo, 2005).

As informações fornecidas pelos policiais sobre a utilização de outras substâncias tóxicas no último ano podem ser encontradas no Gráfico 40. O consumo de tranqüilizantes para acalmar a ansiedade é a principal forma de ingestão de droga entre os dois grupos, com destaque para os oficiais, suboficiais e sargentos (13,9%, contra 8,5% dos cabos e soldados). Os oficiais também consomem mais sedativos e barbitúricos, maconha, cocaína e substâncias para sentir 'barato', como lança-perfume, cola, gasolina, entre outras. Não-oficiais informam, em maiores proporções, utilização de remédios para emagrecer e para ficar acordado. E usam substâncias anabolizantes para aumentar a musculatura ou para lhes dar mais força física.

Gráfico 40 – Distribuição proporcional dos policiais militares segundo a utilização de substâncias psicoativas no último ano

* p=0,000

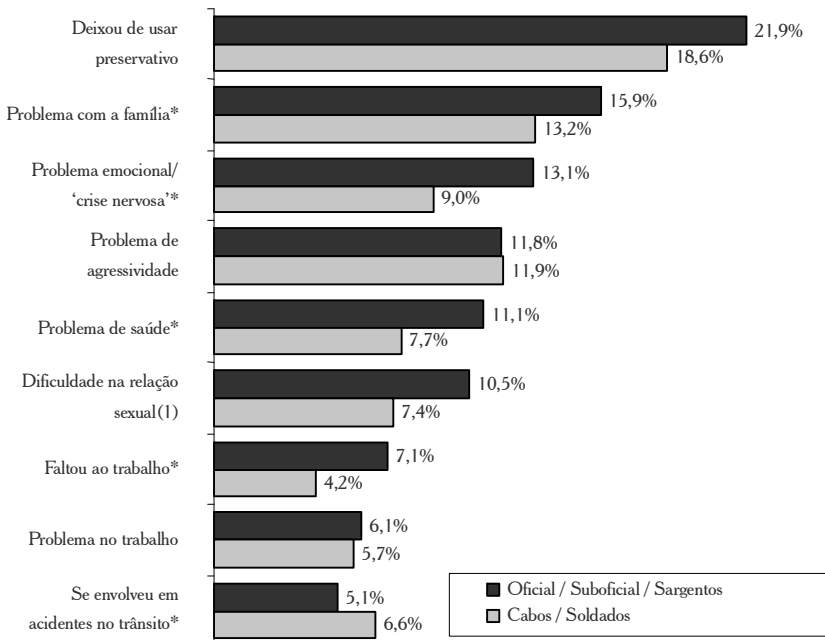
Algumas diferenciações por setores foram observadas. O uso de tranqüilizantes, sedativos e barbitúricos foi proporcionalmente mais relatado por oficiais, suboficiais e sargentos administrativos. Substâncias para sentir 'barato', maconha e cocaína predominaram entre oficiais, suboficiais e sargentos operacionais. No grupo dos soldados e cabos, há maiores

proporções de uso de remédios para emagrecer (especialmente entre os não-oficiais operacionais) e anabolizantes (com destaque para os operacionais).

Tranqüilizantes são as únicas substâncias relatadas em maiores proporções pelos policiais civis. Os policiais militares se destacam por consumirem significativamente mais todas as outras substâncias, como remédios para emagrecer ou para se manterem acordados, anabolizantes para dar força e aumentar a musculatura, sedativos, barbitúricos, maconha, cocaína e outros. Ressaltamos os baixos percentuais dos que dizem consumir maconha e cocaína, o que é sugestivo de subnotificação dessas ocorrências. Em consonância com as estatísticas dos usuários de drogas no Rio de Janeiro, também entre os policiais militares é baixo o uso de substâncias tóxicas diretamente injetadas na veia, mencionado por 0,7% dos policiais militares, sem distinção de hierarquia e de setor. Mesmo que esse uso seja ínfimo, ainda é mais elevado do que entre os policiais civis (0,05%).

Algumas conseqüências do uso de álcool e outras substâncias manifestam-se freqüentemente como mediadoras entre os riscos da profissão e a ansiedade, o que indica a possibilidade de que haja um consumo acima do informado. Os oficiais, suboficiais e sargentos apresentam em maiores proporções as conseqüências do consumo de substâncias, se comparados aos soldados e cabos, em relação a quase todos os comportamentos de risco investigados, com exceção do envolvimento em acidentes de trânsito, nos quais os não-oficiais são os primeiros. Ressaltamos também a relevância das manifestações de agressividade (11,2%) – com o agravante de todos portarem armas –, independentemente do lugar profissional de cada um, o que ressalta dificuldades de relações em uma instituição rigidamente hierarquizada.

O uso de substâncias tóxicas nos ambientes de trabalho também traz conseqüências para a vida familiar e social dos policiais. Entre os problemas, eles mesmos assinalam alguns: não-uso de preservativos nas relações sexuais; aumento dos conflitos no seio das famílias; dificuldades para expressar emoções e para controlar a agressividade, o que certamente redunda em violência intrafamiliar. No entanto, outras manifestações nos ambientes profissionais e fora deles são também assinaladas como relevantes. É o caso de crises nervosas incontroláveis, absenteísmo no trabalho e outros problemas de saúde. Algumas dessas informações podem ser observadas no Gráfico 41.

Gráfico 41 – Distribuição proporcional dos policiais militares segundo as dificuldades vivenciadas após beber ou usar outras substâncias

* $p<0,001$

Os policiais do setor operacional se destacam por relatarem, em maiores proporções, conseqüências do consumo de substâncias tóxicas, o que indica a vulnerabilidade desse grupo, especialmente no caso dos oficiais. Conflitos familiares e crises nervosas em casa e no trabalho são mais freqüentes entre oficiais, suboficiais e sargentos operacionais. Problemas de saúde, dificuldade nas relações sexuais, omissão no uso de preservativo nas relações sexuais e absenteísmo no trabalho também são mais comuns entre oficiais dos dois setores, com maior destaque para os operacionais.

A associação com o uso de substâncias tóxicas, inclusive com o álcool, mostra que os mais afetados são os oficiais, suboficiais e sargentos do setor administrativo. Entretanto, em termos gerais, os que mais se envolvem são os cabos e soldados operacionais.

Manifestações de comportamento agressivo ocorrem igualmente entre oficiais, suboficiais e sargentos. Todavia, 12,6% dos operacionais e 8,9%

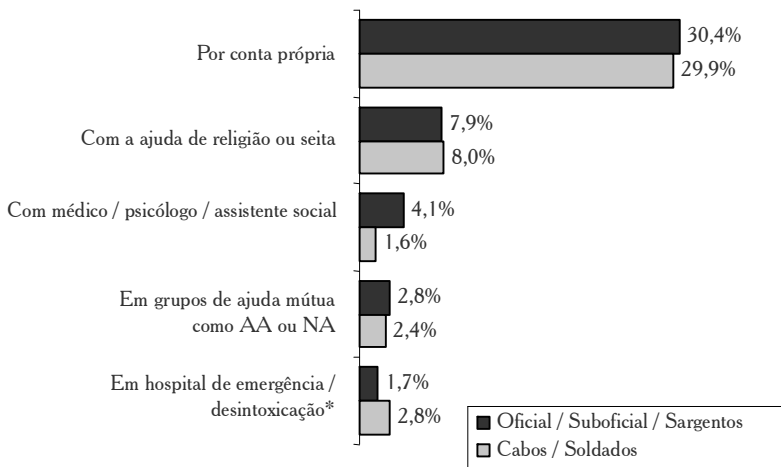
dos administrativos declararam já ter agido de forma descontrolada após o uso de substâncias tóxicas. A ingestão de bebida alcoólica ou de outras drogas para aliviar o estresse do trabalho policial foi relatada principalmente por oficiais, suboficiais e sargentos, em uma proporção de 23,6%, e menos por soldados e cabos (18,9% – p= 000).

Quando distinguidos por setor de atividade, oficiais, suboficiais e sargentos do setor operacional apresentam consumo maior de substâncias tóxicas para alívio do estresse (26,2%) do que os não-oficiais desse setor (18,8%). No grupo administrativo, a proporção é de 18,1%. Esses dados corroboram o maior comprometimento de saúde dos oficiais, suboficiais e sargentos do setor operacional.

Examinamos as estratégias que os policiais estariam buscando para interromper o uso de álcool ou outras substâncias. Uma boa proporção deles diz que está fazendo esforço para isso por conta própria, embora considere muito difícil se controlar, tendo em vista o contexto de seu trabalho e de sua vida. Em todos os escalões, as estratégias são similares. Entre os que tentam parar de usar drogas, a maior parte sinaliza a falta de suporte institucional para isso. Com baixa freqüência, os policiais buscam entidades que mantêm o anonimato, como os grupos de ajuda mútua Alcoólicos Anônimos (AA) e Narcóticos Anônimos (NA), procuram auxílio em religiões e seitas ou recorrem a profissionais da saúde. No entanto, um percentual significativo de cabos e soldados assinalou que precisou buscar hospital de emergência para se desintoxicar. As informações sobre esse esforço se encontram registradas no Gráfico 42.

As estratégias de interrupção do uso de substâncias mostram-se um pouco distintas segundo o setor a que os policiais pertencem. A tentativa de parar de consumir por conta própria e pela busca de ajuda em religiões ou seitas é maior entre os administrativos e entre os oficiais, suboficiais e sargentos.

Apoio de grupos de ajuda mútua e de profissionais da saúde são as opções mais utilizadas por oficiais, suboficiais e sargentos dos dois setores. Já cabos e soldados adictos, possivelmente por ingerirem grande quantidade de substâncias mais tóxicas quando se drogam, dizem que recorrem a hospitais de emergência. A iniciativa de busca de apoio diferenciado sugere uma situação de maior cronicidade entre os oficiais.

Gráfico 42 – Distribuição proporcional dos policiais militares segundo estratégias usadas para interromper o consumo de substâncias

* p=0,000

Além de ingerirem mais substâncias tóxicas que os policiais civis, os policiais militares buscam ajuda para a superação da adição também em maiores proporções (Minayo & Souza, 2003).

## Reflexões sobre Prazer e Sofrimento no Trabalho de Policial Militar

Dejours (1992) destaca que a erosão da vida mental dos trabalhadores é útil para se obter um comportamento condicionado favorável à produção. "O sofrimento mental aparece como intermediário necessário à submissão do corpo" (1992: 96). Esse sofrimento realça uma funcionalidade expressa no corpo pelos comportamentos necessários à tarefa. O corpo torna-se dócil, uma vez que a resistência está diminuída. Diz ainda Dejours (1992: 103): "O trabalho não causa o sofrimento, é o sofrimento que produz o trabalho". Concordamos apenas em parte com esse raciocínio do autor, pois acreditamos que na escolha da profissão e no desenvolvimento de suas formas de reação está implicada a subjetividade do trabalhador, que nunca se moldará completamente ao trabalho como jugo.

No entanto, concordamos que vários fatores promovem o sofrimento no trabalho dos policiais militares. De modo geral, o sofrimento físico e mental é resultante do conjunto de situações vivenciadas no cotidiano de atividades que têm intenso reflexo na vida social. Em primeiro lugar, ressaltamos que há uma defasagem entre o que é oficialmente determinado para sua função e o que a sociedade e a própria organização exigem deles. A lacuna entre o prescrito e o extra-oficialmente exigido é um fator ou uma fonte de estresse e de sentimentos conflituosos.

Em segundo lugar, também damos relevância ao fato de que não são apenas os fatores intrínsecos ao trabalho que prejudicam esses profissionais. Existe uma associação entre eles, a formação, a ideologia e a maneira de as forças policiais se posicionarem na sociedade. Guimarães, Torres e Faria (2005) consideraram importante pesquisar, por exemplo, a aceitação de valores cívicos por parte dos policiais para analisar o alcance de sua atuação e seus problemas. Realizaram estudo sobre as ações extrajudiciais e a adesão ou não de policiais militares aos valores democráticos. Os autores destacam que a violência e as manifestações de agressividade policial não são fenômenos isolados ou apenas corporativos. Originam-se de diversos fatores socialmente contextualizados: cultura de autoritarismo, falhas na formação e, inclusive, idiossincrasias pessoais.

Em terceiro lugar, chamamos a atenção para o fato de que a mesma sociedade que, por um lado, pede que o 'combate ao crime' seja realizado duramente, por outro lado constantemente faz severas críticas sobre a atuação da Polícia. Esse conflito de exigências e outros estressores que fazem parte do dia-a-dia do policial contribuem para sua maior vulnerabilidade ao sofrimento psíquico.

Em quarto lugar, a disciplina e a dura hierarquia dentro da corporação são fontes também de estresse, pois às praças cabe cumprir as ordens que vêm de seus superiores sem questioná-las, mesmo quando estão envolvidas em atividades de alto risco. Por sua vez, os oficiais têm de determinar ordens que seriam muito mais efetivas e afetivamente eficazes se pudessem ser discutidas por quem está na ponta, realizando ações. As teorias de organização laboral mais modernas ressaltam isso (Minayo, 2004). O trabalho do policial militar configura, sem dúvida, um espaço de dominação e submissão do trabalhador, mediante a hierarquia militar, embora o conflito e as brechas de resistência e de expressão de subjetividade continuem sempre existindo.

Quando observamos a literatura internacional sobre a saúde física e mental dos policiais, encontramos muitas semelhanças em relação tanto ao sofrimento quanto à profunda associação entre trabalho, vida social, saúde e problemas de ordem física e psíquica. Estudos de Harpold e Feemster (2002) sobre a Polícia americana constataram que, do ponto de vista psicológico, os policiais sob estresse negativo perdem energia ou interesse em vários aspectos da vida, inclusive o sexual. Cerca de 1% deles chega a pensar em suicídio. Do ponto de vista comportamental, os policiais referem problemas de bebida e de fumo, maior susceptibilidade a provocar lesões e abuso físico de esposas, filhos e companheiros de trabalho. Os autores da pesquisa revelam que, embora apenas um pequeno percentual apresentasse os problemas citados, em geral os policiais sofrem 30% mais doenças do coração; cometem três vezes mais violência contra as esposas; são cinco vezes mais adictos ao álcool; apresentam cinco vezes mais somatizações; sofrem seis vezes mais de ansiedade e dez vezes mais de depressão do que a população em geral.

Fortalecendo a nossa hipótese de que existe uma sinergia entre enfermidades físicas e estresse negativo, um artigo de Cheenan e Van Hasselt (2003) mostra a confluência de vários fatores que provocam estresse cumulativo, contribuindo para que os policiais – mais do que a população comum – sejam acometidos de múltiplos agravos, tais como elevadas taxas de problemas gastrintestinais, pressão arterial alta, doenças coronárias, alcoolismo, uso abusivo de drogas, exposição a acidentes, desordem pós-traumática e muitos outros sintomas transitórios, como pensamentos intrusivos, dificuldades para dormir, alteração do padrão alimentar e mudanças nas respostas emocionais. Alguns temas são ressaltados por essa literatura, como tendência dos policiais a cometerem violência intrafamiliar, a terem pesadelos e pensamentos intrusivos, a apresentarem hipervigilância ou estado de alerta permanente e a terem dificuldades para dormir.

Um estudo retrospectivo de mortalidade relacionada ao trabalho de 2.376 policiais americanos empregados em uma região no período de 1950 a 1979, realizado por Vena e colaboradores (1986), revelou elevadas taxas de suicídio, se comparadas com as de outros empregados municipais (razão de dois para nove), e elevado risco de neoplasias combinadas (câncer digestivo e de tecidos linfáticos), arteriosclerose e doenças do coração.

Pesquisa de Paiva e Saraiva (2005) também assinala como relevantes: excessivo descontrole emocional, doenças físicas associadas a estresse

ocupacional, alcoolismo, prática de violência doméstica, taxas mais elevadas de divórcio do que as da população em geral, baixa expectativa de vida e suicídio. Embora seja necessário assinalar que os autores relativizam seus dados, dizendo que são ainda escassas as fontes para comparação, esse parece ser o primeiro estudo que recorre a um instrumento focalizado em uma escala que mede saúde mental ótima.

Tanto os achados da investigação sobre policiais do Rio de Janeiro como os estudos americanos citados (Harpold & Feemster, 2002; Vena *et al.*, 1986; Cheehan & Van Hasselt, 2003) confirmam ainda que os eventos mais estressantes para os policiais são acompanhar funeral de companheiros, realizar prisões com violência, conhecer as vítimas de delinqüentes, ouvir notícias contra eles na mídia, ter chefes com quem não se dão bem, colocar o trabalho acima de tudo e ter pouco tempo para si e para a família.

Segundo Dejours (1997, 1999), um fator indispensável para que o sofrimento no trabalho ganhe sentido e se transforme em prazer é o reconhecimento. Para esse autor (1999: 3), "esta é condição indispensável no processo de mobilização subjetiva da inteligência e da personalidade promovida pelo trabalho". Quando a organização do trabalho impede a experiência e a autonomia do indivíduo, ou quando não há reconhecimento, ganha espaço o sofrimento patogênico. Anderson, Litzemberg e Plecas (2002) consideram, com base em seus estudos, que, além de outras manifestações, os policiais sofrem de estresse antecipado quando saem para o trabalho. No limite, é o estresse daquele policial, citado por nós, que deixa de ir ao trabalho porque intuiu que, se fosse, seria atacado e morto.

Brown e Grover (1998) ainda assinalaram o quanto são perniciosos para a subjetividade dos policiais os treinamentos que implicam controlar as emoções, projetar força e autoridade, lidar com incursões em locais de moradia de risco sem demonstrar emoções e colocar as exigências funcionais na frente das necessidades pessoais. Segundo esses autores, pesquisas vêm sugerindo que a inibição e a repressão de emoções podem levar à exacerbação de sintomas psicopatológicos em seguida à exposição a incidentes estressores. Ao contrário, uma diminuição de tais sintomas tem sido associada à disponibilidade de suportes sociais.

Evidenciar os problemas de saúde física e mental dos policiais permite fornecer subsídios para o estabelecimento de prioridades relacionadas à promoção da saúde, mecanismos de prevenção de agravos e parâmetros

para a melhoria da qualidade de sua vida. O controle das situações de risco, visando à criação de ambientes de trabalho saudáveis, envolve a caracterização da exposição e quantificação das condições de vulnerabilidade, a discussão e a definição das alternativas de eliminação ou controle dos motivos de adoecimento devidos ao trabalho e a implementação e avaliação das medidas adotadas, segundo o Ministério da Saúde (Brasil, 2005). Para um processo de promoção e prevenção, a participação ativa dos profissionais é crucial.

A primeira coisa a ser observada é que nem todos os policiais submetidos a estresse se tornam cronicamente estressados. Para um grupo considerável, o estresse ajuda a superar os obstáculos e dá sentido à profissão e à vida. É por isso que 75% dos policiais civis e 71% dos policiais militares do Rio de Janeiro disseram que, se tivessem de recomeçar, escolheriam a mesma profissão, embora, em ambos os casos, os servidores ressaltem um 'porém': caso pudessem usufruir de melhores condições de trabalho.

Vários autores como Kelley (2005) assinalam a necessidade de que, no trabalho com esses servidores, seja buscada uma forma de manejo do estresse que leve em conta suas estratégias de resiliência. Ressaltam que atributos pessoais, bom nível de conhecimento dos riscos reais, estratégias para o fortalecimento emocional e de suporte social podem modificar sua exposição individual a fatores estressantes. Sublinham que é muito importante a participação desses trabalhadores nos processos de prevenção de agravos e promoção de sua saúde. Pois, como reconhecem, a despeito de toda a sofisticação técnica, apenas os trabalhadores são capazes de informar sutis diferenças entre o trabalho prescrito e o trabalho real que ajudam a explicar o adoecimento. São essas brechas que devem ser modificadas para que se obtenham resultados desejados.

A atividade profissional precisa ser encarada nos dois sentidos: um lado positivo e libertador, e outro negativo, que provoca muito sofrimento físico e emocional. A maioria considera seu trabalho como fonte de prazer e de satisfação – como dizem os oficiais, "os policiais gostam de sentir esse medo". Embora sofra pela falta de reconhecimento social, "a verdade é que o policial ama a Polícia e ama a corporação. É apaixonado pela Polícia Militar, mas a Polícia Militar não gosta dele. Tanto não gosta que os nossos governantes não o valorizam". Possivelmente é esse ânimo elevado em relação

à missão e à vida profissional o que mantém forte o sentido corporativo e o prazer no trabalho, acima de todos os riscos.

No caso do sofrimento psíquico, muitos instrumentos têm sido propostos, embora poucos sejam realmente utilizados para aliviar as tensões desse grupo de trabalhadores. Um deles é a estratégia de inventariar e discutir, de forma medida por profissionais competentes, eventos de exposição cumulativa nas várias ações operacionais estressantes, tais como o ato de prender agressores violentos, ouvir o testemunho de vítimas de estupro, entre outros. Outra perspectiva é a mediação também realizada por profissionais especializados, em relação a atitudes negativas e expressões emocionais agressivas decorrentes de eventos estressantes.

Para vários estudiosos, está evidente que o suporte de profissionais e o suporte social são os fatores que mais proporcionam possibilidades de superação e de melhor enfrentamento das situações. É o caso de Brown e Grove (1998) e de Kelley (2005), cujos estudos confirmam a importância dessas estratégias como aporte à superação de eventos traumáticos. Os suportes social e emocional, quando oferecidos por superiores, supervisores, colegas de trabalho, familiares ou mesmo por pessoas de fora do trabalho, são cruciais, ressaltam também Iwata e Suzuki (1997).

Quanto às habilidades pessoais que influenciam o estresse ocupacional, o estilo de enfrentamento (estilo de *coping*) do trabalhador diante dos eventos estressores consiste na principal variável, constituindo consenso de muitos estudos. Outras variáveis, como um padrão de comportamento proativo e de auto-estima elevada, são também vistas como capazes de influenciar o processo de superação do estresse (Jex & Elacqua, 1999; Paschoal & Tamayo, 2004).

# 13 Serviços de Atenção à Saúde

Diferentemente dos policiais civis, que dispõem de uma rede de atenção à saúde muito frágil, os policiais militares do Rio de Janeiro têm uma base complexa focalizada no Hospital Central da Polícia Militar, que fica no bairro do Estácio. Essa unidade tem 320 leitos e um serviço de emergência. Fazem parte do mesmo sistema o Hospital de Niterói – com oitenta leitos e um serviço desativado de emergência; policlínicas em Cascadura, Olaria e São João de Meriti, que provêem internação e atendimento ambulatorial; e cinco laboratórios farmacêuticos que produzem medicamentos exclusivamente para uso institucional. Há ainda trinta unidades primárias da corporação, nas quais há sempre um clínico e um dentista.

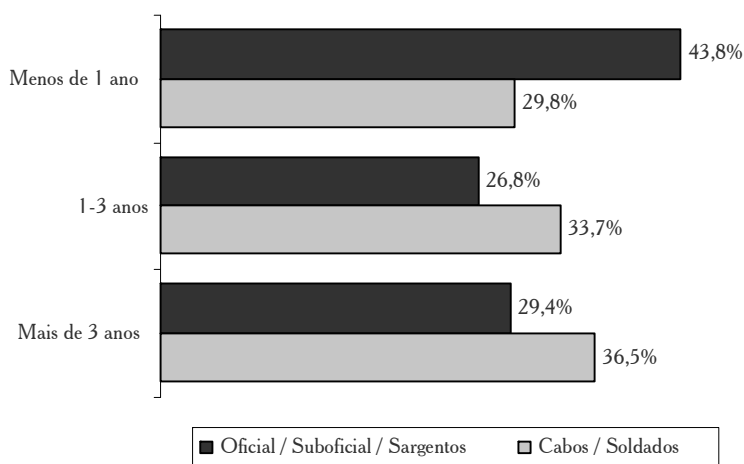
A partir de 2001, foram criadas cinco unidades básicas com um profissional de cada uma das seguintes especialidades: clínica médica, cardiologia, ginecologia, pediatria, psicologia e odontologia. Há ainda um Centro de Psiquiatria e Reabilitação, em Olaria, que atende aos paraplégicos e oferece fisioterapia. No interior, são mantidos convênios com clínicas e o Sistema Único de Saúde (SUS) fornece uma pequena ajuda financeira apenas para a internação nos dois hospitais. Apesar dessa rede complexa, nas entrevistas e nos grupos focais os policiais se queixaram da qualidade e da quantidade dos serviços: "É preciso melhorar o atendimento do Hospital Central da Polícia Militar assim como os serviços de exames médicos", disseram muitos deles.

## Atendimentos Médicos, Hospitalares e Cuidados em Saúde

Segundo os entrevistados, mesmo sendo complexo, o sistema de saúde instituído para servir os policiais militares e suas famílias é insuficiente e

produz um atendimento desigual. Por exemplo, oficiais, suboficiais e sargentos têm mais acesso a tratamento dentário e é elevado o percentual de profissionais que está há mais de três anos sem atendimento: 36,5% entre os cabos e soldados e 29,4% entre os oficiais, suboficiais e sargentos, como pode ser visualizado nos dados do Gráfico 43, que sintetiza os depoimentos desses profissionais.

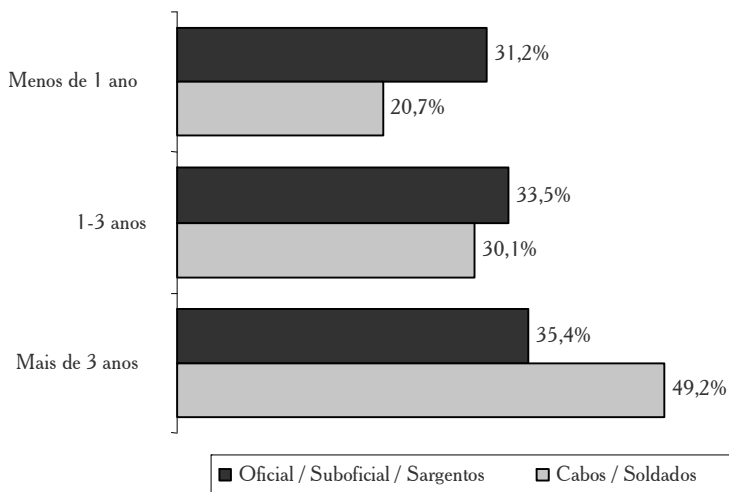
Gráfico 43 – Distribuição proporcional dos policiais militares segundo a realização de tratamento dentário*

Menos de 1 ano
43,8%
29,8%
1-3 anos
26,8%
33,7%
Mais de 3 anos
29,4%
36,5%
Oficial / Suboficial / Sargentos
Cabos / Soldados

* p=0,000

Os policiais do setor administrativo cuidam melhor da saúde bucal do que os operacionais. Nesse primeiro grupo, 58,1% dos oficiais, suboficiais e sargentos e 46,3% dos cabos e soldados realizaram tratamento há menos de um ano (p<0.001). Já entre os operacionais, encontramos que apenas 37,7% dos oficiais, suboficiais e sargentos e 27% dos cabos e soldados recorreram a esses serviços (p<0.001). Notamos uma constante predominância dos oficiais e suboficiais dos dois setores nos cuidados com os dentes. No entanto, quando comparados com os policiais civis, os da corporação militar apresentam desempenho inferior em relação a esse tipo de atenção à saúde.

Um dos maiores problemas de saúde assinalados pelos policiais militares está relacionado à visão. Encontramos um percentual mais

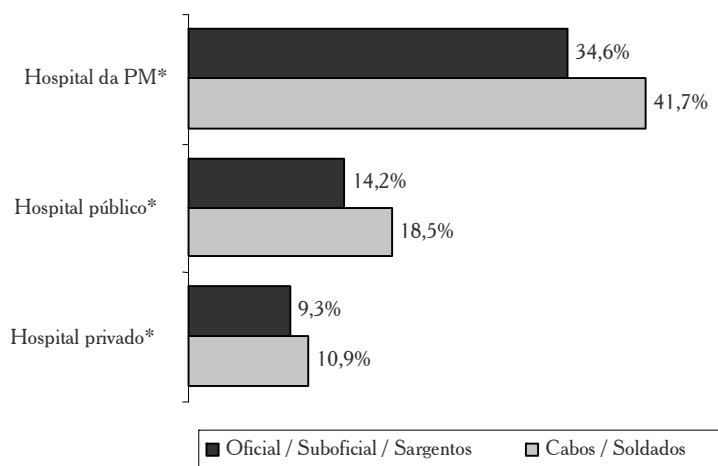
elevado de oficiais, suboficiais e sargentos (38% do setor administrativo e 28,1% do operacional) com problemas visuais, em comparação com os cabos e soldados (respectivamente, 17,4% e 21,3%), o que pode estar relacionado ao comprometimento da visão por idade. Esses dados estão registrados no Gráfico 44.

Gráfico 44 – Distribuição proporcional dos policiais militares segundo a realização de exame de vista*

* p=0,000

## Atendimentos de Emergência e Internações Hospitalares

Também buscamos saber os dados do atendimento emergencial nos hospitais da Polícia. Mais cabos e soldados (49,1%) do que oficiais, suboficiais e sargentos (41,4%) – embora os dados sejam muito elevados para os dois ciclos da hierarquia – já recorreram a atendimento em emergências médicas (p=000). Os profissionais de posição mais baixa na hierarquia predominam também na busca de atendimento público ou privado. Todavia, a maior procura se dá no Hospital Central da Polícia Militar, cujas proporções de atendimento são: 41,7% dos cabos e soldados

não-oficiais e 34,6% dos oficiais, suboficiais e sargentos, conforme pode ser visualizado no Gráfico 45.

Gráfico 45 – Distribuição proporcional dos policiais militares segundo o atendimento em serviços de emergência

* p<0,001

Por serem muito freqüentes os acidentes de trabalho e em confronto, a Polícia Militar criou um serviço próprio para remoção de seus profissionais feridos e lesionados. Esse serviço é efetuado por paramédicos do Grupamento de Paramédicos e Apoio Operacional (GPAO), embora ainda não haja no grupo um plantonista fixo, o que exige deslocamento de um médico da emergência para efetuar o resgate. Conversamos com o oficial gestor do GPAO, que esclarece o histórico e as funções do grupo: foi criado em 1995 para efetuar socorro médico de urgência em atendimento aos policiais feridos. Isso porque as armas de fogo "usadas pelos marginais", diz ele, atualmente incluem fuzis. O profissional da saúde fica próximo à área de conflito para acompanhar as operações e socorrer os feridos. Esse profissional é uma praça que passa por um curso de 14 semanas, tendo aulas de emergência psiquiátrica, pediátrica e de contenção de hemorragias. Ele estagia em hospitais e exerce uma função reconhecida pelo Conselho de Medicina como 'técnico de emergências médicas'.

Apesar de muito importante, o oficial responsável diz que hoje a atividade está desvirtuada porque a Polícia Militar estava gastando muito com a remoção de feridos internados em outros hospitais para o Hospital Central. Por causa disso, decidiu acionar o GPAO para esse serviço, com as suas seis ambulâncias: três com Unidade de Terapia Intensiva (UTI) e três simples. Essa remoção vinha sendo efetuada por veículos de empresas particulares. Os policiais baleados, quando atendidos fora do hospital militar, são removidos para lá em um prazo de 24 horas, porque os médicos de instituições militares estão acostumados a tratar desses agravos com bons resultados. "O paciente que a gente pega, até pelo tipo de armamento de hoje, se não morreu na hora e conseguiu chegar ao hospital, tem uma chance de sobrevida boa", diz o gestor de saúde.

Além das atividades citadas, o GPAO acompanha as operações chamadas de 'grande vulto'. O desvirtuamento referido pelo oficial se deve ao fato de o GPAO ter sido criado para dar apoio às operações armadas em área de elevado risco: "O policial aqui é de tropa, tem essa facilidade. Vai na ambulância mas vai de fuzil. É policial e é da área da saúde. Se ele vir um assalto, por exemplo, pára e prende, de branco mesmo", diz o gestor da GPAO.

O profissional responsável pelo GPAO considera que na Polícia Militar há problemas de articulação sistêmica entre os serviços. Comenta que, em determinadas situações, não há como enviar um grupo de saúde para apoio porque, com freqüência, o batalhão sobe um determinado morro sem planejamento, sem colete e sem suprimento balístico, acrescentando: "Enfim, sobe [o morro] por puro heroísmo". Esse mesmo entrevistado compara a situação com a das Forças Armadas, que não efetuam uma instrução de risco sem uma equipe médica de apoio.

O gestor do GPAO afirma ainda que na Polícia Militar, hoje, não há uma consciência de prevenção ou de proteção para os seus profissionais, na medida em que não lhes é oferecida infra-estrutura básica para lidar com as situações de perigo. A estratégia atual está voltada para chegar ao ferido sem ser ferido. Esse servidor sugere a criação de ambulâncias blindadas, pois há lugares em que não há meios de ter acesso, a não ser pelo heroísmo. Mas, diz esse gestor, "o policial não tem de ser herói, e sim profissional. A corporação preocupa-se com a vida do policial porque tem conseqüência pecuniária para o Estado". Mas ele explica que essa

preocupação é cheia de contradições. E exemplifica: ao enviar um grupo do GPAO para uma determinada operação, deixa o centro cirúrgico reservado e monta uma estrutura para receber o policial ferido. Entretanto, este é pego de surpresa e colocado "de qualquer maneira numa viatura", levado para o hospital mais próximo que, na maioria das vezes, não tem recursos para atendê-lo.

Mesmo tomando uma atitude crítica, o gestor do GPAO relata que houve diminuição de policiais baleados por causa da implantação de estratégias de prevenção. Os policiais dos batalhões passam por cursos e palestras sobre técnicas de prevenção. Cita o exemplo do bom preparo dos policias do Bope, que são feridos em proporções menores do que todos os outros colegas: "Há dois, três anos, morria-se todo dia".

A procura por serviços emergenciais é similar entre as corporações, mas os policiais civis utilizam o atendimento do SUS e da rede privada de saúde em maiores proporções, diante da precária assistência médica oferecida por essa corporação, conforme pode ser visto na Tabela 11.

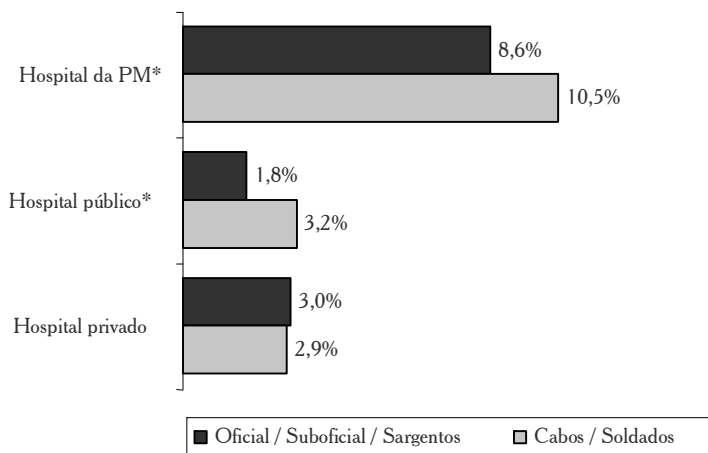
Tabela 11 – Distribuição proporcional dos policiais civis e militares, segundo o atendimento em serviços de emergência no último ano*

| Tipo de hospital | Civil | Militar |
|---|---|---|
| Polícia* | 3,2% | 35,3% |
| Rede pública | 16,8% | 14,6% |
| Rede privada* | 24,8% | 11,7% |

* p<0,000

## Consultas, Exames Laboratoriais e Internações Hospitalares

Os dados de internações hospitalares (excetuando os atendimentos de emergência) mostram que foram internados 13,4% dos soldados e cabos e 11,9% dos oficiais, suboficiais e sargentos no último ano (p=0,002). Os não-oficiais se destacam por necessitarem de mais internação hospitalar tanto nos hospitais da Polícia Militar como nos públicos, o que sugere sua maior exposição aos acidentes de trabalho e aos confrontos. Esses dados estão descritos no Gráfico 46.

Gráfico 46 – Distribuição proporcional dos policiais militares segundo as internações hospitalares nos últimos 12 meses

* p=0,000

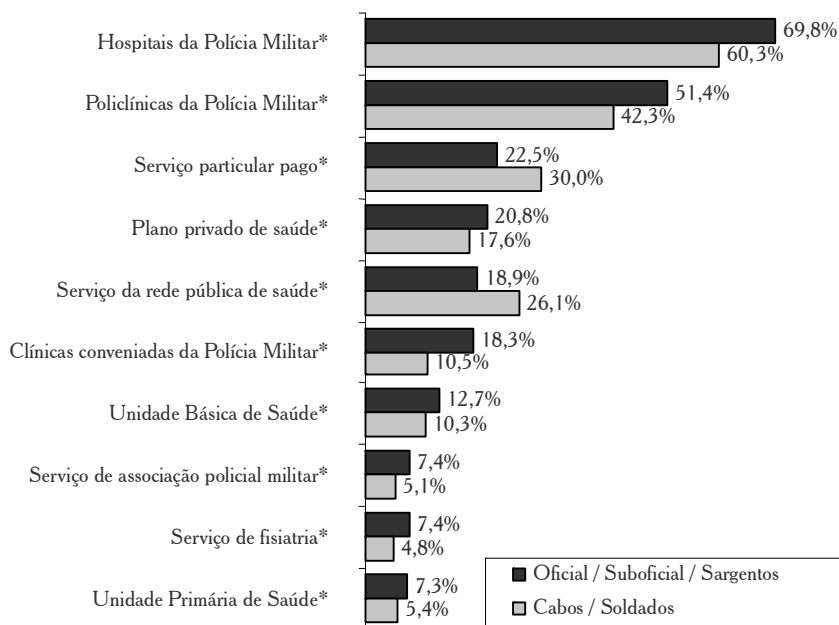
A distribuição das internações por setores mostra a predominância dos atendimentos aos cabos e soldados tanto administrativos como operacionais. Com exceção dos que recorrem à hospitalização na rede privada, onde o percentual de oficiais, suboficiais e sargentos do setor administrativo (6,3%) é maior do que a dos cabos e soldados e do que a observada entre policiais operacionais (percentuais inferiores a 3,2%).

Comparadas às dos policiais civis, as internações são bem mais freqüentes entre policiais militares (12%) – mostrando também sua maior exposição e vulnerabilidade – do que entre os civis (1,2%). Entre estes últimos, as internações ocorrem mais na rede pública e privada, porque os serviços de saúde próprios da Polícia Civil são muito precários.

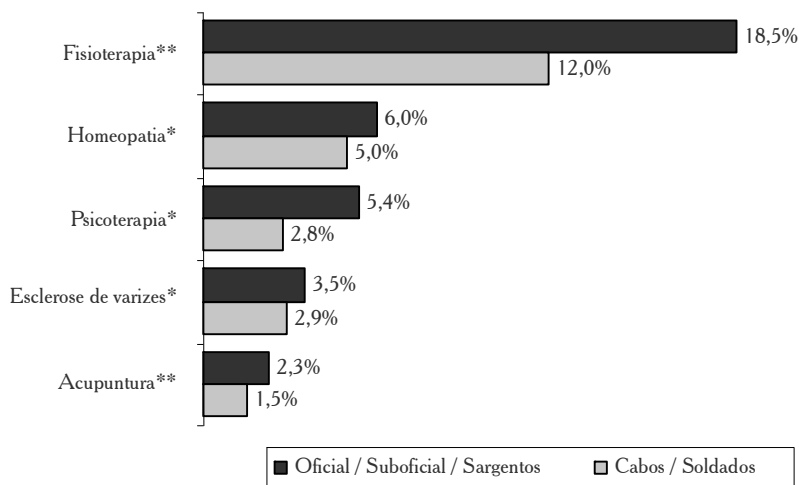
No ano anterior à investigação, 7% dos policiais militares, sem distinção de hierarquia ou setor, submeteram-se a cirurgias. Já entre os policiais civis, 4,9% passaram por uma e 1,8% por mais de uma cirurgia. Muitas dessas operações se devem a acidentes de trabalho ou são conseqüências de confrontos.

Constatamos a procura maior dos oficiais, suboficiais e sargentos por quase todos os tipos de procedimentos utilizados para a realização de consultas e exames. Os serviços mais demandados são os oferecidos pelos hospitais e policlínicas da Polícia Militar, por clínicas conveniadas com a corporação,

por planos privados de saúde e por unidades básicas de saúde. Os não-oficiais se destacam por buscarem a rede pública e os serviços particulares, pagando pelo atendimento recebido. Esses dados estão no Gráfico 47.

Gráfico 47 – Distribuição proporcional dos policiais militares segundo os serviços de saúde usados para consultas e exames

* $p<0,001$

Nos últimos 12 meses, os oficiais, suboficiais e sargentos alcançaram maior acesso a todos os tipos de tratamentos e técnicas terapêuticas sobre os quais perguntamos. Destaca-se o uso intenso de fisioterapia como o tratamento mais demandado pelos policiais de diferentes hierarquias, indicando a prevalência de problemas de coluna e de postura. Podemos ver essas informações no Gráfico 48.

Gráfico 48 – Distribuição proporcional dos policiais militares segundo as técnicas terapêuticas usadas nos últimos 12 meses

* p<=0,001 ** p<0,05

Acupuntura, psicoterapia e fisioterapia são mais demandadas pelos oficiais, suboficiais e sargentos dos setores administrativos e operacionais. A psicoterapia é procurada com maior freqüência por policiais dos setores operacionais do que administrativos e a busca é maior entre oficiais, suboficiais e sargentos (6,5% operacionais e 2,8% administrativos) do que entre os cabos e soldados (2,9% *versus* 1,7%, respectivamente). Algumas diferenças importantes foram constatadas quanto à demanda de alguns tratamentos, como a homeopatia. Ela foi mais requisitada pelos cabos e soldados do setor administrativo e pelos oficiais, suboficiais e sargentos do setor operacional. Já a esclerose de varizes foi mais freqüentemente demandada por oficiais, suboficiais e sargentos do setor administrativo.

Uma pergunta crucial, cuja resposta faz a diferença em relação à satisfação da população com os serviços de saúde, diz respeito ao tempo decorrido entre a busca do atendimento e a efetiva consulta médica. Nos serviços de saúde da Polícia Militar, notamos que há um prazo de atendimento relativamente curto de até trinta dias, referido por 83% dos oficiais, suboficiais e sargentos e 85,1% dos cabos e soldados (p=0,001).

Observando as diferenças existentes entre os setores, constatamos que a agilidade do atendimento tem favorecido os profissionais da área administrativa. Desse grupo, 91,5% dos oficiais, suboficiais e sargentos e 86,8% dos cabos e soldados tiveram acesso à consulta em até trinta dias após solicitá-la ($p<0.001$). No setor operacional, a despeito de a maioria dos profissionais ser atendida no primeiro mês de marcação da consulta, é referido um atendimento mais ágil pelos cabos e soldados (84,8%), em contraposição a 78,5% dos oficiais, suboficiais e sargentos.

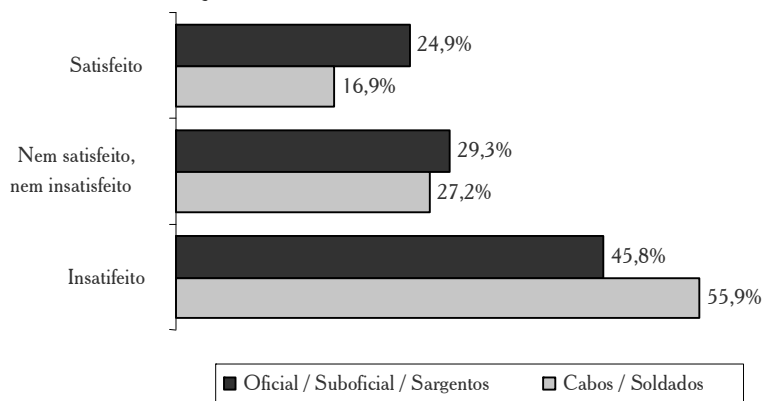
## Grau de Satisfação dos Policiais quanto aos Serviços de Saúde

O grau de satisfação dos policiais com os serviços de saúde da própria corporação é maior entre oficiais, suboficiais e sargentos, independentemente de sua inserção no setor administrativo ou operacional. No entanto, a insatisfação nos dois grupos é grande, merecendo uma discussão especial. Os cabos e soldados nos grupos focais afirmam que o serviço é de qualidade, mas insuficiente para atender à demanda de todo o grupamento policial e de seus dependentes.

> *Nós contamos com um hospital para atender a cinqüenta mil policiais militares, fora os familiares. Temos as policlínicas, mas não satisfazem à necessidade. Nós carecemos, primeiramente, de mais hospitais policiais. Diversificar na Baixada, em Campo Grande, no interior. Os policiais do 29º* [Batalhão], *em Itaperuna, têm de vir ser atendidos aqui. Isso é um absurdo!*

Os dados referentes a satisfação e insatisfação nesse aspecto estão no Gráfico 49.

Nos vários serviços de saúde, a planilha de coleta de informações organizada pelos médicos, a que tivemos acesso, mostra o número de atendimentos no ano de 2004: quarenta mil em ambulatório por mês; 180 mil pessoas em todos os serviços (policiais e seus dependentes) por mês; dez mil em odontologia por mês.

Gráfico 49 – Distribuição proporcional dos militares policiais segundo o grau de satisfação com os serviços da PM

* p=0,000

Não temos como avaliar se esses atendimentos foram e são suficientes para o efetivo, pois um mesmo policial pode ter demandado o serviço mais de uma vez ao longo do ano. Informações precisas de adequação e qualidade exigiriam uma pesquisa específica.

O gestor do setor considera que o sistema de saúde da Polícia Militar precisa crescer e que lhe falta muito investimento. Fala da necessidade de que a rede tenha mais profissionais em algumas especialidades cuja demanda é intensa. Explica que houve uma tentativa frustrada, pela falta de pessoal, de se criar uma pequena enfermaria de curta permanência no hospital. Também comenta que seria necessário colocar um plantonista fixo para o GPAO, a fim de que um médico lotado na emergência não tenha de se deslocar para efetuar resgates.

Os oficiais médicos entrevistados explicam que deveria haver modificações na organização dos serviços para atender à demanda de atendimento e solucionar as reivindicações dos policiais. Por exemplo, no interior, nas cidades onde há muitos policiais residindo, os gestores deveriam pensar em construir policlínicas. No entanto, o gestor do hospital ressalta que a falta de autonomia financeira dificulta muito seu trabalho e todas as estratégias pensadas por ele e sua equipe como necessárias para fazer funcionar bem os serviços. Geralmente, o planejamento que fazem tem de

ser levado ao chefe do Estado-Maior para a análise, e as decisões dependem dele. No entanto, o comentário desse oficial é positivo:

> *O policial militar gosta e sente confiança de ser atendido pelo médico militar. As pesquisas efetuadas dentro da corporação mostram que os policiais estão satisfeitos com o atendimento médico, mas reclamam da hotelaria do hospital, que não é das melhores mesmo. O sistema de saúde é muito procurado por quem não pertence a ele. Os pais podem ser atendidos. Para outros familiares, o sistema de saúde é mais ou menos flexível.*

Os policiais descontam 10% do seu soldo como contribuição para os serviços de saúde e o Estado deveria dar a sua contrapartida; porém, "o Estado às vezes atrasa um pouquinho, não entra, ocasionalmente dá uma ajuda", diz o gestor hospitalar. Isso significa que a arrecadação para manter o sistema de saúde da corporação é pequena. Apesar disso, o gestor comemora que em sua gestão o hospital conseguiu comprar três aparelhos de ultra-sonografia.

Em resumo, o gestor e os policiais afirmam que os hospitais estão sobrecarregados. E os policiais reclamam que, para conseguirem atendimento, é preciso chegar de madrugada. A maior queixa é em relação à consulta odontológica, que só pode ser marcada no intervalo de seis meses, mostrando-se, nas entrevistas e nos grupos focais, uma contradição com o que disseram em relação ao tempo muito menor entre a marcação e a consulta de atendimento. O gestor também considera que há necessidade de mais profissionais em algumas especialidades com elevada demanda.

Vamos ouvir as falas de alguns usuários. A fim de melhorar a saúde dos policiais, as praças consideram que a rede hospitalar deveria ser o primeiro item a ser contemplado. Mas as idéias são contraditórias. Para alguns, trata-se do aperfeiçoamento do que já existe: "Ampliar a rede hospitalar tanto da capital como do interior. A parte técnica dos profissionais é inquestionável, é preciso essa ampliação para absorver a demanda. Elevaria para um nível satisfatório". Para outros, a melhor alternativa seria terceirizar os serviços:

> *É preciso criar outros mecanismos, pegar um plano de saúde de empresa... Qual empresa não estaria interessada em pegar um contingente de cinqüenta mil homens? Ia melhorar para todo mundo e, uma vez melhorando, o profissional*

*ia trabalhar com mais satisfação sabendo que a família está coberta. Se ele passar mal na rua, vai ter um atendimento bom. É questão de vontade política.*

Os comentários dessas praças põem em xeque o corporativismo e o sentido de 'instituição total'; outras sugerem ainda mais a necessidade de soluções que venham de dentro da instituição. "A Polícia Militar teria de ter hospital conveniado a ela em todo o estado do Rio de Janeiro e ser aceita a palavra do médico conveniado, pois a Polícia só aceita decisões médicas dadas por médicos da Polícia". Outra praça sugere: "A corporação deveria providenciar, pelo menos, mais uns três hospitais, centros cirúrgicos e laboratórios para a realização de exames clínicos e técnicos, como é o caso da tomografia computadorizada".

O gestor de saúde não chega a questionar o modelo, mas ressalta os limites a que chegaram as unidades e os equipamentos:

*Os nossos hospitais, hoje em dia, têm um atendimento superior à qualidade que eles podem prestar. No entanto, os serviços não são bem servidos ao policial militar e à família do policial militar. (...) Na verdade, um hospital apenas não é suficiente para atender à capital. O efetivo aumentou, há ainda os vários dependentes. A família do policial aumentou. E continua um único hospital na capital.*

As falas também evidenciam que, por causa da escassez e da insuficiência de equipamentos, crescem e prosperam os privilégios. E os mais bem servidos acabam sendo os hierarquicamente superiores: "As praças que estavam na fila têm de aguardar a vez de um oficial que chega na sua frente. Eu, que me tratei na ortopedia por muito tempo, chegava de madrugada, às três, quatro horas da manhã, para ser atendido às oito horas, e de muleta!". É como reforça outra fala: "Deveria ter um hospital só para praça e outro para oficial. Porque a gente fica lá com fome e chega um oficial e é atendido na nossa frente". Já um sargento, no grupo focal, também comenta:

*Uma outra dificuldade é que existe no Hospital Central da Polícia Militar uma seção chamada convênio. Se você ou o seu dependente precisa fazer um exame, é marcado para daqui a dois meses. Então, a pessoa fica sofrendo esse tempo todo porque não tem essa especialidade ou acaba tendo de marcar numa clínica conveniada.*

É importante observar que, na corporação, a atividade médica é submetida à hierarquia militar. Um policial do círculo das praças nos afirma que, nos casos em que o profissional recorre à consulta com um médico externo à instituição, o parecer desse médico precisa ser validado por um médico da Polícia Militar. Ainda assim, "muitas vezes essa dispensa não é respeitada. O médico da Polícia tem de colocar 'convém repouso de tantos dias'. Ou seja, tudo fica na apreciação do comandante". Esse policial insiste: "O médico não dá um parecer direto, ele mantém o 'convém' para deixar a decisão nas mãos do seu superior". Outro policial acrescenta: "Ele não tem autoridade para te dispensar".

Ou seja, o atendimento médico acaba servindo também como uma forma de controle do trabalho e as queixas dos policiais passam a ser sancionadas pelo arbítrio da autoridade hierárquica. Em todos os casos, o policial pode procurar o serviço de saúde, público ou particular, mas necessariamente terá de passar por um médico militar caso precise de perícia para obter uma eventual licença médica ou liberação do trabalho. Dessa forma, as autoridades hierárquicas acompanham o policial militar desde que entra na emergência, passa por internação, por prescrição de medicamentos e, em caso de licença, pela perícia. Acompanham-no durante todo o processo até a alta.

Igualmente, o atendimento à saúde, segundo o grupo das praças, segue a mesma lógica hierárquica dos batalhões, tendo os oficiais o privilégio na marcação das consultas e dos atendimentos. Por causa disso, ao contrário da população em geral, eles têm menos críticas ao atendimento prestado pelo SUS. Segundo depoimento de um soldado, nas unidades do SUS, pelo fato de ser um policial, ele acaba recebendo um atendimento diferenciado. Já no Hospital Central da Polícia Militar, o fato de ser soldado faz dele o "último das prioridades".

Buscamos saber sobre o apoio psicológico dentro da corporação aos servidores em estado de sofrimento mental e aos que sofrem de transtornos pós-traumáticos. Fomos informados de que, no momento em que o policial militar apresenta problemas emocionais, um psiquiatra avalia sua necessidade de internação. Em caso afirmativo, essa pessoa é orientada a procurar clínicas credenciadas no Rio de Janeiro. Entretanto, a própria Polícia Militar tem uma estrutura de controle e de auditoria dos atendimentos: visitas semanais e conversas com os médicos, visando, segundo os entrevistados, a minorar os gastos com saúde.

Um gestor de saúde explica que, em uma determinada unidade primária, havia facilidade de internação pelo seu serviço de emergência, pois não existia controle. Para coibir esse abuso, as chefias criaram um esquema de filtragem, de forma que o psiquiatra se tornasse alcançável e pudesse emitir o parecer sobre a real necessidade de internação do paciente.

Em geral, os entrevistados (tanto os gestores como os policiais) consideram difícil que um servidor confie no sistema de saúde da corporação para falar sobre seus problemas emocionais. A Polícia Militar tinha o programa de recuperação de adictos, intitulado Renascer, com psiquiatras e psicólogos, mas foi desativado. Esse programa teria um caráter de prevenção das complicações clínicas provenientes do consumo abusivo de substâncias que provocam seqüelas irreversíveis. Esse gestor pondera que sempre foi muito difícil para um policial buscar ajuda, porque, na medida em que o uso de drogas é considerado crime, se o seu comandante souber da sua situação ele será preso.

Apesar das dificuldades para conseguir tratamento por abuso de álcool e droga, o atendimento existe e é feito de acordo com o estado clínico (cirrose, miocardiopatia, por exemplo) e psíquico (dependência). No primeiro caso, o policial pode ser socorrido pela clínica médica, pela cardiologia ou pelo gastroenterologia. No caso da dependência, a pessoa é encaminhada ao psiquiatra. O atendimento ao usuário de drogas é feito na rede conveniada quando se trata de internação.

Um gestor da unidade de saúde comenta ainda que, se o paciente recair por mais de duas vezes, não poderá mais ser atendido. Relata que, como em todo o Brasil, onde a prevalência do uso de álcool na população é de 10%, aqui também é a droga mais consumida. Considera que o uso da cocaína vem em seguida, pois muitos policiais acabam sendo influenciados pela proximidade com o tráfico de drogas.

Apesar das dificuldades institucionais, há diferenças entre as chefias dos batalhões na compreensão da problemática do uso de drogas, que constitui muito mais um sintoma do que um problema em si. Em alguns casos, os policiais adictos conseguem ajuda nas suas próprias unidades, sendo atendidos por psicólogos que estão lotados nos batalhões maiores e próximos às áreas de conflito armado. Nessas situações, o apoio do comandante é fundamental.

## Concessão de Licenças Médicas

Para analisar a vitimização dos policiais, recorremos ao trabalho de Souza e Minayo (2005), que contém um conjunto de informações denominadas Licença para Tratamento de Saúde (LTS) e Incapacidade Física Parcial (IFP), resumidas na Tabela 12. Os policiais militares requereram afastamento temporário das atividades por motivos de agravos que os retiraram de ações operacionais ostensivas e os mantiveram em tarefas internas. Embora as duas categorias de afastamento digam respeito a todos os tipos de agravo, a Tabela 12 tem o objetivo de mostrar como se distribuem tais ocorrências por escalão dos servidores.

Tabela 12 – Distribuição das Licenças para Tratamento de Saúde (LTSs) e das Incapacidades Físicas Parciais (IFPs) dos policiais militares. Estado do Rio de Janeiro, 2000-2004

| Afastamento temporário | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| LTSs | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 |
| Número médio | | | | | |
| Oficial | 22,3 | 27,9 | 30,3 | 41,1 | 43,6 |
| Praça | 539,8 | 685,0 | 801,8 | 919,3 | 1.124,2 |
| Proporção média | | | | | |
| Oficial | 4,0 | 3,9 | 3,6 | 4,3 | 3,7 |
| Praça | 96,0 | 96,1 | 96,4 | 95,7 | 96,3 |
| Razão de número médio - Praça/Oficial | 24,2 | 24,6 | 26,5 | 22,4 | 25,8 |
| IFPs | | | | | |
| Número médio | | | | | |
| Oficial | 79,2 | 105,0 | 136,6 | 162,7 | 211,1 |
| Praça | 1.081,1 | 1.307,0 | 1.796,8 | 2.123,2 | 3.540,3 |
| Proporção média | | | | | |
| Oficial | 6,8 | 7,4 | 7,1 | 7,1 | 6,0 |
| Praça | 93,2 | 92,6 | 92,9 | 92,9 | 94,0 |
| Razão de número médio - Praça/Oficial | 13,6 | 12,4 | 13,2 | 13,0 | 16,8 |

Fonte: Souza & Minayo, 2005.

Ressaltamos que o número médio de oficiais com LTS cresceu 95,5% no período de 2000 a 2004, enquanto o de sargentos, cabos e soldados mais que duplicou (108,3%). O número médio de praças vítimas de 'agravos que exigiram afastamento' é mais de vinte vezes o de oficiais, representando 96% das LTSs no período. As praças, como já dissemos, estão na linha de frente nos confrontos.

Mais relevantes ainda são o crescimento geral e as diferenças entre as duas categorias no que concerne a IFP: o número médio de oficiais com lesões e traumas cresceu 166,5% no período e o de praças, 227,5%. O número médio de praças, no início da série, constituía cerca de 13 vezes o de oficiais, passando a 16,8 vezes em 2004. As praças corresponderam a 93% dos incapacitados físicos retirados dos serviços ostensivos e colocados em tarefas internas no período. No ano de 2007, 50,2% das LTSs e 42,8% das IFP foram provocadas por traumas. Já 5,6% das LTSs e 16,9% das IFPs deveram-se a problemas psiquiátricos, chamando nossa atenção para a incidência de sofrimento mental vinculado às atividades laborais.

Um gestor de saúde relata os tipos de LTS mais comuns pela ordem de relevância: por problemas ortopédicos, lesões que exigem intervenção neurocirúrgica, distúrbios psiquiátricos, enfermidades que demandam clínica geral e cardiologia. A chamada IFP é liderada pela ortopedia, seguida pela psiquiatria e cardiologia. Os problemas maiores são os transtornos provocados por situações conflituosas e de excessivo risco, provocando também hipertensão em agentes em uma faixa de idade correspondente à de adulto mais velho, além de acidentes com arma de fogo. Na condição de IFP, a corporação procura aproveitar o policial em outras funções, de forma que complete os trinta anos de serviço. A perícia acompanha sua licença. No caso de o servidor precisar se afastar por mais de dois anos, uma junta médica é formada para tomar a decisão. Quando ocorre uma lesão por 'ato de serviço' (tiro seguido de fratura), a aposentadoria é integral.

Os temas da LTS e IFP são abordados pelas praças por diversos ângulos. Algumas se queixam do monopólio que é mantido pelo médico da corporação e pelo comandante, conforme já mencionado. Outras relatam o vínculo entre a licença e o impedimento para a realização de cursos. O processo de reforma, por vezes, é abordado como uma punição. Enfim, o que os vários discursos reúnem é a idéia de que, subjacente à doença ou à licença médica de praças, há sempre o julgamento por parte dos policiais

oficiais, que, segundo os entrevistados, traduzem tais acontecimentos como uma estratégia desses subordinados para fugirem ao trabalho. Alguns se mostram muito revoltados e consideram os oficiais como inimigos internos. Eis dois depoimentos de um grupo de sargentos nesse sentido: "Quando o policial tem um problema muito grave, que vai ultrapassar dois anos, eles [os oficiais] suspendem a licença. Porque se passar de dois anos e um dia [em licença], eles são obrigados a dar a reforma" e "Tinha um curso para ser promovido a sargento. Eles [os oficiais] não me deixaram fazer porque eu era IFP. Para fazer curso, eu não posso. Para trabalhar, eu posso. Não posso ser promovido porque a pessoa precisa estar apta fisicamente".

Os sargentos, cabos e soldados manifestaram muita tensão ao falarem sobre a licença médica em si, sobre o tempo de licença e sua ligação com o processo de 'reforma',[10] a realização de cursos e a dinâmica de promoção profissional. A maioria dos componentes desse grupo considera-se totalmente enredada por esses mecanismos de tratamento de saúde, que acabam por prejudicá-los na carreira, mantendo a idéia de que sempre serão punidos ou 'enquadrados', tal como neste relato de um cabo: "Após um ano e oito meses, eles já te encaminham para o processo de reforma. Isso dependendo se for um ato de serviço; se não for, é uma reserva remunerada. Vão fazer um processo para quando chegar a dois anos e um dia você estar enquadrado".

Como vimos, mais de 93% dos policiais em licença para tratamento e por incapacidade parcial pertencem ao círculo das praças. Portanto, é esse grupo em posição subalterna que, além de proporcionalmente ser vinte vezes maior do que o dos oficiais vitimizados nos 'acidentes de trabalho', acaba tendo a doença ou a lesão no trabalho como um empecilho a mais na realização e na ascensão profissional.

## Algumas Considerações sobre o Atendimento Médico-Hospitalar

O quadro de saúde dos policiais militares apresenta uma série de agravos que estão vinculados ao processo de trabalho, ao risco que correm

[10] É o desligamento do servidor militar, nos casos de invalidez, com remuneração integral ou proporcional, observadas as regras específicas para cada situação.

e ao estilo de vida que levam. É meridianamente claro que os policiais subalternos do ciclo das praças são os que passam pelas mais arriscadas situações e, por isso, sofrem mais lesões, incapacitações e mortes, sobretudo no enfrentamento dos delinqüentes e de vários tipos de violência. Contudo, são os oficiais, suboficiais e sargentos que apresentam maiores comprometimentos da saúde, evidenciando-se aqui o papel cumulativo do estresse laboral: são mais obesos, têm níveis mais elevados de colesterol, freqüentemente sofrem mais doenças crônicas e degenerativas e padecem mais de lesões permanentes.

Quanto à saúde mental, o sofrimento psíquico é similar entre oficiais e não-oficiais. Há uma exceção, verificada quando se analisa o grupo operacional, em que há maiores proporções de pessoas que se queixam de problemas emocionais. Outro sinalizador de permanente sofrimento mental são as maiores proporções de utilização de substâncias tóxicas pelo grupo de oficiais, suboficiais e sargentos (cigarro, álcool, tranqüilizantes e sedativos e maiores conseqüências do uso de substâncias), em comparação com os soldados e cabos. Neste último grupo, predomina apenas o uso de substâncias para emagrecer e anabolizantes.

No que se refere aos serviços de saúde, os que estão em níveis hierárquicos mais elevados têm preferência dentro de um quadro de escassez, onde nem todos podem ser cuidados a contento. Isso acontece no caso dos tratamentos dentários, dos exames de vista e na preferência para internações, principalmente. Soldados e cabos acabam procurando, em maiores proporções, serviços de emergência médica, seja por causa das lesões e incapacitações temporárias devidas a confrontos e acidentes de trabalho, seja simplesmente para obter atendimento imediato.

Uma pergunta que fica ao final desta reflexão deveria ser: é possível, pelas vias do trabalho, prevenir os problemas de saúde e o estresse dos policiais? Um gestor operacional propõe um possível antídoto para o estresse físico e emocional dos seus subordinados. Considera que, por oferecer um comando de confiança e credibilidade, a tropa vem sendo 'curada'. Diz esse oficial: "Eu me preocupo em ter a credibilidade do homem". Exige trabalho e premia quando o policial se destaca. Comenta que, em seu setor, "não tem interferência política", o que significa admitir que em outros existe este problema, o qual se constitui em uma razão a mais de preocupação dos subordinados. Considera que muitas vezes o comando tem de se arriscar para

poder dar segurança a seus subordinados hierárquicos. E a saúde psicológica do policial está relacionada à credibilidade que o chefe imprime ao comando. Para esse oficial, "o comando tem de ser o mais digno e o mais competente".

Sempre que perguntados, os chefes realçam a possibilidade de prevenir agravos e diminuir o estresse por meio da administração de um bom ambiente nas 'relações entre oficiais e seus subordinados':

> *A pessoa que está comandando a unidade é que vai criar um bom clima no batalhão, fazendo com que os policiais consigam executar um serviço de qualidade em uma unidade extremamente difícil. Em contrapartida, está um comandante carreirista, extremamente preocupado consigo mesmo, que causa um grande estresse no seu soldado. Porque aí o soldado sabe que não pode contar com ele em hipótese alguma.*

No entanto, os gestores e os oficiais enumeram ainda vários aspectos referentes a fatores físicos e emocionais ligados ao trabalho, que precisariam ser cuidadosamente levados em consideração:

1) Jornada de trabalho – a 'escala' de oito por 12 horas desgasta fisicamente e influencia no envelhecimento precoce dos policiais. Portanto, precisaria ser repensada.

2) Vigília constante – o policial não consegue descansar no quartel porque, segundo um gestor operacional, "ele sabe que muitas vezes um cochilo significa a vida dele". Além disso, mesmo em escala de 24 horas, não tem descanso no quartel porque as ocorrências se sucedem. "Esquecem que o policial é um ser humano e o tratam como uma máquina."

3) Peso dos equipamentos – Influenciam nos problemas de coluna e na postura, provocando dores e lesões. Assim, à medida que envelhece, esse servidor apresenta problemas de hipertensão e de coluna por causa do uso de armamento pesado. Diz um dos gestores entrevistados:

> *Há alguns anos, o policial usava um revólver de oitocentos gramas e mais um bastão. Hoje ele leva duas armas curtas de um quilo, duas pistolas, mais um fuzil de pouco mais de três quilos, dois carregadores de um quilo cada um e um colete. Usa um equipamento de guerra. Então, ele usa talvez mais quatro quilos junto ao corpo dele. Quatro quilos para alguém que a cada dois dias está transportando* [esse equipamento pesado] *uma noite inteira, o dia inteiro.*

4) Falta de atividade física – aqueles que trabalham na ronda ficam sentados o tempo todo, o que também acarreta problemas de coluna e dores musculares. A vida 'sedentária', de gabinete, segundo um gestor administrativo, igualmente expõe a saúde a riscos. Esse comandante diz que tenta, em vão, motivar seus subordinados a fazerem atividades físicas.

5) Falta de acompanhamento – os policiais não tratam da saúde como deveriam porque, devido ao baixo salário, trabalham nas folgas para melhorarem a sua capacidade de gastos. A Polícia Militar já disponibiliza serviços de atendimento psicológico – não de forma adequada e nem suficiente –, e um gestor comenta que há também apoio religioso, pois existe muita vivência de morte no cotidiano da vida corporativa. No entanto, os policiais não se beneficiam como poderiam dos serviços disponíveis por sobrecarga de trabalho dentro e fora da Polícia e por problemas de restrição colocados por autoridades hierárquicas.

6) Trabalho de 'bico' – em um grupo focal com soldados, praças e cabos, foi relatado que o policial não tem tempo para cuidar da saúde. Ele sai do batalhão, vai para o 'bico' e não dá tempo de fazer atividades físicas. Passa a se alimentar mal porque quanto menos tempo tem de casa, mais besteira come: uma pizza aqui, um salgado ali. A alimentação não é regrada e tudo tem a ver com a falta de condições objetivas e subjetivas do processo de trabalho. "Os policiais já têm o estresse diário do serviço público e o 'bico' também é estressante porque, em geral, ele trabalha com segurança. Assim, não há respostas saudáveis: a gente vai acumulando mais estresse". A família se sensibiliza com esse tipo de vida do policial, o que, por sua vez, influencia a saúde dos familiares.

7) Sobreposição e sobrecarga de trabalho e adoecimento psíquico – os policiais de um grupo focal de operacionais assim informam: "Tivemos casos de companheiros com síndrome do pânico desenvolvida em razão do nosso trabalho, que se reflete na saúde e, novamente, no trabalho do policial" –, como em um círculo vicioso.

8) Efeito cascata da baixa remuneração – ela mina a saúde, seja pela má alimentação, seja pela falta de tempo hábil para buscar

atendimento; dificulta o lazer, o sagrado descanso do corpo e da mente; afasta os servidores das relações familiares, tão valorizadas pela maioria; o risco e o estresse da profissão são vividos duplamente, no trabalho e no 'bico'.

9) Risco de morte decorrente da profissão – um grupo focal com oficiais denuncia a violência que eles têm de enfrentar diariamente em uma cidade tão insegura como o Rio de Janeiro e a que sofrem por parte de delinqüentes, com grandes chances de resultar em morte.

10) Interdição da fala e das emoções – na conversa com oficiais de grupos operacionais, esses policiais destacaram o fato de não poderem expressar suas opiniões, emoções e expectativas. Todos têm de seguir o regulamento que prioriza a hierarquia e a disciplina, sem levar em conta que a qualidade do serviço ficará prejudicada. Se tomarem decisões, o oficial ficará ressentido, e quando recebem ordens das quais discordam, os subordinados agem com raiva, quando deveriam ser promotores da ordem.

11) Precariedade da assistência – os policiais consideram que a demanda para atendimento no hospital militar é muito maior do que os recursos oferecidos, de forma que acabam sendo precariamente assistidos em suas necessidades. Além disso, faltam psicólogos e médicos nos batalhões.

Assim, segundo gestores e não-oficiais, para melhorar a saúde dos policiais, as condições do trabalho precisariam ser repensadas: salário, alimentação balanceada que passasse pela orientação de nutricionistas, atividade física no local de trabalho, assistência à saúde e atividades de confraternização.

Chefes e subalternos consideram muito séria a precariedade do atendimento à saúde, porque a demanda é grande para poucos profissionais. Reclamam que há bons profissionais médicos militares gozando de privilégios que o corpo da Polícia Militar não tem. Por exemplo: esses profissionais têm a carga horária menor que a dos oficiais não-médicos, o que gera uma "falta de efetivo nos centros de atendimento".

A maioria dos entrevistados se queixa da falta de atenção da corporação às necessidades de suas famílias, à demanda de atendimento aos dependentes de substâncias tóxicas e aos inativos. Pautados por uma visão que ainda compreende a corporação como uma instituição fechada, alguns sugerem a construção de mais hospitais militares. Vários reclamam que precisam pagar pela educação de seus filhos e pela saúde, quando acreditam que a instituição teria de se responsabilizar por isso. Muitos têm plano de saúde distinto do que lhes é oferecido na corporação. O Estado geralmente é lembrado por boa parte desses profissionais pelos papéis que deixa de cumprir.

Resumindo, encontramos problemas e propostas de soluções emanadas dos entrevistados dos vários escalões da Polícia Militar. Entendemos que as autoridades competentes precisam ouvir esse coro de muitas vozes, o que certamente trará benefícios para o atendimento que esses servidores prestam à população. Cremos que não deveria ser preciso que tantos policiais morressem ou se incapacitassem, física e psicologicamente, para termos uma segurança pública de qualidade.

Parte IV

# Condições e Qualidade de Vida

Nesta parte, pretendemos analisar como as condições e a qualidade de vida, em suas diversas expressões – interação entre trabalho e mundo social, condições socioeconômicas e ambientais, moradia, acesso à saúde e educação, hábitos alimentares e hábitos culturais –, são conjugadas no cotidiano dos policiais militares.

O termo 'condições de vida' integra um campo semântico que tem seus limites nos conceitos de produção de bens e serviços e reprodução da vida. Em um dos seus estudos clássicos, Marx (1983) evidencia que existe uma relação intrínseca e dialética entre as esferas de produção, de distribuição, de consumo e de reprodução não só de bens materiais, como da vida social, embora cada uma dessas esferas tenha sua própria lógica. Observamos essa relação dialética e intrínseca de forma absolutamente relevante no estudo que apresentamos, reunindo questões objetivas e subjetivas sobre os policiais militares.

Convencionalmente, condições de vida, no seu estado de operacionalização, dizem respeito à renda familiar, à posse e ao tipo de moradia (se nela há água encanada e banheiros, por exemplo), posse de bens materiais (como propriedade de vários tipos de equipamentos domésticos), práticas de consumo (incluindo tipos de alimentos), acesso à educação, a serviços de saúde e a transportes. Desde o final do século XX, variáveis e indicadores ambientais e socioambientais vêm sendo introduzidos nas pesquisas sociais sobre condições de vida.

O termo 'qualidade de vida' traz consigo uma forte conotação de valor, ao atribuir prioridades a alguns aspectos da existência. Trata-se de uma noção eminentemente humana, subjetiva e polissêmica que tem sido aproximada ao grau de satisfação encontrado na vida familiar, amorosa, social e ambiental e ao próprio sentido da existência. O termo, que abrange muitos significados, reflete conhecimentos, experiências, valores de indivíduos

e coletividades que a ele se reportam, variando de acordo com o processo histórico, a cultura e as classes e estratificações sociais. Isso quer dizer que, em determinado momento de seu desenvolvimento econômico, social e tecnológico, uma sociedade específica tem parâmetros de qualidade de vida diferentes de outra sociedade em outra etapa histórica. Do ponto de vista cultural, significa que valores e necessidades são construídos e hierarquizados de forma específica por cada povo, revelando-se, nesse particular, suas tradições. Por fim, no que concerne às classes, as concepções de bem-estar também são estratificadas, diferenciando-se por segmentos sociais, embora devamos ressaltar que a idéia hegemônica de qualidade de vida é sempre estabelecida pelas camadas dominantes de uma sociedade.

Se analisarmos o desenvolvimento desse tema no mundo contemporâneo, encontraremos, de um lado, a ideologia de qualidade de vida da sociedade ocidental rica e balizada por um determinado conjunto de valores. Esses valores, do ponto de vista hegemônico, podem ser resumidos em um conjunto de aspirações, como a de acesso a prazer, boa mesa, moda, utilidades domésticas, viagens, carros, televisão, computador, uso de tecnologias que facilitam o trabalho fora e dentro de casa, arte e cultura.

De outro lado, existem os códigos dos direitos humanos universais que colocam como parâmetro, para todas as sociedades, a exigência de que cada pessoa tenha condições de satisfazer as suas necessidades mais elementares. Esses requerimentos podem ser resumidos no acesso à alimentação, à água potável, à habitação, ao trabalho, à saúde e ao lazer – elementos materiais que têm como referência noções relativas de conforto, bem-estar e realização individual e coletiva. Na sociedade ocidental contemporânea, por exemplo, desemprego, exclusão social e violência são, de forma objetiva, considerados situações de negação da qualidade de vida humana (Minayo, Hartz & Buss, 2000).

Assim, a noção que aqui nos concerne, em seu sentido mais geral, diz respeito: a condições, situações e estilos de vida; a idéias de desenvolvimento sustentável e ecologia humana; ao campo da democracia, do desenvolvimento e dos direitos humanos e sociais.

Propomos, pois, que a noção de 'qualidade de vida' signifique o padrão que a própria sociedade determina e se mobiliza para conquistar por meio de políticas públicas e sociais que induzem e norteiam o desenvolvimento humano e as mudanças positivas no modo, nas condições e nos estilos de vida (Minayo,

Hartz & Buss, 2000). Mas entendemos que também existe um forte sentido subjetivo nessa noção que diz respeito às escolhas individuais e aos valores a elas atribuídos, de tal forma que cada pessoa tenha condições de responder como sente e define a qualidade de sua vida.

Hoje, existem muitos estudos e propostas que tentam criar indicadores e estabelecer parâmetros para operacionalizar a noção em pauta, visando a intervenções sociais. O mais universal desses instrumentos é o chamado Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), desenvolvido por Amartya Sen (2000), que serve de referência para a comparação sobre qualidade de vida entre um grande número de países. Criado para deslocar o debate sobre desenvolvimento como crescimento econômico e assim incluir uma visão mais abrangente, este índice mede nível de renda, saúde, educação e longevidade das sociedades onde ele é adotado.

No Brasil, foram desenvolvidos outros instrumentos mais complexos, que entram em sintonia fina para medir as desigualdades, as heterogeneidades e as estratificações existentes no nível das microrrealidades municipais, estaduais e do país como um todo. É o caso do Índice de Condições de Vida (ICV), que trabalha com vinte indicadores (Ipea/IBGE/FJP/Pnud, 1998). Temos também o exemplo do Índice de Qualidade de Vida (IQV), criado para avaliar a situação da capital de São Paulo. Esse dispositivo mede, além dos aspectos objetivos, fatores de natureza subjetiva (Índice Folha, 1999).

Na verdade, nos últimos trinta anos, o termo 'qualidade de vida' vem sendo muito usado na linguagem cotidiana por jornalistas, políticos, profissionais de diversas áreas e gestores ligados às políticas públicas; assim como no contexto da pesquisa científica, em diferentes campos do saber, como a economia, a sociologia, a área da educação, a medicina, a enfermagem, a psicologia e muitas especialidades do setor saúde (Bowling & Brazier, 1995; Rogerson, 1995; Minayo, Hartz & Buss, 2000).

Na área científica, vários esforços têm sido feitos por autores que tentam refinar instrumentos de aferição, buscando mostrar parâmetros que correspondam ao padrão de desenvolvimento social e tecnológico local e possam constituir subsídios para propostas de metas de políticas públicas. O acentuado crescimento de pesquisas que buscam operacionalizar essa noção nas duas últimas décadas atesta os esforços voltados para o amadurecimento conceitual e metodológico do seu uso na linguagem científica.

Nesta parte do livro, trabalhamos com um conjunto de categorias de indicadores para análises de grupos ou situações sociais, como fez Augusto (2000). Damos ênfase aos seguintes aspectos da qualidade de vida dos policiais militares: físicos, concernentes à habitação, ao saneamento, ao transporte, à alimentação saudável e a outros; de direitos, referentes às condições sociais, políticas e de cidadania; e subjetivos, a respeito da satisfação pessoal. Tentamos guiar o presente estudo com base nessa classificação.

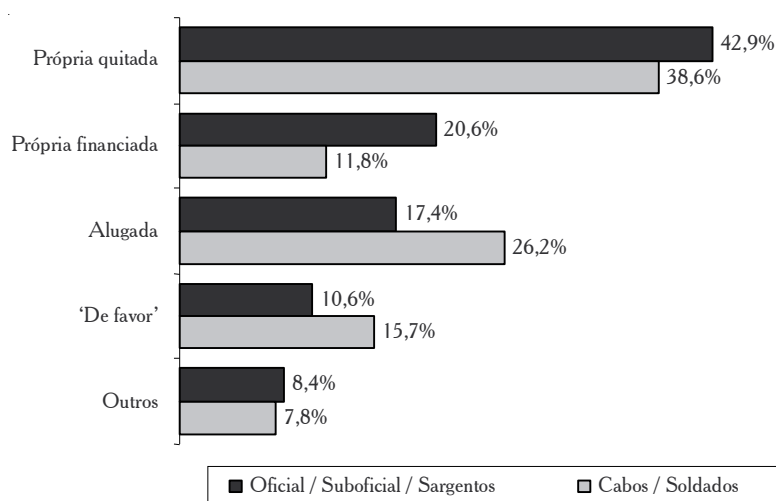
# 14

# Indicadores Objetivos de Qualidade de Vida

moradia, transporte, descanso e lazer

## Moradia

Observamos que os oficiais, suboficiais e sargentos, mais do que os cabos e soldados, têm casa própria já quitada. É importante destacar que 26,2% desses últimos vivem em moradias alugadas, o que deve comprometer parte considerável de seus rendimentos. Pior situação é vivenciada por um grupo de 10,6% dos oficiais, suboficiais e sargentos e 15,7% dos não-oficiais que moram 'de favor', como apresentamos no Gráfico 50.

Gráfico 50 – Distribuição proporcional dos policiais militares segundo o tipo de casa em que moram*

*p=0,000

Constatamos que as condições de moradia dos policiais militares, particularmente dos cabos e soldados, são piores do que as encontradas entre os policiais civis. Enquanto mais de 60% dos civis e oficiais militares possuem casa própria ou a têm em condição de financiamento (Minayo & Souza, 2003), apenas 50,4% dos não-oficiais encontram-se nestas condições.

No setor administrativo, 67,5% dos oficiais, suboficiais e sargentos estão em melhor situação em relação aos não-oficiais, pois são os donos das casas onde moram, mesmo que ainda estejam pagando seu financiamento. Esse percentual é menor no grupo dos cabos e soldados (54,2%), com diferença significativa (p=0,000) se comparado aos escalões superiores. É importante destacar que é duas vezes maior (32,2%) o percentual de cabos e soldados que moram em casas alugadas em relação aos oficiais, suboficiais e sargentos (15%).

Para os operacionais, somados os que têm casa quitada e os que ainda a estão pagando, encontramos 61,2% dos oficiais, suboficiais e sargentos e 49,7% dos cabos e soldados. O aluguel é uma realidade para 16,4% dos primeiros e para 24,2% dos segundos, e essas diferenças entre os cargos são estatisticamente significativas (p=0,000).

Se a compararmos com os dados obtidos pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2006, do IBGE (2007), sobre os domicílios urbanos brasileiros, observamos que a situação dos policiais militares é bem pior que a da população brasileira e a da região metropolitana do Rio de Janeiro. Em 2006, 73% dos domicílios brasileiros eram próprios, 18,7%, alugados e 7,7%, cedidos. Na região metropolitana do Rio de Janeiro, esses percentuais atingiram 75,5%, 17,6% e 5,9%, respectivamente.

Acrescentamos que o fato de ter casa própria não garante qualidade de vida e, possivelmente, parte dos domicílios dos policiais não tem boas condições de habitabilidade, como demonstram as informações a seguir.

Em relação ao tamanho das casas, 59% dos oficiais, suboficiais e sargentos e 59,5% dos cabos e soldados afirmam morar em domicílios que têm de cinco a seis cômodos, o que equivale a divisões como sala, cozinha, banheiro e dois a três quartos. Entre os administrativos, a média de números de cômodos entre os oficiais, suboficiais e sargentos é de 5,81, e entre os não-oficiais é de 5,37, com diferença significativa entre os cargos (p=0,000). Entre os operacionais, essas médias chegam a 5,58 entre os oficiais e 5,1 entre os cabos e soldados (p=0,000). Esses percentuais são

semelhantes aos encontrados entre os policiais civis: 55,6% declararam que suas residências têm de cinco a seis cômodos (Minayo & Souza, 2003).

O número de pessoas que vivem nas casas varia de três a quatro, o que corresponde a um casal com um ou dois filhos. Essa é a realidade de 61,5% dos oficiais, suboficiais e sargentos e de 60% dos cabos e soldados. Tais dados estão muito próximos aos da população brasileira, pois o IBGE (2006) indica que a média de pessoas por domicílio, calculada para o Brasil como um todo, é 3,5; para a região Sudeste, 3,3; e para o Rio de Janeiro, 3,1.

Quando avaliamos por categorias, o número médio de pessoas que vivem na mesma residência entre os oficiais, suboficiais e sargentos administrativos é de 3,67, e entre os cabos e soldados chega a 4,41 pessoas ($p=0,000$). Entre os operacionais, há 3,83 pessoas em média na casa dos oficiais, suboficiais e sargentos e 3,53, nas moradias dos não-oficiais ($p=0,005$).

Pudemos verificar que, em sua maioria, as condições objetivas de moradia dos cabos e soldados são piores quando comparadas às dos oficiais, suboficiais e sargentos. Os primeiros residem com mais freqüência em casas alugadas, menores e com maior número de pessoas, o que condiz com seus baixos soldos.

Nas entrevistas e nos grupos focais, soldados e cabos deram relevância à relação entre os baixos salários quando falaram da questão da precariedade de suas moradias. E os policiais de todas as patentes se referiram à falta de assistência habitacional, ressaltando o fato de que boa parte dos que ganham menos vive em locais considerados perigosos para sua integridade física. Os gestores e oficiais entrevistados deram muita ênfase à situação de elevado risco de morrer que soldados e cabos vivenciam, situação potencializada pelo local da residência. Na pesquisa realizada com os policiais civis, esse mesmo aspecto foi mencionado como um fator que interfere na qualidade de vida. Os policiais civis queixavam-se de morar "em locais nos quais convivem com traficantes, limitando, e mesmo impedindo, sua participação na vida comunitária" (Minayo & Souza, 2003: 316). Eis alguns depoimentos das praças, seguidos por falas de oficiais. Seus pronunciamentos, quando discutíamos questões habitacionais, retornaram ao conjunto das condições gerais de trabalho, sempre vinculadas à esfera do seu universo social.

> *Queremos que pelo menos dêem valor ao trabalhador policial com salário digno, escala digna para todos da corporação, o que nos daria possibilidade de morar num lugar melhor.* (Grupo focal com soldados e cabos)

> *Infelizmente, somos muito cobrados em nossas atividades. Por mais que façamos, nunca nos dão o valor que merecemos. Trabalhamos muito e somos mal remunerados. Moramos mal, não temos direito a nada com este regulamento arcaico que só nos escraviza e só traz revolta à tropa, a ponto de companheiros chegarem ao suicídio.* (Grupo focal com sargentos)

Não fizemos um estudo específico sobre suicídio entre profissionais da categoria. No entanto, 5,0% dos policiais militares do Rio de Janeiro (contra 3,0% dos policiais civis) já tiveram ideação suicida, o que reflete o mal-estar e o sofrimento no trabalho que contaminam a sua vida social. Também a literatura internacional ressalta que os policiais estão entre as categorias que mais cometem autoviolência (Vena *et al.*, 1986; Kelley, 2005).

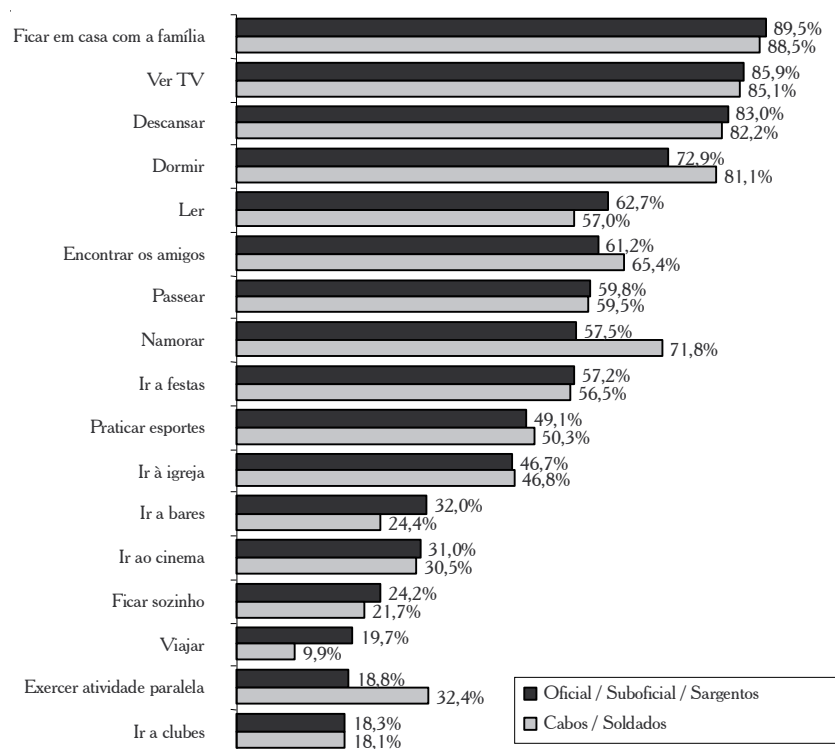
## Descanso e Lazer

Em relação ao descanso e ao lazer, investigamos os hábitos mais comuns dos policiais militares. Em geral, as atividades mais citadas foram 'ficar em casa com a família', 'ver televisão', 'descansar' e 'dormir'.

Constatamos que os cabos e soldados se destacam em relação a opções de dormir, encontrar amigos, namorar, praticar esportes e ir à igreja (Gráfico 51). Eles também, em maiores proporções que os oficiais, suboficiais e sargentos, referiram exercer uma atividade extra, usando, portanto, seu tempo de folga na Polícia para trabalhar em um segundo emprego. Isso foi confirmado por dados que apresentamos anteriormente, mostrando que tal situação ocorre com 61,1% dos cabos e soldados e com 51,6% dos oficiais, suboficiais e sargentos. O fato de usar as folgas também para dormir é compreensível, pois grande parte desses agentes relatou trabalhar em horários noturnos há sete meses ou mais (63,1%), conforme indicado na parte em que analisamos as condições de trabalho.

Foi construída uma variável para analisarmos as especificidades dos momentos de folga dos militares a partir da questão anterior, classificando como 'lazer comunitário' os itens: viajar, ir ao cinema, passear, ir a bares, ir a clubes, ir à igreja, praticar esportes e encontrar amigos. Como 'lazer

domiciliar' foram considerados os itens: ler, ver TV, ficar em casa com a família, ficar sozinho, dormir e descansar. Foi feita uma soma dos itens relativos aos tipos de lazer, cada um deles valendo um ponto. Consideramos 'lazer comunitário ou domiciliar' como um valor 'baixo', quando a soma dos itens foi menor que um; 'médio', quando o intervalo foi de dois a quatro; e 'alto', se a pontuação ultrapassou quatro.

Gráfico 51 – Distribuição proporcional dos policiais militares segundo coisas que costumam fazer nas folgas

p=0,000

Com base nessas medidas, observamos que, no grupo dos administrativos, um percentual mais elevado de cabos e soldados (47,4% *versus* 39,4% dos oficiais, suboficiais e sargentos) atingiu alto nível de lazer comunitário (p=0,000). E um percentual maior dos últimos (55,2%

deles contra 50,9% dos não-oficiais – p=0,000) se destacou por dar prioridade ao lazer domiciliar. A preferência por lazer extradomiciliar entre os cabos e soldados pode, em parte, ser explicada pelo fato de eles serem mais jovens que os seus colegas oficiais, suboficiais e sargentos.

Ressaltamos ainda que, no tocante ao lazer nos períodos de folga, as atividades são coincidentes entre policiais civis (Minayo & Souza 2003) e militares. Ficar com a família, descansar e ver televisão também foram as atividades mais freqüentemente mencionadas pelos policiais civis. No entanto, podemos observar diferenças estatísticas entre as duas corporações, com significâncias que variam de $p<0,000$ a 0,018: os policiais militares, mais que os civis, costumam durante as folgas ir ao cinema, ver TV, ir a festas e à igreja, praticar esportes, encontrar amigos, namorar e dormir. Já os policiais civis costumam, mais que os militares, viajar, ler, ficar em casa com a família, ficar sozinhos e descansar (Minayo, Souza & Constantino, 2007).

Na pesquisa qualitativa, os policiais falaram mais da falta de tempo e espaço para o descanso do que da sensação positiva de estar em seus domicílios. A ausência de lazer fora de casa foi bastante justificada pelos baixos soldos. Nos grupos focais, alguns disseram: "Sabe qual é o lazer de policial? É ficar correndo atrás de bandido! Diversão da gente é correr em favela! Atrás de bandido! Lazer da gente é esse: é tomar tiro e dar tiro!". Muitos deles repetiram que viver em locais de risco muitas vezes implica compartilhar o local de moradia com pessoas envolvidas em contravenções, o que dificulta programar qualquer atividade fora de casa.

Os depoimentos a seguir, emitidos por soldados, cabos e sargentos, evidenciam a dimensão dos sentimentos desses servidores que, ao fazerem opção por determinado tipo de descanso, não levam em conta apenas gostos pessoais ou familiares, mas também as condições gerais de existência, marcadas pelas vivências da profissão. Entre elas, principalmente, destacamos a exigüidade do tempo, a falta de dinheiro e a possibilidade de serem feridos e lesionados por delinqüentes: "A questão é a seguinte: quando tem tempo, não tem dinheiro; e quando tem dinheiro, não tem tempo" e "Para sair, principalmente com a família, precisa pensar onde pode ir. Se chegar no lugar errado, na hora errada, e for reconhecido como policial estando junto da família... Então, tem de ser algo muito estudado".

Este último depoimento chama a atenção para o fato de que, apesar de esses servidores vivenciarem a condição de policial 24 horas por dia, a realização do trabalho sob a égide institucional lhes oferece muito mais proteção do que nas situações de descanso ou realizando outras atividades fora da corporação.

# 15

# Indicadores Subjetivos de Qualidade de Vida

## percepção sobre relações, apoio social e visão de futuro

Investigamos também questões subjetivas, dando ênfase às representações sobre o conceito de qualidade de vida, às relações interpessoais e aos apoios sociais que os policiais informam ter e acham importante para sua existência.

Instados a definir o que consideram 'qualidade de vida' em geral, as respostas dos policiais deram grande importância a questões relacionadas ao poder aquisitivo, à capacidade de adquirir bens e ao acesso a alguns serviços privados: pagar as contas, ter plano de saúde para si e para a família, propiciar escola particular para os filhos e possuir carro. A posse de um bom carro é o símbolo máximo de *status*. E se analisarmos a listagem dos bens materiais associados ao bem-estar, concluímos que ela constitui o básico de um sonho voltado para o nível intermediário da classe média, sem maiores ambições de consumo.[11]

Para falar da qualidade de sua vida, os policiais das duas corporações construíram associações e identificações por oposição à situação de outros ou estabelecendo hierarquias dentro dos próprios segmentos institucionais. Para os policiais civis, o primeiro alvo de comparação são os policiais militares, que, segundo alguns entrevistados, estão em situação pior quanto às condições objetivas de vida e melhor quanto à assistência à saúde.

> *Se você fizer uma comparação, por exemplo, com um policial militar, isso em relação ao padrão de vida deles que a gente vê, acho que nós somos um pouquinho mais privilegiados. Na Polícia Militar, acho que existe uma*

---

[11] Não estamos nos referindo aqui aos desvios de conduta tão freqüentemente apontados pela mídia, quando policiais militares – e civis – apresentam um nível de consumo e enriquecimento absolutamente incompatível com sua profissão e remuneração. Partimos do princípio de que a maioria dos policiais é honesta e cumpre sua missão constitucional.

*assistência médica um pouco melhor, até pela organização militar. Eles estão afastados da média do funcionalismo público como um todo. Hoje é inegável dizer que o Iaserj* [Instituto de Assistência dos Servidores do Estado do Rio de Janeiro] *faliu. A verba do Iaserj entrou numa caixa única e a assistência médica para o policial e para a família do policial acabou sendo deteriorada.*

Os policiais militares também consideram que, em termos qualitativos, sua vida é muito pior do que a dos policiais civis, no Rio de Janeiro. Tendo o trabalho como referência central, é a partir dele que esses profissionais produzem comparações entre as duas categorias. Ressaltam que sua escala de serviço é massacrante, se comparada à dos civis. Além disso, a vida dos policiais militares que atuam na área operacional é descrita como de 'duplo estresse': do ponto de vista da lógica do 'combate' e da ótica 'disciplinar', porque a investidura militar imputa uma responsabilidade mais severa a eles do que aos policiais civis. Dizem: "No primeiro caso, corremos o risco de morrer e no segundo, de ser presos e receber duras punições".

Em um único grupo de policiais militares que apresentou aspectos positivos, os profissionais também expressaram a opinião de que suas condições de vida não são tão ruins, em comparação com a da população brasileira pobre, pois têm um emprego que lhes possibilita superar as dificuldades e obter um padrão de vida razoável. Foi o caso de um batalhão situado na Zona Sul da cidade, composto por sargentos e subtenentes envolvidos em atividades administrativas e operacionais.

Uma observação necessária quando analisamos a especificidade do tema em pauta, na forma como ele é definido pelos próprios policiais militares, é que, de fato, estamos diante de uma categoria profissional que se considera em prontidão profissional 24 horas por dia. Isso significa que, para eles, existe uma simbiose entre condições de produção de serviços e condições de reprodução da existência. De qualquer ótica que façamos perguntas sobre a 'qualidade de sua vida', eles nos remetem às situações que vivenciam na prestação dos serviços de segurança. Reiteradamente nos dizem também que, quando não estão na corporação, ou estão exercendo uma função como segurança em empresa privada, o seu espírito, mesmo em casa, está alerta. Um soldado desabafa: "Não há qualidade de vida em meio a tanta tensão e pressão". E alguns depoimentos apresentados por profissionais do círculo das praças dão bem a medida de suas interpretações:

> *O cara que trabalha decente prepara a escalinha dele bonitinho, ele vai complementar esse salário com uma segurança, um 'bico', o que vai desgastar ainda mais o companheiro. Ele vai ficar muito mais extenuado, muito mais cansado, estressado porque, quando ele estaria no seu dia de folga, tem de completar a sua renda com um 'bico'. Daí aumenta mais ainda o nível de estresse.*

> *Não há um parâmetro para estabelecer se* [a qualidade de vida] *é boa ou ruim. Na verdade, a gente não tem qualidade de vida. Isso atinge diretamente a auto-estima, primeiro como policial e depois como soldado. Eu acho que esse é o primeiro ponto para fazer qualquer outro tipo de análise. O trabalho é insalubre, os direitos mais elementares como profissionais da Polícia são negados. Não existe* [qualidade de vida]. *Então, esse quadro em que nós nos vemos acaba atingindo diretamente o tipo de serviço que está sendo oferecido à população. Nós já somos motivo até de chacota dos bandidos.*

Mas também os oficiais e gestores são muito críticos e, igualmente, fazem uma tradução imediata do conceito tendo como referência principal o universo do trabalho. Eles teceram considerações com base nos parâmetros objetivos e subjetivos de sua realidade, situando-a no contexto econômico, social e político do Rio de Janeiro. E os entrevistados de todos os escalões enunciam expressões de nuances sombrias e visão negativa sobre inúmeros aspectos pelos quais consideram que os policiais militares não têm uma vida de boa qualidade e deveriam ser mais bem assistidos.

Os entrevistados, em sua maioria, ressaltaram também como um ponto negativo de sua vida um sentimento persecutório que os assedia pelo medo de serem identificados como policiais por algum assaltante ou delinqüente ou de serem malquistos e menosprezados por onde andam. Essa situação é respaldada por dados da realidade, segundo os quais mais da metade dos policiais que morreram ou foram feridos nos últimos cinco anos foram alvejados fora de seu horário de expediente na corporação, como já assinalamos anteriormente (Souza & Minayo, 2005).

Assim, por mais que buscássemos dados objetivos sobre qualidade de vida – e apresentamos informações sobre isso –, tentando fazer uma separação entre a esfera das atividades profissionais e a rotina cotidiana na esfera da reprodução social, observamos uma tensão constante entre o espaço da casa, o da rua e o do trabalho.

Tendo em vista que 'apoio social' é o aspecto protetivo mais citado por estudiosos que trabalham com a questão do estresse policial, investigamos

esse tema em relação aos "recursos de que esses profissionais dispõem em situações de necessidade" (Due *et al.*, 1999). É reconhecido também – e já falamos sobre isso na Parte III – que o 'apoio social' pode desempenhar um papel mediador, contribuindo para manter a saúde e permitindo que as pessoas lidem melhor com os problemas do dia-a-dia. Pessoas socialmente mais integradas costumam apresentar menos doenças e ter melhor prognóstico quando adoecem (Domingues, 2000; Costa & Ludermir, 2005; Griep *et al.*, 2005).

Muitos estudos sugerem associação inversa entre o nível de 'apoio social' e a ocorrência de sofrimento psíquico, distúrbios psiquiátricos, problemas nervosos, insônia e consumo de substâncias como cigarro e álcool, entre outros problemas de saúde (Holahan & Moos, 1981; Frydman, 1981; Westman & Shirom, 1985; Hanson & Östergren, 1987; Krantz & Östergren, 2000).

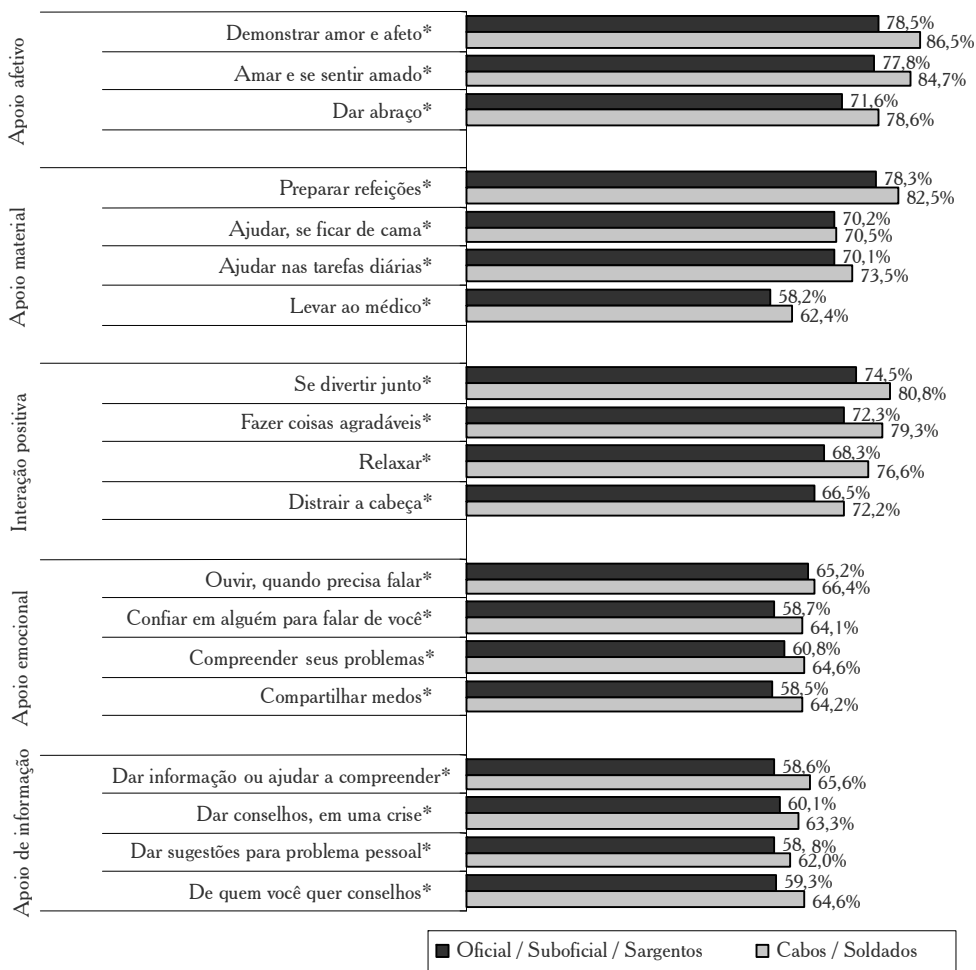
Para fins analíticos, é importante considerar a percepção do indivíduo sobre o apoio que considera ter. Os efeitos benéficos da integração social podem ser reconhecidos na sensação de bem-estar, que se relaciona com o aumento da satisfação com a vida, com a auto-estima e com a diminuição de sintomas, como ansiedade (Broadhead *et al. apud* Griep *et al.*, 2003a).

Aplicamos uma escala padronizada para medir o apoio com que os policiais militares contam nas áreas afetiva, emocional, material, de informação e de interação social. O Gráfico 52 mostra as respostas, somando-se os itens 'sempre' e 'quase sempre' referentes à pergunta 'Se precisar, com que freqüência conta com alguém?' em cada uma das dimensões avaliadas pela escala.

Em geral, os policiais dos dois grupos responderam que contam mais freqüentemente com apoio afetivo e de interação social positiva sobretudo dentro do contexto familiar. Suas respostas também foram bastante freqüentes para um dos itens referentes ao apoio material, que perguntava se a pessoa 'conta sempre ou quase sempre com alguém para preparar suas refeições'.

Quando comparamos o grupo dos oficiais, suboficiais e sargentos com o dos cabos e soldados, ressaltamos que, em geral, a freqüência das respostas positivas foi maior entre estes do que entre aqueles. Os segundos afirmam ter mais apoio social, com diferença significativa em todos os itens da escala.

Em comparação com policiais civis, os não-oficiais evidenciaram porcentagens semelhantes no que se refere a 'ter apoio afetivo, material e interação positiva'. Ao contrário, as porcentagens dos oficiais e suboficiais foram, em sua maioria, inferiores às dos civis. Em relação a apoio emocional e de informação, os policiais militares aparecem como muito mais carentes que os civis (Minayo, Souza & Constantino, 2007).

Gráfico 52 – Distribuição proporcional dos policiais militares segundo a condição de contar sempre ou quase sempre com alguém quando precise

* p=0,000

Para avaliar a capacidade de discriminação do instrumento de pesquisa para aferir as dimensões subjacentes à versão original da escala, realizamos uma análise fatorial. Recorrendo a essa técnica estatística, analisamos as inter-relações entre as variáveis de forma a agregá-las tanto quanto possível (Griep *et al.*, 2005). A partir de então, três fatores foram constituídos: no fator 1, ficou 'apoio emocional e apoio de informação', com alfa de Cronbach de a=0,95; o fator 2 ficou composto pelo 'apoio afetivo e apoio de interação social positiva' mais o item 'preparar refeições', com a=0,93; e, finalmente, o fator 3 foi constituído pelos itens 'apoio material'e 'contar com alguém que o ajude se ficar de cama', com a=0,83.

Os escores obtidos pelos policiais foram divididos em tercis: no primeiro ficaram os mais altos; no segundo, os médios; no terceiro, os níveis mais baixos referentes ao apoio social. Podemos constatar, com base na Tabela 13, que a maior parte dos policiais militares administrativos obteve escores incluídos no nível baixo para os dois primeiros fatores: 35,4% dos oficiais, suboficiais e sargentos e 37,3% dos cabos e soldados no fator 1 (p=0,006). E 34,3% dos primeiros e 38,9% dos segundos, no fator 2 (p=0,006). No fator 3, que corresponde ao item 'apoio material' mais 'contar com alguém que o ajude se ficar de cama', os policiais dos dois cargos se incluíram no tercil médio, sendo que os oficiais, suboficiais e sargentos obtiveram maior freqüência (p=0,000).

No grupo dos operacionais, os maiores percentuais se encontram nos níveis alto e médio. No fator 1, 42,3% dos oficiais, suboficiais e sargentos alcançaram o nível alto, enquanto os cabos e soldados, em sua maioria, permaneceram no nível médio (34,3%), com diferença significativa entre os cargos (p=0,000). Para o fator 2, que inclui 'apoio afetivo' e 'interação social positiva' mais o item 'alguém para preparar refeições', os operacionais obtiveram escores que os incluíram no tercil mais alto: 42,7% dos oficiais, suboficiais e sargentos e 34,2% dos cabos e soldados (p=0,000). Novamente no fator 3, os primeiros atingiram tercis alto e médio e os segundos se concentraram no tercil médio (p=0,000).

Realizamos também a investigação dos escores de apoio social levando em conta outras características, como as sociodemográficas, de rede social, de condições de saúde física e mental, tal como é proposto por Griep e colaboradores (2005).

Tabela 13 – Distribuição proporcional do apoio social dos policiais militares segundo estratos, cargos, fatores e tercis

| Estratos | Cargos | Fator 1* | | | Fator 2** | | | Fator 3*** | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Tercis | | | Tercis | | | Tercis | | |
| | | Alto | Médio | Baixo | Alto | Médio | Baixo | Alto | Médio | Baixo |
| Administrativo | Oficial/Suboficial/ Sargento | 31,6 | 32,9 | 35,4 | 31,5 | 34,2 | 34,3 | 22,0 | 47,7 | 30,3 |
| | Cabos e soldados | 27,1 | 35,6 | 37,3 | 27,8 | 33,3 | 38,9 | 21,1 | 40,4 | 38,6 |
| Operacional | Oficial/Suboficial/ Sargento | 42,3 | 31,4 | 26,2 | 42,7 | 26,0 | 31,2 | 35,3 | 35,3 | 29,4 |
| | Cabos e soldados | 32,8 | 34,3 | 32,9 | 34,2 | 33,3 | 32,5 | 30,3 | 42,3 | 27,4 |

* Fator 1 – Apoio emocional e apoio de informação.

** Fator 2 – Apoio afetivo e de interação social positiva, mais o item alguém para preparar refeições.

*** Fator 3 – Apoio material mais o item contar com alguém que o ajude se ficar de cama.

Seguindo as hipóteses propostas por Griep e colaboradores (2005), as mulheres, os mais jovens e os indivíduos com maior escolaridade e renda apresentam, freqüentemente, altos escores de apoio social. Como evidenciamos na Tabela 14, as chances de os policiais militares com curso superior completo ou incompleto terem 'alto apoio material' foram 2,59 vezes maiores do que as dos que possuem escolaridade mais baixa (IC 95%: 1,29 – 5,22); entre os que possuem pós-graduação, essas chances são 4,15 vezes maiores (IC 95%: 1,26 – 13,66). Entre os policiais militares que referiram renda familiar acima de R$ 4.000, as chances de contar com elevado apoio foram observadas em relação a todos os três fatores identificados na análise fatorial.

A segunda hipótese de Griep e colaboradores (2005) afirma que pessoas com maior número de parentes, de amigos íntimos, que são casadas ou moram com outras pessoas e participam de atividades sociais em grupo têm mais chance de apresentar altos escores de apoio social. Domingues (2000) lembra que o grupo familiar e a comunidade composta por amigos e vizinhos, apesar de todas as dificuldades e contradições, são lugares naturais de proteção e inclusão social, porque ali as pessoas encontram companhia, possibilidades de compartilhar confidências, prover serviços ou obter auxílio em atividades cotidianas.

Tabela 14 – Associação entre variáveis selecionadas e alto apoio social de policiais militares nos três fatores da escala

| Variáveis | | Fator 1 - Emocional &Informação | | | | Fator 2 - Afetivo &Interação Positiva | | | | Fator 3 - Material | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | OR-* | I.C 95 % | | Wald F | OR* | I.C 95 % | | Wald F | OR* | I.C 95 % | | Wald F |
| Sexo | Masculino | 0,85 | 0,44 | 1,66 | 0,636 | 0,82 | 0,41 | 1,64 | 0,580 | 0,89 | 0,45 | 1,74 | 0,730 |
| | Feminino | - | - | - | | - | - | - | | - | - | - | |
| Idade | Até 25 anos | 1,90 | 0,90 | 4,03 | 0,161 | 2,15 | 0,96 | 4,83 | 0,177 | 1,67 | 0,78 | 3,58 | 0,082 |
| | De 26 a 35 anos | 1,24 | 0,76 | 2,05 | | 1,10 | 0,66 | 1,83 | | 0,78 | 0,48 | 1,29 | |
| | De 36 a 45 anos | 1,02 | 0,61 | 1,71 | | 1,00 | 0,59 | 1,69 | | 0,77 | 0,46 | 1,29 | |
| | 46 anos ou mais | - | - | - | | - | - | - | | - | - | - | |
| Situação conjugal | Casado/companheiro | 1,33 | 1,00 | 1,77 | 0,053 | 1,67 | 1,25 | 2,23 | 0,001 | 1,55 | 1,16 | 2,07 | 0,003 |
| | Solteiro/viúvo/separado | - | - | - | | - | - | - | | - | - | - | |
| Prática de religião | Sim, freqüentemente | 2,15 | 1,49 | 3,10 | 0,000 | 1,62 | 1,12 | 2,34 | 0,035 | 1,51 | 1,05 | 2,17 | 0,066 |
| | Sim, às vezes | 1,41 | 1,02 | 1,93 | | 1,27 | 0,93 | 1,74 | | 1,15 | 0,84 | 1,56 | |
| | Não | - | - | - | | - | - | - | | - | - | - | |
| Escolaridade | Ensino médio completo/incompleto | 1,80 | 0,91 | 3,56 | 0,098 | 1,16 | 0,62 | 2,18 | 0,277 | 1,69 | 0,86 | 3,31 | 0,002 |
| | Superior completo/incompleto | 2,24 | 1,11 | 4,54 | | 1,41 | 0,73 | 2,72 | | 2,59 | 1,29 | 5,22 | |
| | Pós-graduação | 2,56 | 0,82 | 7,99 | | 2,45 | 0,72 | 8,28 | | 4,15 | 1,26 | 13,66 | |
| | Ensino fundamental completo\incompleto | - | - | - | | - | - | - | | - | - | - | |
| Renda familiar | De R$ 501 a R$ 1.500 | 1,26 | 0,56 | 2,85 | 0,010 | 1,06 | 0,47 | 2,37 | 0,019 | 1,42 | 0,62 | 3,26 | 0,021 |
| | De R$ 1.501 a R$ 4.000 | 1,31 | 0,57 | 2,97 | | 1,17 | 0,52 | 2,65 | | 1,81 | 0,78 | 4,19 | |
| | Mais de R$ 4.000 | 3,73 | 1,36 | 10,22 | | 3,30 | 1,16 | 9,43 | | 3,17 | 1,16 | 8,66 | |
| | Até R$ 500 | - | - | - | | - | - | - | | - | - | - | |
| Lazer comunitário | Médio | 1,41 | 0,99 | 2,01 | 0,001 | 1,21 | 0,86 | 1,71 | 0,017 | 1,33 | 0,93 | 1,88 | 0,021 |
| | Alto | 1,99 | 1,39 | 2,87 | | 1,64 | 1,14 | 2,36 | | 1,66 | 1,16 | 2,39 | |
| | Baixo | - | - | - | | - | - | - | | - | - | - | |
| Satisfação com a saúde | Satisfeito | 2,21 | 1,67 | 2,93 | 0,000 | 2,40 | 1,82 | 3,18 | 0,000 | 1,92 | 1,46 | 2,54 | 0,000 |
| | Não satisfeito | - | - | - | | - | - | - | | - | - | - | |
| Sofrimento psíquico | Não tem problemas | 1,79 | 1,38 | 2,34 | 0,000 | 2,11 | 1,62 | 2,75 | 0,000 | 1,91 | 1,47 | 2,47 | 0,000 |
| | Tem problemas | - | - | - | | - | - | - | | - | - | - | |

**Odds Ratio*

Nos testes que realizamos com os dados da pesquisa, confirmamos a hipótese anterior. Entre os casados ou com companheiros, as chances de contar com alto apoio afetivo e de ter interação social positiva (fator 1) são maiores que entre os que estão sozinhos (OR 1,67; IC 95%: 1,25 – 2,23) e também é assim para o fator 3, que diz respeito ao apoio material (OR 1,55; IC 95%: 1,05 – 2,17). Para os que praticam algum tipo de religião, foram encontrados altos escores de apoio social para os fatores 1 e 2. A presença de lazer comunitário também foi uma característica associada à alta chance de obter apoio social, como verificamos na mesma Tabela 14.

Enfim, a terceira hipótese diz que indivíduos com melhor percepção sobre seu estado de saúde, com menor número de doenças crônicas e que não apresentam transtornos mentais comuns têm maior chance de contar com altos escores de apoio social.

Os policiais militares que estão mais satisfeitos com a saúde e os que não apresentam sintomas de sofrimento psíquico realmente têm mais apoio social em todas as dimensões investigadas. Essa constatação sugere que o apoio e a solidariedade promovem bem-estar e vida de qualidade. A boa situação de saúde física e mental também facilita a convivência em harmonia e os vários tipos de apoio social, em um círculo virtuoso de bem-estar.

No Gráfico 53, observa-se que a satisfação dos policiais militares com alguns aspectos da vida foi superior a 80%, tanto para os oficiais e suboficiais como para os não-oficiais nos itens círculo familiar, vida sexual e afetiva, educação que recebeu e capacidade de reagir a situações difíceis. Quando comparamos os dois grupos, entre os cabos e soldados a satisfação é maior do que entre os oficiais, suboficiais e sargentos nessas questões. Por sua vez, o segundo grupo apresenta maior grau de satisfação nos seguinte itens: família, felicidade dos familiares, bairro em que residem, vida social, vida como um todo, tempo de lazer, padrão de vida e realização profissional.

Observando as respostas emitidas pelos policiais militares, tanto os administrativos como os operacionais, é possível identificar sua grande satisfação com a vida familiar, afetiva e sexual. Cerca de 36,8% dos oficiais, suboficiais e sargentos e 32,2% dos cabos e soldados (p=0,000) administrativos se queixam do pouco tempo disponível para o lazer e 35,3% e 15,3% deles, respectivamente (p=0,000), mostram insatisfação com seu padrão de vida. Entre os operacionais, o menor grau de satisfação ocorre nos itens tempo para lazer (27% por parte dos oficiais, suboficiais e sargentos e 22,1% dos não-oficiais; p=0,000) e realização profissional (40,7% dos

oficiais, suboficiais e sargentos e 32,5 dos cabos e soldados; p=0,000). A Tabela 15 mostra as respostas mais freqüentes dos dois grupos a respeito dos aspectos pesquisados.

Gráfico 53 – Distribuição proporcional dos policiais militares segundo o grau de satisfação com aspectos da vida

| | Oficial / Suboficial / Sargentos | Cabos / Soldados |
|---|---|---|
| Círculo familiar* | 85,0% | 90,6% |
| Vida sexual* | 82,3% | 91,7% |
| Vida afetiva* | 82,2% | 88,3% |
| Educação que recebeu* | 77,7% | 82,6% |
| Reagir a situações difíceis* | 77,3% | 80,6% |
| Capacidades / habilidades* | 75,6% | 79,6% |
| Felicidade dos familiares* | 74,5% | 70,5% |
| Felicidade | 73,8% | 74,8% |
| Vida espiritual* | 72,4% | 75,0% |
| Vida como um todo* | 70,4% | 66,2% |
| Saúde* | 67,4% | 72,0% |
| Bairro* | 61,9% | 56,5% |
| Vida social* | 60,8% | 54,4% |
| Realização profissional* | 45,3% | 32,4% |
| Tempo para lazer* | 29,9% | 23,6% |
| Padrão de vida* | 28,4% | 15,4% |

* p=0,000

Há grande concordância entre policiais civis e militares em relação aos temas de desempenho pessoal, afetivo e familiar (Minayo, Souza & Constantino, 2007). Os profissionais das duas corporações estão 'muito satisfeitos' ou simplesmente 'satisfeitos' com a educação que receberam, com seu círculo familiar, sua vida afetiva e sexual, e sua capacidade e habilidades para reagir a situações difíceis. Da mesma forma, os dois grupos concordam quanto ao item sobre o qual sentem menos satisfação: 'tempo disponível para o lazer'. Seria escusado relacionar essa queixa com os

problemas de carga horária e de dupla jornada, uma vez que a isso nos referimos nas partes II e III.

Tabela 15 – Distribuição proporcional dos policiais militares segundo principais aspectos de satisfação com a vida, estratos e cargos

| Itens | Administrativo | | Operacional | |
|---|---|---|---|---|
| | Oficial/Suboficial/ Sargento | Cabos eSoldados | Oficial/Suboficial/ Sargento | Cabos eSoldados |
| Círculo familiar* | 89,9 | 89,8 | 82,9 | 90,7 |
| Vida afetiva* | 86,9 | 88,1 | 80,2 | 88,4 |
| Vida sexual* | 84,1 | 88,1 | 81,5 | 92,3 |
| Felicidade* | 82,0 | 78,0 | 70,4 | 74,2 |
| Capacidades/habilidades* | 80,3 | 79,7 | 73,7 | 79,6 |
| Educação que recebeu* | 80,2 | 79,6 | 76,7 | 83,1 |

(*) Diferenças estatisticamente significativas entre os cargos, com p variando de 0,000 a 0,005.

Em relação ao futuro, as expectativas de melhoria estão mais presentes entre os cabos e soldados, quando comparados aos oficiais, suboficiais e sargentos, em todas as questões propostas neste estudo. É importante dar relevância ao fato de que ‘a reduzida satisfação com a vida profissional’ e com o ‘padrão de vida’ não estão impedindo que um grupo significativo de policiais expresse seu otimismo quanto ao seu futuro (Gráfico 54).

As maiores expectativas dos policiais do setor administrativo se encontram na melhoria da vida pessoal (75,1% dos oficiais e suboficiais e 79,6% dos não-oficiais; p=0,000) e do padrão de vida (66,9% dos oficiais e suboficiais e 81,4% dos não-oficiais; p=0,000). Mas também os que atuam em serviços operacionais esperam que o futuro seja melhor no que se refere a sua vida pessoal (68,7% dos oficiais e 75,9% dos não-oficiais; p=0,000) e a sua vida familiar (68,7% dos oficiais e 72,3% dos não-oficiais; p=0,000).

Apesar da pouca satisfação quanto aos aspectos relacionados ao trabalho, 64% dos oficiais e 45% dos cabos e soldados reconhecem que sua vida como um todo melhorou depois que entraram na corporação. No Gráfico 55, podemos ter uma idéia, por outro lado, de que há uma boa parcela insatisfeita com a realização no trabalho e do que isso significa para sua

realização pessoal. Somando os que consideram que tudo continuou igual e os que acham que sua situação está pior, encontramos mais da metade dos soldados e cabos e 36% dos oficiais e suboficiais e sargentos insatisfeitos.

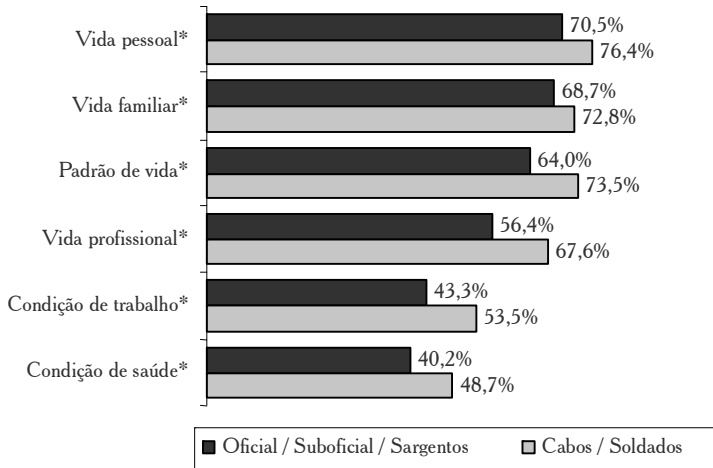
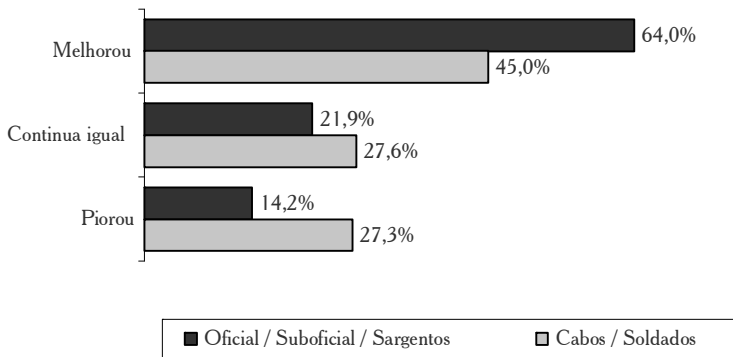
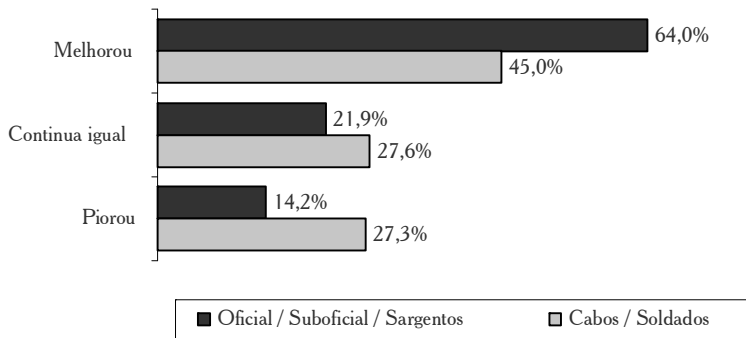
Gráfico 54 – Distribuição proporcional dos policiais militares segundo as expectativas de melhoria para o futuro

* p=0,000

Gráfico 55 – Distribuição proporcional dos policiais militares segundo situação de vida após ingresso na Polícia

* p=0,000

No grupo administrativo, os oficiais, suboficiais e sargentos, mais do que os cabos e soldados, acham que sua vida melhorou após entrarem para a Polícia Militar, mas também impressiona o grande percentual de oficiais que ressalta uma piora em sua situação de vida. Entre os operacionais, os cabos e soldados, mais que os oficiais, suboficiais e sargentos, também dizem que sua vida piorou após a entrada na corporação, conforme está exposto no Gráfico 56.

Apesar de os dados quantitativos serem na maioria dos aspectos mais positivos do que negativos, quando discutimos nos grupos focais, os policiais militares referiram que a 'qualidade de sua vida' não é boa, utilizando expressões enfáticas para ressaltar os aspectos negativos, tais como "ruim", "difícil", "muito ruim" ou até "inexistente". Por isso, resolvemos fazer uma reflexão qualitativa sobre o conjunto das informações.

Gráfico 56 – Distribuição proporcional dos policiais militares relativa à situação de vida após ingresso na Polícia, segundo setor

* p=0,000

Tanto os policiais militares como os civis (Minayo & Souza, 2003) ressaltam a influência do medo e do risco que correm em uma cidade como o Rio de Janeiro, onde são alvos fáceis de delinqüentes, como fator importante de prejuízo para a qualidade de sua vida. Como vimos na Parte II, mais da metade dos policiais em serviço que vão a óbito morrem fora do expediente.

Entrevistas e grupos focais com os policiais civis também revelaram um nível elevado de insatisfação com as condições gerais de existência, embora não de forma tão peremptória como na Polícia Militar. Subjetivamente, esses

profissionais avaliaram, por meio das mais diferentes, contraditórias e convergentes respostas, que a qualidade de sua vida é "boa", "melhorou um pouco", "está longe do ideal", "tem muito a melhorar", "é normal", "é razoável", "não é ruim", "é sem problema", "é regular" e "é cheia de preocupação e de cobrança". Muitos, porém, da mesma forma que os policiais militares, se expressaram enfaticamente com expressões negativas, dizendo que sua vida é "estressante", "precária", "ruim" e "péssima".

# 16

# Focos de Insatisfação e Satisfação com a Qualidade de Vida

## Em Primeiro Lugar, a Questão Salarial

Na descrição das condições e qualidade vida, do ponto de vista qualitativo, o foco de insatisfações mais relevante mencionado por policiais de todos os escalões é o salário: "O salário para assegurar tranqüilidade à família". No entanto, os depoimentos mais enfáticos sobre o assunto foram pronunciados por soldados, cabos e sargentos, dizendo que o baixo soldo justifica sua inferioridade na sociedade e prejudica a qualidade de sua vida e a de sua família. As praças dizem que seu salário lhes permite pouco mais que custear a locomoção de sua moradia distante até o local de trabalho. Tanto os chefes como os subordinados freqüentemente evidenciaram o óbvio, dizendo que quanto menor a graduação do policial, piores são suas condições de existência, o que se reflete nos locais de moradia muito distantes das áreas onde trabalham, na baixa qualidade das habitações, na escassa posse de bens e nas poucas alternativas de vida social e de lazer.

Os salários baixos se juntam com: carga horária muito extensa de trabalho e o 'bico'; má alimentação – são eles que assim a classificam – que lhes é oferecida nas unidades de trabalho; falta de reconhecimento e mesmo o menosprezo por parte da população, dirigido justamente a eles que têm a missão de lhe servir; desvalorização por parte do Estado e dos governantes; rigidez disciplinar interna da corporação.

A questão salarial é grave porque, dizem vários policiais militares, "A população não conhece nossas condições financeiras. Não ter dinheiro abala emocionalmente, estressa, provoca vários problemas de saúde, como hipertensão, úlcera, insônia e depressão". Também os policias civis se expressam quanto a esse tema, como pode ser constatado nos depoimentos de um grupo de operacionais que enfatiza o fato de que a remuneração deveria lhes dar tranqüilidade para se dedicarem integralmente a suas atividades, que são muito estressantes.

> *O salário é muito aquém do que nós merecemos. A vida que nós levamos todo mundo sabe. Na parte financeira, ela nos faz ter uma qualidade de vida regular. Infelizmente, não podemos ter um patamar que nos dê tranqüilidade. Por isso, volta e meia precisamos pensar em outras coisas, uma atividade paralela, como a que muitos de nós fazemos como suporte para poder manter uma qualidade de vida razoável. O grande vilão é esse desgaste de arranjar outra atividade para completar o salário. Desgasta muito. (...) Tem o 'bico', tem o trabalho e tem a faculdade. Você acaba tendo dificuldade até de relacionamento normal e de dar uma assistência melhor à família.*

Por causa das questões salariais que os induz a fazer 'bicos', muitos policiais, tanto militares como civis, têm uma vida tumultuada e alguns dizem que sua existência é excessivamente 'fragmentada', tendo reflexo na saúde, na intimidade e no meio social onde convivem.

## Em Segundo Lugar, a Falta de Reconhecimento

O segundo ponto que os policiais militares consideram mais negativo para a qualidade de sua vida é o descrédito e falta de reconhecimento por parte da sociedade e dos governantes. Esse sentimento é reforçado pela visão de que a mídia raramente aborda o lado positivo de suas ações. O menosprezo de que se sentem alvo foi ressaltado com muita freqüência e de forma associada ao sofrimento no trabalho, à opressão hierárquica e à falta de liberdade, como podemos observar no contundente depoimento deste cabo:

> *As condições de trabalho e de saúde das praças, bem como a nossa qualidade de vida, são as piores possíveis. Somos a única classe trabalhadora que não tem nenhum direito. O nosso direito é não ter direito, principalmente à* liberdade [ênfase dele], *a qual é tirada a qualquer momento por causa desse regulamento arcaico o qual sobrepõe até a* Constituição Federal! [ênfase dele] *Vai chegar uma época em que só pessoas de má índole vão querer entrar para a corporação, só para se aproveitar da carteira e da arma. Não há qualquer tipo de respeito à praça pelos seus superiores. É só* opressão [ênfase dele].

A percepção dos policiais militares é de que a sociedade os considera "um mal necessário" e a dos policiais civis é de que "a delegacia é a lixeira da sociedade" (Minayo & Souza, 2003). A generalização que ocorre quando há corrupção, delinqüência e ineficiência de alguns policiais afeta

muito sua auto-estima, pois consideram que a maioria procura atuar com honestidade, seriedade, responsabilidade e compromisso. Em um grupo focal, cabos e soldados fizeram desabafos em que podemos ressaltar uma tensão muito forte e confrontante com a sociedade e, sobretudo, com as populações em áreas consideradas de elevado risco: sentimentos de que são tratados como lixo, de que seu trabalho é desprezível, o que os faz, em contrapartida, se enrijecerem mais e cometerem mais violências, principalmente nas favelas:

> *Então vamos tirar as máscaras. Eu acho que a Polícia não gosta do tratamento que a população dá a ela e vice-versa. Então, se digladiam o tempo todo. Isso aí vai repercutir no quê? No trabalho! Porque se vai depender dela para que esse camarada viva, o empenho não vai ser tão forte. Então, o meu desejo de que aquele camarada seja atendido com qualidade vai ser menor, com certeza.*
>
> *As comunidades das favelas tratam a gente como lixo! Você passa e as pessoas cospem! Às vezes, querem até te tratar bem, só que têm medo. E o nosso trabalho é desprezível. Então, há essa guerra, essa rejeição silenciosa. Aí a gente fala no todo, do Rio de Janeiro em relação à Polícia! E a gente sente na carne esse desprezo! Qual é a primeira ação quando alguém te afronta? É, também, se enrijecer em relação à população.*

Quanto à mídia, a maioria dos policiais a considera um fator negativo para sua vida porque, em sua avaliação, ela repercute uma imagem pejorativa em todos os aspectos, propiciando ou reproduzindo o repúdio da sociedade. Segundo os policiais, a televisão, as rádios e os jornais são os principais responsáveis pelo incremento do distanciamento entre eles e a população. No depoimento de um soldado que já referimos anteriormente, os policiais são vistos pela mídia sempre como incompetentes: "A Polícia é que nem pato: o pato nada, anda, voa e não faz [nenhuma dessas atividades] direito".

Nos grupos focais, os policiais colocaram muita ênfase nas dificuldades para se manter na linha e certo desânimo diante dos desafios. Algumas vezes, suas falas deixaram transparecer certa dubiedade e ambigüidade, não ficando claro se os empecilhos e as dificuldades justificariam a corrupção, a intolerância e a violência ou se suas expressões configuravam apenas um desabafo.

Confluindo com os dados da pesquisa quantitativa, a maioria deles diz se refugiar na convivência familiar, onde consegue raros momentos de descanso e paz, como revela esta fala de um oficial, em um dos grupos focais:

> *O policial militar, assim como o civil, tem sua identidade profissional velada. É um cidadão que vive no anonimato, senão a gente morre. Os raros momentos de lazer são de convivência com a família, muitas vezes em casa, pois a gente tem de pensar muito aonde ir. Não pode levar a família a um lugar e correr o risco de ser reconhecido como policial.*

Dessa forma, não causa surpresa o fato de que, quando perguntados, percentuais tão elevados deles coloquem tanta ênfase na importância do apoio das famílias e das pessoas com quem mantêm relações próximas. Elas configuram para eles uma âncora fundamental na sua vida privada e emocional, oferecendo-lhes o alento que, ao contrário, consideram não ter na esfera profissional e social.

## Em Terceiro Lugar, a Centralidade do Trabalho se Apossa da Vida Pessoal e Social

Tanto do ponto de vista positivo como do negativo, o elemento mais relevante associado à qualidade de vida é a centralidade do trabalho: é ele que dá sentido à existência dos policiais. O foco excessivo nos aspectos profissionais, revelado no discurso tanto dos oficiais e suboficiais como das praças, quando se referem à qualidade de sua vida individual, ressalta uma dupla mensagem. De um lado, há uma valorização positiva do trabalho, pois é em função dele que passam a maior parte de seu tempo. De outro, há o reconhecimento de que o desempenho de sua profissão é uma grande fonte de cansaço, frustrações e sofrimentos.

Suas falas foram reiterativas de elementos que já tratamos nas duas partes anteriores: jornadas intensivas e excessivas; desgaste nos plantões e trabalho noturno que desestruturam o organismo; salário insuficiente, levando à necessidade de outro(s) emprego(s); precário ambiente físico e relacional entre os pares; elevada carga e volume de trabalho; ausência de folgas e de férias; alimentação inadequada e riscos permanentes de sofrerem agressão ou morte. Todas essas situações vivenciadas no cotidiano de suas atividades são vistas como fatores sinérgicos, geradores de pressão, tensão e estresse. São pontos que ligam o exercício da profissão com a esfera da reprodução. O depoimento de um sargento, citado a seguir, sintetiza tal situação, sublinhando o mal-estar por meio de adjetivações e ressaltando

problemas de sono, de alimentação, sentimentos de cobrança e a necessidade de ficar em alerta permanente:

> *Eu fico muito cansado. Então, para mim, a minha qualidade de vida é regular, de regular para ruim, porque eu durmo mal, me alimento mal. (...) O regime de trabalho não é bom nem para o policial, nem para a instituição. É um homem que trabalha permanentemente sob cobrança, com carência de nível para trabalhar. A carência de pessoal, por exemplo, vai fazer com que qualquer levantamento, por mais básico que seja, ateste o absurdo que se vive nessa instituição.*

Comparando as duas corporações, todos os operacionais concordam que o trabalho na rua é fonte de maior estresse e tem como conseqüência e resultado uma vida de pior qualidade. Na Polícia Militar, é recorrente a reclamação contra os períodos de 12 horas seguidas em atividades na rua, em pé e sem alimentação (apenas com uma refeição no quartel antes de sair). Já os policiais civis que atuam nas delegacias também se queixam, só que, no caso deles, por se alimentarem mal, com lanches gordurosos e hipercalóricos (pizzas, salgadinhos, sanduíches e refrigerantes), freqüentemente doados pelo comércio nas cercanias das delegacias.

## Em Quarto Lugar, o Lado Doloroso da Vivência de Perdas

Na reflexão sobre os aspectos vivenciais que afetam suas condições de existência, nada foi tão forte como a reflexão de cabos e soldados de um batalhão situado em área de alto risco. Eles discorreram, emocionados, sobre a banalização dos casos de morte dos companheiros de serviço e o tratamento corriqueiro que é dado a tais eventos. Nesse batalhão, contaram os entrevistados, houve períodos em que foi relativamente comum a perda de três, quatro ou cinco colegas em uma jornada de trabalho.

Segundo os entrevistados, o argumento de que os policiais são profissionais preparados para o confronto justifica a ausência de um suporte especializado e resulta em danos que poderiam ser evitados. Eis o depoimento de um oficial sobre o peso de conviver cotidianamente com o temor da morte: "Nós temos de ter um equilíbrio para ver um colega morrer, das mais diferentes maneiras possíveis, ir ao enterro dele, consolar a família, depois voltar para a rua como se nada tivesse acontecido".

Alguns outros sargentos e cabos também comentaram a necessidade de apoio para quem passa por atividades tão estressantes e dolorosas, como os seguintes depoimentos: "Tem de ter um atendimento psicológico! Daí você chega lá no Hospital Central da Polícia Militar, existe uma 'porrada' de policiais 'batendo' [à porta] na psiquiatria. Aí eles começam a se envolver com bebida."; "Você tem coragem, você tem condições psicológicas de trabalhar? Você vê um colega teu ali morto, sabe que pode ser qualquer um da gente aqui. Ah, pelo amor de Deus! Depois vem consolar a família, quando ela fica desesperada, perdeu um pilar, o pai, o esposo, tudo!"; e "Acho que todo mundo aqui é homem igual ao outro, todo mundo aqui tem medo de morrer, ninguém aqui é demagogo, ninguém quer morrer, não é verdade? Por pior que seja a vida, a gente tem esperança! É o que mantém a gente vivo! Mas, para vir trabalhar, é aquilo: 'será que eu vou? Mas será que eu volto?'. E nisso a gente não é reconhecido".

As repercussões do estresse e da vivência sistemática do risco de morte em confronto sobre a qualidade da vida pessoal e familiar também foram abordadas pelos policiais civis. Um profissional da saúde que trabalha nessa corporação fez referência às alterações psíquicas conseqüentes ao ato de matar outro indivíduo. Essa situação, bastante recorrente nos confrontos dos policiais civis e militares do Rio de Janeiro com traficantes armados, provoca reações que deveriam ser analisadas de forma especializada e competente, para que não redundassem em mais violência para a população.

## Em Quinto Lugar, a Falta de Qualidade na Alimentação

Para os policiais, há mais um ponto de insatisfação no que concerne à qualidade de sua vida: a alimentação. Todos os entrevistados manifestaram concordância quanto ao fato de que a alimentação oferecida pela corporação é muito ruim em todas as unidades pesquisadas, tanto em termos qualitativos como quantitativos. As entrevistas com os oficiais nos mostram que, em geral, eles também têm uma dieta pouco balanceada. Em um grupo focal, além das críticas à comida oferecida nos batalhões, eles referiram a realização de lanches na rua, com ingestão de pizzas e salgados, para completar a comida insuficiente. Ainda assim, um profissional aludiu ao custo dessas refeições extras: "Isso quando a gente tem dinheiro para comer pizza".

Muitas queixas dizem respeito às dietas diferenciadas para os membros do círculo superior e para as praças, embora todos digam que comem mal. Os soldados e cabos manifestam grande insatisfação quanto a essa discriminação. Comentam que as refeições são preparadas por policiais sem conhecimento e consideram as porções alimentares muito reduzidas. Queixam-se também de que aqueles que necessitam de uma dieta diferenciada por motivo de alguma doença – como, por exemplo, os hipertensos, que não podem comer sal – não têm opções.

Os seguintes depoimentos são de cabos, soldados e sargentos: "Você é obrigado a comer um bifinho só. Um peixe ou um frango. Se colocassem uma firma terceirizada, com uma boa comida... Mas não! A quantidade é contada!"; "Existe um cardápio que é feito e publicado em boletim para a corporação inteira. É um cardápio mensal para toda a corporação e que não pode ser mudado, senão dá o maior problema, porque tem de publicar outra vez. Não sei se quem elabora é um nutricionista ou não"; "E tem a questão de que tudo é comprado em licitação. Nem sempre é adquirido o melhor e, sim, produtos de terceira ou quarta linha".

Nos grupos focais, alguns soldados e cabos disseram que, pela falta de cuidados na preparação das refeições, freqüentemente encontram pedras e, às vezes, até restos de esponja de aço na comida:

> *O preparo desse alimento fica muito a desejar. Às vezes a gente come um alimento que está cru ou muito cozido. Por ser uma grande quantidade, não tem como você prover uma qualidade. Às vezes a gente come até pedra. O próprio vice-comandante proibiu os atletas de comerem salada, onde se vê bichinho andando na folha de alface.*

Os policiais civis, sobretudo os operacionais, também se alimentam muito mal, não têm horários adequados e comem muito mais sanduíches do que produtos saudáveis (Minayo & Souza, 2003).

## É Possível Melhorar a Qualidade da Vida dos Policiais?

Nos grupos focais com soldados, cabos e oficiais e nas entrevistas com gestores, várias sugestões foram feitas. Um dos oficiais em cargo de

chefia, por exemplo, diz que, por ser uma profissão de risco, deveriam ser criados "antídotos, providências lenitivas que suavizassem os impactos [negativos] na vida dos policiais": bom salário, boas condições de trabalho, bom atendimento médico, hospitalar e odontológico, um programa de moradia, um programa de educação que lhes ensinasse a serem ponderados, tolerantes e a se alimentar bem. No caso da alimentação, muitos policiais sugeriram a presença de um nutricionista por unidade, para estabelecer cardápios específicos e propiciar refeições apropriadas e mais saborosas.

Por causa das situações cotidianas e corriqueiras de risco, vivenciadas tanto por policiais civis como por militares, a maioria dos entrevistados considerou como de extrema necessidade que lhes seja oferecido apoio psicológico. Muitos policiais militares chamaram a nossa atenção ao enfatizarem que não querem banalizar a morte e que cada morte de um colega os confronta com a fragilidade da sua própria vida.

Neste fechamento, cabem algumas observações. A primeira diz respeito às discrepâncias entre a investigação quantitativa e qualitativa. Os dados quantitativos ofereceram um panorama muito mais alentador sobre o tema 'qualidade de vida'. As informações qualitativas registraram, sobretudo, as queixas e as insatisfações. Daí a importância de, ao mesmo tempo, trabalharmos com questionários e ouvirmos os sujeitos que pesquisamos, de irmos aos seus locais de trabalho e sabermos onde vivem. E por termos feito esses dois percursos, foi-nos possível observar várias contradições.

Por exemplo, apesar da simbiose entre vida profissional e vida social, observamos uma contradição nas percepções dos policiais militares sobre o mundo do trabalho e as que se referem ao mundo da vida. As queixas e as notas baixas atribuídas aos pontos problemáticos e negativos das atividades profissionais são contrapostas a um grande entusiasmo com a vida e com o futuro, observado entre maioria desses servidores. Na pesquisa qualitativa, as duras críticas ao processo de trabalho e a todos os temas incluídos neste conceito foram fortemente associadas à qualidade de vida e aos efeitos negativos do estresse laboral nas relações familiares.

Outra contradição importante: os policiais subalternos, cabos e soldados são os mais críticos sobre suas condições de vida, derivadas em grande parte das condições de trabalho; no entanto, a pesquisa quantitativa mostra que os oficiais, embora em condições objetivas melhores, apresentam-se menos satisfeitos; e

grande parte dos não-oficiais, mesmo estando em pior situação de salário, de moradia e de lazer, mostra-se mais satisfeita.

Sublinhamos e ressaltamos que há um grupo intermediário na Polícia, formado pelo escalão de sargentos e subtenentes, com idade entre 40 e 50 anos, há 20-25 anos na profissão, que não tem muitas expectativas de ascensão. Boa parte desse conjunto de profissionais se mostra muito insatisfeita ou muito apática. Possivelmente, sua diferença em relação a um conjunto numeroso de soldados e cabos que são mais otimistas com a vida e com o futuro se deve à crença, entre os últimos, de que ainda lhes será possível elevar-se profissionalmente e melhorar seu padrão de vida. Outra hipótese é que os jovens soldados e cabos se sintam a tempo de desistir e enfrentar outra carreira, fato que os dados comprovam, mostrando a grande rotatividade dos que entram e saem da corporação.

As informações que temos permitem-nos ainda outras reflexões. E uma delas é que os focos de insatisfação não podem se medir apenas estatisticamente. Por exemplo, quando perguntados sobre expectativas de melhora nas relações de trabalho, menos de 50% dos cabos e soldados mostraram-se otimistas. Essa é uma informação preocupante no que concerne pelo menos a quatro pontos: em primeiro lugar, ao fato de que qualquer instituição, para que tenha êxito, precisa de um corpo estável e competente de funcionários que 'vista a sua camisa'. Isso, na Polícia Militar, parece ser muito difícil, pois mais da metade da tropa não se sente motivada.

Em segundo lugar, entendemos que a insatisfação em qualquer dos escalões põe à prova as tentativas que as autoridades têm feito de tornar a corporação mais contemporânea. Seus esforços têm conseguido envolver muito pouco os servidores.

Um terceiro fator de insatisfação são as reduzidas perspectivas de subir na carreira: este dado de realidade afeta o desempenho dos profissionais e fica patente no grupo de meia-idade composto por sargentos e subtenentes.

E um quarto foco de mal-estar é o tratamento pessoal dispensado, na corporação, aos policiais dos escalões inferiores. Embora em percentuais menores, sobretudo os soldados e cabos manifestaram um nível de crítica bastante elevado sobre o modo como são tratados e com o fato de, embora realizem um serviço público tão importante para a sociedade, isso traz pouco retorno para suas condições e expectativas de vida.

Podemos concluir, portanto, que esta pesquisa sobre condições e qualidade de vida dos policiais militares é um estudo sobre as contradições que eles vivem no trabalho e fora dele. Se é verdade que todos somos contraditórios e que não é possível estabelecer um curva linear que nos leve ao bem-estar, ao desenvolvimento e à felicidade, essa tentativa seria totalmente inglória com os policiais. Eles amam a profissão e a maioria a escolheria novamente, se lhes fosse necessário optar. Mas há incontáveis críticas às condições de trabalho e ao que elas trazem de negativo para seu ambiente social.

Cremos que nos resta dar relevância ao elevado grau de otimismo com a vida por parte da maioria, sobretudo no caso dos mais jovens, apesar de todas as dificuldades e de todas as manifestações de insatisfação. Existem os dados estatísticos mostrando, mais que os qualitativos: um grande potencial de transformação do estresse e do sofrimento no trabalho em valor positivo. Tal transmutação evidencia um poder inegável de resistência e de superação, constituindo talvez aquele 'gene' que um dos comandantes de um batalhão que atua em área de risco diz que seus comandados têm.

Já havíamos constatado esse mesmo potencial de se reinventar e de enfrentar a vida numa profissão de risco no estudo com os policiais civis (Minayo & Souza, 2003). Tal descoberta vem reafirmar as teorias (Brant & Minayo-Gomez, 2004, 2005) que tentam ultrapassar certas idéias determinísticas de psicopatologização do trabalho e da vida. Esses autores chamam a atenção para as potencialidades criativas da dor e do sofrimento, embora alertem também para o fato de que tanto o sofrimento como a dor, quando reprimidos, costumam ensejar a produção de doenças que afetam o corpo, a alma e as relações entre as pessoas.

# Conclusões
## pistas no caminho e perspectivas

Propomos aqui algumas conclusões. Mesmo tendo sido fiel ao que nos foi dito e ouvido, não nos sentimos cômodos em considerar como mais acertadas as afirmações que aqui serão expressas, nem competentes para fazer propostas peremptórias. Por isso, solicitamos aos nossos leitores que tomem as sínteses como sugestões fundamentadas na perspectiva dos próprios policiais, trianguladas com leituras nacionais e internacionais sobre a categoria.

Nestas considerações finais, buscamos seguir a lógica que permeou nossa pesquisa, destacando os três eixos centrais que a constituíram: condições de trabalho, condições de saúde e qualidade de vida. Destacamos, inicialmente, o que consideramos mais importante em relação às condições de trabalho.

## Valorização Profissional, Adesão à Profissão e Insatisfações

No desdobrar deste percurso, aprendemos, fomos surpreendidos por muitas descobertas e, principalmente, buscamos valorizar a 'pessoa dos policiais', problematizando o conceito de segurança em dois sentidos: público e pessoal. Definimos no texto que 'segurança pública' constitui a garantia que o Estado oferece aos cidadãos, por meio de organizações próprias, contra todo o perigo que possa afetar a ordem pública, em prejuízo da vida, da liberdade ou dos direitos de propriedade dos cidadãos, sendo ela a essência da missão dos policiais e derivada do campo jurídico. Mas, como cidadãos e trabalhadores, os policiais também têm direito à 'segurança pessoal', conceito que deriva do mundo do trabalho e tem um sentido normativo e filosófico. Neste caso, o conceito representa a sistematização de

normas destinadas a prevenir acidentes, quer eliminando condições inseguras de trabalho, quer prevenindo desastres ocupacionais. Ou seja, cuidando da segurança pública, os policiais são, também, servidores públicos protegidos pela Constituição, que lhes assegura o direito à integridade física e mental no exercício profissional. Todo o trabalho se encaminhou nessa dialética de valorização do trabalho e do trabalhador.

Nossa hipótese preliminar era de que, sem a adesão da subjetividade desses agentes, a segurança pública tão almejada nunca passaria de uma política burocraticamente exercida, o que é ruim para eles e para a população à qual servem. Assim, chegamos à conclusão de que, no que tange ao empenho profissional, impera um espírito de corpo bastante forte na corporação e um amor à profissão que reúne mais de 70% dos profissionais. A questão é que, mesmo com um nível de coesão tão elevado, existem também focos de insatisfação, certamente dizem respeito aos 30% que não se sentem confortáveis na carreira, mas também em vários aspectos identificados com a profissão. Os principais motivos, já descritos, são aqui relembrados: frustração e mesmo ressentimento pela falta de reconhecimento dos superiores e da população; queixas em relação aos salários, às condições e aos equipamentos pessoais e de realização do trabalho. Embora possamos concluir que há resistências e descontentamento entre os trabalhadores de qualquer categoria, as autoridades deveriam levar em conta o que ocorre com os policiais militares, uma vez que sua satisfação é pré-requisito de nossa segurança e proteção.

Algumas reivindicações feitas por quase todos os entrevistados são aqui colocadas como desafios para as autoridades estaduais e para o comando geral: melhoria dos salários, modificações nas escalas de horário de trabalho, investimento em mais tecnologia e sua incorporação nos processos de trabalho, investimento em mudanças de gestão e na formação das pessoas que administram os bens à disposição da instituição. De todos esses temas, comentaremos apenas a questão salarial, mesmo que seja uma redundância, pois este e todos os temas assinalados anteriormente foram analisados nas partes específicas deste livro. Estudos comparativos mostram que a Polícia Militar do Rio de Janeiro é muito mais mal paga do que a maioria de suas congêneres no país. Ora, para um profissional que tem responsabilidades tão relevantes, o salário, além de mantê-lo, deveria lhe proporcionar sentimento de orgulho no exercício das atividades. Os baixíssimos salários,

sobretudo para os que estão nos escalões inferiores, trazem muitas conseqüências funestas: viver em locais de moradia onde existem quadrilhas de traficantes que os perseguem ou os aliciam; ter de buscar o chamado 'bico', o que interfere em seu descanso e o torna defensor de outros interesses que não os do Estado e dos cidadãos; experimentar constrangimentos quanto às suas possibilidades de continuar sua formação, ampliar sua cultura e desfrutar de lazer. Todos esses pontos foram tratados nas páginas deste livro sob a ótica desses profissionais.

## É Preciso Repensar a Rigidez Hierárquica em uma Sociedade Plural e Flexível

Outro ponto surgido insistentemente na pesquisa e que precisa ser considerado como relevante em propostas de transformação organizacional da Polícia Militar é a questão da hierarquia e da disciplina militar como essência de sua forma de gestão. Observamos, durante todo este estudo, que esse tipo de organização das relações de trabalho não é bom nem para os subalternos, nem para os oficiais. Na pesquisa, não só soldados, praças e sargentos insistiram fortemente na impropriedade dessa forma de gestão da corporação, como vários comandantes, ainda que indiretamente, criticaram o *status quo* quando se referiram ao ônus da decisão solitária sobre ações de elevado risco para seu grupo e para a sociedade. As considerações que faremos a seguir estão de acordo e seguem a mesma linha de pensamento de Musumeci (2000), em um relatório de estudos sobre a Polícia Militar já no ano 2000, do qual retiramos as principais idéias.

É inegável que a utilização de métodos importados da disciplina militar tem efeitos positivos no sentido de promover algum controle sobre práticas de corrupção, favoritismo pessoal, ingerência política e estabelecimento de parâmetros para a normalização de comportamentos e práticas. Tais efeitos, porém, são de curto alcance quando se referem à qualidade do trabalho que a Polícia ostensiva desenvolve nas ruas. O rigor que enfatiza a obediência à hierarquia e sua conformidade com as regras corporativas contrastam fortemente com a precariedade dos instrumentos de controle e avaliação das atitudes e práticas policiais. Diferentemente do Exército, que atua em conjunto a partir de ordens centralizadas, a atividade

da Polícia ostensiva envolve uma quantidade enorme de decisões tomadas particular ou contingencialmente, cujo controle efetivo exigiria regras decisórias claras, explícitas e aplicáveis à multiplicidade de situações enfrentadas cotidianamente.

Ressaltamos que a forma de gestão tradicional acaba, com freqüência, por produzir efeitos inversos quanto à eficácia e à eficiência desejadas pela própria corporação. Em estudo de similar importância sobre a Polícia Militar, Muniz e Soares (1998) listam uma gama de aspectos negligenciados, sob a capa de competência organizacional, que precisam ser levados em consideração em projetos de mudança. Reconhecendo com outros autores que essa corporação "desfruta da imagem de ser a mais organizada das instituições policiais", mencionam uma série de problemas práticos que escapam à rigidez militar. Fazemos nossas as palavras de Jacqueline Muniz:

> Precariedade logística; fraca articulação entre as companhias no interior dos batalhões; ineficiência dos serviços internos responsáveis por essa articulação; ausência de planejamento; precária estrutura de levantamento, distribuição e processamento de informações; escalas de trabalho dessincronizadas; rigidez do regimento interno em vigor (herança obsoleta da ditadura militar); centralização e padronização ao extremo (até a comida dos batalhões tem de ser idêntica em todo o estado do Rio); infindáveis complicações hierárquico-burocráticas enfrentadas a cada passo; pouquíssimo investimento na qualificação e reciclagem dos policiais de ponta; indigência dos critérios de avaliação de desempenho, incompatíveis não apenas com a Polícia comunitária, mas também com as tarefas convencionais e com o conjunto de atribuições constitucionais da PM. (Muniz, 1999: 203)

Concluímos com uma sugestão que já esboçamos na parte deste livro que tratou da questão organizacional.[12] Um processo de modernização da gestão se beneficiaria se fosse inspirado em formas contemporâneas de organização do trabalho, que: exigem não apenas o esforço físico dos trabalhadores como também sua energia mental; privilegiam o trabalho em

[12] É importante ressaltar que o problema da militarização da Polícia não é privilégio do Rio de Janeiro. É a forma como são organizadas as PM dos estados onde essa situação também vem sendo discutida. Há também várias polícias latino-americanas organizadas da mesma forma (Waldmann, 1996; Pascolo, 1997), assim como é a situação da Polícia francesa e a dos Estados Unidos (Bittner, 2003).

grupo; diminuem os níveis hierárquicos; concebem a qualidade não como um controle externo, mas como parte da atividade de cada um; valorizam e responsabilizam o empregado em qualquer instância; premiam e destacam o desempenho de cada um e do seu grupo; aproveitam o saber dos trabalhadores, instituindo estratégias de mudanças internas com base na experiência individual e coletiva (Antunes, 1999; Alves, 2000).

A superioridade dessa proposta que está vigorando nas empresas mais avançadas e competitivas do mundo inteiro se deve, em grande parte, à capacidade de produzir estratégias efetivas para integrar e valorizar a subjetividade dos trabalhadores, contar com sua criatividade e responsabilizá-los individual e coletivamente pelo desempenho pessoal e institucional. Na verdade, não sabemos se a proposta de flexibilização seria a melhor solução organizacional para a Polícia Militar. No entanto, juntando nossa palavra com a de Muniz e Soares (1998) e Musumeci (2000), ressaltamos a necessidade de que a corporação enfrente uma séria discussão sobre a propriedade de sua estruturação diante das exigências do mundo contemporâneo e de uma sociedade que deseja uma Polícia bem informada, bem treinada, flexível e ágil.

## Identidade, Imagem, Representações

Durante todo o trabalho, pudemos observar algumas peculiaridades que têm conseqüências sobre as ações no modo de pensar, de sentir e de ser dos policiais militares. Ressaltamos, em primeiro lugar, a tendência a privilegiar como tarefa típica da Polícia o trabalho de confronto e de repressão direta de delinqüentes, muito mais que a função de prevenir e proteger o cidadão, tal como expresso claramente na Carta Constitucional de 1988, onde esta menciona a atividade ostensiva da categoria. Dado o caráter militar da corporação, o transgressor é geralmente visto como inimigo a combater. Isso se explica porque o conceito de 'verdadeiro trabalho policial', coletivamente entendido pela maioria deles e também pela população, diz respeito às atividades repressivas. Como foi fartamente comprovado no trabalho empírico de Constantino (2006), tais ações permitem à Polícia Militar apresentar uma produção mensurável dos sucessos obtidos e até demonstrá-las de forma espetaculosa na mídia.

Em segundo lugar, observamos uma tradição de fechamento da Polícia para a sociedade, embora, nos últimos anos, alguns comandantes tenham sido quase heróicos no esforço de buscar meios de promover a abertura corporativa, primeiro passo para a democratização. Por causa dessas características, o próprio Estado tem dificuldade de orientar essa instituição em que a maioria dos membros resiste bravamente a tudo o que é suscetível de introduzir a voz dos usuários na sua programação. Por julgar-se tão diferente, especial e tão acima do que ocorre na sociedade, a Polícia Militar apresenta dificuldades em introduzir o controle externo de seus atos e em definir prioridades, objetivos, metas, parcerias e avaliação.

Em terceiro lugar, notamos que, no discurso da categoria, a responsabilidade pelos problemas que os policiais não conseguem resolver é sempre atribuída ao 'outro': à família 'em dissolução', que não consegue domesticar e dar limites aos jovens; à escola, que é fraca e não educa como deveria fazer; ao governador, ao secretário de Segurança e às chefias, que só agem por razões políticas; às comunidades, todas elas corrompidas pelos criminosos; e ao aparelho judiciário, que é lento e age contra as ações da Polícia. No caso dos governadores, um dos problemas mais ressaltados pelos policiais é a ingerência política, que impede a continuidade de ações de um mandato para outro. Além da descontinuidade, a maioria deles se ressente da falta de um planejamento competente que traria benefícios para a segurança pública. Mas, na opinião de muitos entrevistados, as propostas sérias e duradouras costumam ser freqüentemente trocadas por "ações que aparecem" para a sociedade e para a mídia. Nesse caso, eles costumam associar os propósitos dos titulares da pasta de Segurança Pública com os projetos políticos dos governadores de turno.

Em quarto lugar, e em conseqüência das três primeiras características, a instituição da Polícia comunitária, que se apresenta para alguns chefes da corporação como uma estratégia importante de reaproximação entre os agentes e os cidadãos, é menosprezada pela maioria. O que para alguns comandantes é visto como o melhor caminho para solucionar os problemas da pequena delinqüência e para promover a prevenção de crimes, a maioria dos policiais considera uma forma de trabalho social que deve ser repudiada como foco de sua atuação. No caso do Rio de Janeiro, a Polícia comunitária permanece como exceção, e os policiais que trabalham nesse programa – porque crêem na prevenção – são considerados 'militantes' pelos outros e,

portanto, tidos como marginais ao foco de ação do 'verdadeiro trabalho policial'. Além do mais, os resultados da Polícia comunitária são difíceis de serem avaliados quantitativamente, em virtude da falta de indicadores específicos. Em conseqüência, não são sancionados positivamente pela instituição para efeitos de promoção interna ou de carreira policial, ficando assim desintegrados do conjunto das ações e normas corporativas.

Observamos, como síntese dos problemas assinalados, que a imagem da maioria dos policiais militares sobre si mesmos reflete sentimentos de desvalorização institucional e de não-reconhecimento social pelo seu trabalho, produzindo neles uma identidade que oscila de arrogante a defensiva. Arrogante, principalmente, por vestirem um uniforme, pelo sentimento corporativo e por portarem armas. Defensiva, pelo embate permanente com a opinião pública e com o fato de não 'darem conta' de 'combater a criminalidade' e manter a ordem em um Estado com alto nível de insurgência e de criminalidade. Infelizmente, a visão negativa é mais forte entre os policiais que estão na linha de frente das atividades ostensivas.

Consideramos também como muito importante o fato de que, na corporação, seja repensada sua relação com a mídia, a quem os policiais atribuem a culpa pela falta de reconhecimento da população. Entrevistas com agentes de todos os escalões revelam que há uma verdadeira demonização dos meios de comunicação. Quando, ao contrário, um processo de democratização da Polícia deveria significar uma abertura quase que ilimitada a essa instituição tão necessária para arejar pensamentos, comportamentos e ação. Mostramos no estudo que, ao contrário do que pensam os policiais, pesquisas relatadas nos jornais do estado do Rio de Janeiro sobre eles e suas atividades revelam considerável percentual de matérias a seu favor e de suas ações. A aproximação entre mídia e Polícia só faria bem, com certeza, a ambas as instituições, inclusive porque o bom jornalismo exigiria o acompanhamento dos problemas e a cobrança de medidas das autoridades, das quais os policiais também se queixam.

O segundo eixo norteador do nosso trabalho foram as condições de saúde física e mental dos policiais militares. Tentamos aqui indicar as principais questões que se destacaram na análise desta parte da pesquisa.

## É Preciso Ampliar o Cuidado com a Saúde Física dos Policiais

Ficou muito claro no desenvolvimento do estudo que os policiais se alimentam mal e não se exercitam. Como conseqüência, observamos, no conjunto, elevados níveis de obesidade, hipertensão e colesterol. Esses, bem como os demais problemas de que padecem, não têm sido devidamente contemplados pelos serviços de saúde, tanto da Polícia como da rede pública. Ressaltamos a insuficiência dos equipamentos e profissionais especializados, itens que permanecem inalterados numericamente enquanto cresce o efetivo e o número de seus dependentes. Além da insuficiência, não há disponibilidade de muitas especialidades necessárias ao cuidado dos problemas de saúde que apresentam. O atendimento, na maioria dos casos, é moroso, havendo largos intervalos entre a marcação e a consulta. Finalmente, convém destacar os relatos reincidentes de que o atendimento nos serviços de saúde da Polícia prioriza os oficiais em detrimento das praças, que são em número muito maior.

## É Preciso Institucionalizar Estratégias de Apoio Psicológico aos Policiais

Também julgamos urgente destacar, com base nas entrevistas e nas discussões em grupo, o tema da institucionalização de apoio psicológico para os policiais que atuam nos confrontos, independentemente dos serviços de psiquiatria hoje existentes nos equipamentos de saúde. Observamos essa ausência de cuidado não apenas na Polícia Militar, mas também na Polícia Civil. Aliás, aparentemente a Polícia Militar estaria em vantagem, pois ela oferece atendimento psiquiátrico no seu Hospital Central e em alguns batalhões. No entanto, como vimos nas páginas deste livro, esse tipo de serviço, sobretudo quando vinculado ao hospital, está voltado para o atendimento de psicopatologias graves e para o tratamento de alcoolismo ou dependência de drogas. Outros tipos de atenção a pessoas sob forte tensão e em estado de sofrimento psíquico são excepcionais e ocorrem quando estas são encaminhadas pelas chefias. A forma como esse encaminhamento é feito, no entanto, fere os princípios de independência e confiabilidade tanto da medicina como de qualquer corrente da psicologia, uma vez que a permissão para atendimento tem de passar pelo arbítrio de comandantes, mesmo quando tenha havido indicação médica.

Nesta proposta, estamos nos referindo à necessidade em si, premente e urgente, de que os agentes que atuam em confronto sejam apoiados profissionalmente. Pensamos que seria importante implantar uma estrutura institucionalizada e legitimada como política de recursos humanos e que tivesse a função precípua de minorar o sofrimento psíquico dos agentes. Sabemos que esse tipo de agravo, se não tratado, pode derivar para patologias graves, embotamento emocional, naturalização da crueldade, entre outras conseqüências. Sem dúvida, a sociedade agradeceria por ter uma corporação mais saudável. Insistimos neste ponto porque muitos gestores disseram claramente nas entrevistas de campo que o apoio psicológico não constitui uma prioridade da corporação e nem deles pessoalmente. Alguns desses são os que, mesmo diante de indicação médica, decidem que seus subordinados não precisam de atendimento.

O terceiro e último eixo abordado por nossa pesquisa se refere à qualidade de vida dos policiais. No tocante a esse aspecto, destacamos somente os pontos que consideramos emblemáticos.

## É Preciso Maior Eqüidade na Corporação

Uma reflexão crucial que não poderia faltar nestas conclusões é a que diz respeito às distintas condições objetivas e subjetivas de vida – nelas incluídas as características de saúde e de trabalho – em razão dos cargos que as pessoas ocupam na Polícia. As praças se encontram em pior situação em praticamente todos os aspectos de vida pesquisados, quando as comparamos aos oficiais. Portanto, é fundamental pensar em formas de apoio a esse grupo, uma vez que estão na linha de frente e arriscam suas vidas em defesa da segurança pública. Um ponto importante seria um plano de habitação para profissionais desse escalão, que hoje vivem em moradias precárias e situadas em áreas de alto risco e distantes do local de trabalho.

## Segurança é Vida, e não Morte

Por fim, é urgente que nos comovamos com as absurdas taxas de morte dos policiais e da população civil do estado do Rio de Janeiro, ressaltando que não existe fatalidade nessa imensa quantidade de perdas

de vidas que tanto afetam as famílias e a sociedade como um todo. São absurdas as taxas de mortes entre policiais, mas também é absurda a quantidade de óbitos de civis, gerados no confronto Polícia *versus* 'suspeitos' e 'criminosos'. Sob a alegação de que a Polícia está combatendo a criminalidade, têm sido ceifadas muitas vidas inocentes.

Sobre a vitimização dos policiais, primeiramente devemos sublinhar que há uma oscilação na série histórica dos últimos dez anos, indicando que determinados tipos de políticas e estratégias são mais ou menos letais. Também temos exemplos de países em que a taxa de morte de policiais foi se reduzindo progressivamente, de acordo com políticas adotadas especificamente para se atingir essa meta.

Enfim, um dos grandes desafios do Brasil e do Rio de Janeiro, em particular de sua Polícia Militar, é criar um ambiente e uma cultura de segurança pública e cidadã, o que certamente tem a ver com a questão social e com o processo de democratização dos cidadãos e da instituição. Esse processo inclui, entre outros tipos de iniciativas, estratégias, instrumentos e tecnologias menos agressivos de controle da violência contra o policial e por parte deles, da criminalidade e do clima de acirramento de conflitos sociais. Significa, também, maior abertura da corporação policial, o que quer dizer sua democratização. Desta maneira, o exercício da segurança pública se encontrará com os princípios da segurança humana. Deixará de se transformar em uma profecia de morte da população civil e dos servidores que têm a obrigação constitucional de manter a ordem e coibir o crime, e não de matar ou cumprir o destino ou a fatalidade de viver e morrer vítimas da insegurança social.

# Referências


ADORNO, S. & PERALVA, A. Nota de apresentação. *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*, 9(1): 1-4, 1997.

ALBUQUERQUE, C. L. & MACHADO, E. P. Sob o signo de Marte: modernização, ensino e ritos da instituição policial militar. *Sociologias*, 3(5): 214-237, 2001.

ALVES, G. *O Novo (e Precário) Mundo do Trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Boitempo, 2000.

AMADOR, F. S. *Violência Policial: verso e reverso do sofrimento*, 1999. Dissertação de Mestrado, Porto Alegre: Instituto de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

AMADOR, F. S. *et al*. Por um programa preventivo em saúde mental do trabalhador na Brigada Militar. *Psicologia: Ciência e Reflexão*, 22(3): 89-90, 2002.

ANDERSON, G. S.; LITZENBERGER, R. & PLECAS, D. Physical evidence of police officer stress. *Policing: an International Journal of Police Strategies & Management*, 25(2): 399-420, 2002. Disponível em: <www.emeraldinsight.com/1363-951X.htm>. Acesso em: 14 set. 2007.

ANTUNES, R. *Os Sentidos do Trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.

ARAÚJO, A. M. C.; CARTONI, D. M. & JUSTO, C. R. D. M. Reestruturação produtiva e negociação coletiva nos anos 90. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 16(45): 85-112, 2001.

AUGUSTO, L. G. S. Qualidade de vida: necessidade reflexiva da sociedade contemporânea. *Ciência, Saúde & Saúde Coletiva*, 5(1): 27-28, 2000.

BAPTISTA, M. (Coord.) *Estudo Global sobre o Mercado Ilegal de Drogas no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Unicri/UNDCP, Claves/Fiocruz, Nepad/Uerj, 2000. (Relatório de Pesquisa)

BAPTISTA, M.; CRUZ, M. S. & MATIAS, R. (Orgs.) *Drogas e Pós-Modernidade: faces de um tema proscrito*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2003.

BEATO FILHO, C.; PEIXOTO, B. T. & ANDRADE, M. V. Crime, oportunidade e vitimização. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 19(55): 73-89, 2004.

BECK, U. *Risk Society: towards a new modernity*. London: Sage, 1992.

BECKER, H. M. *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Hucitec, 1994.

BEEHR, T. A. Research on occupational stress: an unfinished enterprise. *Personnel Psychology*, 51: 835-844, 1998.

BERLINGUER, G. *Medicina e Política*. São Paulo: Hucitec, 1978.

BERNSTEIN, P. L. *Desafio dos Deuses: a fascinante história do risco.* Rio de Janeiro: Campus, 1997.

BERREMAN, G. Por trás de muitas máscaras. In: ZALUAR, A. (Org.) *Desvendando Máscaras Sociais.* Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

BITTNER, E. *Aspectos do Trabalho Policial.* São Paulo: Edusp, 2003.

BORGES, L. *et al.* A síndrome de *burnout* e os valores organizacionais: um estudo comparativo em hospitais universitários. *Psicologia: Reflexão & Crítica*, 15: 189-200, 2002.

BOTTARI, E. Mortes de PMs batem novo recorde em janeiro. *O Globo*, Rio de Janeiro, 1 fev. 2005. Rio, p. 17.

BOURDIEU, P. *Ésquisse d'une Théorie de la Pratique*. Paris: Librairie Droz, 1972.

BOWLING A. & BRAZIER, J. Quality of life in social science and medicine: introduction. *Social Science and Medicine*, 41: 1.337-1.338, 1995.

BRANT, L. C. & MINAYO-GOMEZ, C. The transformation process of suffering into illness: from the birth of the clinic to the psychodynamic work. *Ciência & Saúde Coletiva*, 9(1): 213-218, 2004.

BRANT, L. C. & MINAYO-GOMEZ, C. Suffering and its destines in working management. *Ciência & Saúde Coletiva*, 10(4): 935-956, 2005.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Política Nacional de Promoção da Saúde*. Brasília: Ministério da Saúde, 2005. Disponível em: <www.saude.gov.br>. Acesso em: 14 set. 2007.

BRAVERMAN, H. *Labor and Monopoly Capital: the degradation of work in the Twentieth Century*. New York: Monthly Review Press, 1975.

BRETAS, M. L. Observações sobre a falência dos modelos policiais. *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*, 9(1): 79-94, 1997a.

BRETAS, M. L. *Ordem na Cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907-1930*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997b.

BRETAS, M. L. A polícia carioca no Império. *Estudos Históricos*, 12(22): 219-234, 1998.

BRIGHTON LABOUR GROUP. O processo de trabalho capitalista. In: TOMAZ, T. (Org.) *Trabalho, Organização e Prática Social.* Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

BRITTO, J. *Redes de Firmas:* modus operandi *e propriedades internas dos arranjos inter-industriais cooperativos*. Rio de Janeiro: FEA/UFF, 1996.

BROOKS, L. W. & PIQUERO, N. L. Police stress: does department size matter? *Policing*, 21: 600-617, 1998.

BROWN, J. & GROVER, J. The role of moderating variables between stressor exposure and being distressed in a sample of serving police officers. *Person, Individual Diff*, 24(2): 181-185, 1998.

BULMER, M. G. Sex ratio theory in geographically structured populations. *Heredity*, 56: 69-73, 1986.

CASTIEL, L. D. *A Medida do Possível: saúde, risco e tecnobiociências*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999.

CATTANI, A. D. (Org.) *Trabalho e Tecnologia: dicionário crítico*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

CERQUEIRA, C. M. N. A polícia em uma sociedade democrática. In: CERQUEIRA, C. M. N. *Polícia, Violência e Direitos Humanos*. s. l.: Cedop, 1994. (Série Cadernos de Polícia, 20)

CERQUEIRA, C. M. N. *Discursos Sediciosos: crime, direito, sociedade*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996.

CHEEHAN, D. C. & VAN HASSELT, V. B. Identifying law enforcement stress reactions early. *FBI-Law Enforcement Bulletin*, 72(9): 12-17, 2003. Disponível em: <www.fbi.gov/publications/leb/2003/sept2003/sept03leb.htm#page_13>. Acesso em: 14 set. 2007.

CHOR, D.; GRIEPE, R. H. & FAERTEIN, E. Medidas de rede e apoio social no estudo Pró-Saúde: pré-testes e estudo piloto. *Cadernos de Saúde Pública*, 17(4): 887-896, 2001.

CONSTANTINO, P. *Riscos Percebidos e Vividos por Policiais Civis: estudo comparativo nos municípios de Campos dos Goytacazes e do Rio de Janeiro*, 2006. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz.

COOPER, C. L. & CARTWRIGHT, S. Organizational management of stress and destructive emotions at work. In: PAYNE, R. L. & COOPER, C. L. (Orgs.) *Emotions at Work: theory, research and applications for management*. Chichester: John Wiley & Sons, 2001.

COSTA, A. T. M. *Entre a Lei e a Ordem: violência e reforma nas polícias do Rio de Janeiro e Nova York*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

COSTA, A. G. & LUDERMIR, A. B. Transtornos mentais comuns e apoio social: estudo em comunidade rural da Zona da Mata de Pernambuco, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 21(1): 73-79, 2005.

CRITCHLEY, S. *The Ethics of Deconstruction: Derrida & Lévinas*. Oxford, Cambridge: Blackwell, 1992.

DE MASI, D. *O Ócio Criativo: entrevista a Maria Serena Palieri*. Trad. Lea Manzi. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

DEJOURS, C. *A Loucura do Trabalho: estudo da psicopatologia do trabalho*. São Paulo: Cortez, 1992.

DEJOURS, C. *O Fator Humano*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

DEJOURS, C. *A Banalização da Injustiça Social*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

DEJOURS, C.; ABDOUCHELI, E. & JAYET, C. *Psicodinâmica do Trabalho: contribuição da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho*. São Paulo: Atlas, 1994.

DENZIN, N. *The Research Act*. Chicago: Aldine Publishing Company, 1970.

DHADPHALE, R.; ELLISON, R. H. & GRIFFIN, L. The frequency of psychiatric disorders among patients attending semi-urban and rural general out-patient clinics in Kenya. *British Journal of Psychiatric*, 142: 379-383,1983.

DOMINGUES, M. A. R. C. *Mapa Mínimo de Relações: adaptação de um instrumento gráfico para configuração da rede de suporte social do idoso*, 2000. Dissertação de Mestrado, São Paulo: Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo.

DONNICCI, V. L. *A Criminalidade no Brasil: meio milênio de repressão*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1984.

DONICCI, V. L. *Polícia, Guardiã da Sociedade ou Parceira do Crime: um estudo de criminologia*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

DUE, P. *et al*. Social relations: network, support and relational strain. *Social Sciences and Medicine*, 48: 661-673, 1999.

EMSLEY, C. *The English Police: a political and social history*. London: Hemel Hempstead, Harvester Wheatsheaf, Emsley, 1991.

FIGUEIRA, I. & MENDLOWICZ, M. Diagnóstico do transtorno de estresse pós-traumático. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, 25, supl. 1: 12-16, 2003.

FOUCAULT, M. *Madness and Civilization*. New York: Penguin Books, 1965.

FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1989.

FOUCAULT, M. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

FREUD, S. *O Mal-Estar na Civilização*. Rio de Janeiro: Imago, 1969. (Edição *Standard* Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, 21)

FRYDMAN, M. I. Social support, life events and psychiatric symptoms: a study of direct conditional and interactions effects. *Social Psychiatry*, 16: 69-78, 1981.

GERSHON, R. R. M.; LIN, S. & XIANBIN, M. H. S. Work stress in aging police officers. *Jornal of Occupational & Environment Medicine*, 44: 160-167, 2002.

GIDDENS, A. *Modernidade e Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2002.

GIRALDI, N. Oração do Policial Militar. *APMBB em Notícias, jornal de circulação interna da Academia de Polícia Militar do Barro Branco*, 2(1), 2005.

GLOWINKOWSKI, S. P. & COOPER, C. L. Managers and professionals in business/industrial settings: the research evidence. In: IVANCEVICH, J. M. & GANSTER, D. C. (Eds.) *Job Stress: from theory to suggestion*. New York: Haworth Press, 1987.

GOFFMAN, E. *Estigma: la identidad deteriorada*. 5. ed. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1993.

GOMES, R.; MINAYO, M. C. S. & SILVA, C. F. R. Riscos da profissão. In: MINAYO, M. C. S. & SOUZA, E. R (Orgs.) *Missão Investigar: entre o ideal e a realidade de ser policial*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

GOMES, R. *et al*. Organização, processamento, análise e interpretação de dados: o desafio da triangulação. In: MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G. & SOUZA, E. R. (Orgs.) *Avaliação por Triangulação de Métodos: abordagem de programas sociais*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

GRIEP, R. H. *et al*. Apoio social: confiabilidade teste-reteste de escala no Estudo Pró-Saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, 19(2): 625-634, 2003.

GRIEP, R. H. *et al*. Validade de constructo de escala de apoio social do Medical Outcomes Study adaptada para o português no Estudo Pró-Saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, 21(3): 703-714, 2005.

GUIMARÃES, J. G.; TORRES, R. A. R. & FARIA, M. R. G. V. Democracia e violência policial: o caso da Polícia Militar. *Psicologia em Estudo*, 10(2): 263-271, 2005.

HANSON, B.S. & ÖSTERGREN, P. O. Different social network and social support characteristics, nervous problems and insomnia: theorical and methodological aspects an some results from the population study 'Men born in 1914', Malmö, Sweden. *Social Science and Medicine*, 25: 849-859, 1987.

HARDING, T. W. *et al*. Mental disorders in primary health care: a study of their frequency and diagnosis in four developing countries. *Psychological Medicine*, 10: 231-241, 1980.

HARPOLD, J. A. & FEEMSTER, J. D. Negative influences of police stress. *FBI Law Enforcement Bulletin*, 71(9): 1-6, 2002.

HARRING, S. L. & MCMULLIN, L. M. The Buffalo Police 1832-1900. In: MCCORMICK, K. R. E. & VISANO, L. A. (Eds.) *Understanding Policing*. Toronto: Canadian Scholar's Press, 1992.

HEIDEGGER, M. *Ser e Tempo*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1998. v. 1.

HOLAHAN, C. J. & MOOS, R. H. Social support and psychological distress: a longitudinal analysis. *Journal of Abnormal Psychology*, 90: 365, 1981.

HOLLOWAY, T.H. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

ÍNDICE FOLHA. Qualidade de vida: desigualdade aumenta entre os mais ricos e os mais pobres da Grande São Paulo. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 29 set. 1999. Cotidiano. Índice Folha, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2000: características da população e dos domicílios. Resultados do universo, 2000. Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/default.shtm>. Acesso em: 14 set. 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) / MINISTÉRIO DA SAÚDE (MS). Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002 – 2003: antropometria e análise do estado nutricional de crianças e adolescentes no Brasil, 2003. Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pof/2003medidas/default.shtm>. Acesso em: 14 set. 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Síntese de indicadores sociais, 2006. Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=774>. Acesso em: 14 set. 2007.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA)/INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)/FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP)/ PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). *Índice de Desenvolvimento Humano 1998, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e Índice de Qualidade de Vida*. Brasília: Ipea, 1998.

INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA (ISP). *Site*. Disponível em: <www.isp.rj.gov.br>. Acesso em: 14 set. 2007.

IWATA, N. & SUZUKI, K. Role stress: mental health relations in Japanese bank workers: a moderating effect of social support. *Applied Psychology: an International Review*, 45: 207-218, 1997.

JEX, S. M. *Stress and Job Performance*. London: Sage, 1998.

JEX, S. M. & ELACQUA, T. C. Self-esteem as a moderator: a comparison of global and organization-based measures. *Journal of Occupational and Organizational Psychology*, 72: 71-81, 1999.

JONES, F. & FLETCHER, B. C. Job control and health. In: SCHABRACQ, M. J.; WINNUBST, J. A. M. & COOPER, C. L. *Handbook of Work and Health Psychology*. London: John Wiley & Sons, 1996.

JONES, F. & KINMAN, G. Approaches to studying stress. In: JONES, F. & BRIGHT, J. (Orgs.) *Stress: myth, theory and research*. London: Prentice Hall, 2001.

KAHN, T. Índices de criminalidade: construção e uso na área de segurança pública. *Revista Ilanud*, 2: 21-28, 1997.

KAHN, R. L. & BYOSIERE, P. Stress in organizations. In: DUNNETE, M. D. & HOUGH, L. M. (Orgs.) *Handbook of Industrial and Organizational Psychology*. Palo Alto: Consulting Psychologists, 1992. v. 3.

KELLEY, T. M. Mental health and prospective police professionals. *Policing: an International Journal of Police Strategies & Management*, 28(1): 6-29, 2005.

KRANTZ, G. & ÖSTERGREN, P. Common symptoms in middle aged women: their relation to employment status, psychosocial work conditions and social support in a Swedish setting. *Journal of Epidemiology and Community Health*, 54: 192-199, 2000.

LE BRETON, D. *Passions du Risque*. Paris: Métailié, 1995.

LÉVI-STRAUSS, C. Aula inaugural. In: ZALUAR, A. (Org.) *Desvendando Máscaras Sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

LÉVY, R. A crise do sistema policial francês hoje. Da inserção local aos riscos europeus. *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*, 9(1): 53-77, 1997.

LIMA, R. K. *A Polícia da Cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos*. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

MARI, J. J. & WILLIAMS, P. A validity study of a psychiatric screening questionnaire (SRQ20) in primary care in the city of São Paulo. *British Journal of Psychiatry*, 148: 23-26, 1986.

MARX, K. *Capítulo VI Inédito de O Capital: resultados do processo de produção imediata*. São Paulo: Moraes, 1968a.

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968b.

MARX, K. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MCKEOWN, T. & LÖWE, C. R. *Introducción a la Medicina Social*. México: Siglo XXI, 1984.

MEIRELLES, D. S. *O Setor de Serviços e os Serviços de Infra-estrutura Econômica*, 2003. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro: Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

MEIRELLES, D. S. O conceito de serviços. *Revista de Economia Política*, 26(1): 119-136, 2006a.

MEIRELLES, D. S. Características das firmas e dos setores de serviço segundo o processo de trabalho. In: NEGRI, J. A. & KUBOTA, L. C. (Org.) *Estrutura e Dinâmica do Setor de Serviços no Brasil.* Brasília: Ipea, 2006b.

MEIRELLES, H. L. *Direito Administrativo Brasileiro*. São Paulo: Malheiros, 2007.

MINAYO, M. C. S. (Coord.) *Fala, Galera: juventude, violência e cidadania na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

MINAYO, M. C. S. O *Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MINAYO, M. C. S. *O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.* 10. ed. rev. e aprim. São Paulo: Hucitec, 2006.

MINAYO, M. C. S. & CRUZ NETO, O. Triangulación de métodos en la evaluación de programas y servicios de salud. In: BROFMAN, M. & CASTRO, R. (Coords.) *Salud, Cambio y Políticas: perspectivas desde América*. Ciudad de México: Edamex, 1999.

MINAYO M. C. S. & DESLANDES, S. *Análise Diagnóstica da Política Nacional de Saúde para Redução de Acidentes e Violências*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

MINAYO, M. C. S. & SOUZA, E. R. *Missão Investigar: entre o ideal e a realidade de ser policial.* Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

MINAYO M. C. S; ASSIS, S. G. & SOUZA, E. R. (Orgs.) *Avaliação por Triangulação de Métodos: abordagem de programas sociais*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

MINAYO, M. C. S.; HARTZ, Z. M. A & BUSS, P. M. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. *Ciência & Saúde Coletiva*, 7(5): 7-18, 2000.

MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. R. & CONSTANTINO, P. Riscos percebidos e vitimização de policiais civis e militares na (in)segurança pública. *Cadernos de Saúde Pública*, 23(11): 2.767-2.779, 2007.

MINAYO, M. C. S. *et al. Estudo Comparativo entre a Polícia Civil e a Polícia Militar do Estado do RJ quanto à Concepção e à Administração Individual e Coletiva de Riscos Profissionais, de Segurança Pessoal e de Saúde Ocupacional.* Brasília: Senasp, 2007.

MINAYO-GOMEZ, C. & LACAZ, F. A. C. Saúde do trabalhador: novas-velhas questões. *Ciência & Saúde Coletiva*, 10(4): 797-807, 2005.

MINAYO-GOMEZ, C. & THEDIM-COSTA, S. M. F. A construção do campo da saúde do trabalhador. *Cadernos de Saúde Pública*, 13(2): 21-32, 1997.

MORMONTOY, W. I.; GASTAÑAGA, C. & GONZALES, G. F. Blood levels among police officers in Lima and Callao. *Science Direct. Internal Journal of Hygiene and Environmental Health*, 2004. Disponível em: <www.sciencedirect.com>. Acesso em: 15 set. 2007.

MUNIZ, J. *Ser Policial é Ser Sobretudo uma Razão de Ser: cultura e cotidiano da Polícia Militar do Rio de Janeiro*, 1999. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, Universidade Cândido Mendes.

MUNIZ, J. & SOARES, B. M. *Mapeamento da Vitimização de Policiais no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Iser, Unesco, Ministério da Justiça, 1998. (Relatório de Pesquisa)

MUSUMECI, L. (Coord.) Segurança pública no Rio de Janeiro. Relatório final do Projeto Reforma do Estado e Proteção Social: os setores de saúde e segurança no Rio de Janeiro - Subprojeto Segurança Pública Rio de Janeiro, IE/UFRJ-Mare-Capes-Finep-CNPq, jan. 2000. Disponível em: <www.cesec.ucam.edu.br>. Acesso em: 14 set. 2007.

SOARES, B. M. & MUSUMECI, L. *Mulheres Policiais: presença feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, CESeC, 2005. (Segurança e Cidadania, 1)

NARDI, H. C. *O Ethos Masculino e o Adoecimento Relacionado ao Trabalho*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1998.

NETO, A. A polícia pede socorro. *O Globo*, Rio de Janeiro, 2 nov. 2007. Primeiro Caderno, Seção Opinião.

OFFE, C. *Capitalismo Desorganizado*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

OLIVEIRA, H. A. *et al*. Sofrimento psíquico e trabalho policial no estado do Rio de Janeiro. In: CONGRESSO BRASILEIRO PSICOLOGIA: CIÊNCIA & PROFISSÃO, 2, 2006, São Paulo. *Caderno de Resumos*. Rio de Janeiro, 2006.

PAIVA, K. C. M. & SARAIVA, L. A. S. Estresse ocupacional de docentes do ensino superior. *Revista Administração da USP*, 40(2): 145-158, 2005.

PAIXÃO, A. L. & BEATO FILHO, C. C. Crimes, vítimas e policiais. *Tempo Social*, 9(1): 233-248, 1997.

PASCHOAL, T. & TAMAYO, A. Validação da escala de estresse no trabalho. *Estudos de Psicologia*, 9(1): 45-52, 2004.

PASCOLO, R. *¿Como lo Arreglamos? La policía: podemos cambiarla*. Buenos Aires: Catálogos, 1997.

PIEPER, M. H. & PIEPER, J. *Smart Love: the compassionate alternative to discipline that will make you a better parent and your child a better person.* Boston: Harvard Common Press, 1999.

POLÍCIA MILITAR DO RIO DE JANEIRO. *Site*. Disponível em: <www.policiamilitar.gov.rj.br>. Acesso em: 10 out. 2007.

POLLARD, T. M. Changes in mental well-being, blood pressure and total cholesterol levels during workplace reorganization: the impact of uncertainty. *Work and Stress*, 15: 14-28, 2001.

PONCIONI, P. *Tornar-se Policial: a construção da identidade profissional do policial no Estado do Rio de Janeiro*, 2003. Tese de Doutorado, São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo.

RAMOS, F. P. & NOVO, H. A. Representações sociais de governo, justiça e polícia: um estudo nas camadas média e popular da Grande Vitória/ES. *Psicologia: Teoria e Prática*, 1(4): 29-37, 2002.

RAMOS, S. & PAIVA, A. Violência urbana: quando a pauta é a mídia. *Observatório da Imprensa*, Rio de Janeiro, 10 maio 2005. Disponível em: <observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=328CID001>.

REINER, R. *The Politics of the Police.* London: Harvester Wheatsheaf, 1992.

RODRIGUES, G. *As Representações Sociais do Trabalhador Policial Militar sobre a Sua Instituição: uma contribuição da enfermagem para a saúde mental do trabalhador*, 2000. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

ROGERSON, R. J. Environmental and health-related quality of life: conceptual and methodological similarities. *Social Science and Medicine*, 41: 1.373-1.382, 1995.

ROTENBERG, L. *et al*. Gênero e trabalho noturno: sono, cotidiano e vivências de quem troca o dia pela noite. *Cadernos de Saúde Pública*, 17(3): 639-649, 2001.

ROWLAND, D.; ARKKELIN, D. & CRISLER, L. *Computer-Based Data Analysis: using SPSS in the social and behavioral sciences.* Chicago: Nelson-Hall Inc,1991.

SANSONE, L. Fugindo para a força: cultura corporativista e 'cor' na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. *Estudos Afro-Asiáticos*, 24(3): 513-532, 2002. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/eaa/v24n3/a04v24n3.pdf>. Acesso em: 14 set. 2007.

SANTOS, J. V. T. A arma e a flor: formação da organização policial, consenso e violência. *Tempo Social*, 9(1): 155-167, 1997.

SCHENKER, M. & MINAYO, M. C. S. A implicação da família no uso abusivo de drogas: uma revisão crítica. *Ciência & Saúde Coletiva*, 10(3): 707-717, 2005.

SCHUTZ, A. Bases da fenomenologia. In: WAGNER, H. (Org.) *Fenomenologia e Relações Sociais: textos escolhidos de Alfred Schutz*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1979.

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA (SENASP). *Site*. Disponível em: <www.mj.gov.br/senasp/mapa>. Acesso em: 3 mar. 2005.

SEN, A. The discipline of cost-benefit analysis. *Journal of Legal Studies*, 29(2): 931-952, 2000.

SEN, B. & MARI, J. J. Psychiatric research instruments in the transcultural setting. Experiences in India and Brazil. *Social Science and Medicine*, 23: 277-281, 1986.

SEN, B.; WILKINSON, G. & MARI, J. J. Psychiatric morbidity in primary health care: a two-stage screening procedure in developing countries. Cost-effectveness and choice of instruments, 1986. (Mimeo.)

SIEGEL, S. *Nonparametric Statistics: for the behavioral sciences*. New York: McGraw-Hill, 1956.

SILVA, J. A. *et al*. Epidemiologia do suicídio na cidade de Salvador (BA). *Revista Brasileira de Neurologia Psiquiátrica*, 3(1): 19-25, 1999.

SILVA, P. *Vocabulário Jurídico*. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

SKOLNICK, J. H. *Justice with Trial: law enforcement in democratic society.* New York: McMillan Editions, 1966.

SOARES, L. E. *Violência e Política no Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Relume Dumará, Iser, 1996.

SOARES, L. E. *Meu Casaco de General: quinhentos dias no* front *da segurança pública no Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOUZA, E. R. & MINAYO, M. C. S. Policial, risco como profissão: morbimortalidade vinculada ao trabalho. *Ciência & Saúde Coletiva*, 10(4): 917-928, 2005.

SOUZA, E. R. *et al*. Sofrimento psíquico entre policiais civis: uma análise sob a ótica de gênero. *Cadernos de Saúde Pública*, 23(1): 105-114, 2007.

SPINK, M. J. P. Perigo, probalidade e oportunidade: a linguagem dos riscos na mídia. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 15(1): 151-164, 2002.

STEEDMAN, C. *Policing the Victorian Community: the formation of English police forces*. London: Routledge & Keegan Paul, 1984.

TAMAYO, A. *et al*. Relação entre estresse ocupacional e autoconceito profissional [Resumo]. In: XXXII REUNIÃO ANUAL DE PSICOLOGIA, SOCIEDADE BRASILEIRA DE PSICOLOGIA (Org.) *Resumos de Comunicações Científicas*. Florianópolis: Sociedade Brasileira de Psicologia, 2002.

TAYLOR, F. W. *Princípios da Administração Científica*. São Paulo: Atlas, 1963.

THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v. 3.

VENA, J. E. *et al*. Mortality of a municipal worker cohort: III. Police officers. *American Journal of Industrial Medicine*, 10: 383-397, 1986.

VIVA RIO. *Site*. Disponível em: <www.vivario.org.br> Acesso em: 10 out. 2005.

WALDMANN, P. (Org.) *Justicia en la Calle: ensayos sobre la policía en América Latina*. Medellín: Ciedla/Isla, Fundación Konrad Adenauer, Biblioteca Jurídica Diké, 1996.

WEITZER, R. T. S. Perceptions of racial profiling: race, class, and personal experience. *Criminology*, 40: 435-456, 2002.

WESTMAN, M. E. D. & SHIROM, A. Job stress, cigarette smoking, and cessation: the conditioning effects of peer support. *Social Science and Medicine*, 20: 637-644, 1985.